



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FERNANDO ANTONIO SANTOS DE SOUZA

FORMAÇÃO, MOVIMENTO E DESCOMPASSO
DA REDE URBANA DE SERGIPE

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2008

FERNANDO ANTONIO SANTOS DE SOUZA

**FORMAÇÃO, MOVIMENTO E DESCOMPASSO
DA REDE URBANA DE SERGIPE**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Sergipe,
como requisito parcial pra obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Orientadora: Dra. Vera Lúcia Alves França

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S Souza, Fernando Antonio Santos de
Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe /
Fernando Antonio Santos de Souza. – São Cristóvão, 2008.
199 f. : il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em
Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade
Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França.

1. Centralidade geográfica - Sergipe. 2. Espaço geográfico. 3. Desenvolvimento
urbano. 4. Rede urbana. I. Título.

CDU 911.375.5(813.7)

FERNANDO ANTONIO SANTOS DE SOUZA

**FORMAÇÃO, MOVIMENTO E DESCOMPASSO DA REDE URBANA
DE SERGIPE**

Tese aprovada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Geografia no
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em de dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Alves França
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Edson Rodrigues Barreto Júnior
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a Lurdes Bertol Rocha
Universidade Estadual de Santa
Cruz

Prof^a. Dr^a. Liliam de Lins Wanderley
Universidade Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Em especial, à professora Dra. Vera Lúcia Alves França, minha orientadora, pelo elevado espírito científico e carinho que me foi pacientemente dedicado.

A todos que fazem o NPGeo (UFS), professores, funcionários e alunos, em especial, aos colegas de turma.

Ao SEBRAE, que gentilmente forneceu os dados da pesquisa de mercado realizada em 2004.

Ao DER, do estado de Sergipe e ao IBGE, sede Aracaju.

Ao colega Anselmo Matos e aos estagiários: Roberta, Igor, Clarissa, Jamile e Adéstenes, que colaboraram na elaboração de tabelas e mapas.

A Valéria Maria dos Santos, Gabriel Lopes, Júlio Santana, Viviane Oliveira e ao Professor Dr. Edison Rodrigues Barreto Júnior, por terem colaborado.

A Mercês, minha esposa e companheira e a Vicente, meu filho e amigo, pela força e apoio que sempre lhes foram peculiar.

Agradeço, finalmente, à possibilidade que me proporcionaram as forças da natureza que estão fora e dentro de mim, permitindo a elaboração deste trabalho. Se existe alguma recompensa no céu, com certeza já há na terra: muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a rede urbana de Sergipe tendo em vista conhecer o movimento de centralidade espacial geográfica da rede em função dos descompassos provocados pelos fluxos de produção da riqueza e pelos fluxos de reprodução social que configuraram a forma função e ordem da rede. Com uma abordagem regional espacial utilizando o método dialético materialista triádico, a rede urbana, objeto de estudo geográfico, foi concebida como unidade dialética em movimento. Assim, o movimento de centralidade espacial geográfica é estudado a partir da investigação histórica das formas e forças espaciais geográficas e seus desdobramentos na configuração das cidades conectadas em rede, possibilitando reconhecer e estudar três momentos de centralidade espacial da rede urbana de Sergipe. Um momento inicial de formação em que predominou uma frágil centralidade espacial político-administrativa e de povoamento para defesa e exploração econômica do território da rede, mantendo-se em um descompasso entre as tensões que se manifestaram com a exploração colonial mercantil e as formas primárias de produção econômica baseadas no trabalho escravo e fundamentadas pela moral religiosa católica romana. Um segundo momento, entre 1808 e 1945, em que predominou a centralidade espacial regional em um descompasso entre a economia internacional e as novas formas de trabalho, fundamentada na moral religiosa associada ao poder político. Um terceiro e último momento, entre 1946 e 2007, em que predominou a centralidade espacial nacional que, inicialmente, se manifestou com um padrão urbano em desencaixe desigual e combinado mantido em um descompasso entre a economia nacional e a economia internacional apoiada por um forte fundamento moral religioso combinado com uma dominação política clientelista. A partir de 1990 se estabeleceu um novo descompasso espacial provocado pelas transformações econômicas mundiais que flexibilizaram as conexões locais, criando um padrão de desencaixe e reencaixe excludentes da rede urbana sergipana apoiado em novas formas de fundamentação e dominação política.

PALAVRAS-CHAVE: Rede Urbana; Centralidade Espacial; Descompasso.

ABSTRACT

This thesis aims to study the urban network of Sergipe in order to know the movement of the network geographical space centrality due to the troubles caused by wealth production flows and social reproduction patterns that shaped the form, function and the network order. With a regional spatial approach using the triadic materialist dialectic method, the urban network, object of geographical study, was conceived as a dialectic unit in motion. Thus, the geographical space centrality movement is studied from the historical research of shapes and geographic space forces and its developments in the configuration of cities connected on a network, allowing to recognize and to study three moments of spatial centrality of Sergipe's urban network. At an initial moment of formation which prevailed a fragile space centrality political-management of population growth incentive in order to defend the network field and its economic exploitation, staying in an imbalance between the tensions that has arisen with the mercantile and colonial exploitation of the primary forms of economic production based on slave labor and based on the Roman Catholic religious morality. After that, between 1808 and 1945, when the regional space centrality predominated in imbalance between the international economy and new ways of working, based on a religious morality linked to the political power. A third and final time, between 1946 and 2007, when predominated the national space centrality that, initially, revealed itself as a combined urban uneven detached pattern, kept in a mismatch between the national economy and the international economy supported by a strong religious foundation moral combined with a political clientelism domination. It was established since 1990 a new spatial disparity caused by the global economic transformations which flexible the local connections, creating a restrictive detached and reattached pattern of the Sergipe's urban network, supported by new forms of domination and political reasons.

KEYWORDS: Urban Network; Space Centrality; Troubles Caused.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est d'étudier le réseau urbain de Sergipe pour comprendre le mouvement de centralité spatiale géographique du réseau vis-à-vis des contradictions provoqués par les flux de production de la richesse et par les flux de reproduction sociale qui définissent la forme, la fonction et l'ordre du réseau. Selon une approche régionale spatiale dialectique matérialiste et triadique, le réseau urbain, objet d'étude géographique, est aperçu comme une unité dialectique en mouvement. Dans ce sens, le mouvement de centralité spatiale géographique est étudié à partir de l'investigation historique des formes et des forces spatiales géographiques et ses conséquences sur la configuration des villes connectées en réseaux, pour reconnaître et étudier trois moments de centralité spatiale du réseau urbain de Sergipe. Tout au début de sa formation, on a une centralité spatiale politique et administrative et de peuplement fragile pour la défense et l'exploitation économique du territoire du réseaux. Pendant cette période, on a maintenu une contradiction entre les tensions manifestées par l'exploitation coloniale marchande et les formes primaires de production économique basées sur l'esclavage et sur la moral catholique romaine. Un deuxième moment, entre 1808 et 1945, la centralité spatiale régionale s'est établie dans un contexte de contradiction entre l'économie internationale et les nouvelles formes du travail, fondée sur la moral religieuse associée au pouvoir politique. Un troisième et dernier moment, entre 1946 et 2007, dont la centralité spatiale nationale a été dominante et s'est manifestée, à l'origine, selon un patron urbain déconnecté, inégal et combiné, maintenu dans un contexte de contradiction entre l'économie nationale et l'économie internationale, basée sur un fort fondement moral religieux combiné à une domination politique clientéliste. A partir de l'année 1990 une nouvelle contradiction spatiale s'est établie, engendrée par les transformations économiques mondiales qui ont établi des connections locales flexibles et un patron de déconnexion et de reconnexion du réseau urbain de Sergipe qui engendre de l'exclusion, appuyé sur les nouvelles formes de contenu et de domination politique.

MOTS-CLÉS: Réseau Urbain; Centralité Spatiale; Contradiction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Sergipe Vila e Cidades – 1698.....	81
Figura 02: 01: Sergipe Vila e Cidades - 1820.....	94
Figura 03: Sergipe Cidades e Vila - 1889.....	102
Figura 04: Sergipe Sedes Municipais - 1940.....	122
Figura 05: Sergipe Sedes Municipais - 1960.....	128
Figura 06: Sergipe Sedes Municipais - 1980.....	132
Figura 07: Sergipe Sedes Municipais - 2000.....	147
Figura 08: Formação e Movimento da Rede Urbana de Sergipe: 1698 - 2007.....	151
Figura 09: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1977.....	156
Figura 10: Fluxos de Passageiros via Aérea - 1973.....	157
Figura 11: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1985.....	160
Figura 12: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1993.....	161
Figura 13: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe – 2007.....	163
Figura 14: Conexões aéreas - Brasil 2004.....	164
Figura 15: Movimento de Centralidade da Rede Urbana de Sergipe, 1977 – 2007.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Província de Sergipe – 1854 Estabelecimentos Rurais.....	100
Quadro 02 – Estradas e Rodagens construídas em Sergipe em 1926.	113
Quadro 03 – Estradas e Rodagens construídas em Sergipe em 1927.	114
Quadro 04 – Produto Interno Bruto, crescimento anual (1971 – 2004).....	135
Quadro 05 – As dez maiores cidades de Sergipe em população (1940-2007	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1	22
A CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE URBANA CONCEBIDA E PERCEBIDA COMO OBJETO DE ESTUDO GEOGRÁFICO	22
1 A REDE URBANA EM DISCUSSÃO	23
1.1 O OBJETO E O MÉTODO	24
1.2 A NATUREZA DO OBJETO GEOGRÁFICO.....	26
1.3 A REPRESENTAÇÃO DO OBJETO.....	28
2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA REDE COMO UNIDADE DIALÉTICA	32
2.1 A CENTRALIDADE ESPACIAL É UMA UNIDADE DIALÉTICA.....	35
2.2 A REDE URBANA É UMA CATEGORIA INTELECTUAL DO CONHECIMENTO	37
2.3 O CONHECIMENTO DA REDE URBANA COMO TOTALIDADE INTELECTUAL	39
3 A REDE URBANA COMO RECORTE DA REALIDADE	41
3.1 O FENÔMENO URBANO DA REDE.....	44
3.2 A REPRESENTAÇÃO URBANA DA REDE.....	45
3.3 A REDE URBANA NA HISTÓRIA	47
3.4 O MÉTODO E OS PROCEDIMENTOS	51
3.5 A LÓGICA TRIÁDICA DA REDE URBANA	55
3.6 O MOVIMENTO HISTÓRICO DE REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE URBANA	56
PARTE 2	68
FORMAÇÃO, MOVIMENTO E DESCOMPASSO DA REDE URBANA SERGIPANA ...	68
1 O AMBIENTE COLONIAL	69

1.1 A IDEOLOGIA DOMINANTE	69
1.2 A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	71
1.3 AS TENSÕES PRIMEIRAS	72
1.4 OCUPAÇÃO INICIAL	73
2 A CENTRALIDADE ESPACIAL COLONIAL.....	74
2.1 A PECUÁRIA E OS PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO	75
2.2 AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIAS	77
2.3 AS CULTURAS DE EXPORTAÇÃO NO SÉCULO XVII.....	78
2.4 PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO	80
2.5 A CENTRALIDADE ESPACIAL NO FINAL DA COLONIZAÇÃO.....	82
3 A CENTRALIDADE ESPACIAL REGIONAL: 1809 – 1945.....	85
3.1 A DEPENDÊNCIA REGIONAL DA REDE URBANA DE SERGIPE À ECONOMIA DA BAHIA: 1809 – 1840	86
3.2 A POSIÇÃO SECUNDÁRIA DA REDE EM RELAÇÃO À ECONOMIA BRASILEIRA: 1841 – 1889	95
3.3 O FRÁGIL SURTO INDUSTRIAL DA CENTRALIDADE REGIONAL AGRO-EXPORTADORA DA REDE: 1890 – 1930.....	103
3.4 A CONSOLIDAÇÃO INICIAL DA CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE: 1931 – 1945.....	115
4 CENTRALIDADE ESPACIAL NACIONAL: 1946 -2007.....	123
4.1 O APROFUNDAMENTO DA CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE URBANA DE SERGIPE: 1946 – 1964	125
4.2 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE: 1965 – 1980.....	127
4.3 A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E A CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE: 1981 – 1990.....	133

4.4 A FLEXIBILIDADE COMPETITIVA DESIGUAL DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE: 1991 – 2007	136
4.5 O DESCOMPASSO E DRENAGEM RECENTE DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE URBANA.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICES	182

INTRODUÇÃO

Sempre tive um grande desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas ações e caminhar com segurança nesta vida.

René Descartes – *Discurso do Método*, p. 26

Este trabalho adota uma postura reflexiva, apoiada pelo desejo de contribuir, no âmbito do conhecimento organizado, para a percepção do verdadeiro e do falso como unidade recorrente da realidade da vida e ampliar a compreensão do devir humano na direção de um mundo que aceita e respeita os diferentes.

O tema aqui desenvolvido discute a formação, movimento e descompasso da configuração espacial das cidades conectadas em rede do estado de Sergipe. É um tema cuja abordagem pretende uma aproximação geográfica regional com as diferentes formas espaciais que têm se estabelecido historicamente entre os núcleos urbanos sergipanos. Refere-se ao debate sobre o movimento de configuração e descompasso urbano, provocado pelas relações de produção da riqueza social e pelas relações de reprodução da vida humana em sociedade.

Trata-se, portanto, do movimento que mantém a forma, a função e a ordem dos núcleos urbanos configurados espacialmente em rede. É o movimento geográfico regional histórico de centralização urbana cujos núcleos populacionais, juntamente com suas áreas de influência, desenvolvem e concentram relações sócio-econômicas e parte significativa da reprodução da vida social.

Esta abordagem compreende o fenômeno urbano como um acontecimento regional em movimento que nem sempre existiu na história da humanidade. A cidade é percebida como uma criação histórica particular que “teve um início num dado momento da evolução social, e pode acabar, ou ser radicalmente transformada, num outro momento. Não existe por uma necessidade natural, mas uma necessidade histórica, que tem início e pode ter fim” (BENÉVOLO, 1997, p. 9).

É importante destacar que o movimento de que está se tratando não se refere a uma passagem necessária e positiva, na história do fenômeno urbano, de uma forma mais simples para outra forma mais complexa e evoluída de centralidade regional. Na verdade, são transformações que ocorrem em situações objetivas concretas, sob determinadas condições únicas na história.

Essa compreensão, portanto, coloca como condição, para a existência do fenômeno urbano, a presença simultânea de uma economia de troca de base monetária, fundada na dependência econômica da cidade, de modo a se estabelecer a necessidade de negociação entre produções e/ou atividades diferentes, de forma permanente ou temporária; a existência de pontos fixos de realização de produção e ou atividades econômicas, atraindo uma população residente de forma permanente; e, finalmente, a existência de articulação entre os núcleos urbanos (CORRÊA, 1989, p. 6-7).

O estudo da rede urbana sergipana, nessa perspectiva, constitui um recorte da realidade empírica em movimento. É um estudo da configuração espacial das cidades conectadas em rede, percebidas e vividas como parte dos acontecimentos históricos e concebida como totalidade, dentro da análise regional

Assim, com a intenção de contribuir para a explicação dos descompassos que acompanham o movimento de centralidade da rede urbana sergipana, o fenômeno empírico das cidades conectadas em rede é abordado como uma totalidade imaginada como um campo espacial geográfico em tensão, provocado pelas relações sociais de reprodução da riqueza e pelas relações de reprodução social, com um enfoque dirigido para a sua forma, função e ordem de sustentação material e fundamentação ideológica.

Por outro lado, é importante destacar que as discussões sobre as cidades com ligações entre si só se intensificaram a partir do século XX, quando a conexão entre os núcleos urbanos passou a ser a forma espacial privilegiada de realização da produção, circulação e consumo da riqueza social. Essas discussões tiveram início a partir do século XVI, empreendidas por estudiosos preocupados em resolver as questões ligadas à localização das atividades produtivas.

Benko (1999, p. 29) esclarece que:

entre os séculos XVI e XIX, os estudiosos aperceberam-se das realidades do espaço através das divisões do espaço (em unidades políticas ou religiosas), da utilização do solo na agricultura, dos meios de comunicação (redes de estradas e vias navegáveis), da circulação (portagens, alfândegas e fronteiras), das correntes comerciais (a nível local, nacional e internacional), da implantação das indústrias.

Desencadeando a formulação de teorias econômicas ligadas à localização das atividades econômicas.

Entretanto, só a partir do século XIX essas discussões ganharam força, tornando-se a base das teorias econômicas modernas da localização, tendo como pioneiro o alemão von Thünen (1783-1850). Tünen, segundo Benko (1999), inaugurou uma série de trabalhos

ligados às teorias econômicas da localização, influenciando numerosos estudiosos até os anos 1960, dentre eles Alonso, formulador da base teórica da nova economia urbana (BENKO, 1999, p. 39-40).

De fato, a partir da segunda metade do século XX, quando o processo de urbanização se consolidou como meio econômico dominante no mundo, o tema ganhou autonomia e tornou-se objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, com diferentes enfoques e abordagens. Nesse momento há grande difusão dos estudos geográficos sobre as redes urbanas, muito embora, já na segunda década desse mesmo século, estudos empíricos sobre as cidades reunidas em rede tenham se acentuado, e, as primeiras proposições teóricas e métodos operacionais de pesquisa tenham sido desenvolvidos. Nesse primeiro período destacam-se os trabalhos dos geógrafos Walter Christaller e Mark Jefferson, desenvolvidos a partir da década de 1930.

Corrêa (1989, p. 10-43) identifica, a partir desse momento, a consolidação de cinco abordagens situadas no âmbito da Geografia. Uma primeira, denominada “Classificação funcional das cidades”, onde estas são compreendidas pelas funções que exercem no conjunto da rede urbana da qual fazem parte. Em uma segunda, identificada como “Dimensões básicas de variação das redes urbanas”, as cidades são compreendidas pela variação das suas dimensões principais. Na terceira, “Tamanho e desenvolvimento”, a cidade é compreendida, em sua organização político-administrativa, como local difusor do desenvolvimento. Há também uma quarta, denominada “Hierarquia urbana”, na qual a cidade é compreendida como local de distribuição de bens e serviços. E, finalmente, uma quinta abordagem, denominada “As relações cidade região”, na qual a cidade é compreendida em suas relações dinâmicas com a sua região de influência.

Os estudos sobre as cidades, em última análise, dividiam-se em dois eixos principais: um primeiro direcionado aos efeitos externos à cidade, e um segundo, relativo às questões ligadas aos mecanismos internos ao tecido do aglomerado urbano. No primeiro eixo a cidade é tratada a partir das relações com as suas zonas de influência e das relações com outras cidades, em geral, sempre associada a outras temáticas.

No segundo eixo, a cidade é tratada a partir das questões relativas à dinâmica interna da ocupação e uso do território urbano. Ambos os eixos concebiam a cidade como um acontecimento apto a promover, a partir do seu conhecimento empírico, modelos científicos de intervenção na realidade concreta. Modelos estes capazes de levar a sociedade a patamares cada vez mais elevados e organizados de desenvolvimento.

A partir do início do século XX, na realidade, como esclarece Smith (1996, p. 248), as cidades

foram exaltadas por seu papel na transição do feudalismo para o industrialismo, quando lhes atribuíram um lugar na trajetória econômica do capitalismo organizado para a acumulação flexível, participaram para a transição industrial do fordismo para o pós-fordismo e instalaram a dinâmica cultural do pós-modernismo.

É importante destacar que os estudos urbanos regionais e seus desdobramentos, em sua grande maioria, foram marcados pelos acontecimentos que antecederam e acompanharam a industrialização na Europa, no final do século XVII e início do século XIX. Foram estudos impregnados pela concepção de ciência fundada na razão positiva oriunda do pensamento iluminista e pelo pensamento que se opunha a essa concepção.

Seguindo as transformações na atualidade, que vêm ocorrendo no mundo, os interesses da Geografia urbana e regional ganharam contornos e direções diferentes dos estudos que marcaram o século XX. Sem dúvida, uma nova ordem urbana está se configurando em todo o planeta. O processo recente de crescimento e valorização das cidades no mundo indica as evidências empíricas de tais mudanças.

Sassen (1998), ao analisar as transformações na economia mundial no final do século XX e o seu impacto no espaço urbano global, esclarece sobre o papel estratégico das grandes cidades na nova economia, ressaltando a renovada importância dessas cidades como centros financeiros e comerciais internacionais, dentre as quais, ela destaca Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney, Hong Kong, Cidade do México e São Paulo.

Por outro lado, essa autora aponta o aparecimento de novas desigualdades entre as cidades com:

o surgimento de um novo tipo de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais. Trata-se de um novo sistema no qual as cidades são pontos centrais fundamentais para a cooperação internacional e para a prestação de serviços das empresas, mercados e até mesmo de economias inteiras que, cada vez mais são transnacionais (SASSEN, 1998, p. 47).

Do ponto de vista histórico, Hobsbawm (2007, p. 37), em 2004, assinalava o

forte declínio do campesinato, que até o século XIX formava a grande base e o alicerce da economia “ao mesmo tempo em que anuncia uma” correspondente ascensão de uma sociedade predominantemente urbana e sobretudo ao aparecimento das hipercidades, cuja população se mede em oito cifras.

De acordo com Davis (2006), são mudanças que localizam nas cidades quase todo o crescimento populacional do mundo. Seu ápice, estimado em cerca de 10 bilhões de

habitantes, deverá acontecer em 2050. Segundo esse autor, o campo atingiu a sua população máxima, devendo começar a diminuir a partir de 2020. Pela primeira vez a população urbana da Terra será maior do que a rural.

Para Davis (2006, p. 13-14), “O preço dessa nova ordem urbana será a desigualdade cada vez maior, tanto dentro de cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas”. Desponta, sem dúvida, nesse novo horizonte, um descompasso urbano que se manifesta com a inflexão das centralidades urbanas e que mantém a forma, a função e a ordem urbana das cidades organizadas em rede.

O temário sobre a Geografia Urbana e Regional, nesse novo contexto de transformações mundiais, reorganizou-se, acompanhando as mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais em curso. Uma nova realidade mundial e local constitui o dado empírico dessas transformações, ou seja, são relações diferentes entre o campo e a cidade, vinculadas a uma economia mundial cuja forma financeira é o *modus* privilegiado da acumulação capitalista em todo o mundo.

Na verdade, a financeirização da economia mundial, apoiada de forma excepcional na produção econômica flexível e em uma sociedade organizada em rede, alterou a configuração espacial das cidades e sua área de influência em todo o mundo. Os novos fluxos do capital e do trabalho têm colaborado para modificar a configuração das cidades conectadas. A lógica que conservava essas cidades reunidas foi alterada, deslocando a tensão que sustentava os fixos e fluxos do capital e do trabalho unidos e em oposição. Uma unidade diferente se estabeleceu de forma vantajosa para o capital, criando novas redes urbanas e reestruturando o espaço regional e nacional.

A reestruturação econômica em curso tem gerado impactos diretos no desenho espacial das redes urbanas mundiais e locais. Diferentes descompassos com encaixe, desencaixe e reencaixe¹ em todas as direções estão sendo produzidos, deixando sem respostas um contingente cada vez maior de eventos. Do ponto de vista urbano, distintos modos de conexões se articulam entre as cidades em um arranjo espacial diverso do anterior.

¹ A noção de descompasso é tomada de Giddens (1991), segundo ele, está ocorrendo no mundo um fenômeno geográfico intimamente ligado aos fatores envolvidos com a separação entre tempo e espaço. Trata-se da separação, mediada pela naturalização da economia monetária e do mundo técnico moderno, que ocorreu na modernidade em função da criação e difusão do relógio no final do século XVIII. Essa nova forma mecânica de calcular o tempo desvinculou o espaço do lugar.

Ao mesmo tempo em que espaços urbanos emergentes são encaixados à nova rede de cidades, outros são simplesmente desencaixados. As antigas relações de reprodução social, agora distanciadas da acumulação privilegiada do capital, permanecem presas aos velhos elos espaciais, reencaixadas de forma distinta do novo arranjo singular de cidades.

A rede de cidades se altera, fazendo, desse modo, despontar um novo paradigma urbano cuja expressão pode ser percebida pelas transformações que ocorrem na configuração espacial das cidades em todo o planeta. Os fixos e fluxos do capital e do trabalho que configuraram o espaço social da rede urbana estão sendo alterados por uma nova ordem comandada pelo movimento internacional de financeirização da economia. São os fixos e os fluxos ligados à produção capitalista urbano industrial que tiveram início com a integração nacional, intensificaram-se com a Revolução de 1930 e a consolidação do Estado Nacional brasileiro, que se manteve até os finais dos anos 1980.

O estado de Sergipe, menor da federação brasileira, localizado no lado oriental da Região Nordeste do Brasil, com uma área de 22.050,4 Km² é formado por 75 municípios. Como não podia ser diferente, faz parte dessa nova realidade mundial, com impactos diretos na configuração espacial da sua rede urbana.

O objetivo deste trabalho, por conseguinte, é estudar a rede urbana de Sergipe, para conhecer o seu movimento de centralidade espacial geográfica, em função dos descompassos provocados pelos fluxos de produção da riqueza e pelos fluxos de reprodução social, que configuraram a forma, função e ordem ideológica que mantêm a rede conectada entre si.

Trata-se, portanto, de um estudo sobre a configuração espacial da rede urbana de Sergipe, com o interesse de verificar a validade e a possibilidade de extensão da utilização da epistemologia, como meio para a construção de um embasamento teórico coerente, capaz de contribuir para o entendimento do significado das transformações, na configuração espacial da rede urbana, em seu movimento, ligado à economia industrial capitalista que a sucede.

Mais especificamente, pretende-se, com esse trabalho, reconhecer o método através do qual é possível perceber e conceber a categoria intelectual de investigação e o objeto de estudo. É, na verdade, a construção de um pensamento-ação capaz de reconhecer e explicar a configuração espacial empírica da rede urbana em movimento.

Este trabalho é na verdade uma complementação e aprofundamento teórico dos diversos trabalhos desenvolvidos pelo autor, como professor universitário, consultor e urbanista, atuando diretamente junto à Prefeitura Municipal de Aracaju e ao Governo do

Estado de Sergipe, como Diretor de Gestão Urbana e como Superintendente de Urbanismo e Habitação de Interesse Social da Secretaria de Estado de Sergipe, respectivamente; realizando trabalhos, tendo como objeto, além da Capital, os municípios de Canindé de São Francisco, Divina Pastora, Itabaianinha, Lagarto, Maruim, N. S. do Socorro, Japaratuba, Japoatã, Riachuelo, Rosário do Catete, Neópolis e Santana de São Francisco, em Sergipe.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada, inicialmente, uma reflexão epistemológica com base no pensamento geográfico moderno, resumido por Milton Santos, no seu Testamento Intelectual (2004), e em princípios filosóficos desenvolvidos por Gottfried Wilhelm Leibniz, Henri Lefebvre, Jean-Paul Sartre, Friedrich Nietzsche, Karel Kosic e Michel Foucault. Em seguida, foi realizada uma investigação histórica da formação e movimento da rede urbana sergipana, a partir da leitura dos trabalhos disponíveis de historiadores, geógrafos e cientistas sociais, atualizados pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da pesquisa realizada em 2004 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em onze municípios do estado de Sergipe e pela pesquisa institucional e de campo. Foi uma incursão na história a fim de reconstruir as forças e formas espaciais que modelaram a centralidade espacial da rede urbana de Sergipe.

Foram utilizados, também, para verificação do descompasso da rede urbana de Sergipe, os dados do IBGE relativos à evolução da população urbana e rural dos municípios, além da distribuição relativa da População Economicamente Ativa (PEA) por ramos de atividade – agropecuária, indústria e serviços – e sua participação junto à população total do municipal e total da PEA (Apêndices A a I).

Para efeito de estudo, baseado em Brum (1996), foram adotados, como marcos temporais, os ciclos econômicos que dominaram o movimento de centralidade espacial da rede urbana de Sergipe. O primeiro ciclo foi denominado de Centralidade Espacial Colonial e teve início em 1590, com a conquista colonial do território sergipano e a formação dos núcleos de povoamento que deram origem às sedes municipais da rede urbana.

O segundo ciclo, denominado Centralidade Espacial Agrário-Exportadora, teve início com a independência política do Brasil colonial e durou até 1945; o terceiro ciclo foi denominado de Centralidade Espacial Regional e teve início a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Este trabalho é constituído de duas partes. A primeira discute a concepção da rede urbana, como objeto de estudo da Geografia, com a finalidade de encontrar respostas para as

questões ligadas à natureza do objeto, ao recorte geográfico, às categorias, aos termos, aos conceitos e aos procedimentos de estudo, de modo a permitir a delimitação intelectual do objeto, as suas representações geográficas e a lógica de investigação, que possibilitem a verificação e a explicação da formação, movimento e descompasso da rede urbana recente de Sergipe. Essa primeira parte é formada por três itens. O primeiro trata da natureza do objeto de estudo; o segundo, do espaço da rede como unidade dialética; e, o terceiro, e último, trata da rede urbana como um recorte da realidade.

A segunda parte discute o movimento e o descompasso da centralidade da rede urbana de Sergipe, que teve início junto à colonização brasileira e que se consolidou e se desenvolveu a partir da independência política do Brasil, estendendo-se até o ano de 2007. Essa parte é formada por quatro itens. O primeiro trata do ambiente colonial onde ocorreu a ocupação do território sergipano; o segundo refere-se à centralidade espacial colonial; o terceiro, da centralidade espacial regional; e, finalmente, o quarto, que trata da centralidade espacial nacional.

Esta abordagem pretende conhecer e explicar as desigualdades geográficas, que ocorrem em razão das centralidades consolidadas no movimento da história da rede urbana de Sergipe. É uma tentativa de contribuir para a construção de um conhecimento geográfico sincrônico, coerente e capaz de explicar o fenômeno urbano em sua atualidade.

Pretende-se, desse modo, construir um conhecimento a partir do entendimento da Geografia como um saber em transformação, necessário à sobrevivência e perpetuação da espécie humana, impulsionado pela tensão entre pólos epistemológicos opostos formados na Modernidade.

Acredita-se que um estudo, com este pensamento moderno geográfico, com ênfase na lógica dialética materialista triádica, seja pertinente como contribuição metodológica para construção de uma teoria que permita a caracterização do método de interpretação, a delimitação do objeto de estudo e a definição dos procedimentos científicos de investigação, tendo em vista o conhecimento da rede urbana capitalista.

PARTE 1

A CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE URBANA CONCEBIDA E PERCEBIDA COMO OBJETO DE ESTUDO GEOGRÁFICO

Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem os efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos

Michel Foucault. *Microfísica do Poder*, p. 7

A Parte 1 deste trabalho foi desenvolvida com o objetivo de fundamentar a concepção do objeto geográfico de estudo e o método de investigação, de modo a delimitar a rede urbana sergipana como objeto de estudo e estabelecer os procedimentos de pesquisa.

Para a manutenção do foco de interesse da abordagem escolhida, desde já, recusa-se à utilização de conceitos anacrônicos, adotados de forma *a priori* e reafirma-se a intenção da busca de uma forma geográfica coerente com o espírito da Modernidade e, como tal, capaz de proporcionar uma representação geográfica sincrônica com o mundo da rede urbana na atualidade.

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, dirigido ao conhecimento geográfico, sem nenhuma pretensão de discutir a natureza científica da disciplina geográfica, muito menos a polissemia que envolve a palavra Geografia, mas com a intenção de esclarecer a concepção epistemológica adotada neste trabalho.

Explicar o significado de um termo é algo complexo e difícil, muito embora necessário para a caracterização, de forma adequada, do fenômeno que se está abordando. A definição de um termo incorpora uma teoria ao significado de uma palavra, tornando, dessa forma, explícita a teoria que sustenta a definição e explica o evento representado.

É com esse entendimento que se procura explicar os fundamentos adotados para definição do fenômeno urbano, no sentido de esclarecer o seu significado e conteúdo teórico. Conseqüentemente, o entendimento da vida social geográfica, em última instância, é o foco primeiro deste trabalho, que necessita, antes de tudo, entender a rede urbana que se está tratando.

1 A REDE URBANA EM DISCUSSÃO

A rede urbana, percebida e concebida como fenômeno empírico e objeto do conhecimento da Ciência, contempla tantos enunciados quantas disciplinas do saber científico permitam a sua abordagem. Assim, ela pode vir a ser tratada, dentre outras abordagens, como um fato geográfico, histórico e sociológico. Importa, para cada campo da ciência, a identificação precisa do fenômeno junto ao seu universo disciplinar. Ou seja, é necessária a delimitação da rede urbana como objeto do conhecimento, para que se possa submetê-la ao saber organizado: a um método e procedimentos científicos (ECO, 1998, p. 11).

Desse modo, a abordagem da rede, do ponto de vista deste trabalho, utiliza o método dialético materialista triádico, como fundamento epistemológico para identificação e conhecimento precisos do fenômeno, situando, portanto, a Geografia no âmbito da crítica que se opõe à lógica formal positivista, que nasce com o Iluminismo no final do século XVIII (Gomes, 2003, p. 21).

O método materialista triádico é um modo de conhecer a realidade social empírica em seu movimento. Trata-se do movimento objetivo, material, ou seja, trata-se da ação dos homens com o meio e entre si, provocada por idéias que se opõem. A ação social empreendida, por sua vez, provoca um novo pensar, como unidade entre as idéias que se opunham. Essa unidade permanece até o surgimento de um novo conflito.

Por outro lado, é a unidade de um pensamento que contribui para a reprodução do *status quo* da sociedade. Já, o surgimento de um novo conflito coloca a vida social em movimento, transformando-a. É nesse sentido que a rede urbana se torna uma categoria materialista triádica de análise, inferida do seu movimento, como unidade entre os fluxos que se opõem de produção da riqueza e reprodução da vida social.

É o método que remete à pergunta fundamental sobre a oposição da vida humana. “A pergunta pelo sentido dos opostos é, em última instância, a pergunta do ser humano sobre si mesmo e seu lugar no todo da realidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 413)². A dialética materialista triádica é constituída pelos termos em oposição e pela unidade que mantém esses termos vinculados. Ela recusa a dialética binária da negação e da síntese (MOREIRA, 2007, p.162).

²Oliveira (2004) discute sobre a dialética hoje levando em conta a lógica, a interpretação da realidade como totalidade e a historicidade da compreensão do pensamento dialético.

Nessa perspectiva, a abordagem geográfica crítica, adotada neste trabalho, refere-se à rede urbana concebida como uma centralidade, ou seja, um conjunto de nucleações de povoamento, reunidas sob o comando de uma ou mais cidades. Essa abordagem tem como foco a forma, a função e a ordem que configuram espacialmente a rede. Forma, função e ordem compreendidas como dimensões espaciais que resultam da tensão entre os fluxos opostos de sobrevivência e os fluxos econômicos, ambos ligados à rede urbana em um dado momento da história. Trata-se da configuração que permite verificar o descompasso entre os fluxos da rede urbana.

É desse modo que a rede urbana se torna objeto do conhecimento científico submetido a um saber organizado. Sem dúvida, conhecer essa intrincada realidade ajuda a entender o fenômeno urbano e regional que tem acompanhado a civilização humana em seus mais diferentes momentos.

1.1 O OBJETO E O MÉTODO

A Geografia – disciplina científica –, submete o objeto do conhecimento empírico aos procedimentos apresentados pela ciência do conhecimento, que oferece as possibilidades e os recursos para sua interpretação e compreensão. São os meios que permitem, sob um ponto de vista, abordar uma realidade (MOREIRA, 2006, p. 123; SANTOS, 2004, p. 31, 199, 62-63). São, em última análise, desdobramentos do método, que utilizam a lógica dialética ou a lógica formal. Lógicas que tiveram início na antiguidade grega, com os filósofos Platão e Aristóteles, respectivamente (SPOSITO, 2004, p. 40).

De um lado, tem-se a abordagem dialética materialista que concebe o mundo exterior em contínua mudança e movimento, cuja verdade e *logos* é o devir – lei geral da realidade do mundo empírico (GRAMISCI, 1991). Nesta concepção, a verdade é o movimento, é o que existe de contrário. É a mudança e a contradição. Estes são os componentes do *logos* da Geografia fundada na lógica dialética. O conhecimento, então, deixa de ser a totalidade dos fatos e passa a ser formado pelo movimento das partes em tensão, que formam o todo geográfico (GOLDMANN, 1979; 1967).

Do outro lado, tem-se a abordagem formal, que concebe também o mundo exterior em contínua mudança e movimento. Entretanto, a sua verdade e o seu *logos* são o oposto das aparências dos contrários. É o que existe de identidade do que não muda; é o que permanece

idêntico. Na contínua mudança e no movimento do mundo existem uniformidades que podem ser enunciadas como leis gerais. Essas uniformidades são os componentes do *logos* da Geografia fundada na lógica formal. O conhecimento quase sempre passa a ser a totalidade dos fatos geográficos, identificando-se com a própria realidade empírica enunciada (CHAUÍ, 2001, p. 180-181).

Em geral, a escolha de uma ou de outra lógica, ou mesmo de um de seus desdobramentos, é orientada pelas dúvidas científicas que se apresentam em forma de questionamentos, decorrentes da concepção de mundo do cientista. Assim, os meios de interpretação e o conhecimento da realidade, juntamente com a concepção de mundo do cientista, constituem os procedimentos e o método da ciência geográfica.

Nesse sentido, do ponto de vista da lógica formal, a rede urbana é um conceito de validade geral, inferido da regularidade que realidade empírica se apresenta. Do ponto de vista da lógica dialética, é ao mesmo tempo estrutura racional perceptiva do espaço da rede urbana e categoria espacial do seu conhecimento geográfico. Ela é uma unidade dialética.

Muito embora o conhecimento geográfico tenha se desdobrado em diversas linhas, ele sempre se refere ao ser. Apesar de toda a diversidade da ciência, há sempre uma metafísica. É nesse sentido que Buzzi (2006) entende a questão do conhecimento do ser como expressão histórica, de modo que todo o conhecimento da realidade nunca deixa de ser precedido da sua explicação ontológica como conhecimento do ser no mundo. É uma teoria elaborada pela intuição sensível e pela fenomenologia, que explica, sob um ponto de vista específico, o sentido do ser no mundo.

Com este entendimento, o estudo reflexivo sobre o método se torna uma atividade preliminar, essencial para delimitação do objeto de estudo e orientação da pesquisa geográfica em seu estatuto de ciência na Modernidade, contribuindo para preservar um saber reflexivo dirigido ao objeto herdado do pensamento filosófico pré-socrático que lhe faz justiça ao nome (MOREIRA, 2006, p. 9; SANTOS, 2002, p. 61; 1999, p. 39).

A reaproximação com o método científico, por conseguinte, na perspectiva deste trabalho, implica, de um lado, na rejeição da compreensão da razão e lógica positivas, como único e inquestionável princípio da ciência e da rejeição da razão como faculdade humana capaz de produzir conhecimentos universais. De outro lado, implica na emergência do reconhecimento da natureza do objeto geográfico, da necessidade da sua delimitação e do resgate do seu movimento histórico, enquanto representação.

A retomada do método, portanto, ganha força no sentido de estabelecer uma teoria de interpretação capaz de incorporar as questões relevantes da pesquisa, além de possibilitar a delimitação do objeto do conhecimento da ciência geográfica e a definição da lógica e dos instrumentos de investigação, normatizados e orientados para a pesquisa científica. São questões cujas respostas permitem enfrentar a realidade na complexidade que se apresenta.

Assim, apoiada na filosofia teórica³, a construção do embasamento sobre o conhecimento da Geografia tem, como tarefa inicial, o reconhecimento da condição do saber geográfico em função da natureza do seu objeto de estudo. Dessa forma, espera-se que uma aproximação com a filosofia teórica, orientada pela epistemologia dirigida a uma reflexão ontológica do ser geográfico e do seu movimento no mundo, possibilite restabelecer o método como fundamento do conhecimento, cujo ponto de vista adotado permita a formulação dos meios para a explicação dos acontecimentos geográficos sobre o movimento da rede urbana de Sergipe.

1.2 A NATUREZA DO OBJETO GEOGRÁFICO

O ser da Geografia é humano (MOREIRA, 2006, p. 86). O que caracteriza a natureza e o objeto da Geografia humana são: a natureza orgânica e a faculdade do homem de enfrentar a sua condição de organismo vivo, utilizando o próprio movimento da vida. A limitação imposta ao ser humano, pela sua natureza orgânica, é superada por sua faculdade intelectual. Ao se colocar no mundo o ser humano, cria-se a sua vida como unidade no mundo e põe em movimento a Geografia.

O ser humano, na sua necessidade de se exteriorizar, de ser para o outro, passa a existir de forma racional e social no mundo, a tornar-se um ser geográfico histórico na unidade do seu movimento de ser. Ele é a própria imagem do homem no mundo; é um ser com o pensamento dividido, entre a necessidade de exteriorizar-se e o mundo exteriorizado, que

³ A expressão filosofia teórica é utilizada no sentido de “Conjunto dos estudos relativos ao *espírito*, enquanto este se distingue dos objetos, enquanto é posto em antítese com a natureza; e, por consequência mais especialmente: Estudos críticos, reflexivos, daquilo que as ciências propriamente ditas visam diretamente” (LALANDE, 1999, p. 405).

necessita do pensamento e da ação, pois sem o pensamento-ação⁴ não há mundo nem há ser. A sua condição de ser e de existir no mundo é o movimento do pensamento-ação⁵.

Ao se apresentar no mundo, o ser humano revela sua natureza orgânica e sua faculdade intelectual de pensar antes de agir; passa a existir não só para si, mas para o os outros; transforma o mundo e é transformado por ele; expõe a sua condição histórica e social e estabelece formas geográficas de sobrevivência e reprodução da espécie.

O ser geográfico é um ser dividido entre o pensamento que necessita do mundo para existir e o mundo que necessita do pensamento para ser representado (BACHELARD, 2007, p. 11, 80). O pensamento-ação é o movimento do ser geográfico no mundo (MOREIRA, 2006, p. 64). É, ao mesmo tempo, ação e representação do mundo. Logo, o conhecimento geográfico é a consciência⁶ da ação humana no espaço e tempo históricos.

O objeto do conhecimento geográfico, sob esse ponto de vista, são as relações sociais e suas representações sociais em movimento (MOREIRA, 2007, p. 63-65). São relações desenvolvidas pelo impulso à satisfação das necessidades básicas de existência humana para a garantia da reprodução da espécie. São relações sociais que, uma vez garantidas as necessidades básicas, as motivações que animam as relações dos homens com o meio se diversificam (SANTOS, 1999, p. 51).

A representação das relações sociais em movimento é a *imago mundi* (MOREIRA, 2007, p. 107-108). Constitui-se em um saber que se refere a um mundo que existe fora e independente do sujeito que o produz, portanto, um saber que tem uma natureza dividida. Trata-se da natureza repartida entre a realidade empírica, fonte de seu conhecimento, e a sua representação, enquanto conhecimento realizado.

Na verdade, o objeto da Geografia é um objeto que existe de forma concreta fora do pensamento humano no espaço e no tempo, como realidade empírica e que necessita da intermediação da percepção humana, através dos sentidos para se transformar em conhecimento.

⁴ O termo “pensamento-ação” é tomado de Libiniz (*Novos ensaios*, I, cap. I, § 26, p. 59-60) com o sentido de os pensamentos são ações”, fatos *in actu*.

⁵ Santos (1999, p. 64,67) referindo-se à Marx e Engels, caracteriza a ação envolvida no pensamento-ação.

⁶ O termo consciência é adotado no sentido de pensamento que antecede a uma ação humana. É um pensamento que se exterioriza na ação e tende a se cristalizar na forma de conhecimento. Em geral esse conhecimento pode tomar a forma de uma relação do homem com o meio e dos homens entre si, ou tomar a forma de um pensamento abstrato, uma idéia. A consciência do ser humano, com esse sentido, diferencia-se do conhecimento enquanto desejo consciente cognitivo de apreender um objeto qualquer cujo produto é um saber representacional desse objeto.

A mente humana ao captar a realidade empírica a representa, transformando o objeto geográfico do conhecimento em pensamento exteriorizado no espaço e no tempo. Trata-se, na verdade, de um pensamento diferente da realidade. É um pensamento que reproduz o mundo material, é algo que se coloca no lugar da realidade, no lugar do objeto geográfico como representação e nunca é a própria realidade. A realidade é triádica, fazendo parte dela o mundo material, sua representação e sua explicação.

1.3 A REPRESENTAÇÃO DO OBJETO

De acordo com Gaston Bachelard – epistemólogo, filósofo da ciência e teórico da imaginação, só recorrendo à filosofia alguém pode dar conta da validade do conhecimento em função da cisão entre o pensamento representativo e a realidade empírica (BACHELARD, 2008, p. 77-86; 1996).

Para Bachelard existem duas bases filosóficas para a existência do ser no mundo: uma é o pensamento racional representativo e a outra é a realidade empírica, fonte da representação. A separação ocorre, segundo ele, porque o pensamento racional é representativo, ou seja, é um pensamento mediado pela percepção humana, e, conseqüentemente, depende do mundo exterior.

O pensamento representativo é sempre uma representação do que se vê, portanto, um pensamento relacional não real, ao contrário do pensamento que leva a consciência do ser, que é uma atividade unicamente psíquica, sujeita à vontade do indivíduo, ou seja, um pensamento poético e criativo que faz parte do campo da imaginação.

Assim, ressalta-se o papel fundamental do pensamento geográfico para o movimento da realidade empírica. É a *imago mundi*, que se constitui como conhecimento representativo, que possibilita a projeção do ser que pensa no mundo. Ela é responsável pela orientação, localização e ocupação desse ser que pensa e do ser que existe no mundo.

A superação espaço-temporal da cisão entre a representação e o mundo empírico coloca o ser no mundo e promove o movimento da vida. Nesse sentido, o conhecimento geográfico como verdade teórica é a percepção do movimento do ser que pensa na direção do mundo que existe fora do seu pensamento, acompanhado da concepção da unidade desse ser no mundo.

O conhecimento do ser geográfico é a representação do movimento triádico da vida; é o movimento permanente do ser humano em busca da sua existência repartida entre espírito e carne, entre a o ser e a natureza (MOREIRA, 2007, p. 133); é um movimento que se realiza na condição e pela possibilidade de existência do ser humano que se concretiza no espaço geográfico. Assim, o conhecimento geográfico se concretiza com a representação da existência dividida do ser humano no espaço e no tempo histórico, com a representação do movimento do seu pensamento-ação, que é o movimento promovido pela tensão constante entre o espírito e a carne, na busca de sua unidade no mundo.

Urdido na unidade entre a necessidade da carne e a resposta do espírito, entre a tensão do existir e do ser, o conhecimento geográfico, modifica o mundo, cria formas e dá andamento ao movimento da vida⁷. Torna-se um conhecimento histórico em sua especificidade e manifestação singular. É um conhecimento produzido sem uma ordem regular ou lógica, assumindo diferentes formas na história da humanidade⁸

Uma vez exteriorizado, cristaliza-se pelas relações sociais e torna-se conhecimento geográfico histórico. No decurso recente da institucionalização positiva do conhecimento o saber geográfico se instrumentalizou e ganhou estatuto acadêmico. A *imago mundi* se tornou objeto da Geografia, enquanto disciplina⁹.

O conhecimento do ser geográfico, na verdade, pressupõe o reconhecimento da existência do ser humano, na história, como existência geográfica. Conseqüentemente, uma das formas de se apreender a realidade em Geografia é reconhecer e compreender a existência do homem no mundo. Esse é um modo de conhecimento racional que possibilita, através do pensamento lógico, reconhecer o movimento do pensamento-ação como verdade geográfica.

A existência do homem no mundo, sob esse ponto de vista, revela-se pela representação do movimento do pensamento ação, cuja manifestação empírica é orientada pela consciência dividida do ser geográfico da necessidade e do desejo de viver; pela consciência do objeto de satisfação e de realização do desejo de concretização da vida; e,

⁷ Trata-se do devir expresso, inicialmente, pela filosofia grega. É o devir que se revela pela “tensão entre a mudança experimentada e o esforço de reconhecer, nesse fluxo dos acontecimentos, estruturas e inter-relações e fixá-las na mente”. Ricken (2005, p. 184). Em síntese, é o movimento de construção e significação do mundo exterior

⁸ Não se trata de um conhecimento universal, mas, um conhecimento que é próprio de cada realidade.

⁹ Neste item do trabalho, o conhecimento objeto de estudo é o conhecimento geográfico que é inerente à existência humana.

finalmente, pela consciência da dependência do espírito: pensamento para a manifestação da vida material, que se realiza no espaço e no tempo histórico.

Reconhecendo a existência do ser humano em movimento na história, como a realidade do ser geográfico e da Geografia, que se revelam pelo desenvolvimento das relações sociais, conseqüentemente, essas relações sociais se tornam, juntamente com o pensamento que as desencadeou, objeto do conhecimento da Geografia.

Assim, percebida e concebida como um fenômeno material, a rede urbana existe no mundo da experiência humana como produto da ação organizada dos homens, portanto, como um fenômeno com uma dimensão substantiva sensível e uma representação social. É um acontecimento exterior que, uma vez percebido pelos sentidos humanos, necessita, para o seu entendimento, ser submetido a uma ação cognitiva.

Enquanto acontecimento empírico social, a rede urbana é um enunciado da observação da experiência dos homens. É um enunciado que se utiliza, com freqüência, da analogia com o vocábulo rede. Na verdade, tem como base empírica a forma como os núcleos de povoamento se localizam, organizam-se territorialmente e se relacionam entre si ao longo da história.

Na analogia com o vocábulo rede, os núcleos urbanos têm sido tratados como nós que resultam do entrelaçamento dos fios que tecem a rede (CORRÊA, 1989, p. 64). São os pontos territorialmente definidos pelos núcleos de povoamento, com funções diferentes do campo, são os fixos da rede. As relações sociais, que se desenvolvem entre os núcleos urbanos, por sua vez, referem-se às linhas que formam a malha da rede; são os fios que unem os nós; são os fluxos da rede urbana.

Neste sentido, destacam-se como elementos empíricos essenciais, que configuram a rede urbana, os seus fixos e os seus fluxos. Os fixos são os centros urbanos, articulados por relações sociais, que ocorrem com uma determinada freqüência em um meio técnico próprio. Os fluxos são as relações sociais que articulam os fixos.

Dessa forma, a rede urbana, enquanto fenômeno social, ocorre em movimento no tempo e no espaço; possui data e localização precisas; é um fenômeno factual da realidade social, pois envolve o ser humano historicamente organizado; refere-se a um conjunto de núcleos centralizados de pessoas e atividades sedentárias e dependentes de ações externas para se manter e se reproduzir como padrão urbano. São, portanto, núcleos percebidos e

concebidos como pontos fixos de atração territorial e localização de atividades diferentes daquelas que se verificam no campo.

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA REDE COMO UNIDADE DIALÉTICA

A rede urbana, do ponto de vista deste trabalho, será abordada como uma centralidade espacial percebida e concebida como um campo de forças de atração seletiva de pessoas e atividades, e de drenagem da riqueza social produzida. Essa centralidade urbana é responsável pelo encaixe, desencaixe e reencaixe das atividades e pessoas reunidas em rede¹⁰. Trata-se de uma totalidade como latência “dada pelas suas possibilidades reais mas históricas e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação” (SANTOS, 1999, p. 99).

Conseqüentemente, a rede urbana é, ao mesmo tempo, um fenômeno social e histórico, portanto, um fenômeno material, espacial e temporal, com uma dimensão formal, funcional e uma ordem que sustenta e mantém a rede urbana organizada no espaço e no tempo. Essas dimensões constituem os elementos que expressam o movimento empírico da rede e são, simultaneamente, os elementos que compõem a categoria triádica que possibilita o seu conhecimento.

A centralidade urbana é uma categoria derivada da forma geográfica espacial da rede urbana, configurada social, econômica, política e culturalmente. Tem uma dimensão urbana formal, funcional e uma ordem ideológica, que a fundamenta como tal. É um campo de forças de atração seletiva de pessoas e atividades, e de drenagem da riqueza social produzida (SANTOS, 1999, p. 52).

Historicamente, as formas geográficas têm se manifestado como localidades espaciais cuja expressão material mais evidente é a cidade. A cidade, nesse sentido, é compreendida como a manifestação material de um campo de potência geográfico que se configura como uma localidade espacial central, ou seja, a cidade é um retrato do movimento espacial geográfico, é uma forma espacial. Para o seu conhecimento e explicação é necessário, além da percepção da sua representação empírica, o entendimento das forças e suas representações sociais que modelam e reproduzem a sua forma cidade no tempo histórico.

Destaca-se, então, o espaço urbano como um campo de potência que submete e mantém as relações sociais a uma determinada ordem geográfica em um território definido.

¹⁰ O conceito de centralidade espacial foi desenvolvido a partir do pensamento desenvolvido por Corrêa (1989) fundamentado no conceito de potência desenvolvido em Nietzsche (2008) e de poder desenvolvido por Foucault (2003).

Trata-se da ordem que concentra e localiza no mundo parte da população de forma sedentária, portanto, dependente, para sobreviver, de recursos e meios fora do território ocupado. A manifestação material e intelectual primária do espaço urbano geográfico é a cidade em oposição ao campo. A cidade enquanto localidade sedentária dependente do campo

Para Weber (1987, p. 3), pode-se tentar definir a cidade de diversas maneiras, entretanto, todas as definições convergirão para um elemento comum, ou seja, para um *habitat* concentrado: uma localidade; muito embora, uma concentração de casas por si só não seja suficiente para definir a complexidade do fenômeno urbano, esclarece ele.

Esse autor (WEBER, 1987, p. 5) adota uma perspectiva econômica e estabelece alguns pressupostos para que a cidade, compreendida como uma aglomeração comercial, possa existir. Sem dúvida, a cidade, entendida como uma localidade, é uma nucleação espacial cuja centralidade tem se manifestado de diferentes formas na história da humanidade.

Trata-se, numa perspectiva geográfica, de uma localidade central espacial, ou melhor, um aglomerado de pessoas localizadas em um ambiente territorialmente construído, desenvolvendo atividades de modo sedentário, diferentes daquelas praticadas no campo. Do ponto de vista histórico, determinadas circunstâncias têm se colocado como condição para que a cidade possa existir. São forças espaciais geográficas que se manifestam e modelam o espaço urbano de forma simultânea e interdependente.

Uma delas refere-se à necessidade da existência de uma população concentrada, vivendo de forma sedentária. Outra condição é a existência de certa divisão social entre trabalho intelectual e trabalho físico, e um excedente econômico, de modo a garantir a sobrevivência de parte da população sedentária e dependente; finalmente, a última condição refere-se à existência de determinada organização política e social que permita que as condições anteriores se configurem e se mantenham com uma regularidade, e não só ocorra de forma ocasional. Só a partir dessas condições mínimas é que se tem constatado a formação de localidades espaciais centrais urbanas, localizadas no espaço e tempo histórico.

A centralidade espacial, conseqüentemente, é a capacidade que um espaço geográfico possui de manter e reproduzir pessoas e atividades configuradas, de forma sedentária, em um ambiente territorialmente construído num tempo histórico definido. É um espaço geográfico constituído por um por um campo de forças apto a promover um movimento territorial endógeno e exógeno de atração, repulsão e manutenção da população e das atividades que compõem a centralidade urbana.

É um movimento geográfico histórico concebido como uma unidade dialética que ocorre provocada pela tensão que se estabelece entre as diferentes forças espaciais geográficas que se formam em torno de interesses comuns voltadas para a produção e reprodução social. A centralidade espacial, então, uma vez constituída, estabelece uma dinâmica interna cuja configuração passa a exercer uma força para fora dos seus limites e outra para dentro.

Essas forças espaciais geográficas conectam uma localidade central a outros núcleos urbanos, constituindo uma nova forma geográfica de organização espacial das pessoas e atividades: a rede urbana. Essa nova forma geográfica tem se apresentado também na história de modo diversificado. No modo capitalista de produção da riqueza social, a sua configuração tem se definido pelos fluxos sociais de produção da riqueza e pelos fluxos de reprodução da sociedade, que passam a conectar as localidades.

O movimento da totalidade espacial é uma manifestação objetiva no espaço e no tempo histórico. Trata-se de um movimento que se efetiva, empiricamente, com uma forma física territorial, uma função estabelecida pelas relações sociais que ocupam e usam o território e uma ordem ideológica, sustentado em uma base sócio-econômica, política e cultural.

A gênese desse movimento é resultado das tensões que se formam entre forças espaciais. Mais especificamente, são tensões que se desenvolvem em torno de interesses territoriais diferentes e complementares. São interesses territoriais que colidem de forma contraditória ou não em torno de uma unidade que transforma as tensões diferentes em uma força espacial, cuja especificidade territorial, transforma-a em uma forma espacial geográfica.

A força espacial, por conseguinte, é toda a forma de poder capaz de provocar relações sociais. É nesse sentido que a força espacial é percebida e concebida como um poder virtual que existe potencialmente, podendo ser acionado ou não. A força espacial é, na realidade, uma forma de poder geográfico, cristalizado no tempo e no espaço. O poder geográfico cristalizado, conseqüentemente, potencializa uma forma de ocupação e localização, própria de uma determinada organização social histórica, passível de ser acionada em qualquer momento.

As forças espaciais, em geral, se institucionalizam no sentido de garantir a reprodução de relações sociais, ganhando uma forma específica. Essas formas espaciais têm se expressado historicamente de diversos modos. Do ponto de vista do conhecimento, uma

forma de classificá-las é em razão do tipo de relação geográfica que promovem. São relações geográficas econômicas, relações geográficas de produção e reprodução da vida, entre outras.

São relações sociais, por exemplo, que modelam o espaço geográfico, localizando as pessoas e as atividades, criando formas espaciais geográficas específicas. Uma lei, uma organização empresarial, uma aliança social, são, nesse sentido, compreendidas como formas espaciais geográficas. Outro exemplo são as relações sociais que regulam o comportamento produtivo social, elas podem cristalizar formas espaciais econômicas.

As forças espaciais em tensão, para que se mantenham coligadas e em movimento, de forma objetiva no espaço e tempo históricos, tornam necessária a formulação de um pacto entre elas. Neste sentido, para que esse acordo social ganhe efetividade espacial é necessária a institucionalização da unidade que mantém juntas as forças espaciais em tensão. A institucionalização das tensões cria as formas espaciais geográficas.

Com esse entendimento, concebido como uma unidade dialética, o espaço geográfico obtém existência objetiva, por meio da manifestação sensível das relações sociais que se desenvolvem no território. São relações sociais que se cristalizam em formas espaciais, como condição da sua própria existência e movimento. Desse modo, as formas geográficas cristalizadas são forças potenciais que, quando acionadas, garantem o movimento de configuração espacial geográfica das totalidades espaciais na história.

2.1 A CENTRALIDADE ESPACIAL É UMA UNIDADE DIALÉTICA

O movimento dialético materialista triádico, representado pelo pensamento-ação, é, ao mesmo tempo, método e objeto da Geografia. Refere-se à manifestação no mundo exterior da subjetividade, cujo sujeito é um ser social que só consegue sobreviver em interação com o meio e com outros indivíduos da mesma espécie (PINSKY, 2006, p. 13-41; LANGE, 1962, p. 25).

O que significa aceitar que a vida em sociedade exige uma coalizão de interesses ligados à sobrevivência e reprodução da espécie. Assim, a centralidade espacial da rede urbana, enquanto manifestação da subjetividade no mundo, é também uma coalizão de interesses. São interesses relativos às necessidades individuais vitais que só conseguem se realizar quando submetidas a um esforço coletivo que, apesar de ser praticado motivado por iniciativas particulares, é sempre uma combinação coletiva.

A coalizão social, em torno da sobrevivência dos homens no mundo, historicamente tem se manifestado como uma aliança entre grupos sociais que detêm os meios indispensáveis à reprodução da vida coletiva e os que não os possuem, tornando, desse modo, o movimento da vida um acordo potencialmente assimétrico percebido como uma unidade dialética (LANGE, 1962, p. 51-54).

Para a manutenção desse verdadeiro “pacto social desigual”, é necessária a existência de um espaço social que conserve a aliança configurada como tal. Esse espaço social, em última análise, é constituído por um conjunto de forças econômicas, políticas, sociais e culturais. Ele se estabelece para manter e reproduzir as relações sociais desiguais que decorrem do acordo social. São forças que se constituem na própria condição histórica da existência da coalizão social.

Por outro lado, considerando o indivíduo humano como um sujeito do conhecimento desse mundo, pode-se inferir, do exposto, que existem diferentes espaços de possibilidades de reconhecimento da manifestação da vida no espaço e tempo históricos. Esses espaços podem ser reunidos em dois campos, espacialmente diferentes e em permanente diálogo. Eles possibilitam a manifestação material da subjetividade humana e, conseqüentemente, estabelecem o movimento do espaço da vida como unidade dialética.

Um é o campo material empírico, do mundo que existe fora do pensamento. O outro é o campo intelectual, que permanece no interior da subjetividade e se manifesta pelas relações sociais. Esses campos são percebidos e concebidos socialmente, constituindo um imaginário social que se manifesta e reproduz as relações sociais assimétricas materializadas no mundo.

Nessa perspectiva, o campo geográfico do conhecimento humano, inserido em um contexto histórico espacial, torna-se um espaço potencial de existência da humanidade, constituído por formas de poder imbricadas, exercidas por intermédio da atuação social dos homens entre si e junto ao meio ambiente, natural ou modificado. É um poder construtivo que se efetiva na história através das relações sociais. Em seu conjunto e singularidade histórica constituem campos potenciais de poder (SPOSITO, 2008, p. 17).

Esse espaço potencial da existência humana, então, é a centralidade espacial da rede urbana concebida como unidade dialética. É um campo geográfico de potência, formado pelas necessidades e desejos que se realizam com o desenvolvimento de relações sociais (SANTOS, 1999, p. 98). Na verdade, esse campo de potência é composto por um conjunto de forças que

modelam formas geográficas de ocupação, localização em função da sobrevivência e reprodução da vida do homem social no mundo histórico.

2.2 A REDE URBANA É UMA CATEGORIA INTELECTUAL DO CONHECIMENTO

A rede urbana, percebida e concebida como uma totalidade espacial em movimento, é uma categoria intelectual do conhecimento, derivada da realidade material do ser geográfico no mundo. É um conjunto de forças espaciais reunidas com uma configuração geográfica específica na história (SANTOS, 1999, p. 63).

A rede urbana brasileira ligada ao processo de industrialização, por exemplo, constitui uma totalidade espacial composta por forças geográficas que lhes são específicas e, em sua unidade mantém a totalidade da rede em movimento, ou seja, mantém e reproduz a sua configuração no espaço e tempo históricos.

A configuração espacial empírica, de forma e função da centralidade da rede urbana em movimento, tem como pressuposto, para o seu conhecimento, a construção intelectual de uma concepção virtual do fenômeno empírico, transformando-a em uma totalidade – categoria intelectual do conhecimento.

A rede urbana é um recorte geográfico da realidade empírica, percebida e concebida virtualmente como forma geográfica que se apresenta aos sentidos como uma totalidade espacial, formada por um número determinado de núcleos urbanos conectados historicamente entre si por relações sociais (MOREIRA, 2006, p. 127; SANTOS, 1999, p. 19). Como totalidade, a rede é uma representação intelectual que se mantém configurada, sustentada por uma ordem espacial histórica que a reproduz como tal, conservando as conexões que ligam os núcleos, conferindo a esses núcleos uma organização própria e uma representação social do seu arranjo territorial.

Enquanto fenômeno empírico, os núcleos urbanos reunidos em rede têm uma expressão objetiva formal e funcional, constituindo um padrão geográfico. Trata-se da forma e da função da rede urbana, que se configuram com a localização, a conexão e a hierarquização dos núcleos urbanos que pertencem a uma mesma malha.

A distribuição no território, o meio técnico, a frequência e a intensidade com que se desenvolvem as relações sociais entre os núcleos urbanos conectados em rede, bem como as

centralidades que se desenvolvem entre esses núcleos definem a forma objetiva e, ao mesmo tempo, a função da rede urbana.

Assim, a rede urbana passa a ser concebida como uma totalidade espacial com uma expressão empírica formal e funcional, que se mantém e se reproduz configurada, apoiada por uma ordem espacial historicamente determinada. Essa ordem espacial é um poder que reúne as forças espaciais com uma unidade que permite conceber a rede urbana enquanto totalidade espacial. É a ordem espacial que mantém configurada a rede urbana no espaço e no tempo.

As mudanças geográficas, que podem ocorrer na forma e na função da rede urbana, manifestam-se no âmbito dos núcleos urbanos e das relações sociais que conectam esses núcleos entre si¹¹. Na esfera da conexão, as transformações se expressam através do descompasso provocado pela diferença de interesses entre as relações sociais que conectam a rede. Na esfera da relação entre os núcleos urbanos, as transformações se revelam com o desencaixe desses núcleos, provocado pela drenagem da riqueza social produzida no contexto da rede e fora dela.

Esses fluxos em tensão, em geral, têm ocorrido na história em um descompasso entre as localidades que se conectam à rede urbana. São ligações que estabelecem formas desiguais de encaixe das localidades à malha urbana de produção econômica e de sobrevivência.

As diferentes formas de encaixe, junto à rede urbana, estabelecem uma hierarquia de forma e função das localidades que compõem a malha. Essa hierarquia tem se manifestado de diversas maneiras, estabelecendo diferenças evidentes entre as localidades reunidas em rede.

As formas geográficas são conservadas por um campo de forças excludentes de atração, que mantém a rede urbana configurada de modo singular na história, estabelecendo uma ordem geográfica espacial específica. Lewis Mumford (1998), Raquel Rolnik (2004) e Maria Encarnação Sposito (2008), para explicar esse campo de forças fazem uma analogia da centralidade urbana com um ímã.

Essa força, ou melhor, esse campo de forças, estabelece-se historicamente constituindo uma determinada ordem de forma pacífica e às vezes coercitiva, mantendo sociedade e território organizados e localizados com padrões geográficos que se repetem no espaço e no tempo. Neste sentido, são definidos limites para a produção e reprodução social da vida

¹¹ Corrêa (1989, p. 51-70) desenvolve pensamento semelhante ao estudar a natureza e o significado da rede urbana com relação aos ciclos de exploração relativos às migrações, comercialização da produção rural, drenagem da renda fundiária, investimentos de capital, distribuição de bens e serviços e difusão de valores e idéias.

humana, ficando, então, a sobrevivência humana e a produção da riqueza social, submetidas a esse campo de forças.

Associada a essa ordem urbana se constitui uma forma geográfica espacial, sustentada por um imaginário social, no sentido de legitimar a configuração desse padrão urbano. Trata-se de um imaginário que se expressa pelas relações sociais que se estabelecem no sentido de manter sociedade e território organizados e localizados como tal.

Assim, a característica essencial da centralidade urbana, do ponto de vista adotado neste trabalho, é o poder de atração que ela exerce junto a uma determinada população e a um conjunto de atividades que passam a ser desenvolvidas de forma sedentária e dependente de outras atividades desenvolvidas fora dos seus limites territoriais. A centralidade urbana, na verdade, é uma força geográfica potencial construtiva em permanente atuação na história.

Com esse entendimento, a rede urbana é percebida e concebida como uma centralidade geográfica espacial em movimento. Ela reúne, em uma totalidade intelectual, um determinado número de localidades centrais urbanas conectadas em rede. É uma forma espacial geográfica com uma configuração espacial urbana específica na história. Dessa forma, a rede se manifesta pela capacidade de polarização que uma ou mais localidades centrais exerce em razão da organização e da localização da população e das atividades que concentram e do desempenho externo que lhe confere uma função.

2.3 O CONHECIMENTO DA REDE URBANA COMO TOTALIDADE INTELECTUAL

Em oposição ao empirismo geográfico que considera as explicações de causa e efeito das expressões fenomênicas dos fatos como satisfatórias para o entendimento da realidade, o conhecimento do mundo geográfico como totalidade intelectual procura compreender as mudanças espaciais que ocorrem em função da forma como os seres humanos se relacionam e se localizam territorialmente para sobreviver e manter a espécie (SANTOS, 1999, p. 97).

Assim, a compreensão espacial das mudanças que acontecem na realidade geográfica em movimento se revela a partir do entendimento das formas espaciais geográficas como totalidades dialéticas produzidas pelas relações sociais em tensão. São as relações sociais que modelam as formas espaciais geográficas. Esse entendimento é uma representação intelectual que ganham sentido com as especificidades históricas promovidas pelas relações sociais que

se desenvolvem a partir das necessidades e desejos históricos de reprodução da riqueza social e da vida social.

As especificidades históricas promovidas pelas relações sociais que conectam os núcleos urbanos em rede e que se manifestam através das formas espaciais geográficas podem ser percebidas e concebidas pelas transformações que ocorrem na forma, na função e ordem da rede urbana.

A rede urbana, portanto, percebida e concebida como uma forma espacial geográfica de ocupação e uso do território pelo homem permite explicar o seu movimento na história. Uma forma espacial geográfica só existe de fato na história como uma realidade material em movimento. O seu conhecimento é sempre uma representação intelectual da sua manifestação empírica, portanto, uma relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento no sentido de explicitar a sua singularidade na história dos homens. Essas singularidades, na verdade, são aspectos particulares únicos e não acidentais que ocorreram na rede. Nessa perspectiva, o conhecimento se torna conhecimento da realidade histórica em transformação.

A rede urbana enquanto realidade social é uma forma espacial geográfica, resultado das relações sociais que se estabelecem para ocupação e uso do território na história. Essas relações espaciais se desenvolvem a partir das diferentes necessidades e desejos de produção e reprodução da vida que necessitam do território para se realizar. Nesse sentido, a forma espacial geográfica é sempre uma coalizão entre os diferentes interesses sociais em torno da ocupação e do uso do território.

Assim, existe uma razão de ser que explica a constituição manutenção das formas espaciais geográficas da rede urbana. São as representações sociais que se formam junto às necessidades e desejos de ocupação e uso do território que provocam as relações sociais e que modelam e mantém a rede configurada na história. Destarte, a rede urbana, concebida como uma forma espacial, é uma unidade dialética que decorre da tensão entre relações sociais que lhe configuram.

3 A REDE URBANA COMO RECORTE DA REALIDADE

A rede urbana, percebida e concebida como uma categoria dialética materialista triádica, é um recorte na realidade geográfica histórica. Trata-se da unidade e dos termos em tensão que conservam e mantêm o movimento da realidade geográfica empírica em um determinado momento. É uma categoria geográfica com especificidades históricas. Na verdade, é uma representação intelectual que revela o descompasso da rede urbana.

Ao se recusar a existência de princípios racionais gerais ou de pontos de partidas sensíveis, absolutos para a formulação do conhecimento científico, reconhece-se a dúvida como princípio para a expressão do conhecimento geográfico. Trata-se da dúvida geográfica, diante de um problema percebido junto à realidade empírica em movimento, cuja explicação ainda não tenha sido elaborada, ou mesmo, as explicações que existam não sejam satisfatórias.

O reconhecimento da dúvida geográfica, por sua vez, vai exigir um recorte na realidade empírica em movimento, abrangendo, esse recorte, uma extensão, na qual as perguntas relativas às questões ligadas ao problema enunciado possam ser esclarecidas. Para a delimitação do campo do recorte que vai se tornar objeto do conhecimento geográfico se faz necessária a concepção de qual realidade geográfica se está falando e como conhecer cientificamente essa realidade.

Com uma compreensão que rejeita uma teoria prévia dotada de princípios racionais, sensíveis e absolutos, a partir da qual é possível a construção de um entendimento que avança em linha reta na direção de uma explicação universal do mundo da Geografia, adota-se a opção alternativa pela concepção da realidade geográfica como realidade em movimento na história. De acordo com Lefebvre (2004, p. 16), essa realidade pode ser concebida a partir da elaboração de uma prospecção racional lógica na direção do futuro, a partir da percepção e concepção da realidade empírica em movimento, com um olhar no passado que permita explicar o presente.

Trata-se de uma *hipótese teórica* que o pensamento científico tem o direito de formular e de tomar como ponto de partida. Tal procedimento não só é coerente nas ciências, como necessário. Não há ciência sem hipóteses teóricas. Destaquemos desde logo que nossa hipótese, que concerne às ciências ditas 'sociais', está vinculada a uma concepção epistemológica e metodológica. O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto *já* real. Em contra partida, ele não constrói necessariamente seu objeto em nome de uma teoria prévia do conhecimento, de uma teoria do objeto ou de 'modelos'. Para, nós, aqui, o

objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto. Se esse 'objeto' se situa além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício.

Com esse entendimento, compreende-se que a realidade geográfica é um espaço *virtual*¹² em movimento na história, concebido como um método com uma extensão epistemológica e metodológica, ou seja, é o universo geográfico teórico do conhecimento possível e potencial, que é colocado em ação de forma contingente na história. Esse mundo geográfico virtual, contingente e histórico, só se torna real e ganha validade epistemológica quando se reconhece o seu nascimento e desenvolvimento, relacionando-o a uma *práxis*.

A totalidade geográfica em movimento é, em primeiro lugar, a resposta lógica racional à pergunta: *o que é a realidade geográfica?* E em seguida, como consequência da primeira questão, ela se torna um princípio epistemológico e uma exigência metodológica do conhecimento da realidade. Kosik (2002, p. 43) contribui para o entendimento da totalidade como realidade, quando confirma a precedência da definição de realidade como caminho para a sua concepção. Para ele “O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: o que é realidade?”

A aceitação da existência de um mundo geográfico como realidade representa, para o sujeito do conhecimento, a necessidade primeira da concepção racional lógica desse mundo como uma totalidade que permite situar e fundamentar o recorte e a definição dos procedimentos de investigação da realidade.

A totalidade, portanto, é a realidade, ou seja, uma concepção racional lógica de como um segmento qualquer do mundo empírico pode vir a ser concebido e compreendido como um todo. Nesse sentido, o conhecimento da totalidade, na Geografia, passa a depender do entendimento do significado do Mundo Geográfico. Da *imago mundi*, como resposta ao questionamento de qual realidade está se reportando, de modo a possibilitar ao sujeito do conhecimento realizar os recortes nos acontecimentos do mundo como totalidades geográficas em movimento.

Assim, uma vez respondida à questão *o que é a realidade geográfica?* A questão que se segue, será: *qual é a lógica racional e quais são as representações que colocam e mantêm*

¹² O termo virtual é empregado no sentido de potência desenvolvido por Nietzsche (2008) em “Vontade de Poder”

o ser humano geográfico no mundo? Essa lógica servirá como princípio epistemológico e metodológico para o conhecimento da realidade geográfica e das representações sociais.

Por outro lado, a concepção de qual realidade se está tratando, elaborada como hipótese teórica, historicamente motivada, só se revelará como método com uma extensão epistemológica e metodológica que permita conhecer essa realidade, quando explicitar a lógica racional, que faz da Geografia uma realidade empírica em movimento, como lógica de inteligibilidade do mundo.

Nesse ponto, é Sartre (2002, p. 156) quem vai esclarecer, contrapondo-se à lógica formal, a condição para que a realidade da Geografia em movimento se torne uma epistemologia e uma metodologia da ciência. Nesse sentido, ele coloca que, para a realidade empírica se tornar uma totalidade e ser eficaz como método, é necessário que essa realidade seja compreendida como “a experiência permanente de cada um [ser humano]: no universo da exterioridade da sua relação de exterioridade com o universo material e com o Outro”.

A realidade geográfica, sob esse ponto de vista, é compreendida como o movimento de existência do ser humano no espaço e tempo históricos. É a experiência da unidade dividida do ser no mundo que revela o método da totalização do mundo. É dessa forma que a relação geográfica e histórica dos homens com o mundo exterior se torna uma totalidade geográfica. O movimento da experiência da unidade dividida do ser se estabelece com uma lógica específica e é essa lógica que faz da realidade empírica uma totalidade e, ao mesmo tempo, oferece os meios para o seu entendimento.

Conseqüentemente, o pensamento-ação em seu movimento dialético materialista triádico é, ao mesmo tempo, método e objeto do conhecimento da Geografia. Logo, o movimento da vida é compreendido enquanto construção teórica geográfica, uma vez que o conhecimento é representação da realidade e é, também, o movimento do sujeito social na direção da sua existência material no mundo.

Ao por em movimento a vida, o pensamento-ação cria as formas geográficas de reprodução social da vida. São padrões que se configuram quando o pensamento ação é estimulado pela tensão entre o existir e o ser. Esse pensamento-ação geográfico é a realidade que se expressa pelas relações sociais que modelam as formas geográficas da vida. É a realidade que produz a *imago mundi* que pertence, historicamente, ao domínio do saber geográfico.

Uma das formas de compreensão desse mundo geográfico – como um mundo construído pelos homens, formado por um território juntamente com suas relações e suas representações sociais – é o entendimento da lógica das relações que esses homens mantêm entre si e o meio para a existência desse mundo, num determinado momento da sua história. É uma lógica que permite reconhecer um segmento da realidade geográfica em movimento como uma totalidade cujas representações sociais permitem explicá-la. São as representações que motivaram e sustentaram tais relações, com uma unidade que mantém a totalidade geográfica configurada e em movimento na história.

3.1 O FENÔMENO URBANO DA REDE

O conhecimento do fenômeno urbano da rede requer a adoção de um método capaz de conduzir a uma compreensão que leve em conta as tensões que se formam junto às relações de produção e reprodução social da riqueza material. São tensões que movimentam, configuram e conferem significação à rede urbana.

Lefebvre ajuda na compreensão das questões urbanas que no momento atual se apresentam. Um incansável, na crítica aos descaminhos do pensamento e da ação marxista, preocupado com o desencontro entre o processo crescente de urbanização e as necessidades do homem, dedicou três obras especificamente ao espaço urbano: *O direito à cidade* (2001), *A revolução Urbana* (2004) e a *Produção do Espaço* (1974).

A lógica dialética triádica se impõe para esse autor como referência fundamental para o conhecimento das contradições do fenômeno urbano. Considera a cidade moderna em oposição à cidade medieval como um direito. Para ele, a cidade deve ser abordada no sentido prático da sua superação, em sua gênese e produção, percebida e concebida em sua dimensão espacial. Para Lefebvre, portanto, o espaço urbano moderno é uma categoria que possibilita compreender a gênese do fenômeno urbano ligado à economia industrial e suas transformações no movimento da sociedade.

As interpretações simplistas e reducionistas da obra de Marx, de acordo com Lefebvre, têm levado a equívocos interpretativos do seu pensamento, em especial, tratando-se da obra produzida na sua juventude, em relação à concepção linear e evolucionista da história e das transformações sociais, elaborada pelo jovem Marx.

Lefebvre faz um retorno crítico a um Marx, situado no tempo e na história que, segundo ele, é possuidor de uma obra inacabada, repleta de questões importantes, necessárias de serem retomadas. Assim, segundo Martins (1996, p. 14), Lefebvre retorna a um:

Marx da história, personagem, pensador, homem de luta, de incertezas e não de certezas. E não a um Marx acima da história, supra-histórico. O Marx que Lefebvre encontra em sua minuciosa busca é um Marx mortal como qualquer um de nós ... Lefebvre, não retorna simplesmente aos conceitos de Marx, mas a relação entre um modo de pensar e uma prática, isto é, a um projeto na práxis que define o trajeto de uma vida. O método dialético está no centro desse retorno.

O método dialético que Lefebvre vai buscar nas obras de Marx é:

o método que se foi definindo ao longo da obra de Marx que combinam os momentos do método de investigação e do método de explicação; e que culmina com a análise inacabada sobre as classes sociais; isto é, sobre a primeira tríade: trabalho, terra e capital, ou seja, salário renda e lucro. O pensamento de Marx não era binário como o fez mais tarde o marxismo vulgar, e sim triádico (MARTINS, 1996, p 14).

Lefebvre (2001, p. 23) propõe a abordagem espacial para os fenômenos urbanos recentes. Aponta, de forma enfática, a razão dialética triádica como método para o seu conhecimento e esclarece: “com efeito, apenas a razão dialética pode dominar (pelo raciocínio, pela prática) [pela concepção e pela percepção] processos múltiplos e paradoxalmente contraditórios”.

Entretanto, definir o método lógico e a abordagem espacial da rede urbana não é suficiente para a compreensão do fenômeno urbano em sua complexidade. É necessário delimitar o objeto do conhecimento, o qual possibilita explicar a inflexão atual da rede urbana, contextualizando o seu núcleo central no tempo e no ritmo da história.

Nesse sentido, para a explicação e para a compreensão do significado do fenômeno da rede urbana atual, Gottdiener (1997, p. 125) sugere incorporar a análise econômica política à abordagem espacial dialética de Lefebvre, como núcleo central histórico de pesquisa. A sugestão de Gottdiener é apoiada por Anderson (2004, p. 119), ao propor a reincorporação das preocupações econômicas do pensamento maduro de Marx ao materialismo histórico ocidental.

3.2 A REPRESENTAÇÃO URBANA DA REDE

A noção de rede faz parte do imaginário e da representação do mundo do homem, com diferentes qualificações ao longo da história. De acordo com o *Dicionário Etimológico*, de Antônio Geraldo da Cunha, a palavra *rete-is*, de origem latina, só aparece no século XIII, com

o significado de “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”.

A idéia de rede associada à técnica de tecelagem está presente desde a Antiguidade Clássica. Já no século V a.C. ganha uma conotação diferente, ao ser empregada como metáfora para explicar o funcionamento do organismo humano. Na segunda metade do século XVIII o vocábulo é adotado para indicar os sistemas emergentes de representação geométrica do território, mais uma vez adquirindo um novo sentido e só alcançando, na Modernidade, o significado atual de rede de comunicação.

A utilização moderna do entendimento, como rede de comunicação, tem origem na aplicação da filosofia de Saint-Simon (1760-1825), por seus discípulos, a partir da segunda metade do século XIX, quando transfere a analogia rede-organismo para a rede-corpo social. O conceito de rede, então, é utilizado inicialmente pelo filósofo como meio capaz de promover a mudança social. Ou seja, a passagem da sociedade feudal para a sociedade industrial se realizaria de forma tranqüila ao se favorecer a circulação do ‘sangue dinheiro’ no ‘corpo’ do Estado. Em seguida seus seguidores adotaram a idéia de rede como produtora das relações sociais (MUSSO, 2004, p. 17-38).

A noção moderna de rede acompanha as transformações da sociedade, respondendo aos diversos temas propostos pelos movimentos filosóficos da Modernidade. A idéia de rede primeiramente é associada à concepção de progresso, sustentada pelo filósofo Auguste Comte (1798-1857), secretário de Saint-Simon e fundador do Positivismo. Em seguida, sendo, também, adotada com uma perspectiva crítica, em oposição ao positivismo iniciado com Comte. A rede, desde então, está presente nas ciências humanas como rede social, rede técnica, rede econômica, rede urbana etc.

A noção de rede tem evoluído em uma vasta literatura e diversidade semântica, compreendendo diferentes fluxos relacionados com o território (DIAS, 2001). Segundo Dias (2005, p. 11), o conhecimento da rede tem sido difundido em quatro grandes movimentos, envolvendo fluxos com ordens de problemas cada vez mais complexos. Movimentos de pessoas ou fluxos migratórios, movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias, movimentos de informações, envolvendo fluxos informacionais e movimentos de capitais, envolvendo fluxos financeiros.

Com a emergência da era da informação e da organização da sociedade em redes, constatadas e analisadas por Castells (1999; 2000; 2000a) na trilogia seminal *A era da*

informação: economia, sociedade e cultura, a idéia de rede ganha um novo destaque para a explicação dos fenômenos geográficos. Desta vez, surge, nos diversos campos disciplinares do conhecimento, uma vasta literatura, utilizando a noção de rede vinculada à revolução tecnológica dos meios de comunicação e à reestruturação econômica em curso.

De modo geral e, na maior parte do espaço mundial, durante muito tempo esses fluxos estiveram contidos nos limites dos territórios nacionais. Contemporaneamente eles atravessam fronteiras e introduzem uma nova ordem de problemas advindos de sistemas reticulares cada vez mais libertos de controle territorial.

3.3 A REDE URBANA NA HISTÓRIA

A rede urbana, compreendida como um fenômeno geográfico empírico sócio-espacial e histórico, configura-se na história quando as relações sociais que se formam em função da existência de uma ou mais nucleações urbanas, multiplicam-se em conexão umas com as outras. A criação de redes urbanas, portanto, está ligada ao surgimento e ao movimento, no mundo antigo, das primeiras cidades (SPOSITO, 2008; PINSKY, 2006, 57-119; CARLOS, 2005, p. 59; SOUZA, 2003, p. 41-47; CLARK, 1975; MUMFORD, 1998).

Muito embora não existam possibilidades de universalização das condições que deram origem às cidades, sabe-se hoje que as primeiras cidades se formaram, inicialmente, na Mesopotâmia e no Egito, e depois na China, Índia e em Creta. Elas surgiram na história com a passagem de uma forma de organização social cujo modo de produção da riqueza era baseado em uma associação comunitária primitiva e autônoma, para um modo de produção baseado em uma organização social complexa e dependente, apoiada por uma divisão e dominação social do trabalho.

Nessa perspectiva, sem dúvida pode-se afirmar que esse momento da história, do ponto de vista do movimento do espaço vital social, representa o avanço da consciência humana em direção a uma consciência racional do modo urbano de vida.

A formação de cidades, portanto, representa um momento de transformação social em que a população se fixa à terra de forma permanente, desenvolvendo atividades específicas, diferentes das atividades de subsistência, ligadas diretamente ao campo; isso exigiu a articulação com outros setores fora da cidade, para complementação e sustentação da

população aglomerada, dando início à formação de relações sociais dirigidas para fora da cidade.

Com o surgimento das cidades na história teve início a um padrão urbano de vida, com um formato dependente e sedentário, com a organização da população em grupos sociais estruturados e aparelhados para a produção e reprodução da vida, diferente dos grupos comunitários primitivos autônomos e nômades, compostos por um agregado de indivíduos sem uma estrutura social definida e, em geral, sem consciência clara da existência do agrupamento (BOTTOMORE, 1981, p. 105-106).

A passagem de uma forma de organização social apoiada em uma produção econômica simples e autônoma, para uma forma de organização social com uma produção dependente e racional, representou a passagem do modo de organização primitivo da humanidade, baseado na coleta, na caça e em uma agricultura pouco desenvolvida, para uma organização social complexa. Ao mesmo tempo em que desencadeou a formação das cidades com diferentes padrões urbanos na história, desencadeou também as conexões complementares ao seu modo de vida.

3.3.1 Explicando a origem da rede urbana

A evidência empírica tem demonstrado que os homens necessitam, para sobreviver e reproduzir a espécie, localizarem-se e estabelecerem relações entre si e com o meio onde se encontram. Neste sentido, os homens se localizam e constituem grupos humanos comunitários que conseguem sobreviver de modo independente e isolado um dos outros, a partir da consciência da necessidade intrínseca da existência humana, de forma diversificada, na Geografia e na história. Em geral, são grupos nômades que não se fixam em um território específico.

Os homens constituem, também, grupos sociais dependentes, que não conseguem sobreviver de forma autônoma, limitado ao interior do próprio grupo, sendo obrigados a desenvolver relações complementares com outros para sobreviver. São grupos sociais organizados racionalmente em torno de interesses comuns e parciais, mediados pelas necessidades de sobrevivência.

Esses grupos, em geral, estão divididos entre aqueles que dominam os meios de sobrevivência e os que não dominam esses meios. Estes últimos, em troca da garantia da

reprodução social da vida, realizam os diferentes interesses dos primeiros de forma desigual e combinada. Desigual porque são grupos com possibilidades diferentes, combinada porque realizam interesses diferentes de forma pactuada em razão das necessidades de sobrevivência.

Historicamente, esses grupos têm sido reconhecidos como grupos sociais urbanos, localizados em territórios definidos, de forma aglomerada e sedentária, necessitando, portanto, relacionarem-se com outros grupos ou territórios para sobreviver. Esses grupos, ao estabelecerem relações complementares com outros grupos, constituem redes de comunicações entre si. Na verdade são redes urbanas, com uma determinada frequência e unidade de fluxos. Essas redes, juntamente com os diferentes grupos sociais, reunidos em comunidades com interesses que se opõem, localizados de forma sedentária em um determinado momento da história, configuram a forma espacial geográfica da rede urbana.

O formato sedentário e dependente das cidades levou ao desenvolvimento de relações sociais com segmentos fora dos seus limites territoriais, desencadeando uma trama de relações sociais impregnadas pelo padrão dominante citadino de vida. Dessa forma, desenvolveram-se, os primeiros exemplos de redes urbanas na história, associados ao novo padrão de vida, comandado pela cidade. Um exemplo pioneiro que se tem conhecimento na história ocorreu por volta de 4.000 a.C., no Crescente Fértil, formado pela Mesopotâmia e pelo Egito, onde hoje é o Iraque, quando as redes mercantis existentes, foram incorporadas, de forma complementar, à vida das cidades que surgiam.

O modo urbano de produção conseqüentemente articula, em volta da cidade, um conjunto de atividades complementares às suas funções, criando um espaço urbano dominante, condicionador das atividades complementares à nova ordem urbana espacial. Nessa perspectiva, passa a fazer parte do mundo urbano toda e qualquer atividade complementar às funções desenvolvidas pela cidade. Tendo início uma divisão social intra-urbana do trabalho e outra interurbana.

A cidade, nessa ocasião, comandava um território próprio que lhe conferia estabilidade e permitia estender as suas relações sociais além dos seus muros, submetendo a lógica espacial do seu modo de produção ao alcance de suas relações sociais para fora da cidade. Criou-se, assim, uma trama de relações que permitia à cidade garantir a sustentação do seu modo de produção e reprodução social.

A trama de relações sociais, que se formou com as primeiras cidades, desdobrou-se, posteriormente, na história, variando de uma formação sócio-espacial para outra,

apresentando diferentes configurações comandadas por uma ou mais cidades. São as redes urbanas.

As cidades exercem, junto à rede que desenvolvem, uma concentração, atração e repulsão das relações sociais, movimento esse que localiza a população e as atividades no interior e fora do território da cidade. Desse modo, a rede se configura com a criação de pontos fixos e o desenvolvimento de fluxos sociais que se formam para a conexão desses pontos. Os pontos fixos são formados pelas cidades conectadas entre si.

A passagem, do padrão autônomo e nômade de vida para um padrão dependente e sedentário, deu início a uma verdadeira “Revolução Urbana” junto ao desenvolvimento do espaço vital, com a passagem de uma economia coletora para uma economia produtora organizada.

Em verdade, a cidade marca a passagem de um modo de produção da riqueza, individual ou grupal auto-suficiente, para um modo de produção baseado na divisão social entre o trabalho produtivo e o intelectual, possibilitado pela dominação do trabalho por uma elite, por um estágio tecnológico específico, pelas condições materiais e culturais de uma civilização específica, historicamente determinada.

A dependência da cidade, em razão da falta de autonomia, decorrente da sua especialização e a conseqüente necessidade de estabelecer relações complementares, determina a tensão que movimenta a rede urbana. É a oposição que se instala entre os interesses que se formam com as atividades relacionadas à sobrevivência que garantem a sustentação da vida humana, mais especificamente, aquelas relativas à alimentação e às outras atividades desenvolvidas na cidade.

É também o momento em que se instala a tensão que configura e movimenta a organização da cidade ou cidades em rede. Tensão entre o trabalho produtivo e o poder que sustenta e mantém a acumulação e distribuição da riqueza produzida, organizada como tal; poder que se constitui, inicialmente, em função da produção de um excedente alimentar e da própria organização social, exatamente em razão da formação de um trabalho social, resultado de uma divisão do trabalho que tem como base a separação do trabalho produtivo do trabalho intelectual, sustentado por um poder que estratifica o grupo em classes sociais opostas; a classe social que produz a riqueza e a classe social que mantém a riqueza social em produção. Esta é a contradição de base, os termos em oposição que sustentam e movimentam a rede urbana em seu devir histórico.

3.4 O MÉTODO E OS PROCEDIMENTOS

A lógica dialética materialista triádica, adotada como método do conhecimento, permite saber, por intermédio da investigação histórica das formas espaciais, a rede urbana percebida e concebida como uma totalidade, que se manifesta pela forma desigual e combinada, que une as relações sociais em tensão que a compõe. São as relações sociais ligadas à sobrevivência e às que atendem aos interesses de grupos sociais opostos e explicam a razão de ser da totalidade geográfica.

A rede urbana, então, percebida e concebida como totalidade geográfica em movimento, é um conhecimento que se realiza por intermédio do resgate histórico da manifestação material da forma, da função e da ordem específicas, que mantém a forma espacial da rede urbana configurada e em movimento na história. Trata-se de um conhecimento resgatado pelo intelecto, inferido da evidência empírica fornecida pelas formas espaciais localizadas no tempo e no espaço.

A utilização da reconstrução racional do movimento de conscientização da dualidade da existência geográfica humana, como método científico, implica no reconhecimento da compreensão da existência do homem como um movimento de conscientização na direção da unidade da sua natureza, dividida entre o espírito e a carne, e os desdobramentos desse homem com o meio.

Para que o movimento da unidade dividida do ser exista, como um método do conhecimento da Geografia humana, é necessário reconhecer a Geografia como movimento do ser dividido. Isto implica em aceitar a relação do homem com o meio no espaço e no tempo como movimento do homem dividido em busca da sua unidade e como objeto da Geografia.

O conhecimento da rede urbana em movimento é um saber que se forma através do reconhecimento histórico da tríade dialética, constituída pelos termos em oposição que criam a tensão do seu movimento, juntamente com a unidade que mantém e reproduz os termos opostos reconhecidos como o motor do movimento da rede urbana.

O movimento, na realidade, é um sentimento que só existe no pensamento. Nem por isso deixa de fazer parte da realidade, uma vez que é um sentimento reconhecido pelo pensamento em ação; é o pensamento que, ao representar o mundo, o transforma. É um

pensamento movido pela necessidade de se exteriorizar, de tornar-se representação do real. Uma vez apresentado ao mundo torna-se saber do mundo, torna-se material.

O movimento, percebido fora do pensamento é a realidade empírica, constituída pela dimensão espiritual, ou seja, pelo pensamento exteriorizado, transformado em saber cristalizado e pela dimensão física dessa realidade. A realidade é sempre um dado material cujo movimento lhe é revelado pelo pensamento.

Assim, o conhecimento e a explicação das transformações da realidade empírica só são possíveis através do resgate histórico dos termos opostos, os quais movimentam o objeto do conhecimento em um determinado momento da sua existência no mundo; e, do reconhecimento do elo de que mantém e reproduz unidos os termos opostos, que se reconhece como o motor das transformações do objeto empírico.

Desse modo, entende-se ser possível, através do método, delimitar o objeto de estudo, ou seja, estabelecer qual ser se está pretendendo conhecer e ao mesmo tempo qual é o caminho adequado para o pensamento chegar a um conhecimento sincrônico. É com esse entendimento que se pretende delimitar a configuração da rede urbana, como objeto da Geografia na Modernidade.

Desse modo, a história da formação e o conhecimento da expressão empírica e da tensão do seu movimento permitem delimitar o fenômeno da rede urbana e construir as categorias geográficas do seu conhecimento. Estes são os procedimentos utilizados para a reconstrução do método dialético materialista triádico. São momentos da história, que permitem definir a rede urbana como objeto do conhecimento e que, ao mesmo tempo, expressam as transformações geográficas promovidas pelo desenvolvimento do espaço vital social. É um método geográfico espacial e crítico.

Este método rejeita a compreensão da história, como resultado de uma evolução contínua, cujas configurações espaciais e mudanças sociais ocorreriam de forma necessária e positiva em todas as sociedades. Adota a compreensão da história como resultado do movimento de diferentes formas de organizações sócio-espaciais que surgiram, localizaram-se e se desenvolveram em situações concretas e em momentos diversos, ou seja, são organizações sócio-espaciais cuja totalidade histórica se manifesta pelo estágio de desenvolvimento do espaço vital social.

Neste sentido, é possível verificar e elaborar, em sua gênese, a categoria dialética de estudo; identificar, em sua expressão empírica, os elementos que configuram a rede urbana e

permitem reconhecer as suas transformações; e, finalmente, determinar os pares opostos que fundamentam o seu movimento, através do reconhecimento da sua contradição.

A configuração espacial da rede urbana, portanto, é a categoria geográfica espacial crítica-dialética e materialista-histórica, que permite apreender a realidade em seu movimento triádico. Trata-se de uma categoria construída pela arqueologia da sua gênese histórica, por sua expressão empírica e pela contradição que a movimenta. Possui um enunciado que delimita a percepção da sua configuração espacial e uma proposição que revela a unidade da contradição que a transforma.

Em verdade, a configuração da rede urbana é, ao mesmo tempo, um fenômeno empírico geográfico e uma categoria dialética triádica do seu conhecimento. Enquanto fenômeno geográfico ocorre no tempo e no espaço; tem forma, função e ordem, ou seja, possui uma estrutura perceptível e um movimento dialético.

Enquanto categoria é uma construção lógica mental que organiza o conhecimento da rede urbana, ou seja, é uma proposição resultado da unidade que se estabelece na contradição entre os fluxos e fixos de produção e reprodução da vida social e os fluxos e fixos de produção e reprodução da riqueza social.

O três elementos que configuram espacialmente a estrutura perceptiva da rede urbana: forma, função e ordem, estão reunidos em uma unidade dialética que põe a rede em movimento, unidade que resulta da oposição entre os pares opostos que formam a sua contradição.

São, portanto, objeto do conhecimento geográfico, as transformações espaciais que ocorrem na forma, na função e na ordem da estrutura espacial perceptiva da configuração da rede urbana, juntamente com os pares opostos da sua contradição: os fluxos e fixos de reprodução social e os fixos e fluxos de produção econômica.

Forma, função e ordem são as partes de uma realidade dinâmica cujas unidades históricas, que decorrem da contradição entre a reprodução da vida e a reprodução da riqueza social, manifestam-se pelos fluxos e os fixos da rede urbana e marcam os momentos de seu movimento. É desse modo, então, que a configuração da rede urbana, enquanto fenômeno empírico e categoria do conhecimento geográfico, vai permitir a construção de um conhecimento espacial cuja realidade é apreendida em seu movimento.

Em síntese, o enunciado que delimita a rede urbana pode ser expresso como um conjunto de relações sociais que se manifestam em situações concretas, particulares,

identificadas por seus fluxos e fixos, a partir de um determinado estágio do desenvolvimento do espaço vital social. As cidades, destarte, são abordadas como uma concentração sedentária e dependente. Concentração intencional da população e de atividades diferentes daquelas desenvolvidas no campo.

A percepção empírica da forma, da função e da ordem do conjunto articulado de aglomerações urbanas, juntamente com a compreensão da unidade da contradição, permite o conhecimento da configuração espacial do movimento dialético triádico da rede urbana promovido pela contradição entre os fluxos econômicos e os fluxos de reprodução social. Forma, função e ordem juntas são dimensões empíricas do espaço da rede. Esse espaço é modelado pela contradição cuja unidade, entre seus pares opostos, forma a categoria do conhecimento da totalidade manifesta na unidade de suas partes.

Desse modo, para que a rede urbana, percebida e concebida como categoria do conhecimento geográfico, não se transforme em um conhecimento ideológico – pensamento sem uma correspondente empírica, distanciado da lógica dialética materialista triádica – é necessário adotar procedimentos coerentes com os princípios estabelecidos pelo método.

Inicialmente, é mister delimitar o fenômeno geográfico empírico que se deseja conhecer. Em seguida, realizar uma pesquisa histórica, para reconhecimento dos termos em oposição que movimentam e reproduzem os acontecimentos empíricos geográficos. Finalmente, conhecidos esses termos, investiga-se o elo que consolidou um termo ao outro.

Acredita-se que com esse procedimento, ao associar a realidade empírica à lógica do seu movimento, está se explicando a cisão entre o ser espírito e o ser carne, entre o ser pensamento e o ser existência, entre conhecimento e realidade empírica.

A adoção da lógica dialética triádica do movimento da unidade dividida do ser como metafísica do conhecimento geográfico é resultado do dialogo entre os dois pólos epistemológicos opostos em tensão¹³, através dos quais se concebe o saber da Geografia na Modernidade. Assim, a forma de conhecimento adotada neste trabalho deriva da lógica retirada da ontologia do ser humano, aplicada à Geografia. A ontologia do ser humano é fundada na compreensão da vida, como existência dividida em movimento no espaço e no tempo, na direção da unidade do ser.

¹³ Esses pólos epistemológicos estão descritos no item 2.6. da Parte 1 deste trabalho.

Esses pólos, em tensão, deverão fazer parte do movimento do conhecimento modernista, com um foco na forma espacial da rede urbana como uma categoria do conhecimento geográfico da realidade específica das cidades conectadas em redes.

3.5 A LÓGICA TRIÁDICA DA REDE URBANA

O método dialético materialista triádico concebe a rede urbana como uma categoria intelectual do conhecimento. Categoria geográfica espacial, hipotética e prospectiva, que incorpora à economia política a sua concepção e desdobramentos analíticos. É uma categoria triádica constituída pelos fluxos opostos de produção e reprodução da riqueza e da vida em sociedade e pela sua unidade que é a rede urbana.

A rede urbana, então, é idealizada como um dado histórico, rejeitando-se a noção da rede urbana como uma idéia metafísica, com existência própria, independente dos acontecimentos da realidade social. A rede urbana, inicialmente, é apenas um conceito empírico relacionado a um dado momento da história da humanidade, objeto de concepção da lógica dialética triádica, que necessita ser relacionado ao seu espaço temporal histórico e ao seu núcleo central.

A abordagem dialética material triádica da rede urbana reconhece as relações sociais como objeto do seu conhecimento, ao mesmo tempo em que estabelece a dialética como método de conhecimento e lógica do seu movimento. As relações sociais, objeto do conhecimento, são relações que se desenvolvem entre os fixos da rede. São fluxos que organizam, modelam e movimentam as cidades em redes.

A lógica dialética materialista triádica que movimenta a rede urbana é uma categoria hipostasiada, inferida da observação da mudança da realidade material da rede urbana. Ela possibilita a definição dos termos da tensão que permitirá a reconstituição dos espaços históricos de investigação. Enquanto categoria hipotética prospectiva, ela permite compreender o presente, com a incorporação do passado, orientado pelas possibilidades futuras.

A configuração geográfica espacial da rede urbana, concebida em seu movimento, tem uma dimensão empírica e histórica. Sua dimensão empírica se revela na manifestação dos fixos e dos fluxos observados pelos sentidos, enquanto que sua dimensão histórica se apresenta pelo vivido, concebido em seu núcleo espaço temporal.

A abordagem da economia política marxista insere a categoria “rede urbana” no processo de acumulação ampliado do capital, transformando-a na essência do próprio processo de urbanização e reprodução capitalista. Nesse sentido, a rede urbana é associada ao processo de reestruturação econômica mundial em curso.

As transformações recentes na rede urbana podem ser concebidas na perspectiva epistemológica adotada por intermédio da unidade entre os termos opostos que movimentam o processo de inflexão urbana. Trata-se da unidade concebida entre a produção e reprodução do capital e a produção e reprodução das oportunidades de trabalho, que se manifestaram, respectivamente, com as políticas públicas e com as estratégias de trabalho que se consolidaram e contribuíram para a formação e organização da rede de cidades que nasceu com a economia capitalista e que nesse momento se transforma.

Assim, a categoria rede urbana, fundada na lógica dialética materialista triádica, se constitui em instrumento fundamental para a explicação do fenômeno urbano na atualidade. Ela organiza o conhecimento da realidade como realidade concreta em movimento, como *praxis* social e como devir histórico, além de permitir estabelecer uma perspectiva crítica em relação à produção e à apropriação desse conhecimento produzido. Proporciona, ainda, o esclarecimento dos limites e as possibilidades da sua aplicação junto à realidade.

A unidade dos termos opostos, dos aspectos da vida urbana em suas relações dialéticas, sem dúvida, contribui para a compreensão do significado social do movimento da rede urbana atual, inferido pelo comportamento do todo, revelado no movimento das suas partes.

3.6 O MOVIMENTO HISTÓRICO DE REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE URBANA

A representação da Geografia Urbana e Regional, tema no qual se insere a temática da rede urbana, é um campo muito recente e especializado da Geografia. Ela teve início no final do século passado, quando a cidade, comandada pela industrialização, tornou-se o centro da dinâmica espacial regional.

O tema da rede urbana emergiu na Europa a partir de 1920, na Geografia Alemã, na Geografia Francesa, entre os geógrafos possibilistas, e na Geografia Britânica, entre os geógrafos envolvidos com o planejamento urbano. Surgiram, nesse momento, algumas proposições teóricas e métodos operacionais, ampliaram-se os estudos empíricos e

despontaram as proposições teóricas de Walter Christaller e Mar Jefferson (CORRÊA, 1989, p. 9).

Segundo Abreu (1994), a partir de 1920 a cidade passou a ser objeto sistemático de investigação geográfica, apesar da institucionalização da Geografia, como disciplina universitária, ter ocorrido por volta de 1870. Ratzel, segundo esse autor, em 1903 já concebia a cidade como uma concentração durável de homens e habitações, e tinha como objeto da Geografia as questões relacionadas com sua localização, destacando-se o papel das vias de comunicação. Essa forma de compreender a cidade, na Alemanha, vai se desdobrar nos mais diversos esquemas classificatórios de cidades.

Na França, com Vidal de La Blache, de acordo com esse mesmo ator, a cidade foi concebida como sendo o resultado da vitória das necessidades e desejos do homem sobre a natureza. A questão fundamental no estudo da cidade se concentrou no sítio. Essa concepção naturalista de cidade, embora pouco desenvolvida, em Vidal de La Blache, foi determinante na França e nos países como o Brasil, que receberam a influência da “escola francesa”¹⁴.

A origem e o desenvolvimento da cidade, compreendida como um organismo vivo, eram explicados pelas condições físicas do sítio. Essa concepção, desenvolvida por Jean Brunhes em *La Géographie Humaine* de 1910, chegou ao Brasil por volta de 1935, trazida por Pierre Deffontaines, quando veio trabalhar na recém criada Universidade de São Paulo (USP). Era uma concepção naturalista da cidade, dominante na nascente Geografia Urbana Francesa, que disputava, nessa época, espaços com outras disciplinas como a sociologia e a economia.

Pierre Deffontaines foi em seguida substituído, na USP, por Pierre Monbeig, a quem Abreu (1994, p. 204-205) atribui o impulso inicial dado à pesquisa geográfica urbana no Brasil, destacando-se o seu trabalho sobre “O Estudo Geográfico das Cidades”, de 1941. Essa obra, de conteúdo metodológico, exerceu forte influência sobre os geógrafos brasileiros. Muito embora já houvesse, nesse momento, trabalhos de geógrafos publicados.

Monbeig, com certeza, exerceu forte influência na Geografia brasileira, trazendo ao país uma representação geográfica moderna, para a época, associada ao método monográfico, que rompeu com a Geografia Enciclopédica Tradicional e colocou a Geografia Urbana em um novo patamar. Sua influência dominou a Geografia brasileira, especialmente a partir de 1950, sob o comando da AGB.

¹⁴ A esse respeito ver Santos (2004, p. 91,92), Souza (1994, p.108)

Compreendendo a cidade como uma região, o método de Monbeig utilizou os procedimentos aplicados aos estudos regionais. A síntese urbana era realizada através da “integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do ‘fato geográfico’ que era a cidade” (ABREU, 1994, p. 208).

Monbeig atribuiu a Ratzel, Vidal de La Blache e Brunhes a origem da sua concepção de cidade como um organismo vivo sob o domínio territorial de um grupo humano. A cidade, portanto, para ele deveria ser estudada com o objetivo de se conhecer o seu funcionamento e o domínio territorial.

No ano de 1940 chegaram ao Brasil, com o sociólogo americano Donald Pierson, os estudos de ecologia humana, da Escola Chicago. Essa Escola abordava a cidade como um processo natural, envolvendo as relações humanas que, por sua vez, eram influenciadas pelo *habitat*. Seu objeto de estudo era o processo e não a localização das cidades. A ciência social brasileira, nesse momento, ficou dividida. De um lado Monbeig preconizava o estudo monográfico, dominante no pensamento geográfico, de outro Pierson, junto à sociologia, defendia a ecologia humana (ABREU, 1994, p. 212).

A década de 1940, apesar do domínio do método monográfico, foi rica em trabalhos que se estruturaram, de certa forma, de modo diferente do modelo de Monbeig. Além das primeiras monografias regionais, foram elaborados trabalhos que privilegiaram a função das cidades, que se detiveram na descrição de gêneros de vida de pequenas cidades brasileiras.

É desse período a publicação da tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil, da USP. Dentro das limitações teóricas da época, o autor fez a ligação do local com uma cidade maior, constituindo-se, ao que tudo indica, em um trabalho pioneiro sobre a temática regional, já que não se restringiu à análise de uma única cidade.

Essa tese tratou de

uma série de núcleos urbanos que não poderiam ser entendidos apenas em função de suas características peculiares, visto que estavam sofrendo os efeitos do crescimento acelerado da capital paulista [...] antecipando-se assim à discussão da temática das áreas metropolitanas, que só vingaria na geografia urbana brasileira a partir de meados da década de 50. (ABREU, 1994, p. 214-215).

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), inicialmente concentrada em São Paulo e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), no Rio de Janeiro, contribuíram decisivamente para a consolidação da representação regional da Geografia brasileira. Entre 1946 e 1970, período conhecido como “Geografia Tradicional”, em que predominaram os estudos urbanos empíricos, foi o momento em que se acreditava que, através da pesquisa de

campo, chegar-se-ia a conclusões positivas. A aproximação do conhecimento das partes levaria ao conhecimento, por acumulação, do todo da superfície da terra (ABREU, 1994, p. 219).

A década de 1950 foi dominada pelas monografias urbanas, pelos estudos regionais, pelos estudos urbanos parciais e pelos grandes estudos urbanos. A cidade e sua área de influência foram representadas a partir dos resultados obtidos direto dos trabalhos de campo, que se utilizaram, de alguma forma, do método monográfico de Monbeig.

Os estudos urbanos, de acordo com Abreu (1994, p. 221), desdobraram-se entre as temáticas que tratavam do “sítio e posição”, da “evolução histórica”, das “funções urbanas”, do “raio de ação da cidade” e da “estrutura urbana” dentre outros. Só a partir do ano de 1955, é quando se iniciam os estudos sobre as redes urbanas brasileiras (CORRÊA, 1998).

Os estudos regionais, desse período, em sua grande maioria dedicaram uma parte das análises à cidade, utilizando o método monográfico. Os estudos parciais sobre a cidade não seguiram o método de Monbeig na íntegra. Eles privilegiaram apenas alguns aspectos do modelo monográfico e trataram especificamente sobre o sítio e ou a posição, origem e evolução histórica e ou das funções predominantes das cidades e da estrutura urbana, contemplando a descrição que compõe o “organismo urbano”. São também desse período os trabalhos monográficos abrangentes que demandavam bastante tempo para sua elaboração.

A partir de 1957, com a realização da XII Assembléia Geral da AGB houve uma mudança significativa na representação da Geografia Urbana Brasileira. Nesse momento, a monografia urbana tradicional passou a incluir em sua análise uma nova temática: a centralidade urbana, inspirada nos trabalhos de Jean Tricart e Michel Rochefort, contemplando a abordagem do grau de polarização e da determinação da área de influência das cidades, representando um marco nos estudos interurbanos no Brasil. A partir do XIII Congresso Internacional de Geografia, a temática da rede urbana dominou o interesse dos geógrafos brasileiros.

Em 1959, na XIV Assembléia da AGB, foi a vez da mudança da abordagem dos estudos urbanos. Eles passaram a ter como foco a temática das metrópoles e das áreas metropolitanas. A cidade deixou de ser concebida, prioritariamente, de forma isolada por suas partes, por sua fisionomia e por suas funções, como era típico do modelo monográfico, para ser abordada a partir da relação das partes que formam a estrutura urbana da cidade ou em suas conexões com outros núcleos ou regiões.

Na verdade, com a implantação do curso de Geografia, em nível universitário, na década de 1930, o pensamento da chamada “escola francesa”, sobre o espaço urbano, predominou no Brasil até meados de 1960. Entretanto, as mudanças ocorridas no final do ano 1950, na Geografia urbana brasileira, juntamente com as idéias de planejamento, desenvolvidas na Europa após a Segunda Guerra Mundial, deram início à consolidação da compreensão geográfica urbano-regional, na qual a cidade era compreendida como um centro linear de uma região.

Os estudos que definiram as representações geográficas do primeiro momento da Geografia urbana se caracterizaram pela descrição do real, identificados no positivismo clássico, nas idéias deterministas, possibilistas culturais e regionais que explicavam a origem e o crescimento das cidades em função das suas condições físicas (CORRÊA, 2001 p. 17). Concentraram-se, na sua grande maioria, no estudo individual e isolado das cidades, sem contextualização, não atentando para a existência de relações entre elas.

A partir da segunda metade da década de 60, a representação geográfica tradicional rompeu com a idéia positiva clássica que embasou os estudos geográficos até então, e abriu a possibilidade para a adoção de variados métodos de interpretação, estabelecendo um novo enfoque crítico para os estudos urbanos, numa tentativa de explicar a complexidade e amplitude do fenômeno.

Essa mudança no pensamento da Geografia Urbana Brasileira foi acompanhada pela chegada ao Brasil da “revolução quantitativa”, que já vinha acontecendo nos Estados Unidos e no Reino Unido há dez anos. Foi o momento, no Brasil, de intensificação das atividades de planejamento, promovidas pelos governos militares instalados.

O crescimento urbano, estimulado pela industrialização, viria contribuir para alterar o conteúdo e a construção do saber da Geografia Urbana e Regional, que adquiriria o *status* de especialização, passando, efetivamente, a ser considerada um campo dentro da Geografia.

Tiveram destaques, como fonte de influência entre os geógrafos, os órgãos de pesquisa Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e IBGE. Este último contratou o economista e consultor John Friedmann que sugeriu aos geógrafos brasileiros a prática da Geografia que vinha sendo realizada por Brian Berry. Essa influência foi reforçada com a chegada, ao Brasil, do professor John P. Cole e do próprio Berry, um dos pais da nova Geografia. Na verdade, nesse momento foi introduzida, nas temáticas dominantes abordadas

pela Geografia urbana, a linguagem matemática, tornando ainda mais linear a compreensão da cidade e do urbano.

Nessa perspectiva, a cidade se transformou no agente principal, por meio do qual se poderia intervir na região. Na verdade, a lógica formal criou um espaço geográfico geométrico, receptáculo dos acontecimentos sociais que poderiam ser observados, dimensionados e testados pela matemática. Essa forma de compreender a cidade conferiu uma nova dimensão e instrumentalidade às representações da Geografia Urbana.

Ela dominou a atenção dos geógrafos brasileiros, que reconheceram as metrópoles como pólos de organização regional. Esse interesse, aos poucos, foi se ampliando, direcionado para a organização interna e estruturação das regiões metropolitanas. A ordenação do território se tornou objeto de intervenção política, tendo em vista a implementação do projeto desenvolvimentista brasileiro. As agências e os planos de desenvolvimento regional e local integrado se multiplicaram.

A busca de padrões ideais para explicação da realidade urbana tornou-se dominante nesse período. Predominaram os estudos sobre as hinterlândias e redes urbanas, pólos de crescimento, centralidade urbana, fluxos interurbanos e inter-regionais, regionalização, dentre outros.

Os estudos recorreram à ecologia humana, da Escola de Chicago, trazida por Pierson, e às explicações da teoria econômica neoclássica. A Geografia Urbana, influenciada por Pierre George, nessa época, definiu-se como uma ciência social, abandonando o naturalismo do período inicial.

Com a influência da ecologia humana da Escola de Chicago a idéia de que as cidades formavam um sistema complexo dominou a representação urbana da Geografia, com trinta anos de atraso, fundamentada no neopositivismo e apoiada na teoria que utilizava os novos instrumentais, modelos e a quantificação.

A maior parte da produção da Geografia Urbana e Regional Brasileira, elaborada nas décadas de 1960 e 1970, tinha um forte caráter empírico (SOUZA, 1994, p. 117). Os trabalhos realizados nesse período se basearam nas idéias neopositivistas, que concebiam a cidade como uma “engrenagem que deve [ria] funcionar de acordo com mecanismos de equilíbrio” (CORRÊA, 1994, p. 352). Só no final da década de 1970, ocorreu uma ruptura com esse pensamento, dando início a um repensar sobre os estudos da rede urbana, com nítido abandono dos estudos em escala regional (SOUZA, 1994, p. 117).

Contudo, apesar do predomínio das representações fundadas no positivismo lógico, Abreu (1994, p. 231) destacou, no início e em meados do ano de 1960, uma preocupação que, de certa forma, conferiu uma dimensão espacial ao pensamento instrumental linear positivista. Foi a preocupação de Milton Santos, ao incluir nos seus estudos a especificidade do sentido de cidade nos países subdesenvolvidos. Essas preocupações foram discutidas no artigo “Alguns Problemas das Grandes Cidades nos Países Subdesenvolvidos” publicado no Boletim Carioca de Geografia nº 15, em 1962, e discutidas no livro “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos”, publicado em 1965.

A produção geográfica brasileira relativa às hinterlândias, hierarquias e rede de cidades foi minuciosamente analisada e classificada por Corrêa (1994), a partir de cinco temáticas. Essa análise, sem dúvida, permite resgatar, com maior precisão, a representação geográfica sobre a rede urbana no período em que foi mais abordada no Brasil.

A primeira temática contemplou os estudos realizados a partir de 1940, sobre a hinterlândia de uma cidade; a segunda temática contemplou os estudos realizados a partir de 1955, sobre as hierarquias e áreas de influência das cidades; a terceira contemplou os estudos realizados a partir de 1964, sobre as variações na rede urbana; a quarta temática contemplou os estudos realizados em 1967, sobre as relações cidade-região; e, finalmente, a quinta e última temática contemplou os estudos realizados a partir de 1963, sobre o repensar a rede urbana.

Assim, de acordo Corrêa (1994), os estudos realizados nos anos 40, sobre a hinterlândia das cidades – a primeira temática por ele abordada – enquadraram-se nos padrões dos primeiros estudos da Geografia Urbana, que privilegiaram a cidade isoladamente, abordando, na maioria das vezes, o espaço interno. Uns poucos trabalhos consideraram, em caráter complementar, a posição e a função urbana. Só a partir da década de 1950 os trabalhos passaram a se dedicar às redes urbanas, sendo acrescentada às análises a mensuração e a interpretação dos níveis espaciais e dos tipos de atuação da cidade sob estudo.

A partir da segunda metade dos anos 50, com a expansão do modelo urbano-industrial capitalista, a rede urbana brasileira aparece como uma temática relevante, sendo ampliadas as abordagens que consideravam a cidade isoladamente.

Segundo Corrêa (1994), a produção geográfica brasileira sobre as hierarquias e áreas de influência urbana, segunda temática classificada, fundamentou-se no neopositivismo, apoiada em instrumentais, em modelos e na quantificação. Os trabalhos pioneiros, ligados a

essa temática foram inspirados pela Geografia Francesa, por Christaller e Tricart. Caracterizaram-se por menor formalismo e rigor técnico, podendo ser situados na interface da Geografia Regional e da Geografia Urbana.

Os trabalhos pioneiros sobre hierarquias e áreas de influência urbana, a partir da década de 60, foram seguidos pelos trabalhos influenciados por Michel Rochefort que exerceu, especialmente junto aos geógrafos do IBGE, um papel predominante e fundamental, que se fez sentir junto ao planejamento territorial centralizado brasileiro comandado pelo Estado, através da SUDENE e outros organismos estatais. As proposições de Rochefort eram baseadas nas análises do setor terciário, como indicador da hierarquia dos centros urbanos. Nos anos 70, a influência de Rochefort ainda estava presente, porém, novas proposições, baseadas em Friedmann e novos métodos foram empregados.

Inúmeros trabalhos, sob a influência dos geógrafos ingleses Green (1950) e Carruthers (1957), foram realizados, constituindo-se nos últimos herdeiros da Geografia tradicional e os pioneiros do neopositivismo. Nessa perspectiva, o método inglês foi aplicado em diferentes estados brasileiros.

Com a chegada ao Brasil da “revolução quantitativa”, no final da década de 60, a cidade foi considerada algo isolado e neutro, capaz de ser instrumento de desenvolvimento, independente dos conflitos sociais que lhes eram inerentes. Nesse período, a influência de Rochefort foi sendo substituída por Brian Berry.

Os trabalhos realizados, sob a influência da revolução teórico-quantitativa, limitaram-se a determinar variáveis e indicadores para definição da hierarquia urbana, fundamentados no método Palomaki (1964), na teoria dos grafos e tantos outros métodos. No âmbito dos estudos urbano-regionais da SUDENE, utilizando o método Palomaki, os trabalhos foram enriquecidos com avaliações críticas que extrapolaram os limites meramente classificatórios

A terceira temática, sobre a variação da rede urbana, foi desdobrada em quatro subtemas, na avaliação e classificação desenvolvida por Corrêa (1994). O primeiro relativo à caracterização funcional das redes urbanas. O arranjo estrutural e espacial das cidades foi o segundo subtema, baseado na clássica obra de Christaller e nos modelos matemáticos de Brian Berry e H. Barnum, sem, contudo, despertar grande interesse nos geógrafos brasileiros.

O terceiro subtema tratava sobre os mercados periódicos, sobre os quais foram elaborados vários estudos por geógrafos brasileiros tratando de feiras específicas. No entanto,

poucos foram os trabalhos realizados com o intuito de compreender a rede de mercados periódicos como forma de organização sócio-espacial das atividades econômicas e sociais e como parte integrante do sistema urbano estadual.

Finalmente, os centros de gestão das atividades econômicas foram o objeto de estudo do quarto subtema, incorporado às análises das redes na década de 60, abordando as cidades como locais de concentração de sedes sociais, com o papel de gestão econômica e territorial. Esse tema voltou ao centro das discussões com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, ao incorporar os Artigos 182 e 183, “Da Política Urbana”, e aprovar a Lei Federal nº 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade. A partir desse momento, os estudos sobre hinterlândias, hierarquias e rede de cidades, praticamente foram abandonados, dando lugar a estudos sobre governance, gestão, controle social, entre outros.

A quarta temática, analisada e classificada por Corrêa (1994), sobre as hierarquias, hinterlândias e redes, abordou os estudos sobre as relações cidade-região. Essa temática foi considerada uma transformação clássica do tema cidade-campo. Dada a sua importância, foi objeto de estudo, tanto de geógrafos, como de historiadores, antropólogos, sociólogos e economistas, positivistas ou marxistas. No Brasil, os trabalhos dos geógrafos sobre essa temática foram poucos.

Enfim, a quinta e última temática definida por Corrêa (1994) era constituída pelos trabalhos que abordaram a dinâmica da rede urbana como expressão e condição das transformações sócio-espaciais.

No final de 1960, a história da representação geográfica sobre as cidades foi abalada com as transformações no mundo, que vinham ocorrendo na estrutura social capitalista, e o surgimento de movimentos sociais urbanos ecológicos, feministas, de emancipação das minorias, dentre outros. Nessa época, as estruturas teóricas em vigor foram questionadas e a cidade passou a ser compreendida como um problema urbano. A partir de 1970, novas propostas teóricas começaram a ser elaboradas. De um lado surgiram as propostas inspiradas no pensamento liberal clássico e, de outro, as inspiradas no pensamento marxista.

A partir dos anos 1970, apoiado pelo materialismo histórico e dialético e pela fenomenologia, o debate pós-positivista voltou-se para os problemas da teoria geográfica. Esse debate teve como foco principal as dificuldades e os possíveis caminhos teóricos da Geografia Humana.

As cidades foram teoricamente repensadas, tanto no Brasil como no restante do mundo, tendo como eixo as proposições liberais contidas no livro clássico *A Justiça Social e a Cidade*, do geógrafo David Harvey, e as proposições marxistas contidas no livro, que também se tornou um clássico, *A Questão Urbana*, do sociólogo Manuel Castells (GOTTIDINER, 1997, p. 120, 124; ABREU, 1994, p. 259, 260). Assim, surgiu uma Geografia socialmente comprometida, que buscava associar as formas espaciais aos processos sociais. Foi o início da Geografia crítica no Brasil.

A Geografia Crítica, portanto, dividiu o pensamento geográfico sobre a cidade em dois referenciais teóricos. Um referencial que, sem necessariamente romper com os procedimentos de análise neopositivistas, se apoiou na crítica neoliberal, como ficou conhecida a corrente inspirada no pensamento liberal clássico e outro referencial, que tentou romper com a análise neopositivista apoiada na teoria marxista.

Com uma preocupação de romper com o empirismo puro e tornar o estudo da cidade mais analítico, o referencial teórico crítico abordou a cidade como um espaço com existência concreta, construído e vivido socialmente. Ele rejeitava a autonomia do espaço em relação à sociedade. As relações sociais para o referencial crítico deixaram de ser abordadas de forma independente, exterior ao espaço, para se constituir no próprio espaço (ABREU, 1994, p. 257).

Considera-se, como marco temporal do início da Geografia Crítica no Brasil, o ano de 1978, quando foi realizado o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, apesar de já estar em discussão a organização interna das cidades desde o encontro realizado dois anos antes, em Belo Horizonte. Nesse evento, Milton Santos, juntamente com outros geógrafos, apresentou a proposta de uma “nova geografia”.

Do final de 1978 em diante, a Geografia Crítica no Brasil tomou diversos rumos, passando a apresentar contradições intrínsecas às diversidades teóricas adotadas. Nesse sentido, o temário sobre a cidade também se diversificou acompanhando os acontecimentos e transformações que ocorreram no Brasil e no mundo.

Evidencia-se, nesse momento inicial, a influência de Castells, a atuação pioneira de um grupo de geógrafos ligados à USP, Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, no desenvolvimento da Geografia Crítica Urbana Brasileira.

Castells, partindo de uma crítica radical às teorias da ecologia humana da Escola de Chicago, compreendia a cidade como espaço de reprodução social, *locus* da luta política

(CASTELLS, 2000b), Santos, por sua vez, compreendia a cidade como espaço de reprodução do capital, comandado pelo domínio dos processos técnicos, enquanto Corrêa abordou a cidade como uma forma espacial, uma centralidade urbana que, no capitalismo, explora uma região (CORRÊA, 1989).

A coletânea *Reading Human Geographic – The Poetics and Politics of Inquiry*, organizada por Trevor e Derek Gregory, reúne textos publicados originalmente, na sua grande maioria, entre 1990 e 1995. Eles refletem, de acordo com Corrêa (1998), uma panorâmica das principais tendências das transformações na Geografia anglo-saxônica e a mudança de foco na Geografia contemporânea, que assume uma dimensão urbana em todo o mundo (LEVEBVRE, 2004). Segundo Corrêa (1998, p. 87), são textos que revelaram que a Geografia Crítica não só vem contemplando os processos sócio-espaciais, mas tem procurado desafiar a sua própria legitimidade. Esses textos “fizeram a opção no final de século XX, de abrir os braços às várias matrizes com o intuito de realizar a investigação geográfica, abrindo-se aos ‘tensos e criativos espaços situados entre diferentes e dissonantes tradições teóricas’¹⁵”.

Destaca-se, inicialmente, a questão da ciência geográfica histórica, discutida no texto de David Livingstone. A questão da dependência da Geografia em relação à visão instrumental euro-americana do mundo, abordada por David Slater. E a questão da teoria na Geografia, discutida nos textos de Linda MacDowell, David Ley, Andrew Sayer, David Harvey e Allen Scott.

Novas questões e conceitos, dominantes na literatura geográfica, são apresentados e repensados. Questões como as dificuldades na leitura, na redação de textos teóricos e questões sobre a representação do conhecimento são ressaltadas pelos autores Gunnar Olsson, J. Brian Harley, Geraldine Pratt. Conceitos geográficos como natureza, espaço, lugar e paisagem são criticados e reconstruídos com uma visão diferente da visão positivista dominante. Acenando, dessa forma, para uma nova agenda na Geografia contemporânea.

A natureza da natureza e sua construção social são discutidas e criticadas por Margaret Fitz Simmons, Cathy Nesmith e Sarah A. Radcliffe e David Demeritt. Os conceitos positivistas do espaço, que foram centrais na Geografia dos anos 1960 e 1970, são analisados por autores já consagrados da Geografia, como Edward Soja, que trata da dialética social do

¹⁵ Barnes, Trevor; Gregory, Derek; London, Arnold (*apud* CORRÊA, 1998, p. 87).

espaço; por Felix Driver, que discute a dimensão espacial em Michel Foucault; e David Harvey, que apresenta a construção de uma Geografia histórica do espaço e do tempo.

O conceito de lugar é ressignificado a partir do global e repensado, situado entre a subjetividade e a objetividade, entre o ideal e o material nos textos de Nicholas EntrinKin e Doreen Massey. A paisagem é vista, em seu movimento de evolução, por Denis Cosgrove, e, Gilian Rose faz uma avaliação da paisagem levando em conta a questão de gênero.

As complexas questões, relacionadas aos conceitos chave pertinentes à Geografia Humana, são abordadas a partir da discussão da ação do homem e da subjetividade, desenvolvidas por Stephen Daniels, que leva em conta discussões sobre a pertinência da Geografia Humanística; por Nigel Thriff, que destaca a contribuição da escola estruturacionista, de Anthony Giddens, para a compreensão e explicação da ação humana geográfica, desenvolvida por Stephen Pile, que discute o papel do indivíduo junto à ação humana.

Finalmente, questões ligadas à identidade e à alteridade foram discutidas a partir de temáticas específicas, colocadas pela contemporaneidade, tais como a questão racial, abordada por Andrey Kobayashi e Linda Peak, e a questão da AIDS, abordada por Michael Watts. Alinham nessa concepção as antologias *Geografia Humana: espaço: sociedade, espaço e ciência*, organizada por Gregory, Martin e Smith, publicada no Brasil em 1996; *Human Geography – an essential anthology*, organizada por Agnew, Livingstone e Rogers, em 1996; e *Re-Reading Cultural Geography*, organizada por Foote, Hugill, Methewson e Smith, em 1994.

A representação geográfica contemporânea, que se consolidou a partir da Geografia Crítica, tem em comum o entendimento de cidade como uma categoria intelectual que incorpora, naturalmente, o espaço urbano da rede como condição e prática das relações sociais. São representações que se abrem a novas propostas epistemológicas ligadas ao neopositivismo e ao materialismo histórico e dialético, acrescenta Corrêa (1998).

PARTE 2

FORMAÇÃO, MOVIMENTO E DESCOMPASSO DA REDE URBANA SERGIPANA

O passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente.

Charles Baudelaire. *Sobre a Modernidade*, p. 9

Esta etapa aborda a gênese, o movimento e o descompasso da centralidade da rede urbana de Sergipe, que teve início junto à colonização brasileira e que se consolidou e se desenvolveu com a independência política do Brasil, juntamente à integração nacional e à sua crescente dependência econômica estrangeira.

Trata-se da gênese, do movimento e do descompasso da centralidade da rede urbana de Sergipe provocados pela tensão entre os fluxos econômicos e de reprodução da vida social. São os fluxos que se expressaram pelas transformações de forma, função e ordem ideológica, que configuram a rede urbana sergipana, e pela distribuição da população por ramos de atividades municipais que indicam o equilíbrio da malha.

Esta etapa tem como objetivo conhecer a configuração, o equilíbrio e as transformações que ocorreram junto ao movimento de centralidade espacial da rede urbana de Sergipe, orientado pela pesquisa histórica das forças e formas espaciais que modelaram a centralidade urbana brasileira – em sua interação sócio-econômica, política e cultural – com a rede urbana sergipana.

Assim, pretende-se, com o desenvolvimento desta etapa, demonstrar que a compreensão histórica das forças e das formas espaciais da centralidade urbana pode contribuir para a verificação do descompasso da rede urbana sergipana.

1 O AMBIENTE COLONIAL

A rede urbana colonial brasileira, comandada pela metrópole portuguesa, era formada pelas cidades localizadas no litoral, fundadas administrativamente por meio das Cartas Régias, com o objetivo de assegurar o monopólio, o controle fiscal e a defesa militar do território. Eram as cidades fortalezas, portos de escala, empórios e mineiras. Essas cidades foram acompanhadas pela formação de núcleos de povoamentos missionários, indígenas e núcleos que se estabeleceram como pontos de descanso e passagem de um local a outro ou, como refúgio de escravos. Mais tarde, boa parte desses núcleos tornou-se cidades.

A ocupação do território sergipano é tributária do seu passado colonial, que teve início com a formação dos primeiros núcleos de povoamento, sustentados pelo regime sesmarial e submetidos às tensões entre os interesses da colonização portuguesa e os interesses locais. Os interesses locais eram representados pelas motivações da população emergente; dos colonos, que movimentavam a economia baiana; dos colonos ligados à pecuária, às culturas do algodão, do fumo, da cana-de-açúcar e de subsistência; e pelas motivações das missões jesuíticas, dos bandeirantes e da população indígena autóctone.

Essas formas de constituição da rede urbana de Sergipe foram sendo modeladas e cristalizadas pelas instituições político-administrativas da colonização portuguesa e o desenvolvimento local da capitania. Surgiu, então, um espaço urbano secundário e dependente da Capitania da Bahia de Todos os Santos.

Foi um espaço complexo, marcado de um lado por um ambiente ideológico, dominado pela idéia do enriquecimento fácil, pontuada pela fé católica; e, de outro, por uma baixa centralidade urbana, sustentada por forças reunidas com diferentes formas espaciais que deram lugar a uma centralidade urbana específica, constituída por localidades independentes uma das outras, conectadas a Salvador.

1.1 A IDEOLOGIA DOMINANTE

A ideologia da unidade territorial colonial, juntamente com a fé e a esperança de prosperidade e enriquecimento rápido, constitui o pensamento que fundamentou a singularidade da ocupação e da urbanização inicial do território brasileiro. Foi a ideologia que acompanhou os primeiros colonos que tomaram posse e administraram as terras brasileiras.

Sob o comando português, os colonos estabeleceram as bases materiais e imaginárias de sustentação e de fundamentação da centralidade urbana brasileira no período colonial. A unidade do território, portanto, foi uma preocupação que esteve presente na administração centralizadora do Estado Absolutista português, desde os primeiros momentos da colonização.

Essa ideologia se manifestou nas diferentes formas políticas de controle da exploração econômica experimentada pelo Estado português. Ela foi moldada na tensão entre uma administração dominadora, interessada na ocupação e domínio do território, como fonte de extração de bens e como possibilidade de cobrança de impostos; e uma população local, heterogênea e desprovida dos bens essenciais à vida urbana. A administração, responsável pelo controle do monopólio econômico, através das câmaras, transformou-se em mediadora e reguladora da vida social, sob o discurso da unidade do território (GOHN, 2001, p. 180).

A unidade política do território foi a condição da dominação portuguesa. Sob o domínio do monopólio colonial, o Brasil, comando por Portugal, foi inicialmente dividido em capitanias hereditárias independentes e, em seguida, foi administrativamente centralizado, com a instalação do governo-geral; depois foi alternado por governos, que repartiram o território em duas áreas com jurisdições e sedes diferentes, como esclarece Andrade (2001, p.45):

Quando os portugueses iniciaram a exploração da terra, procuraram dividi-las em capitanias hereditárias, dependentes diretamente da metrópole e sem quaisquer vínculos entre elas. Alguns anos depois, em 1549, foi criado um governo-geral com sede em Salvador, que teria autoridade sobre todo o território nacional. As razões da conquista e os desafios conjunturais levaram Portugal, em três ocasiões, a dividir o Brasil em duas áreas administrativas: nas duas primeiras ocasiões o Brasil foi dividido em duas porções, uma com um governo no Norte, com sede em Salvador, e outra com o governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, por pequenos períodos – de 1573 a 1578 e de 1608 a 1613, respectivamente –; na terceira vez, a Colônia foi dividida em duas porções, o Brasil com governo, inicialmente em Salvador e, após 1763, no Rio de Janeiro; a capital do Maranhão, com sede inicialmente em São Luís, foi transferida posteriormente para Belém. Essa divisão perdurou de 1621 a 1774, portanto, mais de 150 anos.

Por outro lado, a fé religiosa, o messianismo, a ingenuidade e a esperança submeteram os colonos, especialmente os mais pobres, os mais frágeis, os mais sofridos, a um pacto social desigual, cujo ganho era um passaporte para a vida eterna, ao lado da proteção de “deus pai todo poderoso”.

1.2 A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

A forte presença da igreja no Brasil, cuja atuação remonta o próprio descobrimento das terras brasileiras, conferiu a base de fundamentação religiosa e moral capaz de esconder as mais cruéis explorações do homem pelo homem. Essas fundamentações tiveram origem no pensamento medieval e na atuação da Igreja Católica Romana, a partir do século X, na Europa ocidental (KÜNG, 2002; PRIORE, 2002; REALE, 1993).

A presença da Igreja Católica nos desígnios do Brasil, de fato, teve início em 1493, sete anos antes do seu descobrimento, quando a Terra foi dividida pela Igreja em duas partes, utilizando-se um meridiano que deveria passar a oeste de Cabo Verde. Aos portugueses caberia a parte oriental e aos espanhóis a parte ocidental.

Com a descoberta de novas terras, pelo genovês Cristóvão Colombo, em 1492, foi realizado um novo acordo, que ficou conhecido como o Tratado de Tordesilhas, realizado em 1494, beneficiando Portugal com o deslocamento do meridiano para trezentas léguas a oeste de Cabo Verde, compreendendo as terras brasileiras.

A integração entre o Estado português e a Igreja Católica Romana foi assegurada pelo Padroado, instituição que possibilitou ao monarca português assumir o posto de Grão-Mestre da ordem de Cristo, cabendo-lhe a nomeação do clero, vigários e bispos, através da 'Mesa da Consciência e Ordens.

O Padroado foi o acordo que permitiu a criação de novas formas espaciais geográficas e ocupação inicial do território brasileiro até a segunda metade do século XIX, sustentadas pelo sistema jurídico sesmario e comandadas pelos governadores das Capitanias Hereditárias, pelos governadores brasileiros, pelas missões das ordens religiosas, pela atuação bandeirante, pela agroindústria canavieira, pela pecuária e pela agricultura de subsistência.

A conturbada aliança entre a Igreja e Portugal reuniu diferentes interesses. De um lado, a Igreja acumulava os recursos que Portugal necessitava para financiar a sua expansão comercial e, de outro, a expansão portuguesa possibilitaria a ampliação do domínio cristão, com a perspectiva de conversão dos povos mulçumanos e pagãos africanos.

Assim, a atuação da Igreja Católica Romana, no século XVI, em resposta aos avanços do protestantismo, interferiu na colonização brasileira de duas formas: "a invasão francesa do Rio de Janeiro, com a tentativa de estabelecer um núcleo de protestantes franceses

(huguenotes), e a ação evangelizadora católica, feita nos moldes rígidos da Contra-Reforma.” (WEHLING; WEHLING, 2005, p. 57).

Foi criada uma burocracia eclesiástica no Brasil colonial, formada inicialmente pelo bispo, localizado em Salvador, situando-se no topo da hierarquia e, na base, encontravam-se os vigários paroquianos e os capelães, em geral, atuando junto às fazendas. A partir do Governo Geral a metrópole passou a intervir mais diretamente, criando, em 1551, a Diocese de Salvador (HOORNAERT, 1994, p.16; WEHLING; WEHLING, 2005, p. 82).

1.3 AS TENSÕES PRIMEIRAS

Nesse contexto, a formação da rede urbana brasileira, da qual faz parte a rede de Sergipe, pode ser compreendida a partir de um campo de forças espaciais no qual se forjou o processo inicial de ocupação do território nacional, cuja centralidade urbana se estabeleceu na unidade da tensão entre os fluxos econômicos que se desenvolveram junto à Europa, África e Américas e a dinâmica local colonial, promovida pela produção econômico-primário-exportadora e a sobrevivência dos colonos e da população indígena autóctone do Brasil.

Essa tensão foi marcada pelas consequências provocadas, sobretudo, pelas inovações tecnológicas que marcaram o início da modernidade; pela separação entre tempo e espaço (HARVEY, 1996; GIDDENS, 1991), cuja manifestação foi o descompasso entre o espaço mercantil em escala mundial, comandado pela metrópole portuguesa; e pela dinâmica colonial brasileira local.

Esse descompasso, além de haver configurado as relações mercantis com o Novo Mundo, pontuou, também, a Geografia embrionária da rede urbana brasileira, criando um espaço virtual, ao localizar as primeiras cidades, vilas, aldeamentos, arraiais, engenhos e fazendas, currais, que se tornariam, mais tarde, o núcleo fundador das cidades e metrópoles brasileiras.

A economia mercantil e a atuação do Estado Moderno Europeu – incorporado pela Monarquia Absolutista portuguesa aliada à Igreja Católica Romana –, em tensão com a produção econômica agrário-exportadora e a reprodução da vida social na colônia brasileira, formaram o campo espacial de forças, responsável pela criação das formas espaciais coloniais sustentadas e fundamentadas, ideologicamente, por práticas econômicas e religiosas

moralistas, cuja gênese e movimento deram início à rede urbana brasileira e às especificidades da rede sergipana.

1.4 OCUPAÇÃO INICIAL

Algumas cidades coloniais nasceram como resultado da construção de um forte, pelos portugueses, muitas vezes, onde já havia sido erguido um, pelos franceses, como foi o caso das cidades de Olinda, em Pernambuco, e Salvador, na Bahia. Havia também as cidades fortalezas ou virtuais, que se formavam a partir de uma necessidade política e legal de tomar posse do lugar. Estas últimas eram fundadas, simplesmente, para marcar a posse do território. Outras surgiram como porto de escala, com a função da conexão com a metrópole portuguesa. A dinamização das funções portuárias transformou algumas delas em cidades empório, como foi o caso de Recife e Salvador e, em uma escala menor, São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe.

A estrutura social e produtiva colonial gerou espaços econômicos cuja dinâmica interna, muito embora com uma baixa centralidade urbana, acabou por criar núcleos populacionais que, posteriormente, transformaram-se em localidades urbanas, como foi o caso da produção do açúcar, do algodão, do fumo e da agropecuária e, da agricultura de subsistência, em Sergipe.

A vigorosa atração das zonas de mineração promoveu o surgimento de cidades como Vila Rica. Além dos bandeirantes paulistas, portugueses e colonos de todos os recantos da colônia foram atraídos pela mineração. Existiram também as cidades missionárias, que se estabeleceram a partir das missões jesuíticas; as cidades que se desenvolveram como ponto de passagem, com a função de assegurar a marcha para regiões mais distantes, comandadas pelas necessidades de ocupação do território ou como base de operações dos bandeirantes; as cidades que se formaram a partir de refúgio de escravos – os quilombos – e as povoações indígenas, que foram incorporadas à colonização, como é o exemplo de São Paulo.

Em Sergipe, um pouco mais tarde, por questões estratégicas de defesa territorial e necessidade de área para expansão de atividades subsidiárias de apoio a economia colonial, teve início a formação dos primeiros núcleos de exploração econômica e povoamento, com a fundação de São Cristóvão, capital da província, e as primeiras vilas: Santa Luzia do Itanhý, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas e Vila Nova do Rio São Francisco.

2 A CENTRALIDADE ESPACIAL COLONIAL

A centralidade espacial, que dominou os primeiros núcleos de povoamento, foi a frágil centralidade político-administrativa e de defesa do território, combinada com a centralidade urbana comercial secundária, dependente de Salvador, sede da Capitania da Bahia de Todos os Santos. O tecido da embrionária rede sergipana era formado por pequenas vilas, criadas pelas Ordenações Régias Portuguesas, ligadas diretamente à Coroa e pela dinâmica local, no descompasso da tensão entre a exploração colonial mercantil e as formas primárias de produção econômica, baseadas no trabalho escravo e fundamentadas pela moral religiosa católica romana.

A formação da centralidade urbana de Sergipe se inseriu no movimento de colonização brasileira, iniciado em 1500 e que durou até 1808. Correspondeu ao período de implantação dos primeiros núcleos de povoamento, com centralidades predominantemente administrativas, sustentadas por uma economia colonial agrária e extrativa, fundada no trabalho escravo, voltada para o exterior. Era uma economia primário-exportadora, com base nos monopólios estatais, inserida em uma economia mundial mercantil emergente.

Nessa época, a Europa mercantil e manufatureira necessitava de produtos extrativos agrícolas tropicais e metais preciosos, que não podiam ser produzidos em seu continente. Foi o período em que as consequências da modernidade chegaram ao Novo Mundo. O desencaixe entre espaço e lugar havia sido implantado.

A centralidade urbana inicial, que dominou durante o período colonial brasileiro, foi responsável pela modelação e manutenção de uma rede de localidades primárias, polarizadas pela metrópole portuguesa, comandada por uma elite estrangeira, integrada por fidalgos portugueses, apoiada por redes secundárias de defesa e abastecimento, como foi o caso de Sergipe. Essa centralidade levou à formação de cidades criadas do nada, como explica Romero (2004, p. 96):

Posicionados em frente ao lugar escolhido, com a mão apertada na empunhadura da espada, o olhar fixo na cruz e os pensamentos direcionados para as riquezas que a aventura lhes proporcionaria, os homens do grupo fundador da cidade que já tinha nome, mas da qual nada existia sobre o solo, deviam experimentar a estranha sensação de quem espera o prodígio da criação surgida do nada.

A cidade, portanto, foi o núcleo da colonização portuguesa. Sua fundação representou o primeiro passo para o desenho do novo mapa do mundo, do mapa do Brasil e de Sergipe. Representou também, a formação de uma rede urbana, composta por cidades, suas zonas de

influências e ligações entre si. Tratava-se de um mundo urbano moderno, interconectado por uma malha de cidades ligadas ao mercado mundial. Na concepção de Romero (2004, p. 100),

tanto no Brasil quanto na América Hispânica – a cidade obteve o seu primeiro triunfo porque desenhou as primeiras coisas que era necessário criar: as áreas de influência das cidades, as relações entre elas, graças às quais se constituíram as redes urbanas, e, por fim, o próprio mapa do novo mundo com suas conexões continentais e marítimas, como nunca havia existido antes da conquista (p. 100).

A especificidade com que ocorreu a centralidade urbana colonial acabaria por estimular a singularidade da formação urbana sergipana. Com o desenvolvimento do mercado interno e a constituição de uma zona de influência polarizada pelas cidades coloniais, quando uma nova centralidade foi lentamente se configurando.

2.1 A PECUÁRIA E OS PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO

No período colonial, a pecuária de apoio à produção do açúcar e meio de subsistência exerceu um papel fundamental na modelação da rede urbana sergipana, apesar do limitado poder de centralidade urbana decorrente da pouca exigência de mão-de-obra para a implantação de uma fazenda, e o caráter extensivo da atividade (SCHIFFER, 2004, p. 78; NUNES, 2006, p.111).

Em Sergipe, a economia colonial, a partir de 1590 e por mais de um século, com a conquista do território por Cristóvão de Barros, “significou ‘currais de gado’, ‘meios de subsistência’ e ‘campos de criação’ complementares para a lavoura canavieira da Bahia” (SUBRINHO, 1987, p. 17). Entre 1637 e 1645, período em que durou o conflito e a disputa do território sergipano, entre portugueses e holandeses, o desenvolvimento da pecuária foi interrompido. Após a reconquista portuguesa do domínio territorial de Sergipe a pecuária voltou a ser o setor mais importante da economia.

Com uma posição secundária, em relação à econômica colonial, Sergipe vai formar os seus primeiros núcleos de povoamento, desempenhando um papel subsidiário às atividades coloniais de exportação, da Capitania da Bahia de Todos os Santos. O crescimento da população e da indústria açucareira, no Recôncavo baiano, ampliou a demanda de gado para abastecimento dos engenhos, como força motriz, como transporte da cana e para o abastecimento da população.

A boa qualidade dos pastos em Sergipe atraiu a expansão da pecuária, comandada, inicialmente, pelos rebanhos de Garcia d'Ávila, que já haviam chegado às margens do rio Real, em 1575, quando ocorreram as primeiras investidas nas terras sergipanas.

Após a conquista da nova Capitania de Sergipe, por Cristóvão de Barros, em 1590, com a distribuição de sesmarias para a criação de gado, ao lado da cultura de subsistência, teve início a ocupação da Capitania, a partir do rio Real, na direção das matas de Itabaiana e Simão Dias, seguindo o curso do Vasa-Barris, estabelecendo os primeiros limites da capitania de Sergipe.

Foram ocupadas, também, as terras onde hoje se situa a cidade de Tobias Barreto, antiga Campos do Rio Real, com a expansão das fazendas de Belchior Dias Moréia para as margens sergipanas do rio Real. Simultaneamente, foram ocupadas regiões do litoral na direção da Cotinguiba, alcançando até o rio São Francisco na altura da atual cidade de Porto da Folha.

As primeiras sesmarias para a criação de gado foram doações próximas ao litoral, com até uma légua de extensão, a pessoas de pequenas posses. As atividades ligadas à pecuária, com uma baixa centralidade urbana, eram bastante simples, exigindo pouca mão-de-obra. No início da instalação da fazenda os sesmeiros utilizavam trabalhadores mestiços, livres, aventureiros, indígenas fugitivos e um vaqueiro que, com o tempo passavam a ser remunerado com uma cria, de cada quatro, podendo constituir a sua própria criação. Nasceu, dessa forma, uma sociedade nômade, pouco hierarquizada e sem muitos contrastes. As sesmarias maiores foram doadas *a posteriori* na direção do agreste e exploradas por arrendamentos.

Muito embora, a pecuária tivesse uma baixa centralidade urbana, ela foi a principal atividade dos colonizadores no território sergipano, exercendo um papel fundamental na orientação da construção dos caminhos e localização dos pontos fixos que definiram, anos mais tarde, a rede urbana de Sergipe. Destacou-se, nessa época, a estrada das boiadas, que ligava a sede da capitania da Bahia de Todos os Santos à povoação de Campos, localizada nas margens do rio Real, que centralizava as zonas criadoras de gado de Sergipe. Nunes (2006, p. 169) destaca:

Os caminhos terrestres se desenvolveram a partir do comércio de gado, estendendo-se da capital baiana ao rio São Francisco através de duas rotas principais. A primeira, *o caminho da costa*, que alcançava a cidade de São Cristóvão a partir de Salvador, abrangendo 60 léguas, através de uma região onde existia a maior concentração de habitantes, sendo a estrada mais percorrida. Da capital sergipana continuava até a vila Nova Real do Rio São Francisco. A segunda, o caminho do meio, a partir de Salvador distanciava-se do litoral penetrando por regiões pouco

povoadas, onde apenas se destacavam as vilas Itapicuru, Lagarto e Itabaiana, atingindo a povoação de Santo Antonio do Urubu de Baixo do rio São Francisco que em 1800, tornar-se-ia Vila com o nome Propriá.

A localização das fazendas, os pontos de passagem, de encontro e de parada para descanso da boiada, a permuta e comercialização de bovinos e as novas fazendas que surgiam dos animais impossibilitados de prosseguir viagem, contribuíram, também, para a configuração da rede urbana do Sergipe, com revela Nunes (2006, p. 126):

O desenvolvimento da criação fez com que, no século XVIII, começasse a destacar-se povoações – hoje cidades – de Campos do Rio Real (Tobias Barreto), Riachão do Dantas, Simão Dias, Aquidabã, Nossa Senhora da Glória, Malhador, Curral das Pedras (Gararu), Porto da Folha, Campo do Brito e Carira.

Mais adiante complementa, ainda, Nunes (2006, p.126):

A expansão do gado deixou marcas acentuadas na vida sergipana. Considerável é o número de núcleos urbanos que a ela devem origem, como demonstra a toponímia - Curral do Meio, Curral das Pedras, Curralinho (há duas localidades), Divina Pastora, Estância, Fazenda Nova, Fazenda de Cima, Fazendinha (duas), Fazenda Grande, Ilha dos Bois, Rio das Vacas, Cabeça de Boi, Campo do Brito, Campo Grande, Campos do rio Real, Cabrito (duas). Diversas outras localidades tiveram a origem ligada ao gado como Simão Dias, Riachão do Dantas, Aquidabã, Siriri, Carira, Nossa Senhora das Dores.

É importante destacar, também, o papel que exerceu a pecuária na integração dos núcleos urbanos que se desenvolveram com a indústria açucareira. A necessidade de abastecimento de gado, para o consumo interno das povoações ligadas a produção do açúcar: Santo Amaro, Estância, Laranjeiras, Propriá e a capital São Cristóvão, deu início à criação de uma nova centralidade, materializada pela formação de uma rede interna de abastecimento e comercialização, como foi caso de Laranjeiras e Propriá.

2.2 AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIAS

Em Sergipe, tiveram papel importante na configuração da rede urbana, as culturas de subsistências, também conhecidas como cultura de mantimentos, lavoura ou roça. Os pedidos de concessão de sesmaria, para a plantação de mandioca, milho, arroz, feijão, legumes e criação de aves, para a subsistência, se iniciaram logo após a conquista do território, por Cristóvão de Barros, em geral associados à criação de gado.

A cultura de subsistência começou a ser desenvolvida junto aos vales dos rios Real, Piauí, Vasa-Barris, Poxim, Sergipe, Cotinguiba, Ganhamoroba, Siriri e Japarutuba. À medida que a capitania crescia e se ampliava o plantio da cana-de-açúcar, as lavouras de subsistência foram empurradas para o agreste sergipano, quando teve início a formação de uma rede de

abastecimento interno e, ao mesmo tempo, destinada à exportação, para abastecimento de navios portugueses que atracavam na Bahia e nas colônias africanas.

A cultura de subsistência se desenvolveu em pequenas propriedades, cultivadas com poucos recursos, junto aos latifúndios, em áreas menos privilegiadas para a agricultura. Entre as culturas praticadas, destacou-se a mandioca. A partir do final do século XVII, durante todo o século XVIII e até o século XIX, quando passou a enfrentar a concorrência da produção da Bahia, a farinha foi um item importante na pauta de exportações da capitania de Sergipe. No começo do século XVIII a cultura da mandioca já contribuía para a centralidade da capitania, como evidencia Nunes (2006, p. 135):

Expandindo-se o cultivo da mandioca pelo território sergipano, iria alcançar grande importância nos começos de século XVIII quando já se definiam quatro regiões produtoras. A primeira, centrada na Vila de Santa Luzia, a mais importante, inclusive dando nome a um rio, afluente do Piauí, e a uma localidade que em suas margens se desenvolveu – o Porto da Farinha; a maior parte da produção convergia para a cidade de Salvador. A segunda gravitava em torno da Vila Nova do Rio São Francisco, suprido a região sanfranciscana e exportando o excedente para a Capitania de Pernambuco. A terceira, por força das determinações régias que obrigavam aos senhores de engenho e os plantadores da cana ao cultivo da mandioca, estendeu-se do Vasa-Barris ao rio Sergipe, abastecendo aos engenhos e núcleos urbanos da região. A quarta, localizada na Vila Nova de Itabaiana, naquela época pouco importante, era absorvida pelo consumo local. Ainda cultivava a mandioca a Vila do Lagarto.

A cultura da mandioca, no início do século XIX, com a concorrência baiana, foi diminuindo sua participação na pauta de exportações sergipanas. Inicialmente cedeu lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, em expansão no mercado internacional e, em meados do século, ao cultivo do algodão, para atender à demanda britânica.

2.3 AS CULTURAS DE EXPORTAÇÃO NO SÉCULO XVII

A partir da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial, em andamento na Inglaterra, ampliou a demanda dos produtos agrícolas tropicais, que deixaram de ser especiarias exóticas para se tornarem produtos de consumo, levou Sergipe a se integrar ao comércio colonial.

A produção do fumo, do açúcar e do algodão teve também papel relevante para a configuração da rede urbana de Sergipe, como culturas de exportação, participando, ainda que de uma forma subsidiária e dependente, dos capitais dos comerciantes portugueses, intermediários da exportação do açúcar em Salvador, como área de expansão da economia baiana (SUBRINHO, 1987, p. 18-20, 23; NUNES, 2006, p. 158-159). O fumo foi cultivado a

partir do começo do século XVII por pequenos proprietários, desenvolvendo-se, sobretudo, na zona de Lagarto, junto à criação de gado, do qual era retirado o couro para embalar as cordas de fumo.

Em Sergipe, a monocultura canavieira escravocrata e latifundiária não se expandiu no mesmo momento em que aconteceu a grande produção colonial das capitanias nordestinas de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos. De uma forma tímida, contando, em 1724, com 25 engenhos, a capitania de Sergipe d'El Rei participou da segunda fase de expansão da produção açucareira no Nordeste, ocupando os vales dos rios Real, até o rio Piauí, Vasa-Barris, Poxim, Cotinguiba, Sergipe, Ganhamoroba, Siriri e Japaratuba. Segundo Nunes (2006, p.155):

Em 1759 eram registrados 39 engenhos, mas em 1789 o número já atingia 140 (contra os 260 existentes no recôncavo da Bahia) Nos Começos do século XIX chegavam a 163, alcançando 226 quando a Capitania de Sergipe se tornou Província independente da Bahia [1820].

O crescimento da produção açucareira estimulou o desenvolvimento da navegação fluvial e dos portos litorâneos (PORTO, 1991, p. 15), para se chegar até a Bahia. Foram elevadas à categoria de vila, Estância, em 1831, e Santo Amaro como resultado do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Além disso, desenvolveram-se os núcleos de Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Rosário e, mais tarde, Maruim.

A ampliação da cultura da cana-de-açúcar, em Sergipe, foi acompanhada pela formação de uma elite açucareira composta por senhores de engenhos, cuja atuação política seria decisiva no Império e nos primeiros anos da República, como esclarece Nunes (2006, p. 163):

A vida política sergipana gravitará, até fins da Velha República em 1930, em torno dos senhores da indústria açucareira, classe dominante que detinha o poder econômico. A eles se subordinavam os plantadores de cana sem recursos para a construção da unidade industrial, ante a necessidade da moagem de sua produção.

Após a revogação, em 1755, do alvará que proibia a exportação do algodão produzido no Brasil, e com o impedimento dos Estados Unidos – grande fornecedor de algodão para as indústrias têxteis britânicas – em razão da Guerra de Independência, a metrópole portuguesa estimulou a produção do algodão nas colônias. Dessa forma, teve início, a partir de 1779, o cultivo do algodão para exportação em Sergipe, iniciando pelas terras do vale do rio Cotinguiba, do rio São Francisco, nas vilas de Lagarto e de Itabaiana e se expandindo pelas terras da tradicional cultura da mandioca, alcançando lugar de destaque, no final do século

XIX, na pauta de exportações da Capitania, que duraria até mais ou menos o primeiro quartel do século XIX, quando foi normalizado o comércio internacional.

O couro, a sola, a aguardente, o tucum, o arroz e o sal, após abastecer o mercado interno, também foram exportados. O povoado de Santo Antônio do Aracaju, centro da região litorânea produtora de sal, no começo do século XIX, concentrou a sua comercialização.

As centralidades urbanas dos núcleos responsáveis pela intermediação da exportação dos produtos do fumo, do açúcar e do algodão foram fortalecidas, estimularam o crescimento urbano dos núcleos portuários próximos ao litoral e a formação de um incipiente mercado interno, constituído pelas zonas de influência centralizadas pelos entrepostos urbanos de comercialização para Salvador. Essas zonas, mais tarde, consolidar-se-iam como regiões polarizadas pela localidade central.

Com o desenvolvimento da economia mercantil em Sergipe, a partir do século XVIII, os rios substituíram os caminhos e as trilhas das boiadas, e se constituíram em um importante elemento indutor da consolidação da rede urbana sergipana. Assim, destacaram-se, nesse processo, as povoações portuárias de Estância, Laranjeiras, Santo Amaro, Maruim e Santo Antonio do Aracaju, de onde as mercadorias seguiam para o porto, principalmente, o de Salvador, para exportação.

2.4 PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO

Em 1671, por questões de segurança, a coroa portuguesa dividiu a Capitania de Sergipe d'El Rei em cinco distritos: o de Lagarto, o de Itabaiana, o do Rio de São Francisco, o do Cotegipe e o do Piauí. Em 1698 a Capitania era constituída pela capital e por quatro vilas (Figura 01). Em 1696, reduziu-a a Comarca da Bahia. Dois anos após o rebaixamento da capitania de Sergipe, a coroa portuguesa elevou à categoria de vila as povoações de Santo Antonio e Almas e Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro da Brotas. Em 1817 a Comarca de Sergipe foi elevada à categoria de Capitania independente (FREIRE, 1891, p. 154, 222).

Em Sergipe, no final do século XVIII, segundo Nunes (2006a, p. 219), em razão da baixa centralidade urbana das atividades econômicas da Capitania – a criação de gado, a cultura de subsistência, o fumo, o algodão e o açúcar – as vilas, isoladas uma das outras, eram

formadas por um pequeno conjunto de casas fechadas, que se abriam aos domingos e dias de festa, quando os fazendeiros e senhores de engenho chegavam.

Ao lado da Capital, a vetusta cidade de São Cristóvão fundada nos idos de 1590 por Cristóvão de Barros, existiam as Vilas de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (criadas em 1697), Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro das Brotas (1699), Vila Nova do Rio São Francisco (1731), Vila de Geru (1758) e Vila de Propriá em 1801.

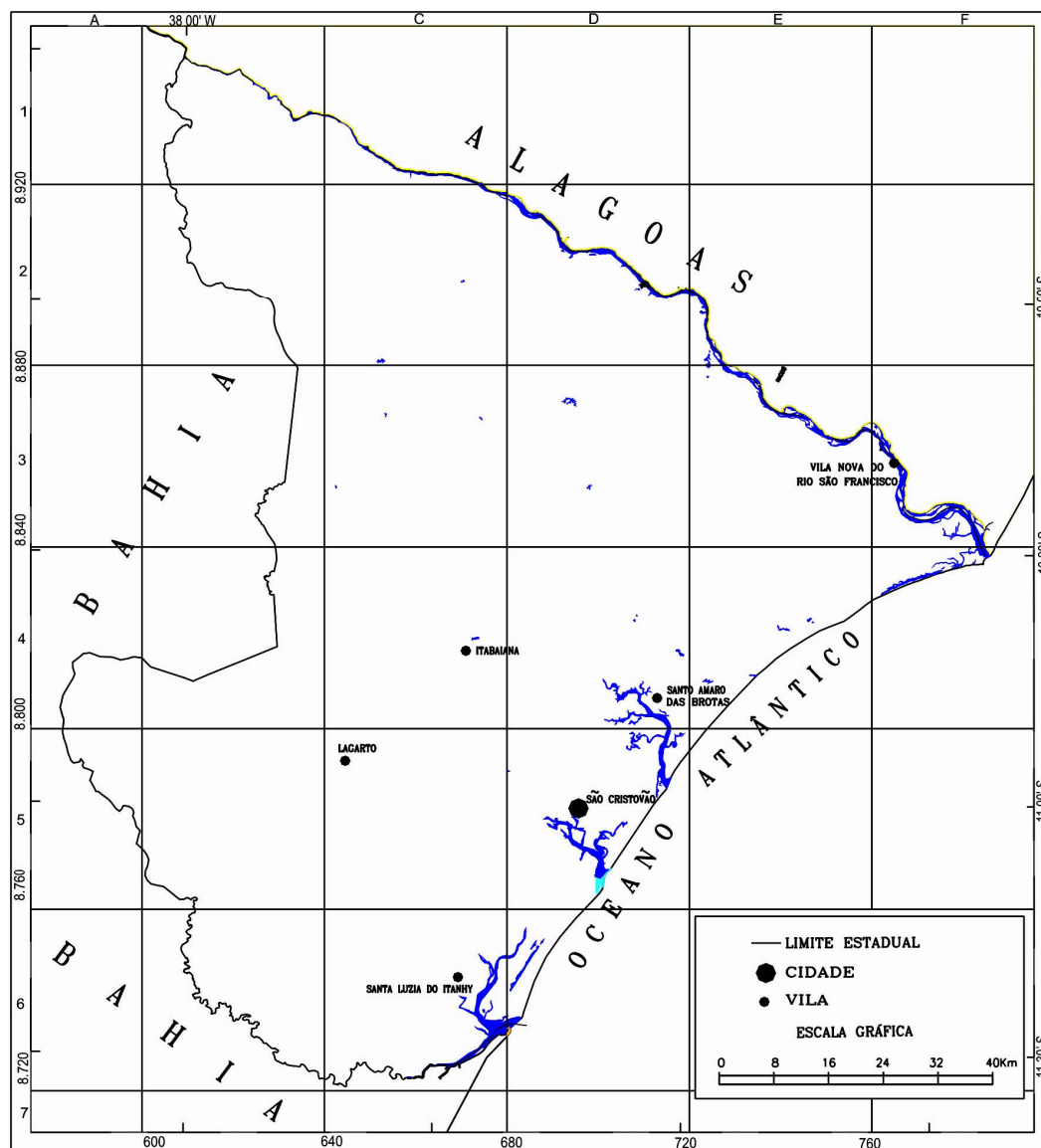


Figura 01: Sergipe Vilas e Cidade - 1698

Fonte: Santos e Andrade, eng. Cart. Fernando José Câmara Caldas Lins.

Além da Capital, São Cristóvão, a Capitania de Sergipe possuía, em 1820, sete vilas: Tomar do Geru, Santa Luzia do Itanhy, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Vila

Nova e Propriá, além de dezesseis povoações: Vila Pedrado, Pacatuba, Brejo Grande, Capela, Pé de Banco, Japarutuba, Bom Jesus, Divina Pastora, Rosário do Catete, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora dos Santos dos Campos, Itabaianinha e Estância.

A partir do século XIX, do ponto de vista econômico, já era possível perceber, na Capitania de Sergipe, de acordo com Nunes (2006, p. 173) e Subrinho (1987), a divisão das atividades econômicas próprias do sertão, do agreste e da zona da mata, ao mesmo tempo em que começaram a se destacar povoações que, em razão de sua prosperidade, se tornaram centros regionais, desenvolvendo atividades mercantis de exportação e importação.

Laranjeiras, Estância, Maruim, Capela, Rosário do Catete, Divina Pastora, Itaporanga e Propriá foram povoações que, juntamente com suas zonas de influência, desenvolveram-se de forma independente uma das outras, ligadas à Capitania da Bahia de Todos os Santos e, com menor intensidade, à de Pernambuco. “Itabaiana produzia, principalmente, algodão e cereais; Lagarto e Campos dedicavam-se à pecuária, enquanto o açúcar predominava nos vales do Cotinguiba, Vasa-Barris e Piauí” (NUNES, 2006, p. 20).

O comércio colonial era realizado com a Capitania da Bahia de Todos os Santos e, eventualmente com a Capitania de Pernambuco. Importavam-se tecidos de algodão, linho, seda, lona, ferragens, pólvora e escravos e exportavam-se o açúcar, algodão, o gado, cavalos e porcos, couros secos, sola branca, fumo, sal e cereais, que abasteciam os núcleos urbanos e suas zonas de influência

2.5 A CENTRALIDADE ESPACIAL NO FINAL DA COLONIZAÇÃO

No período que se seguiu à ocupação primeira do território brasileiro as atividades econômicas cresceram em torno da cidade e, cada uma ao seu modo, fortaleceu a sua centralidade administrativa, dando início à formação de um mercado interno. Nesse período as cidades traçaram os limites da sua ocupação, definindo sobre o imenso território brasileiro, coberto por matas e ocupado por uma população indígena autóctone, a área de influência da sua centralidade.

A mineração, talvez, tenha sido a primeira modificação territorial do interior central do Brasil. Ao demandar o abastecimento de alimentos e o transporte do ouro extraído para os portos de exportação, obrigou a abertura de novas ligações terrestres com a região pecuária do

interior do Nordeste e, depois, com a região Sul (ROMERO, 2004, p. 130; SCHIFFER, 2004, p. 78).

Com o declínio da extração mineral, os mineiros – trabalhadores livres – transformaram-se em pequenos produtores e criadores de gado para subsistência, potencializando-se como mercado regional, com uma força maior do que a produção açucareira nordestina, baseada no trabalho escravo.

À medida que os conquistadores dos primeiros momentos da colonização brasileira se extinguíam, desaparecia o desinteresse em criar raízes e se estabelecer, de forma definitiva, na colônia; sumiam os fidalgos que só tinham interesse em acumular riqueza e voltar para a metrópole. Dessa forma, formava-se uma nova geração, muito maior que os comerciantes e burocratas portugueses. Era uma geração que sabia que não estava de passagem. Ela era herdeira de direitos e privilégios, submissa à autoridade dos funcionários coloniais e era orgulhosa do poder da metrópole (ROMERO, 2004, p.146).

Foi essa geração de brasileiros que se sentiu compromissada com sua cidade e sua região, assumindo o papel de elite. No século seguinte seus membros participariam do processo de Independência do Brasil. Na verdade, ao longo do século XVIII, não ocorreram mudanças importantes na forma de produção econômica colonial, entretanto, ocorreram mudanças significativas no desenvolvimento mercantil.

O amadurecimento da nova geração foi acompanhado do crescimento dos mercados internos nas cidades. Ao mesmo tempo em que se criou uma expectativa de aumento das importações, formou-se também, em contrapartida uma expectativa do crescimento das exportações. O que contrariava profundamente o regime de monopólio português e ampliava a cobiça dos países que estavam se industrializando na Europa no momento.

O incremento da atividade comercial modificou a centralidade das cidades. Foco da civilização, elas passaram a ter um papel importante como centro de zona e de comando da vida e das atividades rurais. Nas últimas décadas do século XVIII, o pensamento Iluminista, o liberalismo, a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789), haviam sido incorporados à burguesia emergente, ilustrada e reformista, certo de que a partir das cidades comandariam o crescimento da região, apoiado na agricultura e no comércio.

Houve modificação na aparência, melhoria no funcionamento e ordenamento das cidades. O saneamento básico foi melhorado, com a implantação do abastecimento d'água por meio de fonte pública, e melhoria também no sistema de esgotamento sanitário; a forma de

ocupação da cidade e os espaços públicos foram mais bem definidos; as edificações foram submetidas a certo controle.

3 A CENTRALIDADE ESPACIAL REGIONAL: 1809 – 1945

Após a independência política do Brasil Colonial, as ilhas produtivas, ligadas diretamente à metrópole portuguesa, independentes uma das outras, integraram-se à divisão internacional do trabalho, comandada pela Inglaterra, especializando-se na exportação para a Europa e Estados Unidos de artigos vegetais tropicais, produzidos por mão-de-obra escrava, importada da África.

O Brasil era um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado, voltado para fora, dependente de bens de consumo exportados da Europa, juntamente com as idéias e os capitais que construíram, na singularidade da cultura colonial, a infra-estrutura e os serviços urbanos bem como expandiram e consolidaram as regiões em torno das qual se organizou a rede urbana brasileira e, junto a ela, a rede urbana sergipana.

Com o final da colonização e a integração do Brasil ao capitalismo concorrencial emergente, na Europa, a centralidade colonial das cidades e vilas, conectadas em rede com a metrópole portuguesa, deu lugar a uma crescente polarização urbana regionalizada, fiel à Geografia das capitanias hereditárias e à distribuição sesmarial das terras brasileiras. Teve fim, em Sergipe, a frágil rede urbana, formada por vilas e cidades embrionárias, criadas para a defesa e ocupação do território colonial, situado entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos.

As nucleações urbanas do período colonial eram centralidades urbanas virtuais dependentes da capitania da Bahia de Todos os Santos, criadas pelas Ordenações Régias Portuguesas. Desenvolveram-se com a tensão entre a exploração colonial mercantil e as formas primárias locais de produção econômica, baseadas no trabalho escravo e fundamentadas pelo discurso de unidade territorial e pela moral religiosa católica romana.

A nova centralidade regional se consolidou, em todo o Brasil, em um duplo movimento urbano. Inicialmente, as vilas e cidades se fortaleceram comercialmente apoiadas em uma economia agro-exportadora ligada ao mercado internacional. Paralelamente ao fortalecimento e crescimento da centralidade comercial foram sendo criadas as condições para a implantação de uma indústria manufatureira de base local. Assim, simultaneamente à formação dos núcleos comerciais, foi desencadeado um movimento industrializante, voltado para o mercado interno, que deu início à criação de uma nova centralidade para os núcleos urbanos.

O movimento de centralidade espacial regional teve início com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808, momento que marcou o fim da economia colonial. As velhas cidades coloniais se consolidaram e se dinamizaram apoiadas pela economia agrário-exportadora, como núcleos urbanos com funções predominantemente comerciais, que rapidamente tomaram conta da dinâmica das cidades até a Proclamação da República, em 1889.

Nesse período, começou a se desenvolver, no Brasil, uma vida urbana moderna, inspirada na burguesia da Europa Industrial apoiada pela economia de importação de artigos manufaturados e pelo comércio internacional dos produtos agrícolas, produzidos por uma elite aristocrática rural associada ao clero. A concentração urbana, proporcionada pela dinâmica das novas funções comerciais, estimulou a formação inicial de uma indústria nacional que permaneceria dependente da economia agro-exportadora até o ano de 1945.

3.1 A DEPENDÊNCIA REGIONAL DA REDE URBANA DE SERGIPE À ECONOMIA DA BAHIA: 1809 – 1840

A partir da segunda metade do século XVIII, a economia mundial passou por profundas transformações, dando início a mais uma alteração do espaço do espaço mundial. O capitalismo concorrencial se consolidou, colocando fim aos monopólios coloniais. O velho mercantilismo foi sendo substituído pelo livre cambismo e o comércio mundial foi dinamizado. Uma nova forma de colonialismo europeu surgiu na América Latina, baseada na dependência econômica (ROMERO, 2004; BRUM, 1996).

O período entre 1808 e 1840, que teve início com a transferência da corte portuguesa e se estendeu até a maioridade de D. Pedro I, foi o momento em que ocorreu o movimento de independência política brasileira e se implantou a Regência, sem alterar a estrutura econômica tradicional de produção e exportação de produtos primários, baseada no trabalho escravo, comandado por uma sociedade aristocrática rural.

Correspondeu também esse período ao momento em que a Europa vivia o capitalismo industrial concorrencial ou competitivo, que durou aproximadamente até 1880, necessitando de matérias-primas para as suas fábricas, de produtos agrícolas para suas populações urbanas e de mercados para sua manufatura.

3.1.1 O projeto de unidade nacional

A idéia de integração nacional durante o processo brasileiro de independência significou a luta pelo domínio político-territorial do Brasil frente à autoridade portuguesa (ANDRADE, 2001, p. 45-48). Nesse momento, a idéia de independência era obstaculizada pelo partido português e defendida pelo partido brasileiro de acordo com os interesses dos liberais radicais e moderados, grupos que dividiam o partido.

Para a elite rural liberal e moderada, a independência política da colônia representava a salvaguarda dos interesses do Brasil, sem alterar as estruturas sociais e econômicas estabelecidas. Para os liberais radicais representava a criação de uma federação nacional, independente de Portugal. Já para o partido Português, cuja base era constituída por comerciantes portugueses, interessava a manutenção do Reino Unido. Na verdade, a luta pela unidade nacional escondia os interesses econômicos antagônicos que dividiam as elites brasileiras.

O projeto de unidade nacional nasceu junto ao movimento de independência política do Brasil, muito embora a idéia de unificação do território seja uma preocupação antiga, que esteve presente em toda a administração da colônia brasileira. A elevação da Colônia à condição de Reino Unido de Portugal, em 1815, e o retorno a Portugal, da corte, dividiu as elites brasileiras entre os interesses econômicos do capital inglês e a velha política colonial portuguesa.

Com a Revolução Liberal do Porto, de 1820, os brasileiros, nascidos ou não no Brasil, que pertenciam ao Partido Brasileiro, reagiram de forma anticolonialista, favoráveis à independência. A Revolução do Porto foi um movimento militar de caráter liberal constitucionalista, que aconteceu em Portugal e exigiu o retorno imediato de D. João VI e da administração portuguesa ao Reino metropolitano.

Em 1821 D. João VI voltou à metrópole portuguesa e várias medidas foram tomadas, objetivando a volta do Brasil à condição de colônia, envolvendo o restabelecimento do Pacto Colonial e o retorno ao monopólio comercial. O retorno de D. João VI causou a reação anticolonialista do Partido Brasileiro (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 9-10).

O Partido Brasileiro foi então dividido entre moderados e radicais. Os moderados formavam um grupo composto pela aristocracia rural, que não admitiam a volta à situação de colônia, entretanto, eles eram a favor da união Portugal-Brasil, desde que ficasse preservada a

autonomia da ex-colônia. O outro grupo, os radicais, era comandado pela camada média urbana mais intelectualizada. Representava os interesses de uma classe média urbana em formação e defendia o rompimento imediato e definitivo com Portugal.

Os moderados optaram por uma independência meramente política, pacífica e sem violência, na qual se estabelecia a monarquia na pessoa de D. Pedro I, sediada no Rio de Janeiro e mantinha-se sem alterações na ordem sócio-econômica, nas estruturas existentes na época colonial e no poder, nas mãos da aristocracia rural. Preservava-se, desse modo, a integridade patrimonial e do territorial nacional com a imposição de um Estado centralizado com o comando da elite rural.

A primeira constituição do país conservou na figura do Imperador, os poderes do Estado e da Igreja. Ela foi outorgada em 1824, sem a participação dos deputados eleitos. Na prática, era uma Constituição Imperial absolutista, não democrática, contemplando amplos poderes para o Imperador. Essa Constituição possibilitou uma administração centralizada, na qual as províncias, governadas por um presidente nomeado pelo Imperador, não possuíam autonomia (ANDRADE, 2001; p. 46; TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 15-16).

Apesar de a oficialização política da Independência do Brasil ter sido proclamada em 1822, ela já vinha sendo cotejada pela elite brasileira agrária e comercial, que se forjou no final do século XVIII. A independência abriu caminho para a formação de uma nova elite nacional. Era a elite que se formou na tensão entre a luta pela independência e os interesses da Inglaterra, a maior potência industrial do capitalismo emergente na Europa. Esses novos interesses, sem dúvida, contrariavam e feriam o monopólio mercantil comandado pela metrópole portuguesa.

No I Reinado os *deficits* brasileiros se ampliaram, acompanhados dos altos gastos governamentais, dos conflitos territoriais de fronteira, da queda nas importações e da redução da arrecadação com a adesão ao livre-cambismo, destruíram as finanças brasileiras e consolidaram a dependência financeira do Brasil com a Inglaterra. Os empréstimos britânicos para cobrir os *deficits* comerciais e gastos governamentais se multiplicavam com os empréstimos para pagar e amortizar os juros da dívida externa do Império.

Em 1831, em meio a uma grande insatisfação política, agravada pela crise econômico-financeira, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, nomeando José Bonifácio, um conservador, para tutor, já que D. Pedro era menor de idade. Apossava-se do Estado brasileiro a aristocracia agrária. Assim, ampliaram-se as tensões entre liberais

moderados e exaltados e se multiplicavam, em todo o país, as lutas políticas, as rebeliões militares e os movimentos sociais. Teve início a fase política mais instável da história do Brasil, que duraria até a promoção da maioridade de D. Pedro II.

A instabilidade do regime regencial reuniu as elites que se sentiam ameaçadas. Eram as elites que defendiam correntes políticas divergentes, de um lado estavam os liberais radicais e de outro os moderados. Uma vez que os moderados faziam parte do poder, eles lideraram o movimento, apoiados pelo “povo”, para promover a antecipação da maioridade de D. Pedro II. Em razão disso, em 1840 o herdeiro da monarquia brasileira, com apenas 14 anos, foi aclamado Imperador e prestou juramento à Constituição brasileira, dando início à fase do II Império.

3.1.2 Coronelismo, dominação política e religiosidade

Nesse período houve a aproximação entre o “coronelismo” e a religiosidade, trazida pelos colonos portugueses, e o sincretismo religioso do negro aculturado (NUNES, 2006, p. 187, 240-241; PRIORE, 2002, p. 47-57). Como era permitido aos latifundiários ocuparem os postos de comando da milícia, com a função de manter a ordem no país, o coronelismo surgiu com a implantação do Império, quando foi criada a Guarda Nacional, durante a Regência Trina Permanente, entre 1831 e 1835.

Assim, os fazendeiros exerceram a milícia para fazer valer o seu poder e manter seus privilégios. Institucionalizaram-se, dessa forma, a dominação política e as práticas arbitrárias na figura do “coronel” – proprietário de terras e senhor do mundo rural. O patrimonialismo continuou a prevalecer especialmente nos núcleos urbanos menores, acompanhado de formas clientelistas de atuação, combinadas com a sujeição e passividade da população (FONTES *et ali.*, 1996).

A autoridade do coronel se integrou ao clero, à fé cristã e à submissão da população. A religiosidade da população, sem dúvida, permitiu o exercício arbitrário do poder dos coronéis, ajustado aos interesses dos bispos e padres. Conseqüentemente, a estreita ligação da Igreja Católica com o Estado português, que havia predominado em todo o período colonial, em defesa dos interesses políticos e econômicos comuns, assumiu novas formas.

Essas novas formas conservaram a religiosidade da população brasileira, herdada do período colonial, sedimentada em uma vida de sofrimento e de recompensas futuras,

associada a atos de devoção aos santos padroeiros dos povoados, das vilas e cidades, às festas religiosas, procissões e comemorações natalinas; aos rituais dedicados aos orixás identificados com os santos cristãos e com superstições de toda ordem.

A religiosidade popular organizou-se em torno de eremitas, milagreiros e santuários, que procuraram incutir no coração dos pobres a certeza de uma vida eterna, a esperança de um lugar no céu e a idéia de que os homens são impotentes diante do poder divino (PRIORE, 2002, p. 69).

A salvação das “almas em nome da religião e acumular riqueza, em nome do interesse pessoal, eram características das determinações coloniais daqueles séculos [sic]” (NUNES a, 2006, p.48). Características que ganharam novos poderes com os coronéis (FREIRE, 1891, p. 28, 46, 84-85).

Permaneceu dominante, portanto, a forte herança da religiosidade colonial, permitindo ao clero, juntamente com os coronéis do Império, o exercício do poder, fazendo prevalecer os interesses particulares em detrimento dos interesses da coletividade.

3.1.3 O campo espacial das forças modeladoras

Durante o período colonial o Recife, Olinda, Salvador e São Luís do Maranhão foram as cidades nordestinas mais importantes da colônia. Na primeira metade do século XVIII, a mineração, e no século seguinte a lavoura do café, deslocaram para o centro-sul a liderança política do território brasileiro, alterando a hierarquia urbana do Brasil.

Com a chegada da corte portuguesa à colônia brasileira, em 1808, boa parte da legislação colonial teve que ser revista. Foram tomadas importantes medidas legais que acabariam por estimular a urbanização brasileira e criar uma nova centralidade urbana, diferente da colonial.

A transferência do governo português para o Brasil, coagido pela invasão francesa, bem como pela pressão do imperialismo inglês, sem dúvida, representou um momento de inflexão do movimento de colonização e urbanização brasileira, com rebatimento por todas as regiões produtivas da colônia. Nesse momento, foi dada continuidade ao processo de descolonização, iniciado no final do século XVII, e à formação de uma ordem urbana diferente.

Juntamente com a abertura dos portos brasileiros o livre comércio, foi concedida a liberdade para estabelecimentos fabris e manufatureiros na colônia, revogando-se o alvará

decretado em 1785, por D. Maria I, que proibia a instalação de fábricas no Brasil. Em 1810 Portugal perdeu definitivamente o monopólio brasileiro e o Brasil passava a depender do capitalismo inglês. Estavam criadas as bases para o fortalecimento das cidades portuárias, reconfiguradas com uma nova centralidade comercial, ligada ao capitalismo industrial.

Na verdade, o Brasil permaneceu rural com a mesma estrutura social que, em sua essência, era a mesma do período colonial. Contudo, a população urbana cresceu e com ela a administração, o comércio, os serviços se expandiram. A difusão de um modo de vida urbano começou a se instalar no Brasil, muito antes mesmo de o país se industrializar. Em 1820, segundo Oliven (1982, p. 60), a vida nas cidades mais ricas em muito passou a se diferenciar da vida no campo. Difundiu-se um novo padrão urbano.

No calor da luta pela independência do Brasil e nos inflamados conflitos que ocorreram nessa época, a elite agrária, nascida no Brasil, abriu o caminho para a formação de uma nova elite, que se organizou como a burguesia nacional dirigente das cidades. Foi dado início ao processo de formação do Estado Nacional brasileiro e à consolidação de um ideal político de unidade nacional que legitimava, junto à sociedade, os interesses das elites, ora associados aos ideais portugueses ora revestidos de nacionalismos.

3.1.4 A forma e função dominantes

A força a vapor, aplicada aos velhos engenhos de açúcar e aos barcos, as estradas de ferro, o comércio de exportação e importação, as filiais dos bancos e das agências comerciais estrangeiras impulsionaram as cidades iluminadas a gás. O desenvolvimento industrial da Europa e dos Estados Unidos criou novas possibilidades de exportação, com características industriais, para os velhos itens: o açúcar, o algodão, o fumo e o couro, e incluiu novos itens na pauta de exportação: o café e a borracha.

O campo invadiu as cidades, representado pelos recém criados coronéis latifundiários, como forma de dominá-las. As cidades deixaram, aos poucos, de ser o centro administrativo e político para ser a localidade central, com a função social mais importante do território brasileiro, tornando-se centros de poder e núcleo da atividade comercial e financeira. Elas funcionaram como centros regionais de distribuição de produtos agrícolas para exportação, onde se formariam as novas elites burguesas que substituíram as elites aristocráticas agrárias.

De acordo com Reis Filho (2000, p. 85), o período entre 1808 e 1840 significou, do ponto de vista da forma urbana, a continuidade dos limitados padrões urbanísticos que dominaram as últimas décadas do século XVIII. Correspondeu à independência e consolidação política do Brasil e à ampliação do comércio internacional, apoiada e comandada por uma imensa retaguarda rural numa conjuntura internacional dominada pela Inglaterra sob o capitalismo industrial concorrencial. O aumento da população européia estimulou a produção açucareira e algodoeira no Nordeste e nas províncias do Norte e o café no Centro-sul.

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil ocorreram transformações na estrutura espacial das cidades, sem alterar o seu aspecto físico. As cidades permaneceram com o mesmo traçado, com as mesmas ruas e com a mesma arquitetura colonial, com exceção do Rio de Janeiro, capital do Reino Unido de Portugal, e, em seguida, capital do Império – centro do comércio, da indústria.

3.1.5 A centralidade

A integração da Capitania de Sergipe à colonização portuguesa ocorreu de uma forma subsidiária e dependente da Capitania da Bahia de Todos os Santos (SUBRINHO, 1987, p. 17; PORTO, 1991, p. 13; NUNES, 2006a, p. 49). O crescimento das culturas de exportação e dos núcleos urbanos portuários a partir do final do século XVII, não alterou a situação de dependência econômica de Sergipe à Bahia. A Capitania continuou submissa ao porto de Salvador, que permaneceu drenando parte das riquezas produzidas em Sergipe, limitando, portanto, o seu crescimento.

A formação de uma rede urbana sergipana independente só teve início, de fato, com o estabelecimento de um mercado interno, em função do crescimento da vida urbana, proporcionado pelo aumento da produção de exportação, exigindo a ligação dos centros produtores de alimentos para abastecimento das cidades mais desenvolvidas.

Durante todo o século XIX, em Sergipe, os poucos quilômetros de ferrovia foram construídos por iniciativa particular no engenho Central Riachuelo. Somente no século seguinte seriam implantadas ferrovias cortando o território (SUBRINHO, 1987, p.76).

Em 1820 Sergipe possuía a capital, na categoria de cidade, oito vilas e 12 povoações (Figura 02). De acordo com Nunes (2006a, p. 220), em 1840,

[...] com foro de cidade só existia a velha Capital, a cidade de São Cristóvão. Além das Vilas que vinham dos tempos coloniais, haviam sido criadas em 1831 a vila de Estância, 1832 Laranjeiras, em 1835 Maruim, Capela, Itabaianinha e Campos, 1936 Rosário e Divina Pastora. No decorrer do Segundo Império surgiram as vilas do Espírito Santo (1846), Simão Dias (1850), Itaporanga (1854), Buquim (1857), Riachão (1864), Socorro (1868), Porto da Folha (1870), Gararu (1877), Riachuelo, Pacatuba, Aquidabã, Siriri (1878) e Vila Cristina em 1882. Ao lado da Capital, a cidade de Aracaju, e a ex-capital foram criadas em 1848 as cidades de Laranjeira e Estância, em 1854, Maruim, 1866 Propriá. 1880 Lagarto e em 1888 Capela e Itabaiana.

Antes disso, os núcleos de povoamento e de produção econômica se ligavam à Capitania da Bahia de Todos os Santos e à Capitania de Pernambuco por intermédio dos portos locais e dos caminhos e trilhas, que margeavam o litoral através da Mata Atlântica.

A integração dos centros de produção às cidades maiores consolidou as trilhas e os caminhos que haviam se formado em função da atuação dos viajantes, dos religiosos, dos sertanistas, dos pecuaristas e da agricultura de subsistência. O fim da colonização e a independência política do Brasil praticamente não provocaram, em Sergipe, alteração nas redes de ligação entre os núcleos de povoamento, que se mantiveram sob a dependência econômica a Bahia.

O processo de independência política do Brasil, em Sergipe confundiu-se com a luta pela manutenção da autonomia que lhe concedera a Carta Régia de D. João VI, de oito de julho de 1820. Diversos foram os senhores de engenhos denunciados por atitude contrária ao Príncipe-Regente D. Pedro I, o que gerou forte sentimento anti-lusitano, ainda vivo, em 1831, quando chegou a São Cristóvão a notícia da abdicação de Pedro I (FREIRE, 1891, p. 247)

A integração de Sergipe ao comércio colonial regional, no início do século XIX, segundo Nunes (2006a, p. 219- 220), levou à dinamização da vida urbana das povoações onde se desenvolviam as atividades mercantis de exportação e importação, pólos das regiões produtivas. Destacando-se nesse momento as povoações de Laranjeiras, Estância, Maruim, Capela, Rosário, Divina Pastora, Itaporanga, na região fértil do massapé, favorável a produção da cana-de-açúcar, e Propriá, às margens do rio São Francisco – centro comercial da região.

As atividades mercantis, nesse período, realizadas nos pequenos portos, de onde eram distribuídas as mercadorias em embarcações menores para as povoações que polarizavam a produção agrícola, definiram as centralidades das localidades urbanas de Sergipe e suas zonas de influência, isoladas, sem comunicação entre si, ligadas diretamente ao porto de Salvador e de Pernambuco e, em menor escala, dirigidas ao mercado internacional.

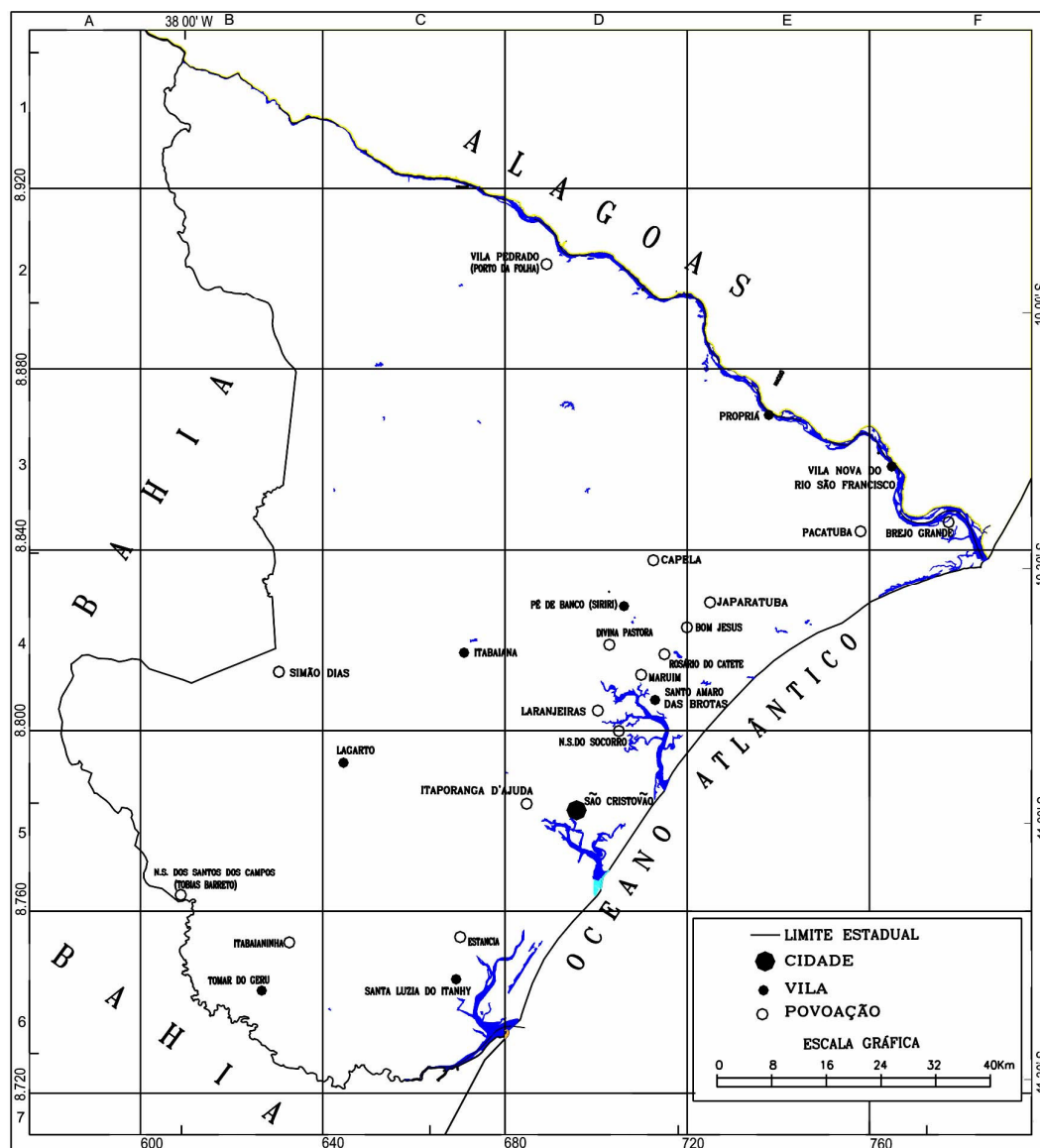


Figura 02: Sergipe Vilas e Cidades - 1820

Fonte: Santos e Andrade, eng. Cart. Fernando José Câmara Caldas Lins.

Desenvolveu-se, nessa época, uma forma urbana, muito simples, entretanto, com modos de vida mais distantes do colonial. Foram mudanças que repercutiram mais no estilo de vida do que nos padrões urbanísticos. Esses novos modos de vida também se repetiam nas grandes fazendas e engenhos da época. As vilas e cidades, apoiadas pelo comércio exportador, cresceram em atividades e em população. O abastecimento de água continuava sendo realizado através do chafariz e permaneceram sem sistema público de esgotamento sanitário. Os passeios públicos foram introduzidos nos leitos das ruas e as fachadas das casas se adaptaram a nova vida urbana.

Assim, no período entre os anos de 1809 e 1840 predominou, na rede urbana de Sergipe, uma centralidade comercial com o domínio do campo sobre a cidade. Foi uma centralidade subsidiária e depende da economia da Bahia, integrada à economia agro-exportadora, ligada ao capitalismo industrial concorrencial sob o domínio Inglês. Os núcleos urbanos se fortaleceram, perderam a virtualidade e deram início à formação e consolidação de suas zonas de influência, de forma independente uma das outras e ligadas à Bahia e a Pernambuco.

Nesse momento, permaneceu o descompasso entre a economia internacional e as formas primárias de produção econômica baseadas no trabalho escravo. Foram reproduzidos os costumes e tendências morais e religiosas portuguesas, apoiadas pelo clero e pelos novos coronéis¹⁶.

3.2 A POSIÇÃO SECUNDÁRIA DA REDE EM RELAÇÃO À ECONOMIA BRASILEIRA: 1841 – 1889

Entre os anos de 1841 e 1889, período que correspondeu ao Segundo Império e durou até a Proclamação da República, o Brasil consolidou a sua participação na economia mundial e iniciou a sua submissão ao capital financeiro Inglês, através de empréstimos indispensáveis ao desenvolvimento da economia brasileira (TEIXEIRA; DANTAS, v. II, 1974, p. 34-48; IGLÉSIAS, 1989, p. 164-171).

A partir dos anos que se seguiram à maioridade do Imperador Pedro II, lentamente as instituições foram se estabilizando. A crescente expansão da demanda européia por produtos agrícolas – provocada pela industrialização – e o crescimento da população, ampliaram a produção nas regiões tradicionais, provocaram o aumento das fronteiras agrícolas brasileiras e pressionaram a implantação de infra-estrutura de transportes e comunicações.

Foi o período do primeiro surto industrial brasileiro, proporcionado pela renda do café; pelos capitais acumulados com o tráfico de escravos – proibido a partir de 1850 – e pela emissão de moedas, apoiado pelos imigrantes que participavam como mão-de-obra e como consumidores dos produtos da indústria emergente.

¹⁶ A prática dos coronéis já era exercida, segundo Nunes (2006, p. 304) desde “1658 quando se dividiu a Capitania de Sergipe em distritos militares, com destacamentos prontos para acudir às emergências surgidas. [...] Cabia aos proprietários rurais o posto de capitão, escolhidos entre os notáveis da região ou escolhidos através de eleições nas Câmaras municipais.”.

O café, possivelmente introduzido no Brasil em 1760, só começou a ter importância econômica na década de 1830, consolidando-se, a partir de 1860, como principal produto da economia brasileira. Organizada na forma tradicional de *plantation*, assentada na grande propriedade monocultora com mão-de-obra escrava e produção voltada para exportação, a lavoura cafeeira mudou o comportamento da balança comercial brasileira, que passou de deficitária para superavitária, muito embora, permanecesse negativa a balança de pagamentos, devido às remessas de divisas para o exterior, para o pagamento e amortização dos empréstimos internacionais.

Nas três décadas que se seguiram, entre 1861 e 1890, o comércio externo brasileiro foi favorável, promovendo um ciclo econômico de exportação e importação de máquinas, equipamentos ferroviários, portuários de comunicações e bens de consumo, duráveis e não duráveis para elite produtora rural.

A crescente demanda externa do café ampliou e interiorizou a produção, exigindo a construção de estradas e a implantação de ferrovias para o atendimento da velocidade exigida pela demanda. Por outro lado, ampliou-se e diversificou-se o padrão de consumo das elites endinheiradas rurais. O comportamento da elite brasileira, nessa época, era fortemente influenciado pela burguesia européia. Desse modo, foram criadas as condições para que o Brasil do II Império iniciasse sua industrialização.

A aplicação industrial do látex, na fabricação de pneus, a partir de 1838, desencadeou no Brasil o ciclo da borracha. A exportação da borracha brasileira se manteve única no mercado internacional até 1910, quando surgiram novos produtores no mundo. A perda do monopólio levou ao declínio econômico da Região Norte.

A produção do açúcar continuou o seu declínio, iniciado na segunda metade do século XVII, com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. No século XIX enfrentou a concorrência de Cuba e do açúcar da beterraba. O fumo, o cacau e o couro também enfrentavam dificuldades em se manter no mercado mundial.

Em razão das transformações do setor têxtil, promovidas pela Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, a cultura do algodão teve uma conjuntura favorável, devido à interrupção do fornecimento de algodão para a Inglaterra, em função da Guerra Civil Americana, também conhecida com Guerra de Secessão, forçando este país a recorrer ao mercado brasileiro. Com o fim da guerra a produção algodoeira americana retomou a sua hegemonia no mercado mundial.

Durante todo o II Império os dois partidos, um liberal radical e o outro liberal conservador, se revezaram no poder num ‘parlamentarismo’ à brasileira, liderado pelo Imperador, com uma trégua entre 1853 e 1858, favorecida pela estabilidade econômica, gerada pela ampliação das exportações de café e pelo *superávit* na balança comercial. Na verdade, os dois partidos não possuíam divergências, simplesmente disputavam o poder. Ambos concordavam com a conservação da ordem escravista e a manutenção do povo afastado do processo político.

A crise da escravidão, com a abolição em 1888; a crença no Exército brasileiro, sobretudo no meio dos jovens oficiais, na formação de um governo forte e sem corrupção; e a idéia de separar a Igreja do Estado; reuniram, em torno das idéias republicanas, os antigos senhores de escravos, militares e membros do clero insatisfeitos com o Império.

Em 1868 os liberais radicais adotam as idéias republicanas e a questão do federalismo, em oposição ao centralismo imperial. Em 1870 foi publicado o Manifesto Republicano, impresso pelo Clube Republicano, no Rio de Janeiro. Os militares se juntaram aos republicanos e derrubaram a monarquia, proclamando a república em 1889.

3.2.1 O campo espacial das forças modeladoras

A necessidade de modernização do campo e de acompanhar a vida moderna na Europa estimularam a formação de uma rede de comunicação interna entre as cidades portuárias e suas regiões de influência. Pouco a pouco se constituiu uma forma urbana regionalizada, a partir dos fluxos de exportação e importação de uma economia mundial capitalista industrial em sua fase concorrencial ou competitiva, que duraria aproximadamente até finais do ano de 1880.

A partir de 1840 tiveram início investimentos importantes, na área de transportes, especialmente nos núcleos produtivos maiores. Esses investimentos foram realizados acompanhando a implantação das estradas de ferro nas áreas produtivas mais dinâmicas do país, especialmente da produção e exportação do café e do açúcar. Esses investimentos tiveram o objetivo de integrar a região produtiva aos portos de exportação mais importantes, em geral, localizados no litoral, fortalecendo os pólos produtivos regionais, como esclarece Reis Filho (2000, p. 97):

A vantagem do sistema ferroviário e de navegação, convergindo para os grandes portos, terminou por reforçar extraordinariamente a polarização em torno das

idades, cuja população se expandiu com intensidade, promovendo novamente a estagnação das vilas litorâneas, junto aos pequenos portos.

Depois de 1850, o lento crescimento dos principais centros urbanos brasileiros foi acompanhado pelos primeiros investimentos em infra-estrutura urbana. As vias públicas das áreas centrais foram calçadas, as praças foram cercadas e ajardinadas. Aos poucos uma nova forma urbana se consolidou com a expansão das cidades, sem nenhum planejamento, em geral acompanhando as antigas estradas.

Mas não havia infra-estrutura sanitária adequada nas cidades, servidas por chafarizes e quase todas sem serviços de esgoto, o que limitava extraordinariamente sua expansão. As primeiras grandes mudanças em termos urbanísticos só ocorreram com as transformações institucionais trazidas pelo regime republicano (REIS FILHO, 2000, p. 100).

Entre a tradição colonial, entre o urbano e o rural, entre o progresso e o conservadorismo, vence a cidade. Lentamente se dissolveu o ar colonial e, no lugar, foi se constituindo a cidade industrial. A partir de 1870, São Paulo se transformou na cidade do café. Nasceu a nova burguesia urbana. A cidade comercial, a cidade do poder, a cidade dependente do campo se abria à cidade industrial.

Na segunda metade do século XIX as cidades brasileiras, em especial aquelas localizadas no centro-sul, perderam o ar colonial rural e desenvolveram uma nova centralidade, comandada pelas atividades urbanas comerciais. As cidades acumulavam novas funções ao sediar estações ferroviárias, casas de exportações, bolsas de valores, armazéns, entre outros.

3.2.2 A criação do pólo regional em Sergipe

As trocas na nova economia mundial – as transações de importação e exportação – eram realizadas via marítima, utilizando-se navios de grande calado, exigindo núcleos portuários capazes de permitir a navegação dessas embarcações e realizar o escoamento das mercadorias. Entretanto, a Geografia sergipana impunha limites à navegação marítima, onerando o custo e o risco das operações mercantis.

As dificuldades de transporte das mercadorias produzidas em Sergipe para exportação, sempre foram reconhecidas como uma das causas do atraso da província, apesar do desejo dos senhores de engenho de comercializarem diretamente com os centros importadores da Europa.

Os navios tinham que subir os rios “até que suas quilhas estivessem a ponto de roçar o álveo dos rios. Aí paravam para tomar sua carga. Estas chegavam em embarcações menores, trazendo o resto da carga, que se completava nas águas mais profundas dos estuários” (PORTO, 1991, p. 14).

Em 1854, o presidente da província, Inácio Barbosa, numa manobra política, transferiu para a praia do Aracaju, próximo à foz do rio Sergipe, a Alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais. Em 1855, a Assembléia Legislativa, instalada na praia do Aracaju, elevou o povoado de Santo Antônio à categoria de cidade e, imediatamente, transferiu para ele a sede da Capital da Província. Cinco dias depois, o Presidente da província mudou a sede da Capital para a praia do Aracaju e criou o porto no estuário do rio Sergipe, deslocando a dinâmica comercial de Sergipe.

A alteração de nossa geografia dos transportes, que se iniciou com a mudança da Capital, que se acentuou com a construção da estrada de ferro e se acelerou com a abertura das rodovias, criou novas correntes de tráfego que dispersaram os bons ofícios da situação privilegiada daquelas cidades [Estância, Maruim e Laranjeiras] anulando-as como ‘cabeça de ponte’ do comércio de Sergipe (PORTO, 1991, p. 15).

Nesse sentido, foram desenvolvidos, pelo governo provincial, esforços para criar um sistema que interligasse os principais centros produtores e facilitasse as exportações. Inicialmente, foi realizada a transferência da capital para o litoral e viabilizado o funcionamento do porto marítimo, através do rio Sergipe. Em seguida, foram melhoradas as ligações das principais estradas de Aracaju com as cidades produtoras mais importantes.

3.2.3 A centralidade

Em Sergipe na segunda metade do século XIX a cana-de-açúcar havia se espalhado por todo o território (Quadro 01), mantendo um núcleo produtor mais dinâmico na bacia do Cotinguiba, polarizado pelos centros urbanos de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Santo Amaro, Maruim, Socorro e Itabaiana. As fazendas de gado de maior destaque ficaram localizadas no agreste-sertão, onde os solos não possibilitavam o plantio da cana-de-açúcar, fazendo parte dos núcleos urbanos de Lagarto, Campos, sudoeste de Itabaiana, Vila Nova de Propriá.

MUNICÍPIOS	ENGENHOS DE AÇÚCAR	ALAMBIQUES	FAZENDAS DE GADO	SÍTIOS
Santa Luzia	36	12	2	20
Estância	51	36	36	80
Espírito Santo	24	12	0	200
Campos	01	0	50*	01
Itabaianinha	45	17	25	50
Lagarto	18	05	143	-
Simão Dias	02	0	44	Inúmeros
São Cristóvão	45	11	12	205
Socorro	20	01	03	56
Divina Pastora	61	03	0	40*
Laranjeiras	66	16	0	Vários
Rosário	50	10	0	100*
Capela	129	11	34	inúmeros
Maroim	17	04	0	40
Santo Amaro	10	01	08	46
Itabaiana	36	07	103	-
Vila Nova	36	09	54	04
Propriá	20	04	50	-
TOTAL	665	129	566	-

Quadro 01 – Província de Sergipe – 1854 Estabelecimentos Rurais

Fonte: Subrinho (1987, p. 21) In: História Econômica de Sergipe

* Estes números não representam quantidades absolutas

Comparando aos grandes produtores nordestinos – Bahia e Pernambuco – que nesse período já haviam se tornado fornecedores secundários no mercado internacional, segundo Subrinho (1987, p. 27), Sergipe ocupou uma posição relativamente secundária. Os sítios continuaram pulverizados por todo o território sergipano, produzindo, tanto para o mercado local como para o da Bahia.

Subrinho (1987, p. 22) classificou os núcleos urbanos responsáveis pela produção de gêneros alimentícios em três categorias. Simão Dias, Espírito Santo e Itabaianinha foram classificados como centros produtores para o mercado de Sergipe e da Bahia, com destaque para Simão Dias, considerado o celeiro da província; Estância, Rosário, Divina Pastora, Capela e Itabaiana foram classificados como produtores cujo excedente era dirigido exclusivamente para Sergipe, e Santa Luzia, São Cristóvão, Santo Amaro, Laranjeiras, Socorro, Maroim, Vila Nova, Propriá, Lagarto e Campos.

A participação do algodão nas exportações sergipanas, no Segundo Império, foi retomada por um curto período, correspondendo à paralisação das exportações norte-americanas, em razão da Guerra de Secessão, alcançando o seu ponto máximo na década

seguinte, entretanto, sem jamais se recuperar. Destacaram-se na produção do algodão Itabaiana, Frei Paulo, Simão Dias, Itabaianinha, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Gararu e Porto da Folha (SUBRINHO, 1987, p. 31).

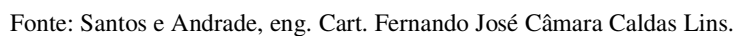
O final da Guerra trouxe o declínio das exportações, compensadas pela expansão do consumo nacional, especialmente para a indústria têxtil baiana e para a indústria têxtil sergipana – instalada em Aracaju – e para a fábrica de óleo de sementes de algodão, instaladas em 1882.

Com a grande expansão dos canaviais, que contavam, em 1840, com 344 engenhos; em 1856 com 756; e, em 1889 com 840, a província de Sergipe teve um crescimento populacional, em cinquenta anos, de 85,75%. De acordo com a contagem do censo demográfico, realizado em 1839, Sergipe possuía uma população de 167.397 habitantes; em 1872 de 234.621; e, em 1890 atingiu 310.926 habitantes (NUNES, 2006 a, p. 45). Em 1889 Sergipe possuía oito cidades e 23 vilas (Figura 03).

Assim, no período entre os anos de 1841 e 1889 predominou em Sergipe uma posição econômica secundária em relação ao Brasil com uma centralidade espacial da rede urbana comercial, prevalecendo o domínio do campo sobre a cidade, sustentada pelo modelo agro-exportador ligado diretamente ao mercado internacional sob o domínio do capital Inglês. Essa centralidade da rede urbana de Sergipe continuou apoiada e fundamentada na moral religiosa, ligada aos produtores de açúcar.

A união entre a Igreja Católica e os proprietários de terras se fortaleceu, como demonstra a solicitação dos donos do “poder”, em 1860, para que a Igreja Católica interviesse, através de Carta Pastoral, para “fazer que a população livre entendesse ser o trabalho um imperativo da vontade de Deus e da Lei Divina” (NUNES, 2006a, p.56).

Essa centralidade espacial da rede urbana de Sergipe foi acompanhada pela dinamização da vida nos núcleos urbanos portuários, pela diferenciação da forma urbana colonial das vilas e cidades e pela criação de uma nova centralidade administrativa, com a transferência da capital, São Cristóvão, para a foz do rio Sergipe e a construção de um porto marítimo. O encaixe urbano se alterou sem modificar o descompasso espacial urbano do período anterior.



3.3 O FRÁGIL SURTO INDUSTRIAL DA CENTRALIDADE REGIONAL AGRO-EXPORTADORA DA REDE: 1890 – 1930

O decreto que proclamou o governo republicano, em 1889, extinguiu o Império e as províncias foram denominadas estados, que passaram a ser governadas por interventores republicanos, indicados pelo governo provisório. O período decorrido entre 1890 e 1930 iniciou-se com dificuldades marcadas pela crise herdada do II Império. Foi uma crise gerada pela enorme dívida externa e um *deficit* orçamentário crescente, provocado por uma balança de pagamentos negativa e pelas despesas com a nova vida urbana, com a ampliação dos serviços públicos e com a infra-estrutura de transportes.

A República instaurou a autonomia política entre os estados e municípios e a dominação dos coronéis. Foi um período de grande impulso à industrialização, especialmente entre 1910 e 1928 quando se manteve bastante acelerada, sustentada por uma economia apoiada pelo crescimento da demanda internacional do café e uma política monetária a favor da multiplicação dos bancos privados, com a emissão de notas, expansão de créditos e especulação, na Bolsa de valores do Rio de Janeiro.

Sem uma política pública coordenada capaz de direcionar o crescimento industrial, a economia brasileira se encaminhou rumo à construção de uma infra-estrutura de transportes, comunicações e energia e de industrialização por substituições de importações. Essa mesma infra-estrutura, que possibilitou o crescimento da produção para exportação, possibilitou também a integração do mercado interno para a produção, que se desenvolveu com a substituição das importações. No final de 1930, segundo Singer (2001, p. 92) o Brasil:

[...] possuía uma indústria leve diversificada, relativamente volumosa, esparsa pelo grande território nacional, em geral explorando mercados locais ou regionais. Em São Paulo, começa a despontar uma indústria nacional, à medida que a cafeicultura, em sua procura perene por terras novas, começa a invadir os estados vizinhos. Mas o grosso da indústria continua sendo um setor subordinado à oligarquia agroexportadora, seu comparsa menor, sempre à espreita das oportunidades que as políticas intervencionistas de suporte ao café lhe conferem.

Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da República e a segunda do Brasil, que se tornou uma República Federativa, constituída por estados autônomos, obedecendo em grande medida à Geografia colonial da divisão patrimonial e territorial das terras brasileiras.

A fase inicial do governo republicano, que durou de 1891 a 1894, conhecida como a República da Espada, foi dominada pelos militares. Nesse período se consolidou a nova forma de governo e a transição do centralismo Imperial para o federalismo republicano. A partir de

1894, com a conquista da presidência pelo grupo agrário exportador, teve início a República Oligárquica cafeeira, adepta ao federalismo, que duraria até 1930.

Foi o momento do domínio político da República pelos estados mais populosos e economicamente mais poderosos do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Essa época ficou conhecida como a política do “Café-com-Leite” e a “política dos governadores”. A primeira se caracterizou pela alternância, na presidência, de representantes de São Paulo – maior produtor de café – e de representantes de Minas Gerais – maior produto de leite do país. A segunda se caracterizou pela troca de apoio político, o governo federal não diplomava a oposição, alegando fraude eleitoral.

Segundo Dantas (1987, p. 20):

Com a Política dos Governadores, estabeleceu-se um arranjo político acentuando a vinculação das políticas federais com as estaduais, estimulando a expansão das oligarquias nos vários Estados, oligarquias essas que passam a articular-se tanto a nível regional quanto no âmbito nacional, de forma escalonada, conforme sua capacidade de influência. Enquanto isso, na esfera municipal desenvolvia-se o coronelismo como base de legitimação e poder das próprias oligarquias, fechando o ciclo da estrutura de dominação.

Com a oligarquia rural no poder, o *deficit* orçamentário foi enfrentado recorrendo-se à ampliação de impostos e a empréstimos estrangeiros; a indústria local foi penalizada, com o incentivo à importação de produtos industrializados e exportação de produtos agrários, principalmente o café.

A política café-com-leite reuniria uma oposição em torno da hegemonia econômica da agricultura de exportação, especialmente a cultura do café. Nesse sentido, grupos financeiros, empresários, parcelas da burguesia cafeeira e parcelas da classe média formaram uma aliança liberal. Os empresários industriais, apoiados pela classe média e pelos trabalhadores, queriam incentivos e proteção para impedir a concorrência estrangeira e crescer.

Com a Europa desorganizada, após a Primeira Grande Guerra, o Brasil se voltou para o mercado americano, iniciando uma dependência econômica que se consolidaria, através de empréstimos sucessivos. Durante a Segunda Grande Guerra, essa aproximação iria se ampliar em razão do interesse americano em implantar uma base de apoio para as suas operações militares no norte da África e da necessidade de suprimentos de ferro e manganês, para sua indústria bélica.

O nível de renda do café foi preservado, com a desvalorização da moeda brasileira, tornando o preço desse produto mais competitivo no mercado mundial, mantendo uma

produção sempre em alta. Assim, a elite cafeeira transferia à nação os prejuízos da cultura do café e privatizavaria os lucros, ao mesmo tempo em que favorecia o desenvolvimento urbano e a industrialização em níveis regionais.

3.3.1 A salvação nacional

A urbanização e industrialização do país desencadearam uma mudança na direção da religiosidade do povo brasileiro e promoveram a formação de um movimento, junto à classe média emergente e ao Exército – dividido entre os jovens oficiais de baixa patente comprometidos com as mudanças estruturais – o Tenentismo, como ficou historicamente conhecido o movimento, apesar do comprometimento dos oficiais superiores com a elite dominante (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 118-134).

Os tenentes sustentaram a idéia de salvação nacional sem uma formação ideológica definida, influenciados, tanto pelas idéias da esquerda socialista como da direita nacionalista, que movimentaram o mundo nas primeiras décadas do século XX. Não se tratava de uma idéia nova. A idéia de salvação nacional já havia motivado o movimento republicano que acabou com o Império. Os tenentes pretendiam mudar os rumos políticos da nação, investidos da responsabilidade de realizar as transformações que a massa explorada e analfabeta não tinha condições de fazê-lo (PENNA, 1989, p. 164-175).

O ideal nacional também se tornou bandeira entre os intelectuais. Em 1922, a realização da Exposição comemorativa da independência nacional, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro, no Rio de Janeiro reuniram os valores nacionais aos anseios das massas populares, em um movimento regionalista ‘antropofágico’, liderado pela intelectualidade brasileira que pretendia absorver a cultura modernista estrangeira, na perspectiva de construção de uma identidade nacional.

A chegada ao Brasil dos primeiros missionários desencadeou uma mudança significativa na liderança religiosa do país sem, entretanto, modificar os fundamentos da submissão dos fiéis ao mundo espiritual. Em 1910 foi fundada a primeira igreja pentecostal, a Congregação Cristã do Brasil e, em 1911, a Assembléia de Deus. Em 1930 o número de templos pentecostais somava 267, em 1970 passou para 11.000 e, atualmente esse numero supera as outras igrejas (ROLIM, 1987).

O pentecostismo ou pentecostalismo “é uma religião protestante, nascida do protestantismo no começo deste século. Considera a crença no Espírito Santo como a crença maior, em torno da qual giram as outras crenças e as práticas religiosas”. Para os crentes pentecostais “Jesus vai ajudar e nada vai faltar na vida deles. Além do poder de Deus, falam numa segunda vinda de Jesus Cristo, que virá fazer aqui uma terra nova, sem sofrimento e sem doenças” (ROLIM, 1987, p. 7; 12). O pentecostalismo foi abraçado pelas camadas mais pobres da população, que emigravam do campo acompanhando a industrialização do país e, atualmente, domina a devoção do povo brasileiro. Em Sergipe o seu avanço é destacado por Dantas (2004, p. 281). Segundo Rolim (1987, p. 56), o pentecostalismo tocou a sensibilidade do povo brasileiro:

Quando lhe botou nas mãos a Bíblia, logo aceita com entusiasmo e prazer. E, ao falar no poder do Espírito Santo, estava batendo numa velha e sensível tecla – a proteção que vem de cima, do santo ou de Deus. A proteção que se estava acostumado a pedir ao santo apenas tinha trocado de roupa. Agora era suplicada ao Espírito Santo, era invocada em nome de Jesus. E Espírito Santo e Jesus eram ainda realidades religiosas em que se acreditava. As práticas pentecostais revelavam, pois, que as crenças estavam tanto na cabeça dos simples crentes como na mente dos dirigentes. E foi isto, sem dúvida, que permitiu ao pentecostalismo se firmar e criar raízes, em meio às turbulências dos movimentos operários a apesar da resistência que estes lhe faziam.

Por outro lado, no meio rural, a autonomia dos estados na República Velha contribuiu para ampliar o “coronelismo” e conferiu à elite proprietária de terras um grande significado político e social. O “coronelismo” permitiu a formação dos “currais eleitorais” com votos de “cabrestos” manobrados pelos proprietários de terras em troca de favores pessoais. O coronel mantinha uma relação de compadrio com seus eleitores. O município funcionava como base de sustentação eleitoral das oligarquias estaduais e estas como bases das oligarquias federais. O prestígio do coronel era diretamente proporcional ao tamanho do seu “curral eleitoral”, ou seja, o número de eleitores que era capaz de dominar.

A relação de compadrio entre o “coronel” e seus eleitores envolvia uma densa rede de cortesia e favores, em troca da lealdade. O coronel usava da sua influência no governo estadual e federal para implantar escolas, hospitais, para arrumar empregos públicos, tirar gente da cadeia, resolver problemas domésticos, patrocinar a festa do santo, entre outros, legitimando-se diante dos seus cabos eleitorais numa relação de dívida.

3.3.2 O campo espacial das forças modeladoras

De 1890 a 1930, assistiu-se ao início de uma nova fase da urbanização brasileira, correspondendo à consolidação da vida urbana moderna e à construção de infra-estruturas regionais. Uma vez superadas as dificuldades dos primeiros anos, prevaleceu a estabilidade social e econômica, que acompanhou a República Velha até a Revolução de 1930, quando a aristocracia rural cedeu lugar à burguesia urbana.

A Proclamação da República trouxe mudanças importantes que contribuíram para a formação da configuração das principais cidades brasileiras. Vivia-se uma conjuntura internacional capitalista imperialista, em sua fase dos monopólios nacionais com investimentos diretos espalhados por todo o mundo. A liberdade de organização empresarial e a autonomia dos municípios para a implementação da infra-estrutura, proporcionada pela República Velha, colaboraram para a modernização das cidades. Assim, tanto as empresas nacionais emergentes, quantos as empresas estrangeiras, atuaram nos projetos e planos de urbanização.

A partir de 1904, vencida a crise que sucedeu ao Encilhamento e à baixa dos preços do café, praticamente todos os núcleos urbanos brasileiros de alguma significação econômica passaram por intensos processos de modernização técnica e aperfeiçoamento de sua estrutura urbana, até 1914. (REIS FILHO, 2000, p.101)

O fim da expansão das exportações do açúcar brasileiro, que se manteve crescente no mercado internacional entre 1880 até 1902, direcionou a produção para o mercado interno nacional, sob o comando político protecionista do Estado, e acabou privilegiando os centros produtivos tradicionais como Pernambuco e São Paulo, em detrimento de centros produtores menores. Mais uma vez, as transformações econômicas reservariam um lugar secundário para Sergipe.

O apogeu econômico, a acumulação de sólidos capitais, a indústria em expansão na Europa e nos Estados Unidos, necessitando, tanto de matérias-primas e alimentos, como de mercado para seus produtos industrializados, asseguraram o dinamismo da economia brasileira e o crescimento da população. Mais uma vez as cidades sofreram mudanças na sua estrutura espacial e, desta vez, também em seus aspectos físicos. Elas melhoraram a infra-estrutura, remodelaram os portos e se integraram ao seu entrono produtivo, com a construção de ferrovias.

As atividades urbanas se diversificaram e se ampliaram. Modificaram-se, também, os costumes e as formas tradicionais de pensar. O estilo da burguesia, após a Segunda Grande Guerra, começou a mudar sob a influência dos norte-americanos. Multiplicaram-se, os banqueiros, exportadores, financiadores, magnatas da bolsa de valores e os intermediários. A vida moderna entrou em choque com o passado colonial.

A nova economia mundial, mais uma vez, e desta vez de forma diferenciada, produziu um impacto nas cidades brasileiras, contribuindo para consolidar uma malha urbana regionalizada. As cidades que participaram do dinamismo da economia mundial foram as capitais portuárias e poucas cidades do interior. Boa parte das cidades brasileiras ficou de fora dos novos fluxos econômicos. De um modo geral, as cidades excluídas permaneceram com a mesma arquitetura e mesmo traçado urbano colonial.

O crescimento e a dinamização das cidades foram acompanhados pelo surgimento de camadas populares e novos grupos sociais, ligados às atividades terciárias. Grupos esses, formados pelos pequenos comerciantes prósperos, artesãos, empreendedores, entre outros. Esses grupos emergentes engrossaram as fileiras da grande burguesia industrial que se formou com o crescimento das cidades.

A idéia de salvação nacional se aliou à filosofia do progresso e impregnou o pequeno proletariado, a nova classe média e a burguesia industrial. Era o progresso renovado. A velha proposta de simples conquista da racionalidade se modernizou ao se comprometer com a sociedade industrial. Tratava-se do progresso da “conquista da natureza para colocá-la a serviço do homem, da produção de bens, da produção de riqueza, da produção de bem-estar”. A idéia de unidade nacional ganhou novos contornos. (ROMERO, 2004, p. 333). O progresso e a indústria passaram a ser a salvação nacional.

3.3.2 A forma e função dominantes

As cidades, aos poucos, deixaram de ser suporte do comércio internacional e palco de uma vida européia para ganhar autonomia sobre o campo. Ficaram repletas de bancos, em sua maioria estrangeiros, escritórios comerciais e financeiros, casas de comércio por atacado e lojas de varejo.

A fisionomia das cidades começou a se transformar, inspirada na experiência parisiense do barão Haussmann. Pouco a pouco, nas principais capitais brasileiras e algumas

idades do interior como Ribeirão Preto, foco da produção do café paulista, o passado colonial foi sendo demolido e em seu lugar despontou uma nova arquitetura e grandes avenidas.

Entre 1903 e 1914 quase todos os pequenos núcleos urbanos no Brasil que pudessem contar com capitais para essa finalidade tinham concluído programas de melhoria e reforma urbana, com obras de saneamento, canis, de drenagem, serviços de abastecimentos de água e coleta de esgotos, arborização das ruas e quase sempre a abertura de uma avenida, ainda que sem um movimento de veículos que pudesse justificá-lo (REIS FILHO, 2000, p.105-106).

De 500.000 habitantes, no início do século XX, o Rio de Janeiro quase dobrou a população e passou a mais de um milhão de habitantes, em 1920. São Paulo teve um salto de crescimento a partir de 1872. Em 1890 possuía 70.000 habitantes, aproximando-se de um milhão e 1930. Manaus, capital da borracha, em 1865 possuía 5.000 habitantes, atingindo, em 1910, 50.000 habitantes. A recém criada capital mineira – em 1897 – Belo Horizonte, em 1930 atingia a cifra de 100.000 habitantes.

Foram dinamizados: o porto de Belém, no auge da produção da borracha; os portos de Recife e de Salvador, na retomada da produção do açúcar durante a Primeira Grande Guerra; e o porto de Santos, empório de exportação do café. As capitais, ao tempo em que drenaram grande parte da riqueza social produzida, ampliaram os seus mercados internos e dinamizaram uma economia local e regional.

Nesse período, foram realizadas transformações urbanas estruturantes, incluindo também, melhoria dos serviços públicos com a implantação de equipamentos como hospitais, escolas, teatros, cinemas, clubes sociais, parques e jardins. Entre 1903 e 1930, em quase todas as cidades com expressão econômica portuária, foram realizados planos urbanísticos significativos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, com a reorganização das áreas centrais e criação de um cenário moderno, coerente com o estilo de vida da burguesia emergente.

No final de 1920 começaram a ser construídas rodovias, para transporte de cargas por caminhões e transporte de passageiros, utilizando-se capitais privados ou estatais. Entre 1926 e 1930 foram construídas estradas ligando Petrópolis ao Rio de Janeiro e esta última à São Paulo.

Foram realizados também grandes investimentos em infra-estrutura e saneamento básico, acompanhado de campanhas sanitárias; foi implantado um sistema de abastecimento de energia elétrica para consumo domiciliar e para a iluminação pública, já que as indústrias

nacionais consumiam energia gerada a vapor, utilizando o carvão mineral importado, até a crise gerada pela Primeira Guerra, que levou à construção das hidrelétricas para substituição da energia gerada em máquinas a vapor.

3.3.3 A centralidade

A República brasileira foi proclamada em 15 de novembro de 1889, com um ideário de tornar a coisa pública acima dos interesses privados, “seus defensores prometiam maior participação popular, descentralização administrativa e moralização das atividades políticas” (DANTAS, 2004, p. 15), ela foi acompanhada por um sentimento de confiança no progresso.

Em Sergipe, o discurso republicano ressaltava as vantagens da vinculação da república à democracia, entretanto, a ocupação do poder executivo pelos políticos locais, apesar de eleitos pelo voto popular, o que não ocorria no império, demonstrou que o discurso era muito mais uma manobra política, em defesa da manutenção dos interesses pessoais, do que a idéia de tornar a coisa pública objeto do bem comum.

Durante a República Velha a economia sergipana girava em torno da produção açucareira, principal fonte de riqueza do estado, e em segundo plano o algodão, cultivado, sobretudo, no agreste e no sertão, com uma posição secundária junto ao modelo agro-exportador brasileiro (DANTAS, 2004, p. 48), como exportador para os estados do sul ou do Sudeste. Também faziam parte da economia a pecuária e as culturas de subsistência, localizadas, principalmente, no agreste e no sertão, cujo excedente eram comercializado nas feiras das principais cidades e vilas do interior.

Muito embora o setor rural absorvesse a maioria da população, a área urbana começava crescer e dinamizar o setor de serviços e a indústria, especialmente a têxtil, com fábricas em Aracaju, Estância, Propriá, São Cristóvão e Vila nova

Em 1890, Sergipe possuía 33 sedes de municípios com uma população total de 300.000 habitantes, tendo apenas nove o título de cidade, contando com a capital (DANTAS 2004, p. 19). Os núcleos urbanos situados no litoral comunicavam-se por meio fluvial, e já os localizados no interior, por terra, por meio de carro de bois ou cavalos, burros, com condições bastantes precárias.

A rede urbana de Sergipe ainda era muito pouco integrada. Era constituída pela capital, Aracaju, com uma população de 16.336 habitantes – centro-político administrativo –, do arquipélago urbano formado pelas cidades de Laranjeiras, com uma população de 11.350 habitantes; São Cristóvão com 8.993; Maruim com 7.851; Estância com 14.555; Lagarto com 10.473; Capela com 11.034; Propriá com 19.267; Itabaiana com 28.272 habitantes; e aproximadamente 24 vilas que se tornaram cidades na República: Aquidabã, Arauá, Boquim, Campos, Cristina, Cedro, Carmo, Divina Pastora, Espírito Santo, Gararu, Itabaianinha, Itaporanga, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Porto da Folha, Riachão, Rosário, Santa Luzia, Santo Amaro, São Paulo, Siriri, Socorro e Vila Nova.

Enquanto na capital a infra-estrutura ainda era precária (as ruas não eram calçadas, não existia rede elétrica pública e nem rede de abastecimento domiciliar de água), no interior a situação urbana era mais salubre, na medida em que as cidades, pólos econômicos, drenavam parte da riqueza produzida com as exportações. Segundo Dantas (2004, p. 55), no período que durou a República Velha a forma urbana de Sergipe se modificou, modernizando e estruturando as cidades e consolidando pouco a pouco a polarização da capital:

No conjunto, nos quarenta anos da Primeira República [República Velha], o Estado sofreu sensíveis transformações. A urbanização cresceu. Sobre tudo em Aracaju as mudanças foram grandes. O número de habitantes, que era de 16.336 (1890), ampliou-se para 50.564 (1930). A cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram. Na terceira década a capital foi se impondo como opção de moradia. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético. O bairro Chica Alves, que depois seria denominado industrial, foi se tornando mais populoso.

No interior foram construídas pontes e represas, foram abertos canais, para melhoria da navegação em Japaratuba; construídos açudes em Aquidabã, Itabaiana, Porto da Folha, Gararu e Riachão, além da instalação da luz elétrica, em Estância, Lagarto e Nossa Senhora das Dores. Em 1905 foi implantado o Banco de Sergipe, que funcionou até 1918, sendo liquidado em 1934; em 1909 foram implantados o sistema de carris urbanos, na capital, e iniciada a construção da estrada de ferro. Em 1916 foi instalada uma agência do Banco do Brasil.

Em 1914 chegou a Aracaju a estrada de ferro, a iluminação elétrica e os serviços de água se tornaram estatais e se ampliou a rede de esgotos; em 1918 foi inaugurado o segundo trecho da ferrovia, ligando Aracaju à Propriá e passou para o controle do Estado a primeira rodovia sergipana, construída pela iniciativa privada, ligando Salgado a Estância. Foram também construídos grupos escolares na capital e no interior.

A partir de 1922 Aracaju ganhou novos aterros e drenagem, foram ampliados o abastecimento público de água e a rede de esgotos, foi construído o mercado e o matadouro, além da penitenciária pública. Foi construído também o Hospital Cirurgia, o Instituto Parreira Horta e mais grupos escolares; foram criadas escolas de ensino técnico, a Faculdade de Direito Tobias Barreto e a Faculdade de Farmácia; criou-se o Banco Estadual de Sergipe, seguido de casas bancárias particulares, o Banco Mercantil Sergipense e o Banco de Crédito Popular, em Maruim. No interior foi instalada a luz elétrica em Estância, Lagarto e Nossa senhora das Dores, foram construídos novos grupos escolares e estradas. Modificou-se o aspecto provincial de Sergipe, como esclarece Dantas (2004, p. 53-54):

O perfil de província monocultora, que marcou o período do Império foi sendo modificado com a diversificação das atividades sem precedentes em Sergipe, alterando o quadro social que adquiria maior densidade. Embora na primeira década as opções de trabalho estivessem concentradas no campo, nos engenhos ou nas fazendas, paulatinamente as indústrias e os serviços, inclusive as casas comerciais foram proliferando no meio urbano e com eles aumentando o contingente de empregados.

As precárias condições das comunicações terrestres no estado de Sergipe não se alteram com a implantação de 300 km, em 1913, da estrada de ferro Timbó-Propriá, cortando o território de norte a sul do estado de Sergipe. A via férrea ligava os estados da Bahia e Alagoas à capital sergipana, praticamente, beneficiando apenas Aracaju, deixando de fora do seu traçado, os municípios mais desenvolvidos, forçando-os a se ligarem às estações da linha ferroviária.

A primeira estrada de rodagem do estado de Sergipe surgiu no primeiro quartel do século XX, por iniciativa particular da Companhia Auto-Aviação Sergipana, sediada em Estância. Essa empresa pretendia a construção e exploração de uma estrada de rodagem, ligando Estância à estrada de ferro Timbó-Propriá, no povoado de Salgado, podendo ser prolongada até a cidade de Simão Dias. Os serviços e obras realizados duraram um período de cinco anos, de 1918 a 1922, sendo construídos 34 km de estradas.

A segunda estrada de rodagem foi construída pela Inspetoria de Obras Contra a Seca em 1922, ligando Salgado a Anápolis, atualmente Simão Dias, passando por Lagarto. O trecho Salgado Lagarto só foi inaugurado em 1924. A terceira estrada ligou Laranjeiras a São Paulo, atual Frei Paulo. Em 1924 Sergipe já figurava com 152,8 Km de estradas de rodagens. Foi construído, no governo de Gracho Cardoso, o trecho Aracaju - São Cristóvão ao Outeiro de São Gonçalo; Aracaju a Cabrita (reservatório d'água) passando pela penitenciária e Jabotiana; Itabaianinha a Campos (atual Tobias Barreto); Vila Cristina a Geru e Riachão a

Boquim; inicialmente, pela Inspetoria de Obras Contra a Seca e em seguida pelo Governo do estado de Sergipe.

Em decorrência da execução, nessa mesma época, do plano de assistência ao Nordeste, com o objetivo de enfrentar o flagelo da seca no interior do estado, foram construídas estradas em diversos pontos, pela Inspetoria de Obras Contra a Seca. Em 1926, por iniciativa da Inspetoria e com a ajuda do Governo, o Estado Sergipe já possuía um total de 222,5 Km de estradas de rodagem distribuídas pelos trechos:

Aracaju	São Cristóvão	34,64 Km
Entroncamento Laranjeiras		17,64
Salgado	Estância	34,00
Salgado	Lagarto	29,00
Lagarto	Simão Dias	22,00
Itabaianinha	Campos (Tobias Barreto)	29,32
Laranjeira	São Paulo (São Paulo)	23,00
Capela	Dores	18,00
Aracaju	Cabrita	11,00
Desvio de Socorro		1,00
São Cristóvão	Cristo Redentor	2,28
Total de vias construídas		222,50 Km

Quadro 02 – Estradas e Rodagens construídas em Sergipe em 1926.

Fonte: Revista Sergipe Rodoviário, 1956, p. 27-28.

Entre 1927 e 1930, durante o governo do Coronel Manoel Dantas foi elaborado o primeiro plano de serviços de construções, conservação e remodelação das estradas de rodagem de Sergipe (Revista Sergipe Rodoviário, 1956, p. 27-28). Embora o plano estivesse fora das possibilidades orçamentárias do estado, ele refletia a intenção de integração econômica do governo.

O plano previa a integração do Estado através de três eixos rodoviários traçados a partir da capital, ligando o norte, o sul e o oeste do estado, na direção de Salvador, do sertão baiano e do Estado de Alagoas, respectivamente. Completava o sistema rodoviário algumas estradas isoladas, ligando núcleos urbanos que não possuíam rios navegáveis, às estações da de Ferro Leste Brasileiro.

No plano estava prevista a implantação de três eixos estruturantes que deveriam integrar economicamente o estado. O eixo norte seria responsável pela ligação da capital a partir de Laranjeiras na direção de Maroim. O eixo sul pela ligação a partir de São Cristóvão, passando por Itaporanga, Salgado, Lagarto, Anápolis alcançando Coité na divisa baiana. O

eixo Centro-Oeste pela ligação a partir de Socorro, passando por Laranjeiras, Areia Branca, Itabaiana, Saco do Ribeiro, chegando até Anápolis.

Com a implantação do eixo norte pretendia-se a ligação de Propriá, Aquidabã, Muribeca, Capela ampliando a ligação regional e facilitando a ligação interestadual além do rio São Francisco. A implantação do eixo sul faria a ligação a partir de Itabaianinha da região compreendida por Campos (Tobias Barreto) Poço Verde e Igreja-Nova. E, da região que estava sendo integrada com a construção da ligação entre Estância, Boquim e Arauá à estação ferroviária de Boquim. O eixo Centro-Oeste faria a ligação do interior sergipano, além da ligação com Capo do Brito.

Em 1927 (Revista Sergipe Rodoviário, 1956, p.28) o estado de Sergipe já possuía 42,5 Km de extensão de vias em construção e um total de 328,5 Km de vias construídas, distribuídas pelos trechos:

Aracaju	São Cristóvão	34,60 Km
Entroncamento Aracaju	Laranjeiras	17,64
Salgado	Estância	34,00
Salgado Lagarto	Lagarto	29,00
Lagarto	Anápolis	35,00
Itabaianinha	Campos (Tobias Barreto)	29,34
Campos (Tobias Barreto)	Igreja Nova	36,00
Laranjeiras	Itabaiana	40,00
Boquim	Riachão	20,00
Capela	Dores	18,00
Aracaju	Cabrita	11,60
São Cristóvão	Cristo Redentor	2,28
Maroim	Pedra Branca	9,00
Itabaianinha	Geru	12,00
Total de vias construídas		328,50 Km
Boquim	Estância	35,00
Aracaju	Socorro	7,50
Total de vias em construção		42,50 Km

Quadro 03 – Estradas e Rodagens construídas em Sergipe em 1927.
Fonte: DER, Revista Sergipe Rodoviário, 1956.

Enfim, durante a República Velha, em Sergipe, facilitado pelas inovações tecnológicas na área de comunicação, ampliou-se a urbanização, em um processo de crescente integração do Estado, com a consolidação progressiva da capital, Aracaju, como centralidade regional, acompanhado da modernização da vida nas principais cidades. Na medida em que melhoram as condições sanitárias, especialmente em Aracaju, em 1911 foram inaugurados os primeiros telefones; em 1913, com a chegada do trem, a Bahia ficou mais próxima a Sergipe e os

primeiros automóveis pressionavam a abertura de estradas de rodagem, como mais uma opção de transporte, antes realizado por barcas, carros de bois, cavalos e mulas.

Assim, no período entre os anos de 1890 – 1930 em Sergipe predominou uma rede urbana regional comercial, com uma posição econômica secundária, em relação ao Brasil, sustentada pelo modelo agro-exportador, com o domínio do campo sobre a cidade, acompanhada pelo início de um movimento de industrialização, voltado para o mercado interno regional; pela polarização urbana progressiva de Aracaju e pela presença do Estado na promoção da infra-estrutura das cidades e melhoria das comunicações das zonas de influência dos núcleos produtores.

O descompasso espacial promovido pela abolição da escravidão estabeleceu uma nova tensão, desta vez, entre a economia internacional e as novas formas de trabalho. O encaixe da rede urbana se alterou.

3.4 A CONSOLIDAÇÃO INICIAL DA CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE: 1931 – 1945

A Revolução de 1930 promoveu a reformulação política do Estado Nacional brasileiro; rompeu com o modelo tradicional agro-exportador, apoiado por uma oligarquia rural que foi substituída por uma dominação política; estimulou o processo de industrialização do país, comandado por São Paulo, voltado para o mercado interno nacional por meio da substituição das importações e criação da infra-estrutura básica (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 134-136).

Esse período correspondeu à expansão da Revolução Industrial, na Europa, e à emergência econômica dos Estados Unidos, cujas consequências foram uma forte pressão financeira e comercial sobre toda a América Latina. A centralidade urbana comercial das principais cidades brasileiras perdeu sua hegemonia, permanecendo a centralidade regional da rede urbana brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 43-46).

O Estado assumiu um papel intervencionista, dirigido à modernização da máquina político-administrativa e à industrialização. Estabelece-se, então, um modelo de desenvolvimento que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista. O Nordeste, incluindo Sergipe, passou a ser tratado como uma região diferenciada, tendo como principal

fonte de riqueza a produção açucareira, o algodão e a pecuária, numa posição de subordinação crescente à economia nacional.

Antes da Revolução de 1930 a intervenção do Estado brasileiro se restringia à cafeicultura. Com a Grande Depressão de 1929 e a Revolução, a presença do Estado deixou de ter limites e a União assumiu a direção da economia e do processo de desenvolvimento. O resultado foi a promoção de políticas de fomento à industrialização, para a substituição de importações, com a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

O período do Estado Novo se iniciou em 1937 e se estendeu até 1945. Nesse período, que se seguiu ao momento inicial da Revolução, a intervenção do Estado no desenvolvimento do país foi ampliada, especialmente, com a fundação de uma usina siderúrgica estatal, em Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional, financiada pelos Estados Unidos.

O sistema viário existente até então articulava o interior de cada região aos portos, em razão de a economia se encontrar ligada ao mercado internacional. Com a contração do comércio internacional, durante a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Grande Guerra, a dinâmica da industrialização passou a depender da demanda interna, segmentada em mercados regionais, parcialmente ligados pela navegação de cabotagem.

A integração física dos mercados regionais foi a única forma de criar economias de escala para as novas indústrias com produção em massa. A unificação dos mercados regionais passou a ser empreendida com a construção de rodovias, que demonstrou, na época, maior viabilidade do que o transporte ferroviário. Dessa forma, entre 1928 e 1955 a quilometragem rodoviária cresceu 304,8%, enquanto a ferroviária cresceu apenas 16,5% (SINGER, 1977, p. 106).

3.4.1 O campo espacial das forças modeladoras

Em 1930 o Movimento derrubou o governo da velha oligarquia estadual do café-com-leite. A Constituição de 1891 foi suspensa e foi instalado o Governo Provisório, que durou até 1934, quando foi promulgada a terceira Constituição Brasileira e elaborada a legislação trabalhista, universalizando o espaço econômico nacional com a padronização do trabalho, mediante a adoção de unidades de medida de tempo e remuneração mundializadas (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 152-155).

A Constituição de 1934 foi caracterizada por um misto de instruções nacionalistas e estatizantes que promoveram a presença direta do Estado na economia nacional. O texto constitucional previa estatização de empresas nacionais, nacionalização de empresas estrangeiras e a concessão do Estado para exploração mineral, entre outras.

Nesse ínterim, a ideologia nacional se dividiu entre os princípios do movimento nazi - fascista, de extrema direita, criado em 1932, denominado de Ação Integralista Brasileira, com o lema “Deus, Pátria e Família”; e as idéias do Partido Comunista Brasileiro, ligado à URSS, que combatiam o latifúndio, o imperialismo e o fascismo. Em 1935, o Partido Comunista Brasileiro organizou o Movimento denominado de Aliança Nacional Libertadora, para combater a expansão dos integralistas (PENNA, 1989, p. 137-154).

O crescimento dos movimentos extremistas contribuiu na criação das condições para o golpe de 1937 e implantação da ditadura do Estado Novo, que duraria até 1945. “O perigo comunista” serviu de justificativa ideológica e o fascismo, com o apoio das forças armadas, serviu de inspiração ao Estado Novo. Sem nunca ser obedecida, uma nova Constituição foi outorgada, nesse mesmo ano, inspirada nos modelos fascistas europeus que faziam desaparecer a federação. O que prevaleceu foi o dirigismo e o intervencionismo estatais na economia.

O Estado Novo nasceu como a salvação da pátria, comprometido com os pobres e patrono dos trabalhadores. Sob a tutela do Estado, os trabalhadores foram organizados e algumas leis trabalhistas foram introduzidas como concessão do Estado, e não como conquista da classe trabalhadora. O projeto da unidade nacional, mais uma vez distante dos interesses da maioria, ganhou nova ideologia, desta vez legitimada pelo populismo (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 155-160).

A política econômica do Estado Novo tinha como objetivo superar a crise e criar uma nova estrutura produtiva para o país. A política de proteção ao café continuou, sem conseguir alterar a queda de preços no mercado internacional, criando um grande *deficit* na balança de pagamentos. A agricultura foi diversificada, foram criadas autarquias, como Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Mate e Instituto do Pinho.

O Estado Novo instalou uma indústria de base para apoio ao empresariado nacional, em razão dos escassos recursos externos, devido ao início da Segunda Grande Guerra no ano de 1939. Em 1941 a Companhia Siderúrgica Nacional começou a ser construída, em Volta

Redonda, e, no ano seguinte foi inaugurada a Companhia Vale do Rio Doce, para a extração de minérios em Minas Gerais.

A urbanização, a ampliação do mercado interno e a dificuldade de aquisição de produtos manufaturados estrangeiros, provocaram a substituição das importações, promovendo um grande impulso à industrialização nacional, utilizando os capitais acumulados do café, do açúcar nordestino e das matérias-primas locais.

A Revolução de 1930 criou as condições políticas para uma ampla reorganização institucional e transformação do sistema produtivo nacional, que se prolongou pela década de 1950. O campo perdeu a sua hegemonia sobre a cidade e se submeteu a uma nova economia, de base urbana. Do ponto de vista institucional os governos estaduais ganharam autonomia e foram abolidas as taxas aduaneiras sobre circulação de mercadorias entre os estados. Estimulou-se, desse modo, a integração dos mercados regionais e a criação do mercado interno em escala nacional.

3.4.2 A forma e função urbana dominantes

Em 1930 o Brasil era formado por regiões polarizadas por grandes metrópoles, algumas delas como São Paulo e Rio de Janeiro, com influência nacional, e o restante regional. (OLIVEN, 1982, p. 57-74; SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 31-36;) A Crise de 1930 foi acompanhada pela manifestação do campo, deflagrada como ofensiva social à cidade. O resultado desta manifestação foi o grande crescimento demográfico, cujos feitos foram revertidos para cidades como uma explosão urbana.

Na verdade, houve muitas cidades que não alteraram os seus ritmos de crescimento, outras simplesmente estagnaram e algumas surgiram em razão da criação de uma nova fonte de riqueza. A metrópole se tornou o pólo de atração, para aqueles que não encontravam oportunidades no campo ou nas cidades estagnadas. Os imigrantes se juntaram às camadas populares e à pequena classe média, para formar a massa urbana, socialmente marginalizada e economicamente excluída, em oposição direta a uma sociedade compacta e unida, herdeira de um passado recente.

A superação da crise de 1929 foi dirigida por prioridades econômicas com base na industrialização e diversificação da agricultura, tendo como foco o mercado interno. Nesse sentido foram construídas rodovias interestaduais como a Rio - Bahia, entre 1940 e 1947; e a

Rio – São Paulo, iniciada também em 1940 e concluída após a Segunda Guerra Mundial. Entre os anos 1950 e 1960 foram construídas rodovias ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília.

A ligação entre os estados conferiu uma nova forma à rede urbana nacional. Ambientes de aparência européia cederam lugar a ambientes com padrões norte-americanos. Entre 1940 e 1950, dando continuidade à política de integração nacional e a consolidação da nova forma urbana da rede nacional, foram realizadas obras rodoviárias nos estados.

O foco portuário, que havia norteado os planos urbanísticos até então, foi direcionado para as novas funções urbanas, ligadas à industrialização emergente, e ao crescimento rápido da população das principais cidades. Essa mudança na forma de compreender a dinâmica urbana conferiu maior complexidade aos novos planos urbanísticos. (REIS FILHO, 2000, p. 109-112)

Os planos urbanísticos elaborados nesse período levaram em conta a implantação de um sistema de transporte de massa, em substituição aos bondes elétricos, carruagens e aos poucos veículos, sendo, portanto, planejada a abertura de grandes vias públicas, com dimensões adequadas para os veículos automotores.

Foram planos desenvolvidos com uma preocupação voltada para a modernização estética das cidades. Preocupação derivada das questões levantadas pelo Movimento Modernista na Arquitetura e pelo Urbanismo, envolvendo a criação de um ambiente de modernidade, com um traçado racional adequado à nova cidade industrial.

No período que se seguiu à Proclamação da República, especialmente entre as duas Grandes Guerras, a urbanização brasileira sofreu mais uma inflexão na centralidade urbana predominante das cidades. A centralidade comercial das cidades, que prevaleceu junto à rede urbana nacional, entre a independência do Brasil e a Proclamação da República, criou as condições para a formação de uma nova centralidade para as cidades brasileiras, sustentada por uma economia industrial voltada para o mercado interno.

Nesse momento teve início um movimento de integração nacional, com a consolidação da rede urbana nacional regionalizada, sustentada pelo movimento de industrialização voltada para o mercado interno nacional. Esse período se estendeu até mais ou menos a segunda metade da década de 1940, correspondendo, na Europa, ao período capitalista imperialista, em sua fase dos monopólios nacionais em busca de matérias-primas e mercados para os produtos industrializados produzidos pelos monopólios. (BRUM, 1996, p. 25-26)

3.4.3 A centralidade

Apesar de a economia sergipana ter se diversificado (DANTAS, 2004, p. 101), o seu perfil agro-exportador permaneceu. A produção açucareira continuou perdendo posição, o algodão diminuiu a sua área de plantação e a pecuária cresceu, enquanto a indústria têxtil se ampliou. As cotas criadas pelo governo nacional para o setor açucareiro nordestino, de certa forma, estagnaram a renovação tecnológica da produção do açúcar, ultimando o modelo agro-exportador. A quebra das barreiras interestaduais, ao mesmo tempo em que integrou a economia nacional, contribuiu para acabar com a autonomia do mercado interno regional.

Enquanto a industrialização foi estimulada no Sudeste, a economia do estado de Sergipe ampliou a sua dependência com a economia nacional. O número de estabelecimentos da indústria têxtil cresceu, atingindo o quinto lugar em número de unidades fabris, ficando, no Nordeste, só abaixo de Pernambuco. O número de estabelecimentos bancários passou de três, em 1930, para quatro empresas e sete agências, em 1940. Do ponto de vista territorial se integrou, através da expansão das rodovias, e ampliou a centralidade da capital, como esclarece Dantas (2004, p. 104):

O movimento espacial das pessoas aumentou aproximando formas de comportamentos e modos de vida. Com a construção de novas estradas de rodagem em piçarra quase todas as cidades do Estado ficaram ligadas entre si, através de automóveis, das marinetes e dos caminhões. Nasceram as linhas de transporte coletivo ligando os municípios do interior à Aracaju, que foi se impondo como grande centro comercial, administrativo, cultural e tornando-se mais acessível para os moradores dos lugares mais distantes.

Sob orientação nacional, com a ajuda do governo Federal, em Sergipe, continuaram as obras de integração regional. Em Aracaju foram realizados mais aterros, foi construído o canal Santa Maria, várias obras sociais, especialmente na área de saúde e foi ampliada a rede de estradas. Ao se referir ao final do Estado Novo (1937-1945), Dantas (2004, p. 94) revela como o estado de Sergipe foi se consolidando como região sócio-econômica e político-administrativa:

Ao final do *Estado Novo*, o aparato administrativo havia se ampliado, e se tornado menos pessoal. Os serviços de saúde estavam melhorados. As obras continuavam mudando a face da capital. Os alagados de Aracaju haviam reduzido consideravelmente. As ruas ganhavam calçamentos de paralelepípedos para permitir os fluxos de automóveis e de ônibus que aumentavam. A grande maioria das sedes municipais já dispunha de seu motor para a geração de energia elétrica.

Em 1940 Sergipe possuía 41 municípios, com 69% da população vivendo no campo (Figura 04). De 1920 a 1940, a população estadual passou de 477.064 para 542.326 habitantes, Aracaju continuou sendo o centro mais populoso do estado.

Assim, entre os anos de 1931 e 1945 predominou em Sergipe uma rede urbana com uma centralidade espacial comercial desigual, em relação à rede nacional, sustentada por uma economia agro-exportadora subordinada ao mercado interno, com o início do domínio da cidade sobre o campo, acompanhado do fortalecimento da centralidade administrativa e comercial da capital e da presença do Estado na promoção da infra-estrutura urbana e melhoria das ligações internas. Aprofundou-se o descompasso espacial e o desencaixe urbano.

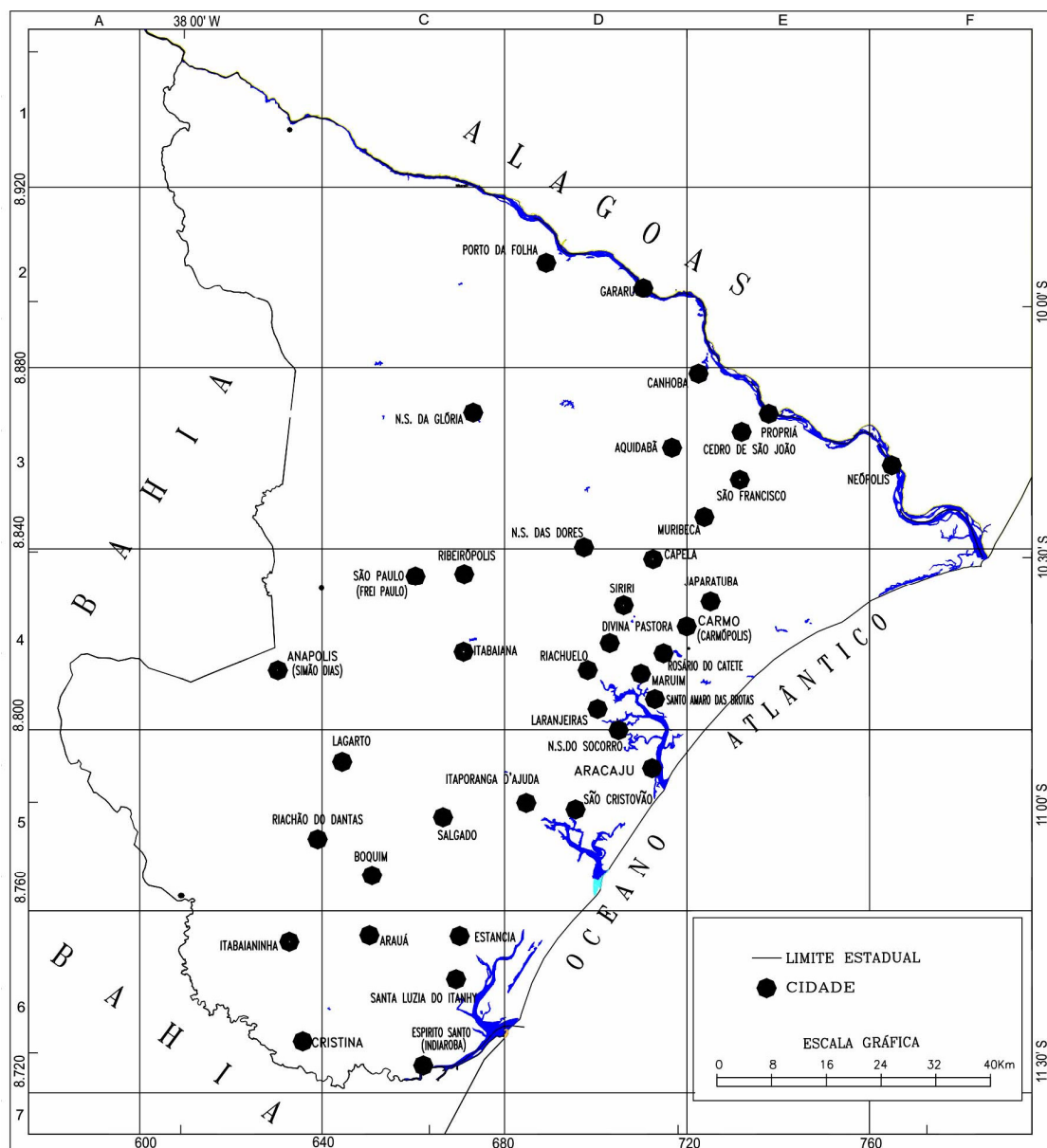


Figura 04: Sergipe Sedes Municipais – 1940

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE (1940).

4 CENTRALIDADE ESPACIAL NACIONAL: 1946 -2007

A partir do ano de 1945 até o final do ano de 1990, o Brasil contou com uma nova centralidade espacial nacional, integrada ao mercado internacional, sustentada por uma economia mundial imperialista monopolista em sua fase de internacionalização do capital e integração das economias nacionais aos países imperialistas. (BRUM, 1996, p. 42-48)

Foi o momento dominado pelo fim da Segunda Grande Guerra e pela crise do petróleo, iniciada no começo do ano de 1970, quando começou uma grande mudança no cenário internacional, marcado pelo término da regulamentação da economia mundial em torno do acordo *Bretton Woods* e pela transferência do controle econômico para o mercado e para o grande capital comandado, pelas empresas multinacionais.

Nessa época, constituiu-se o sistema imperialista na escala do planeta. No Brasil, correspondeu ao período predominantemente industrial, contando com a presença efetiva do Estado, ocasião em que foi modelada uma rede urbana nacional, obedecendo a uma divisão geopolítica do território, configurada de forma metropolitana, fortemente diferenciada e polarizada pela região Sudeste do país, comanda por São Paulo.

A ocupação e a exploração colonial das terras brasileiras criaram, tomando emprestada a analogia utilizada por Francisco de Oliveira, um arquipélago de regiões formadas por uma malha urbana centralizada por cidades portuárias, localizadas no litoral. (OLIVEIRA, 1981) Eram regiões comandadas por uma centralidade administrativa, sustentadas por uma economia de base agrária voltada para exportação. Tratava-se de regiões ligadas diretamente à economia externa através de vilas e cidades com dinâmicas independentes uma das outras (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 40; SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 31;).

A economia colonial, para Singer (1977, p. 8), apresentava-se:

segmentada em uma série de regiões, cada uma vinculada à economia da metrópole (ou economia dos países industrializados), sem que haja relações comerciais significativas entre elas, denotando a inexistência de qualquer divisão do trabalho inter-regional no país. Cada uma destas regiões tem por pólo, geralmente um núcleo urbano que desempenha em relação ao todo funções comerciais, administrativas, etc.

Numa perspectiva nacional desenvolvimentista, a integração do território brasileiro e a superação de sua natureza urbana fragmentada se tornaram condição para a formação da nação brasileira, recriando a ideologia da unidade nacional, desta vez tutelada pelo Estado. A idéia de integração nacional se associou ao conceito de progresso e passou a fazer parte dos

projetos nacionalistas, que dominaram as iniciativas comandadas pelas elites brasileiras em todo país, até mais ou menos o final da década de 1990. Em Sergipe, a ideologia do nacionalismo, segundo Dantas (2004, p. 139-140) já era antiga e, nesse momento, ganhou um novo sentido.

O projeto de unidade nacional se tornou a tônica ideológica dos projetos das elites brasileiras. Esses projetos assumiram diferentes formas, de acordo com o movimento da economia mundial e a vinculação dos segmentos políticos nacionais nesse movimento. Foram esses projetos, cuja materialização social, juntamente com a fundamentação religiosa e moral submissas dominaram o imaginário da massa da população, que contribuíram para reproduzir a configuração da rede urbana desigual brasileira, ressaltando o lugar de subordinação de Sergipe na rede nacional.

Muito embora o interesse econômico dividisse politicamente as elites nacionais e locais, em Sergipe, assim como no restante do país, de um lado, estavam os segmentos que desejavam o crescimento econômico, comprometidos com o conjunto da população; de outro lado, os segmentos que também desejavam o crescimento econômico, entretanto, dissociado do desenvolvimento social da nação brasileira.

Após a Independência, a rede urbana brasileira se organizou em torno da grande metrópole paulista que se formou junto à acumulação dos grandes capitais oriundos da exportação do café. Ela se configurou acompanhando a divisão geopolítica territorial colonial, iniciada com a distribuição das capitanias hereditárias, que se consolidou com o Império e permaneceu com a República. Assim, os estados brasileiros, em sua maioria, localizados no litoral, foram submetidos à centralidade comandada por São Paulo, a partir das capitais que se tornaram metrópoles regionais.

Em torno de São Paulo criou-se um mercado interno nacional, constituído por regiões polarizadas pelas capitais metropolitanas, ligadas ao Sudeste brasileiro. Assim, consolidou-se um movimento denso de centralidades urbana, em rede nacional, formado pelas capitais e suas regiões, diferente da fragmentação que ocorreu na América Latina, da qual a rede urbana de Sergipe é parte integrante.

4.1 O APROFUNDAMENTO DA CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE URBANA DE SERGIPE: 1946 – 1964

Com o fim da Segunda Grande Guerra, em 1945, caiu o Estado Novo e teve início a República Nacionalista Populista, que durou de 1946 a 1956. Com a constituição bastante liberal, promulgada em 1946, o regime federalista foi restituído e posicionado ao lado dos americanos e contra os comunistas, continuaram os esforços intervencionistas estatais para a criação de uma estrutura nacional produtiva, iniciada com a instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e com a pavimentação da rodovia Rio - São Paulo. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 47-53)

Foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, para apoio financeiro aos projetos nacionais de desenvolvimento. Um grande debate, em torno do projeto de lei que criava a PETROBRÁS, liderado pelos nacionalistas com o lema “O Petróleo é Nosso”. Em 1953 estabeleceu-se o monopólio estatal da prospecção e exploração do petróleo em território nacional; em 1956 a República Nacionalista Populista teve fim. O empresariado nacional, aliado a investidores estrangeiros e ao governo federal, aprofundou a dependência do Brasil ao capitalismo internacional.

Nesse sentido, acelerou-se a industrialização brasileira, teve continuidade a política de estruturação nacional, foi criada a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e implantada a indústria automobilística; foram construídas estradas como a Belém – Brasília, as hidroelétricas de Furnas e Três Marias e foi construída Brasília – a nova capital. O Brasil, nesse momento, teve as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da história e ampliação do processo inflacionário. (TEIXEIRA; DANTAS, 1974, v. II, p. 182-193)

O avanço da Guerra Fria na disputa pela hegemonia política, entre Estados Unidos e a Rússia, iniciada após a segunda Grande Guerra, ampliava a separação ideológica entre os nacionalistas conservadores – envolvidos com uma economia nacional dependente – e os nacionalistas revolucionários – que desejavam uma sociedade socialista. A reação dos conservadores, envolvendo a classe média, foi a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, contra a nacionalização de refinarias particulares e a desapropriações de terras federais nas margens rodovias e ferrovias. Em Sergipe, com o intuito de combater os comunistas, os integralistas foram reunidos em torno do lema “Deus Pátria e Família”, demonstrando o apelo à fé religiosa na legitimação dos projetos da elite.

Entre 1946 e 1964 as diferenças regionais se consolidaram e se aprofundaram. O desenvolvimento nacional se acelerou a partir dos anos de 1930, comandado pelo processo de industrialização dirigido para o mercado interno nacional, liderado pelo Sudeste; a partir de 1955, ocorre a articulação entre o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro, previstos no Plano de Metas do Governo do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, quando foram abolidas as barreiras entre os estados e implantada a indústria de base nacional.

4.1.1 A centralidade

Sergipe se manteve com o perfil agro-exportador com um papel complementar e dependente da economia do Sudeste brasileiro, permanecendo um forte clientelismo no interior com a política de “carta branca aos coronéis”. A principal atividade no campo, nesse período, foi a agropecuária, especialmente a criação de gado; enquanto a produção do açúcar se encontrou estagnada, a produção do algodão permaneceu em declínio e o desempenho das indústrias, entre 1950 e 1969, decaíram (DANTAS, 2004, p. 139; 150), sobretudo no setor têxtil.

O porto de Aracaju diminuiu seu movimento, em função do assoreamento da sua barra, entretanto, ampliou-se a sua centralidade político-administrativa e comercial e o setor terciário cresceu. A descoberta de petróleo em Riachuelo, no ano de 1961, e em Carmópolis, em 1963, abriu um novo horizonte econômico para Sergipe.

Entre 1947 e 1955 a malha rodoviária foi ampliada em 206 km, inicialmente, e depois foram construídos cerca de mais 300 km de estradas, a construção do aeroporto foi concluída, o porto foi dragado e foi instalada, em alguns municípios, energia da Hidrelétrica de Paulo Afonso. A partir de 1956, sob a inspiração do modelo nacional-desenvolvimentista, o conceito de nacionalismo “passou a ser compreendido como fortalecimento nacional, através de uma política de desenvolvimento inclinada a uma maior integração com o sistema nacional” (DANTAS, 2004, p. 133).

Assim, a presença do Estado no desenvolvimento econômico foi ampliada, entretanto, Sergipe permaneceu com o seu desenvolvimento dificultado por três fatores: o porto, a energia e o aeroporto. Em 1959 foi fundado o CONDESE – Conselho de Desenvolvimento de Sergipe e extinto, em 1979, o Banco de Fomento Econômico de Sergipe; foram construídos equipamentos urbanos na capital (Hotel Pálace e a Estação Rodoviária), para fortalecimento

da centralidade urbana, foi criada a Faculdade de Medicina, anunciada a descoberta de petróleo em Pacatuba e foi implantada uma fábrica de cimento.

Sergipe, em 1940, contava com uma população de 542.326 habitantes e 41 municípios. Em 1960 o Estado, contando com 62 municípios, chegou a 751.778 habitantes e, a capital, a 115.713 (Figura 05). O estado era predominantemente rural, com 61,8% da população vivendo no campo, o trabalhador rural convivia com a concentração da terra e com a ausência de direitos trabalhistas. Em 1964, Sergipe já possuía 3.733 km de rodovias, sendo 256 km federais e 1.288 km estaduais, além de 2.189 km municipais, dos quais, só 19 km eram pavimentados.

Assim, entre os anos de 1946 a 1964 desenvolveu-se em Sergipe uma rede urbana com uma centralidade espacial comercial e de serviços desigual, complementar e subordinada à rede urbana nacional, sustentada por uma economia agrária dependente comandada pelo Sudeste. Acentuaram-se as desigualdades regionais. Ampliou-se a centralidade de Aracaju e consolidaram-se as zonas produtivas, polarizadas pelos núcleos urbanos comerciais e de serviços. Aprofundou-se o descompasso espacial com o declínio da economia local e aumentou o desencaixe urbano.

4.2 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE: 1965 – 1980

A urbanização brasileira, a partir de 1964, foi acompanhada por um ambiente político dividido entre o projeto nacional apoiado pelo capital americano e o projeto nacional apoiado pela ideologia socialista. A intranquilidade e o temor comunista chegaram até as Forças Armadas e levou o Exército Brasileiro, em nome da segurança nacional, a articular o golpe de 1964, no sentido de estabelecer a tranquilidade, eliminar a subversão, promover a unidade nacional e o desenvolvimento. A ditadura militar se instalou no Brasil e se estendeu até o ano de 1985. Em 1967, segundo Dantas (2004, p. 179; 213) o autoritarismo se encontrava instalado e a ideologia nacionalista, apoiada pela doutrina da segurança nacional, em pleno desenvolvimento.

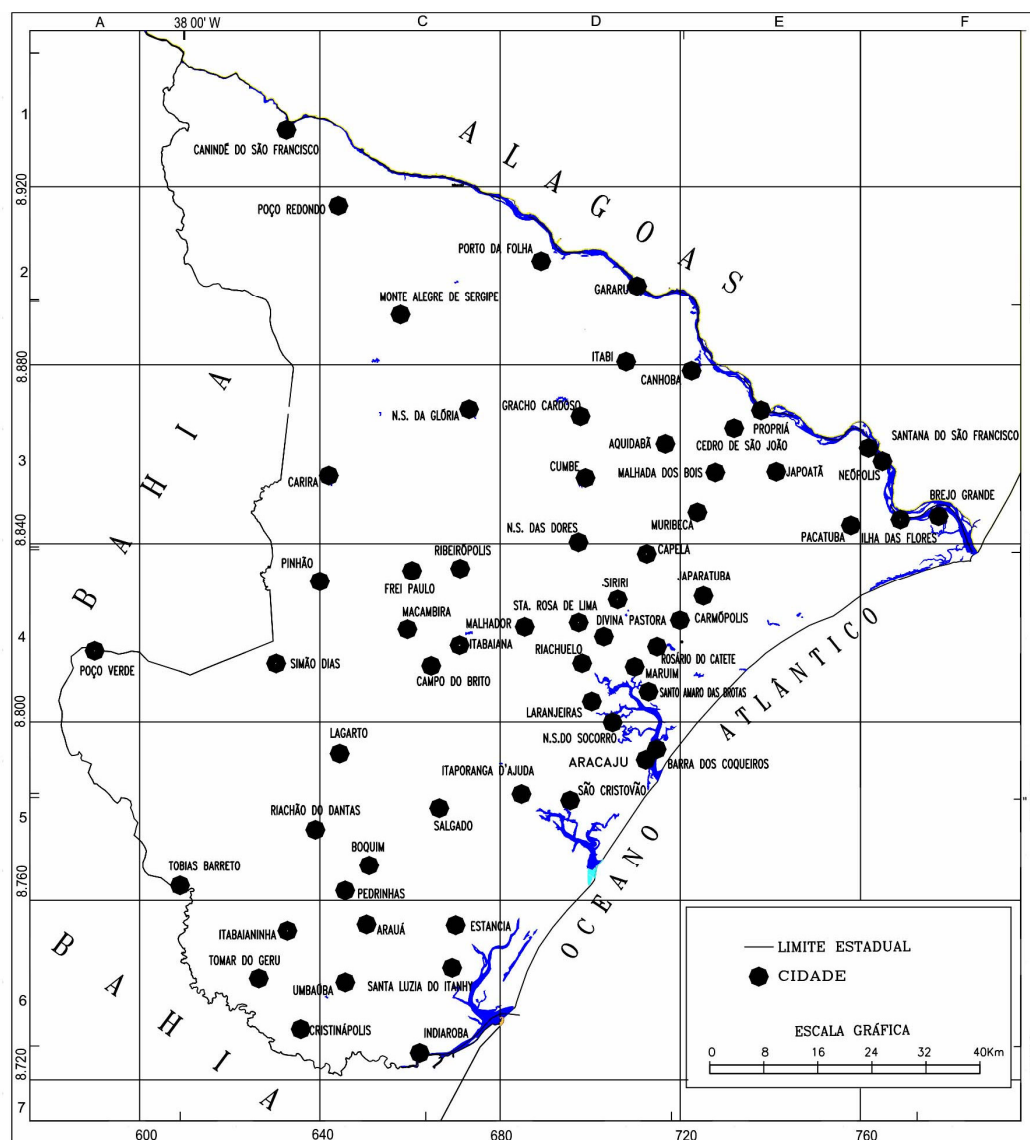


Figura 05: Sergipe Sedes Municipais - 1960

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE (1960).

Apoiada no crescimento econômico, a ideologia nacionalista era estimulada com a criação de frases de efeito emocional, como: “Ninguém Segura Este País”, “Pra Frente Brasil”, dentre outras. Ao mesmo tempo em que concentrava a renda, estimulava-se e criava-se uma euforia desenvolvimentista.

Em 1967 foi promulgada a nova Constituição brasileira, que centralizou o poder nas mãos dos militares e acabou com o regime federativo. Entre 1968 e 1973 ocorreu a retomada do desenvolvimento, o PIB e o país voltaram a crescer e manteve-se a política de arrocho salarial, iniciada com o golpe de 1964. Os governos militares combateram a inflação,

estimularam as exportações, facilitaram a entrada de capitais estrangeiros no país, reformou-se o mercado de captais e estimulou-se a construção civil.

O Banco Nacional da Habitação e o Banco Central foram criados; o Estatuto da Terra foi aprovado; foi construída a Transamazônica e modernizaram-se os portos e rodovias; o empresariado nacional foi estimulado, com empréstimos subsidiados a juros baixos; e, a legislação que proibia a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior foi revogada.

O projeto brasileiro de construção do parque industrial nacional, entre os anos de 1960 e 1980, tornou-se compatível com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional e, dessa forma, o projeto nacional foi financiado e filiais de empresas internacionais foram instaladas no Brasil. Nesse período, a nação brasileira se industrializou e ingressou na dinâmica do capitalismo mundial do pós-guerra.

Segundo Araújo (2000) a economia brasileira passou a funcionar em bases cada vez mais nacionais e cada vez menos locais. A industrialização, comandada pelo Sudeste brasileiro, foi acompanhada, nos anos 1950 e 1960 pela desregionalização da economia com a ampliação da articulação comercial em nível nacional, comanda pela indústria paulista; nos anos 1970, pela integração produtiva nacional com a regionalização da indústria oligopólica, de forma combinada com a desregionalização dos mercados; entre 1968 e 1973 pela consolidação da integração do Brasil à economia internacional, ampliando-se posteriormente; e, pela integração físico-territorial do Brasil com a constituição de uma base de infra-estrutura de transportes e de comunicações, interligando todas as regiões brasileiras.

Essas duas décadas, do ponto de vista econômico, vão ser marcadas pela modernização autoritária da economia, liderados pelos oligopólios internacionais e com a participação efetiva do Estado brasileiro, conduzida por sucessivos governos militares, utilizando-se de forma privilegiada das agências de planejamento e bancos regionais, como BNB e BASA; das agências como SUDENE para o Nordeste, SUDAM para a região amazônica, SUFRAMA, SUDECO para o Centro-Oeste, SUDESUL para o Sul e muitas vezes agindo de forma direta com a criação de empresas como a Vale do Rio Doce.

O projeto brasileiro de construção do parque industrial nacional, entre os anos de 1960 e 1980, industrializou o país sob o comando da indústria paulista; criou, no Nordeste, um setor industrial dependente de insumos da indústria do centro-sul e dirigido ao mercado localizado no Sudeste; modernizou o país; estimulou a agroindústria, a monocultora e o

agronegócio; montou a malha rodoviária nacional; promoveu, entre os anos de 1960 e 1970 certa desconcentração da atividade econômica no país.

Nesse período, processos econômicos importantes, segundo Araújo (2000, p. 21) trouxeram mudanças relevantes nas estruturas produtivas regionais. No Norte destacam-se a expansão da atividade primária, em Rondônia; a implantação da Zona Franca, em Manaus; e os grandes projetos de mineração e infra-estrutura de energia, no Pará. No sul destacam-se a modernização da agricultura e a indústria de bens de capital, ligada às demandas do setor agrícola. No Centro-Oeste se despontam a moderna agricultura de grãos e a consolidação de Brasília, como importante setor terciário. No Sudeste se destaca, além de São Paulo, como grande pólo industrial brasileiro, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

No Nordeste ressalta-se a diversificação da indústria, especialmente no setor de bens intermediários; a produção agrícola irrigada, no vale do Rio São Francisco; a implantação do eixo químico formado pela petroquímica na Bahia, pelo complexo de base em Sergipe e o pólo cloroquímico, localizado em Alagoas.

4.2.1 A centralidade

A presença da Petrobrás transformou o quadro econômico negativo de Sergipe entre 1950 e 1960, beneficiando e consolidando o setor de sérvios concentrados na capital. A Petrobrás iniciou a construção das fábricas da Petromisa – Petrobrás Mineração S/A em 1976 e em 1978 a Nitrofertil – Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste atual FAFEN, alocou recursos para a construção da adutora do São Francisco e para a construção do Porto.

Sem dúvida, apesar de continuar a política clientelista praticada pelo grupo político dominante no poder, a presença da Petrobrás em Sergipe, mais especificamente a partir de 1970, foi responsável pela modernização da sociedade e pelo desempenho positivo do Estado, que chegou a superar o nacional e o do Nordeste, mudando a face da economia predominante agro-exportadora de Sergipe, sem, no entanto, conseguir uma distribuição mais equilibrada da riqueza social produzida, como explica Dantas (2004, p.206):

A concentração de riqueza cresceu. A renda dos dez por cento mais ricos acentuou-se numa proporção superior à tendência nacional. Em contrapartida, 60% mais pobres de Sergipe, que em 1970 detinham 24,90% da renda, tiveram sua situação proporcionalmente reduzida mais ainda do que a nacional. O modelo de desenvolvimento pelo alto, ou seja, através do Estado, revelou-se incapaz de

distribuir melhor os seus benefícios. Numa sociedade sob controle político mais acentuado, coincidentemente ou não, o fenômeno se manifestava com maior nitidez.

Com a presença da Petrobrás e uma conjuntura nacional favorável, foram realizadas várias obras em Sergipe. Nesse período foi criada a COHAB – Companhia de Habitação Popular de Sergipe que construiu inicialmente cem casas e em seguida 15.000 unidades habitacionais na capital e no interior, foi criada e foram construídos equipamentos urbanos que fortaleceram a centralidade urbana de Aracaju, dando início a um processo de metropolização da capital. Foi criado o Distrito Industrial de Sergipe, foram construídos o estádio de futebol, o edifício Governo do Estado com 28 andares no centro, Palácio da Justiça, Estação Rodoviária (FRANÇA, 1999).

Novos grupos escolares, colégios, postos de saúde foram construídos; foi implantado o Distrito Industrial e melhorados os serviços de infra-estrutura urbana. A indústria da construção civil, especialmente em Aracaju, foi dinamizada, com a criação de empresas que se tornaram influentes, inclusive fora do estado. A abertura de novos poços de petróleo e a revelação da existência no subsolo sergipano de potássio, salgema, enxofre, carnalita, halita, aquidrita, magnésio, entre outras, motivou a transferência do escritório da Petrobrás de Alagoas para Sergipe e foi construído o terminal petrolífero Tecarmo em Aracaju.

A Universidade Federal de Sergipe – UFS foi criada em 1968, em 1972 a Faculdade Pio X e a Faculdades Integradas Tiradentes. Novos órgãos foram criados EMATER-SE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe, PRODASE – Companhia de Processamentos de Dados de Sergipe ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente, CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial e Recursos Minerais de Sergipe, foram construídas rodovias e em 1971 foi criada a TV – Sergipe, em 1972 a TELERGIPE.

Nesse período houve uma significativa modernização da economia em Sergipe. O campo se mecanizou. As usinas introduziram novas tecnologias. A produção da laranja, limitada ao sul do estado, cresceu consideravelmente, beneficiando pequenos produtores de Boquim, Arauá, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Itabaianinha e Umbaúba. A produção do algodão continuou estagnada, apesar da indústria têxtil se modernizou. A pecuária aumentou seu rebanho e as áreas de pasto artificiais. E o FUNRURAL aposentou os trabalhadores com mais de 60 anos, movimentando com recursos o setor terciário.

Entre 1960 e 1980 houve uma grande migração da população do campo para a cidade num processo de urbanização e metropolização crescentes. Em 1960 os 61,8% da população que vivia no campo caiu para 46, 54%. Em 1980 Sergipe possuía 74 municípios (Figura 06)

Assim, entre os anos de 1965 e 1980, em Sergipe, a rede urbana permaneceu com uma centralidade espacial comercial e de serviços desigual e perversa, com a forte presença do Estado, polarizada pela capital, subordinada ao capital nacional dependente do capital estrangeiro, sustentada pela indústria extrativista mineral, com o domínio da cidade sobre o campo, sem alterar as estruturas agrárias patrimoniais e clientelistas. Aprofundou-se o descompasso espacial com a mecanização do campo e as migrações. Consolidou-se o padrão urbano em desencaixe, desigual e combinado com um forte fundamento moral e religioso evangélico.

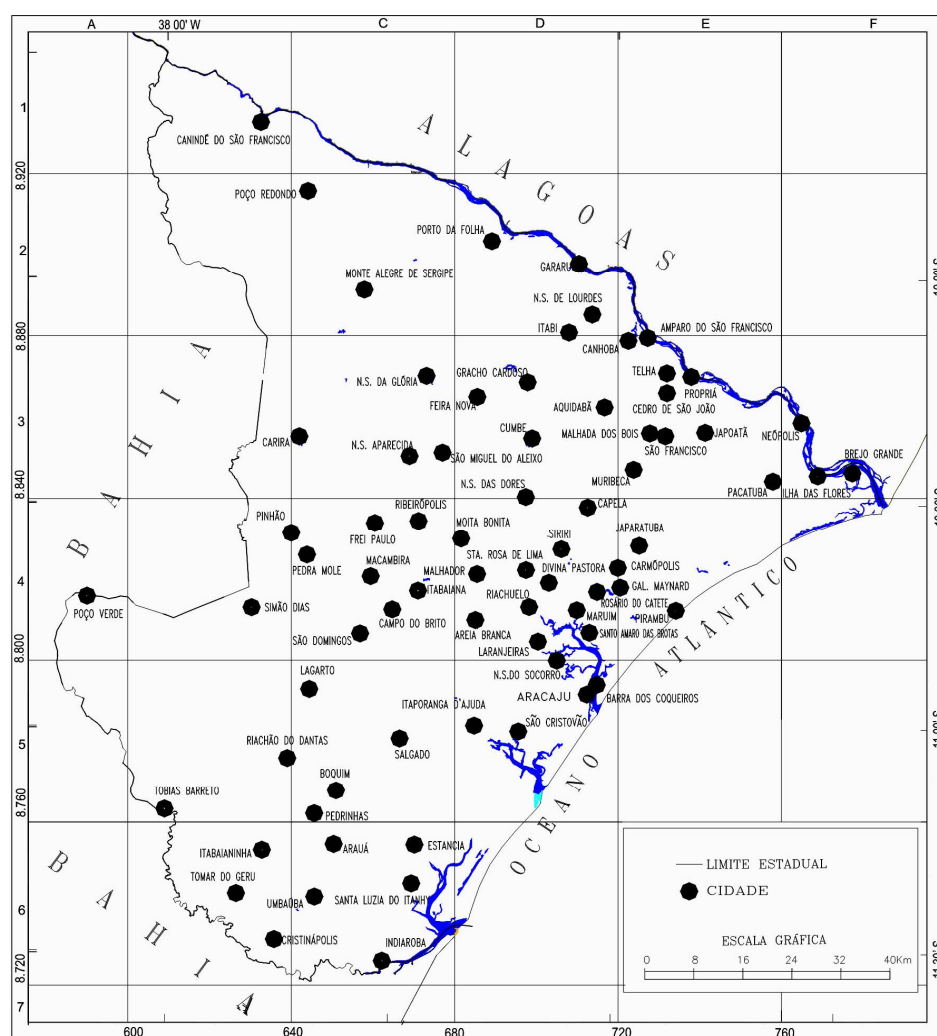


Figura 06: Sergipe Sedes Municipais - 1980

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE (1980).

4.3 A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E A CENTRALIDADE DESIGUAL DA REDE: 1981 – 1990

Na década de 1980, em meio à crise mundial, o processo de crescimento econômico brasileiro foi interrompido e, no lugar da modernização colocou-se o atraso. A fase do Projeto de Integração Nacional, iniciada na década de 1960, dava início a uma nova fase de integração competitiva.

Em 1983, o Brasil se mobilizou em torno do projeto que ficou conhecido como “Diretas Já” que pretendia mudar a forma de eleição. A emenda que previa eleições diretas para presidente foi votada em 1984 sem conseguir ser aprovada, entretanto, o vice-presidente eleito indiretamente pelo colégio eleitoral tomaria posse e daria início a o processo de redemocratização do país.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira que trouxe de volta a liberdade política, estabeleceu os instrumentos democráticos e ampliou a autonomia municipal e o potencial financeiro dos municípios, sem modificar as suas estruturas administrativas. Em 1989 foi eleito o novo presidente da república, com o apoio da maior emissora de televisão do país e dos grupos conservadores. O novo presidente dizia-se representante da modernidade. Sua proposta era a abertura do país à concorrência internacional e a modernização da indústria brasileira. Deposto em 1992, assumiu o seu vice.

Esse período foi marcado pela modernização da sociedade e da economia, com a presença marcante do Estado. O modelo nacional-desenvolvimentista industrializante, dependente do capital estrangeiro, foi levado à exaustão, as desigualdades regionais se consolidaram, a sociedade urbanizou-se, a economia interna nacional foi integrada e dinamizada, perdendo o seu perfil, predominantemente agro-exportador.

Os anos decorridos entre 1980 e 1990, na verdade, ficaram marcados pela crise e pela instabilidade econômica, acompanhada pela crise fiscal e financeira do Estado nacional brasileiro e pelo esgotamento da fase de desconcentração da indústria brasileira. Em 1980 a indústria brasileira, apesar da desconcentração ocorrida entre os anos de 1960 e 1970, tinha um terço concentrado na Região Metropolitana de São Paulo e os dois terços restantes estavam distribuídos por apenas doze centros urbanos (ARAÚJO, 2000, p. 22).

A industrialização brasileira se processou, de forma concentrada, em São Paulo, subordinando as demais regiões a uma forma de relação secundária e subsidiária,

transformando-as em mercado para os produtos da sua indústria. Na verdade, a integração da economia nacional não ocorreu de forma homogênea em todo o país. Aprofundou as diferenças regionais, polarizadas pelas capitais metropolitanas, e concentrou a riqueza no centro-sul do Brasil.

Em geral, a industrialização ocorreu polarizada em uma única região, drenando recursos e mão-de-obra das outras regiões. O resultado da concentração espacial da indústria foi a espacialização da agricultura e o impedimento do desenvolvimento e da integração de acordo com suas potencialidades locais produtivas, criando e aprofundando as desigualdades geopolíticas.

A crise financeira do setor público se aprofundou, os investimentos das décadas anteriores foram paralisados e o país mergulhou no debate e ataque à dívida internacional, transferiu sua poupança para o exterior e conviveu, na segunda metade da década, com as constantes ameaças da hiperinflação.

Desse modo, foram criadas as condições para o rompimento com o projeto anterior de integração nacional e a constituição de um novo projeto de inserção do Brasil na economia mundial financeirizada, a partir de focos econômicos competitivos, submetidos a uma guerra fiscal entre estados e municípios.

4.3.2 A centralidade

Sergipe, no início do ano de 1980 e no período que se seguiu à ditadura militar, até o final da década – já com o modelo nacional desenvolvimentista exaurido –, teve sua economia marcada pelo declínio, que se manteve até o ano de 2000 e pela instabilidade PIB. (Quadro 04)

ANOS	SERGIPE (1)	NORDESTE (1)	BRASIL (2)
	Variação anual (%)	Variação Anual (%) Base 1996 = 100	Variação Anual (%)
1971(3)	19,3	25,4	11,3
1972	10,9	5,9	12,1
1973	21,6	11,3	14,0
1974	0,5	1,6	9,0
1975	8,5	8,5	5,2
1976	9,0	7,0	9,8
1977	13,1	8,9	4,6
1978	6,6	10,5	4,8
1979	10,7	7,2	7,2
1980	3,6	2,9	9,1
1981	3,2	-0,7	-3,1
1982	11,9	10,5	1,1
1983(4)	-2,3	-3,8	-2,92
1984	5,4	8,6	5,39
1985	13	8,0	7,91
1986	17,1	14,5	7,50
1987	-5,5	-1,0	3,61
1888	2,5	1,1	-0,05
1989	6,4	3,2	3,20
1990	-5,6	-5,9	-5,05
1991	-0,5	2,4	1,25
1992	-1,5	-1,5	-0,30
1993	-2,9	-1,8	4,43
1994	4,8	9,7	5,85
1995	3,6	4,4	4,22
1996	4,6	4,1	2,66
1997	6,3	5,8	3,27
1998	0,8	1,5	0,22
1999	5,2	3,3	0,70
2000(5)	3,3	4,3	4,2
2001	3,2	2,3	2,3
2002	2,6	2,4	0,5
2004	4,3	5,8	4,9

Quadro 04 – Produto Interno Bruto, crescimento anual (1971 – 2004).

Fontes:elaboração própria a partir dos dados constantes em: (1) Nordeste e Sergipe: SUDENE- Boletim Conjuntural. (2) Brasil: Conjuntura Econômica, v. 55, nº. 7, julho de 2001. (3) Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil. Nº. 2, Recife, SUDENE, FUNDAJ, 1994, 242 e ABREU, Marcelo Paiva (1982). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana*, 1889/1989. Rio de Janeiro, Campus. In: Dantas (2004), p. 205 e 264 (4) IBGE e Secretaria de Planejamento do estado de Sergipe.

Com o Estado, sem capacidade de competição, dependente dos investimentos públicos, e vivendo um momento de retração dos investimentos da PETROBRAS e de sucessivas secas, o discurso das elites dominantes permaneceu com um conteúdo fortemente clientelista, legitimando o direcionamento dos recursos públicos para o desenvolvimento do capital privado, especialmente na capital e região metropolitana. Foi o período em que se assistiu ao ressurgimento dos movimentos sociais, em especial, os movimentos dos “sem terra” e “sem teto”. (DANTAS, 2004, p. 294)

Nesse sentido, foram realizados investimentos em infra-estrutura na capital, tendo sido ampliada a rede de esgoto de 14 para 140 km, a rede hoteleira dobrou a quantidade de leitos, foram construídas 17.423 mil casas populares, duplicadas as rodovias pavimentadas e ampliada a extensão das adutoras. Foram, ainda, adotadas, no interior, medidas paliativas para a convivência com a seca, e desenvolvidos projetos assistencialistas, como: Campo Verde, Padre Cícero, dentre outros, patrocinados pelo Ministério do Interior.

Assim, entre os anos de 1981 e 1990, em Sergipe, a rede urbana permaneceu com uma centralidade espacial comercial e de serviços, desigual e perversa consolidada, polarizada pela capital, subordinada ao capital nacional vinculado à economia mundial, sustentada pela indústria extrativista mineral com o domínio da cidade sobre o campo.

Nesse período, aprofundou-se o descompasso espacial com a mecanização do campo, com a concentração da terra e com a intensificação das migrações. Cristalizou-se o padrão urbano metropolitano em desencaixe e a fundamentação moral e religiosa da rede urbana de Sergipe.

4.4 A FLEXIBILIDADE COMPETITIVA DESIGUAL DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE: 1991 – 2007

Já no final da década de 1980, Santos (1994) chamava a atenção para as diferenças que estavam em curso na rede urbana brasileira. Para ele, o Brasil estava atravessando uma urbanização diferente do passado, quando a ciência e a tecnologia não eram elementos fundamentais do território. Nesse sentido, nos próximos 20 ou 25 anos, para ele, os territórios com ciência, tecnologia e informação criariam espaços inteligentes numa parte do país, enquanto outras partes permaneceriam opacas¹⁷.

As grandes dicotomias do passado entre um Brasil urbano e rural seriam substituídas por uma dicotomia entre um Brasil urbano e um Brasil agrícola, complementa Santos (1994), esclarecendo que essas transformações ocorreriam numa situação de crescimento da população urbana, na qual a população agrícola, em declínio em todas as regiões brasileiras, estava crescendo mais do que a rural.

¹⁷ O termo opaco, Santos utiliza em uma analogia aos centros urbanos sem iluminação com baixa presença de tecnologias modernas em oposição aos grandes centros urbanos iluminados, detentores de tecnologias de ponta.

Passados 20 anos, semelhante conclusão a que chegou Santos (1994), chegou também Diniz (2000), caracterizando como uma experiência dramática de urbanização e pobreza o processo urbano recente, ligado à industrialização brasileira, no qual evidenciou o crescimento simultâneo da população das regiões econômicas mais dinâmicas e das metrópoles de regiões mais atrasadas. Diniz (2000, p. 27), no final do milênio passado, entre as décadas de 1980 e 1990, registrou “uma rápida queda do crescimento demográfico brasileiro e uma transformação no padrão de urbanização com o maior crescimento das cidades de porte médio”. Com relação ao movimento de industrialização Diniz (2000, p. 34) ainda esclarece:

O processo de desconcentração observado a partir do final da década de 1990 se fez em uma economia fechada, com forte participação dos investimentos estatais direto e dentro do mesmo padrão tecnológico anterior, com grande peso dos bens intermediários e dos insumos básicos. No entanto, as mudanças tecnológicas culturais e políticas recentes apontam no sentido de uma reconcentração na área mais desenvolvida do país, por nós caracterizada como o polígono e seu entorno, definido por Belo Horizonte – Uberlândia – Maringá- Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos, excluída a área metropolitana de São Paulo.

Levando em consideração as tendências da reorganização do território, no mundo inteiro e no Brasil, para Santos (1994), ficava evidente a tendência da urbanização brasileira contemporânea a uma desaceleração do crescimento econômico das grandes metrópoles com relação às suas respectivas regiões e ao país como um todo, enquanto as cidades médias, apresentando uma qualidade de vida melhor, deveriam ser o lugar dos fluxos crescentes das classes médias, persistindo o fluxo de pobres para as cidades maiores.

Por volta dos anos de 1970 assistiu-se no mundo a uma verdadeira revolução tecnológica, aos avanços do liberalismo renomeado de neoliberalismo¹⁸ e a uma crescente integração econômica, política e cultural. A revolução tecnológica repercutiu diretamente nos processos de controle financeiro e da produção, o que possibilitou, de um lado, eliminar os efeitos das distancias, junto aos mercados financeiros e às indústrias, que se tornaram menores e mais leves, permitindo a sua localização, independente da condição geográfica da distribuição da população. De outro, permitiu a flexibilização da programação de máquinas para obter a diversificação da produção, que antes era rigidamente padronizada.

¹⁸ De acordo com Singer (2002, p. 107-108) o “ ‘neoliberalismo’ – ideologia liberal conservadora tornou-se dominante no mundo iniciando nos anos 1979 no Chile de Pinochet, depois na Grã-Bretanha com Thatcher e nos Estados Unidos com Reagan. Nos anos 80 atingiu a Europa e América Latina. Na Ásia chegou ao Japão sendo seguido pelos quatro trígues: Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura e mais recentemente pela Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia.”

A partir dos anos 1980, o neoliberalismo substituiu a política keynesiana do pleno emprego por uma política monetarista, baseada na estabilidade dos preços. Propôs a separação da autoridade monetária do governo; o equilíbrio orçamentário ou *superávit* para a amortização da dívida pública; o controle e corte dos gastos públicos, com a privatização de serviços e empresas públicas; dentre outras medidas, adotadas para o saneamento da economia.

A integração econômica recente, também conhecida como globalização, envolvendo a liberação das trocas internacionais, mediante a redução das barreiras econômicas entre países e a introdução do livre câmbio, levou a um deslocamento das empresas que se tornaram multinacionais, dos interesses nacionais para interesses supranacionais, e a formação de uma tensão entre os fluxos do grande capital globalizado e os fluxos das ações e políticas públicas dos governos nacionais.

Desta forma, a partir de 1973, ocorreu uma aceleração da integração comercial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com a transferência, para empresas multinacionais, da responsabilidade pelo redesenho da divisão internacional do trabalho; e, para os países de baixos salários, a transferência das linhas de produção que necessitavam de mão-de-obra pouco qualificada.

Ocorreu também uma redução drástica nos postos de trabalho na indústria; a unificação global dos mercados de capitais, com a ampliação e flexibilização dos investimentos externos diretos e a centralização de capitais, com a fusão de empresas multinacionais; e, finalmente, ocorreu a concentração de poderes de comando dessas empresas, cujo efeito imediato foi a guerra fiscal entre países, regiões e localidades.

Os efeitos das transformações recentes, na economia mundial, repercutiram diretamente na configuração dos Estados Nacionais e, indiretamente, na centralidade espacial da rede urbana brasileira. Foram os efeitos das mudanças tecnológicas, dos processos de trabalho, do comércio internacional e intranacional e da centralização produtiva em empresas globais (SINGER, 2002).

Para este autor (2002, p. 98) um dos indicadores dessas transformações:

ocorreu em meados dos anos 70, quando o velho liberalismo, fora de moda havia muitas décadas, começou a ganhar popularidade, primeiro entre formadores de opinião e empresários, depois entre as massa, a ponto de transformar-se sob o nome equívoco de neoliberalismo– inspiração ideológica de plataformas eleitorais.

Por outro lado, as mudanças tecnológicas provocaram a queda vertical na ocupação dos escritórios, bancos, seguradoras, entre outros e “a ocupação vem aumentando nas atividades que têm a pessoa humana como objeto de trabalho, como assistência a saúde, educação escolar, assistência social, policiamento etc. É que nessas ocupações a Terceira Revolução Industrial não logrou aumentar a produtividade.” (SINGER, 2002, p. 101)

Compreendendo a globalização atual como o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2000, p. 23)”, este autor ainda discute o papel da ideologia na sua produção, disseminação, reprodução e manutenção. Para ele a globalização “é perversa fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comanda pelas empresas (SANTOS, 2000, p. 15).”

Para Santos (2000, p. 17), o movimento de globalização é confuso e confusamente percebido no qual se destacam o extraordinário progresso das técnicas e das ciências, cuja materialidade revela a “torre de babel” em que se vive. Para a superação da compreensão enganosa desse momento é necessário desvelar a realidade do mundo globalizado em uma tríade ideológica, fantasiosa e potencial, concebida, portanto, tal como nos fazem crer, concebida como fábula e concebida como uma outra globalização.

Nessa perspectiva, Santos (2000) destaca que a ideologia que legitima o movimento de globalização também contribui para considerá-la como o caminho único de salvação, porque incorpora a visão de crise e aponta os remédios. O problema central, para ele, é o de retomar o curso da história recolocando o homem no seu lugar central: “A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação.” (2000, p. 142)

Assim, a globalização flexibilizou o projeto de unidade nacional, deslocando o foco ideológico do desenvolvimento regional para o desenvolvimento “sustentável” centrado na competitividade local. A salvação nacional, que legitimou as políticas públicas a partir de meados dos anos de 1950, recebeu uma nova fundamentação.

4.4.1 O desencaixe

Ao perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, na qual as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes, Giddens

(1991) captura, na atualidade, uma descontinuidade no “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (p. 11). Para ele, essa descontinuidade é uma nova forma de desencaixe social.

Desencaixe, segundo Giddens (1991), refere-se a um fenômeno geográfico, intimamente ligado aos fatores envolvidos com a separação entre tempo e espaço. Trata-se da separação mediada pela naturalização da economia monetária e do mundo técnico moderno, que ocorreu na modernidade em função da criação e difusão do relógio, no final do século XVIII. Essa nova forma mecânica de calcular o tempo desvinculou o espaço do lugar.

Nas sociedades pré-modernas, o tempo, que se constituía a base da vida cotidiana, estava conectado com o lugar onde se desenvolviam as relações sociais. Havia, com certeza, uma relação orgânica entre o tempo e o ambiente, comandado pela relação biológica humana direta com aspectos do clima.

A separação entre tempo e lugar permitiu a uniformidade na organização social, padronizou o trabalho e universalizou a reprodução da vida numa escala mundial, apoiada em um imaginário coletivo de fé, que transformou em senso comum a monetarização da economia e o progresso que se estabeleceram e se disseminaram no mundo, como formas dominantes, universais e absolutas de reprodução da vida social.

Nesse sentido, na sociedade moderna formaram-se imaginários coletivos de fé que ancoraram, sem questionamentos, o cotidiano da vida social comandado por um tempo vazio universal cronometrado. Em Sergipe, assim como no restante do Nordeste brasileiro, esses imaginários foram naturalizados, inicialmente pela religião católica romana e, em seguida, pelos pentecostais, expressando-se nas figuras heróicas e messiânicas de Lampião, Frei Damião, Padre Cícero e Antonio Conselheiro (DANTAS, 2004, p. 35, 44, 80).

A quantificação cronométrica do tempo em horas – possibilitada pela invenção do relógio – e a universalização de jornadas e turnos de trabalho, permitiu o controle das atividades sociais de forma independente da localização do ambiente onde se desenvolviam, o que significa que a organização do local ficava submetida, simultaneamente, às determinações do ambiente imediato e às determinações imperceptíveis fora do ambiente local.

A separação entre espaço e tempo, portanto, criou as bases para o controle do espaço independente da localidade, concomitantemente com a recombinação das relações sociais geograficamente localizadas. Para Giddens (1991, p. 29) esse movimento de desencaixe,

compreendido como o “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”, está se tornando mais radicalizado e universalizado do que antes.

A revolução tecnológica e científica em curso, além de transformações econômicas profundas, tem criado as condições para uma integração fragmentada dos espaços mundiais produtivos, a partir de redes urbanas conectadas de forma desigual e combinada. O desencaixe, apoiado na informática e na telemática, cria a possibilidade em uma escala mundial de domínio dos espaços locais dissociados da realidade cotidiana do lugar.

Assim se estabelecem redes de drenagem da riqueza, produzida na direção daqueles que detêm o domínio das tecnologias de informação, e controle, independente das condições locais de reprodução social. Dessa forma, consolida-se um espaço mundial seletivo no qual redes urbanas são conectadas de forma privilegiada, outras são conectadas de forma desigual e combinada e ainda, outras, são simplesmente desconectadas da rede privilegiada de produção da riqueza social. “As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas.” (GIDDENS, 1991, p. 28)

4.4.2 O Estado, as políticas públicas e a nova ordem mundial

O arranjo das cidades em redes, sem dúvida, é um acontecimento que acompanha a própria formação das cidades. No entanto, a organização de cidades, em um espaço urbano complexo, é um fenômeno mais recente, ligado à economia industrial, que teve início na Europa a partir da segunda metade do século XVII e que, na atualidade, ganha uma dimensão diferente, especialmente nesse novo momento da economia internacional.

A expansão das trocas, da economia monetária e do mundo da mercadoria criou uma nova realidade urbana, constituída a partir de cidades reunidas em redes. Uma mudança radical foi provocada na sociedade e nos antigos arranjos urbanos. Com essa realidade surge um movimento conflitante e contraditório, comandado pela oposição entre os fixos e fluxos do capital e os fixos e os fluxos de reprodução da vida social. É um movimento que não existia nas cidades da antiguidade clássica nem nas cidades medievais da Europa.

Um novo espaço urbano se apresenta, com configuração territorial e representação social diferentes. A presença do Estado, juntamente com a consolidação de um espaço urbano

diverso, impuseram-se para a manutenção e desenvolvimento dessa nova realidade, dirigida pela ordem monetária capitalista industrial. Segundo Martins (2001, p. 31):

Trata-se do Estado que opera globalmente como pressuposto geral e necessário da acumulação capitalista, sobretudo através do fundo público, conformando um novo padrão de acumulação do capital no qual aquele é parte constitutiva, uma vez que por ele passa antecipadamente a formação da taxa de lucros de vasta parcela dos capitais atuantes nos setores de corte oligopólio, assim como parte significativa da reprodução da força de trabalho, através da universalização de bens sociais públicos (em verdade salário indireto, ou capital variável), notadamente nos países ditos centrais e no pós-2ª Guerra Mundial, quando neles tal padrão se disseminou como desdobramento, é bom salientar, da luta de classes.

Keynes, na década de 1930, diferente dos economistas neoclássicos e marginalistas, propõe, para o restabelecimento do ciclo e do equilíbrio econômico, a presença forte do Estado nas funções alocativa, distributiva e estabilizadora do setor público, no sentido de assegurar os mecanismos de mercado na competição econômica, a redistribuição consensual da renda e de exercer políticas estabilizadoras, visando assegurar níveis definidos de emprego, balança de pagamentos etc. (MELO, 1982).

No entanto, a realidade não se apresenta de forma coerente. Em seu movimento prevalecem as contradições. A presença do Estado torna-se determinante para a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico compatível com o padrão de acumulação da riqueza social, inspirado pela teoria Keynesiana.

Harvey (2006), em sua obra *A produção capitalista do espaço*, reúne textos produzidos entre 1975 e 2001, dedicados a discutir o Estado capitalista, a acumulação do capital e a urbanização. O autor, embasado no pensamento da teoria social de Marx (1818-1883), expõe fundamentos teóricos e conceituais para o entendimento do papel do Estado nas sociedades capitalistas e destaca que, “atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado” (p. 79).

Nesse sentido, para a formação e organização do espaço da rede urbana, reúnem-se em um processo paradoxal, o Estado, as políticas públicas, a rede do capital – lugar privilegiado da acumulação industrial e, a rede do trabalho – lugar de sobrevivência e reprodução da vida humana. Trata-se de um processo inacabado e contraditório que se desdobra com as relações de poder, nas estratégias econômicas e políticas de manutenção do conjunto social.

É um processo constituído por uma ordem hegemônica, que se expande de forma ampliada com a contribuição do Estado, por meio, principalmente, das políticas públicas.

Martins (2001, p. 18) destaca como Marx, fundador do materialismo histórico, explica a ampliação das contradições entre a acumulação do capital e a reprodução social:

Marx demonstra, como ao longo de um vasto processo histórico, o capital como relação social de produção que é, abriga-se no seio das relações de troca e procura tornar-se hegemônico subvertendo as condições sociais – objetivas e subjetivas – para a produção da riqueza que encontra ao subjugar o seu desenvolvimento em favor do processo de sua própria valorização. Unilateraliza a troca em seu favor ao confiná-la à troca de mercadorias; estreita as noções de riqueza e acumulação ao fazer com que suas definições passem pela mediação do dinheiro; desaperta uma nova alma social no corpo das coisas e quando faz os meios de produção e de subsistência adquirirem o estatuto de capital perante o produtor direto; subverte, enfim, o próprio processo real de trabalho ao sobrepor-lhe o processo de valorização das coisas às custas da valorização do homem, que vê sua ação limitar-se, assim, à expansão do mundo da riqueza, como capital, como um mundo alheio e estranho que cada vez mais o domina e o arrasta para o seu empobrecimento.

As contradições na e da rede urbana têm como centro a questão da acumulação de capital e a reprodução social. São contradições espaciais. Manifestam-se de uma forma mais expressiva com a captura do espaço pelo mundo da mercadoria. Os conflitos entre os fixos e os fluxos da rede se revelam com a reprodução ampliada do capital, cuja dinâmica se apóia no decréscimo dos níveis de sobrevivência. A esse respeito acrescenta e esclarece Martins (2001, p. 29):

[...] a produção ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra. Trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda, pois isso acompanha a imposição de atividades diversas e parcelares pela sociedade burguesa, mas sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam a impulsionar a acumulação de capital, e, portanto, tende a dominar a prática social. O que amplia o campo de tensões e conflitos, pois o que se encontra em questão é assegurar a produção e a reprodutibilidade das relações sociais de produção fundamentais do e essenciais ao capitalismo através da produção do espaço.

Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, aborda as contradições do fenômeno urbano de forma decisiva em sua obra. Para ele, tais contradições se vinculam ao descompasso que se aprofunda com a urbanização que nasce junto à economia capitalista industrial. Descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e das necessidades do homem. As forças produtivas se desenvolvem além do real e do imediato, dissociadas das necessidades reais do homem. “Nesse desencontro, entre o real e o possível, uma nova pobreza [emerge], completamente diversa daqueles tempos [de Marx] que se definiam por carências materiais imediatas, mais do que outras carências.” (MARTINS, 1996, p. 15).

As cidades, na economia capitalista industrial, reunidas em rede, conseqüentemente, se transformam na essência do próprio processo de urbanização e reprodução do capital. As contradições entre capital e trabalho se desdobram. O Estado, as políticas públicas,

desempenham papel de primeira grandeza nesse encurralamento promovido pelas contradições. Elas operam mudanças e rupturas na unidade que movimenta as redes urbanas, criando um descompasso entre a rede do capital, que localiza as oportunidades de trabalho, e a rede do trabalho, que se forma como estratégia de sobrevivência e reprodução da vida social.

Lefebvre (2001) compreende descontinuidade como um processo espacial complexo, que se desenvolve entre o espaço urbano como possibilidade: representação social (discurso) e o espaço urbano enquanto realização (relação social inserida no ambiente geográfico). Esse processo paradoxal é desencadeado por dois aspectos que se opõem e complementam ao mesmo tempo. Explica Lefebvre (2001, p. 9): “os dois aspectos desse processo, inseparáveis têm uma unidade, e, no entanto, é conflitante [...] Este processo dialético, longe de estar elucidado, está, também, longe de ser terminado.”.

Por outro lado, Corrêa (2000, p. 122) ressalta que os movimentos de mudanças da rede urbana são realçados nos momentos de ruptura social, acompanhados, entre outros aspectos, por transformações tecnológicas que levam a alteração da sua configuração espacial:

A análise das redes urbanas numa perspectiva diacrônica envolvendo particularmente aqueles momentos privilegiados pela história que são os momentos de ruptura social, expressos entre outros aspectos, pelas transformações tecnológicas, evidenciou também o movimento de transformação da rede urbana que possibilitou a passagem de um padrão particular de combinação de densidade, tamanho e funções para outro padrão.

Portanto, a industrialização que caracteriza a sociedade moderna é o ponto de partida de um movimento múltiplo e paradoxalmente contraditório envolvendo a cidade, o Estado e as políticas públicas. Atualmente, esse movimento ganha novos impulsos tendo como marco a revolução tecnológica em curso, a financeirização em escala mundial, a flexibilização da produção econômica e a globalização do consumo (BENKO, 2002).

A nova ordem monetária, criada em escala global, convive com novas formas de produção, acumulação e distribuição social da riqueza material. É um momento diferente da economia política quando se organiza de um modo privilegiado um espaço econômico, ainda pouco conhecido, baseado em mecanismos essencialmente financeiros.

Alteram-se as relações de poder que promovem e garantem as condições necessárias à reprodução ampliada do capital e da vida social, que configuram a rede urbana. Modifica-se o caráter das políticas públicas realizadas pelo Estado Moderno. Muda o papel do Estado keynesiano regulador e intervencionista (SOUZA, 2000, p. 28-32).

Esse espaço econômico, ao alterar as formas de produção da riqueza, estabelece a base para a formação e organização de um novo espaço urbano. O resultado desse movimento tem sido, quase sempre, as descontinuidades urbanas, com repercussões diretas no ambiente de configuração espacial e de representação social do arranjo de cidades em rede.

Resistências ligadas à ordem industrial se formam em oposição à nova ordem, mundializada. Evidencia-se, em toda a parte, entre as descontinuidades urbanas, um descompasso nas redes de cidades. É um descompasso espacial múltiplo e paradoxalmente contraditório, como definiu Lefebvre. Assiste-se, então, a um duplo movimento com a cristalização das redes de cidades comandada pela economia industrial, simultaneamente, à constituição de uma nova rede, comandada pela economia mundializada.

Aprofunda-se a oposição entre os fixos e fluxos do capital e do trabalho que modelam e organizam as cidades em rede. Esse descompasso altera os rumos das redes e das cidades com o deslocamento das velhas e a formação de novas centralidades urbanas, simultaneamente com a modificação da Geografia das oportunidades de trabalho e a cristalização das antigas estratégias de reprodução da vida social.

A configuração metropolitana da velha rede de cidades, *lócus* privilegiado da economia industrial capitalista, fruto das políticas públicas e da Geografia das oportunidades de trabalho, fortemente centralizada e regionalizada, apoiada em um sistema de circulação e de transportes, convive com uma nova ordem urbana.

Um novo paradigma de cidades consolida-se, com uma tendência à criação de novas centralidades e o fortalecimento de antigas, em detrimento de outras centralidades e regiões urbanas. O antigo arranjo de cidades dá lugar a uma configuração espacial diferente, unidade do novo modelo econômico de acumulação e reprodução do capital em escala mundial. A nova configuração espacial das redes de cidades consolida-se em um espaço urbano complexo, diferenciado e específico para cada nova malha de cidades que se forma com a economia mundializada.

Assim, modifica-se o território intra-urbano, produz-se uma divisão social do trabalho diferente, alteram-se as relações entre a cidade e o campo, criam-se novas hierarquias urbanas e organizam-se novas regiões. Desdobram-se os mecanismos de segregação sócio-espacial; de exclusão social; de formação de espaços híbridos entre a cidade e o campo; e os processos de polarização e desterritorialização.

O esgotamento das estratégias de intervenção estatal, agravado pela crise do sistema mundial – desencadeada a partir de meados da década de 1970 –, abalaram os pilares econômicos que mantiveram estáveis, durante décadas, modelos de desenvolvimento baseados no estado do bem estar social que nem sempre atenderam ao espírito Keynesiano de superação da crise do capital

Sem dúvida, as transformações recentes na economia mundial, mais uma vez, modificam o arranjo de cidades. A ordem econômica, emergente, cria novas contradições, modifica o espaço urbano organizado em redes e altera a participação do Estado na reprodução ampliada do capital mundializado.

Nesse sentido, multiplicam-se os esforços em busca de uma terceira via teórica, capaz de oferecer os meios necessários para a compreensão da realidade que se apresenta, como alternativa às limitações do pensamento Moderno na Geografia.

4.4.3 A centralidade

O início da década de 1990 foi marcado pela abertura do mercado interno às importações e pela instalação do neoliberalismo no governo brasileiro. Em 1993, com a derrubada da inflação, teve início o período de estabilização econômica, possibilitando o alinhamento com a economia mundial neoliberal e a abertura do Brasil ao capital mundial. Em 2000 Sergipe já possuía os atuais 75 municípios (Figura 07).

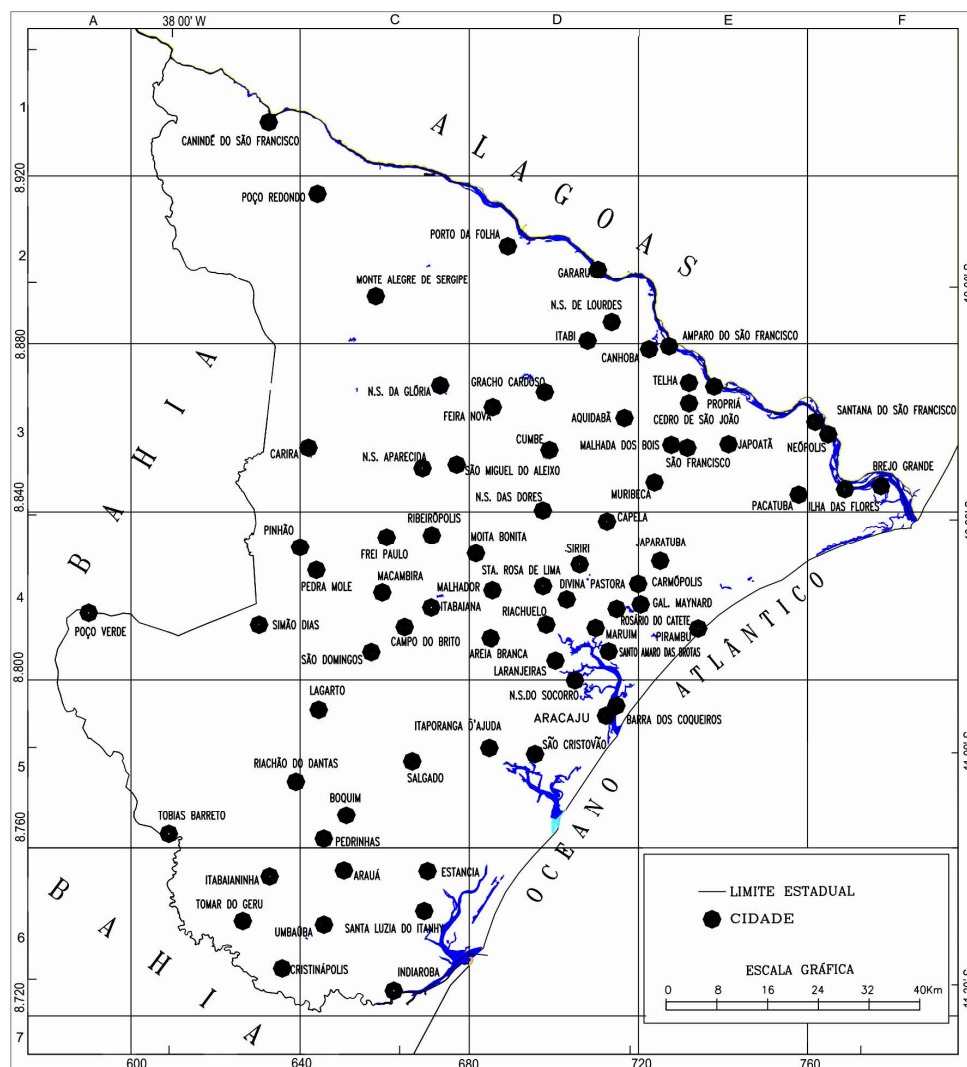


Figura 07: Sergipe Sedes Municipais - 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE (2000)

Nesse sentido, com uma coalizão das elites econômicas nacionais foram produzidas emendas à “Constituição, eliminando a distinção entre capital brasileiro e capital de não residentes e diversos monopólios públicos” (SINGER, 2001, p.117). Retomaram-se as privatizações iniciadas no início da década de 1990.

Em Sergipe a primeira metade década de 1990, apesar da crise financeira e das reformas neoliberalizantes, das fracassadas tentativas de combate à inflação, permanecia o discurso desenvolvimentista clientelista. As fracassadas tentativas de desenvolvimento do turismo continuaram. O aeroporto foi ampliado e modernizado, foi construído o centro de convenções, foram implantados passeios turísticos fluviais, com aquisição de embarcações náuticas, e realizados projetos de desfavelamento. Foram construídas, aproximadamente, 26.000 casas populares.

Na área rural foram implementados os projetos de agricultura irrigada, voltados para agroindústria e agricultura de exportação, a eletrificação rural foi expandida e construídas estações rodoviárias em praticamente todas as sedes municipais. O Pólo Cloroquímico, apesar de ter sido considerado inviável, foi simbolicamente inaugurado. A conjuntura econômica adversa inviabilizaria a implantação desse projeto e o da criação da Zona de Processamento para Exportações – ZPE.

Na segunda metade de 1990 teve início a estabilização da economia nacional. Os esforços para a dinamização do turismo tiveram continuidade com investimentos na capital. As condições sanitárias da praia de Atalaia foram melhoradas; a Rodovia dos Naufragos, localizada na zona sul da cidade, foi duplicada; um novo mercado foi construído e restaurado o antigo; e, novas adutoras foram construídas.

Em razão do Movimento dos Sem Terra e das adversidades climáticas, foram implantados projetos assistencialistas como o Chapéu de Couro, Sertanejo, Nordeste e, em Canindé do São Francisco, sertão de sergipano, o projeto de irrigação Jacaré - Curitiba, envolvendo uma área de aproximadamente 3.200 hectares. Foram construídas casas, distribuídas por todos os municípios, bem como energia elétrica, e várias barragens foram construídas. O Porto de Sergipe, com investimentos da PETROBRAS, foi concluído em 1995.

Em 1997, a Energipe foi privatizada. A Nitrofertil se transformou em FAFEN e a Petromisa passou a fazer parte da Companhia Vale do Rio Doce. A diminuição dos investimentos públicos foi acompanhada pela ampliação dos investimentos da PETROBRAS no estado:

O nível de investimento pelo poder público diminuiu consideravelmente em relação ao período anterior [1962 – 1982]. Entretanto, a *Petrobrás* continuou como principal empresa de investimento no Estado. Além dos gastos com a planta da FAFEN e na construção da Mina de Potássio, empreendimentos que provinham do final dos anos setenta, aplicou nas obras de do porto de Sergipe 130 milhões de dólares. Somente no ano de 2.000 pagou R\$ 68,4 milhões em salários e R\$ 9 milhões em ICMS. De royalties, naquele ano entregou R\$ 29 milhões ao Estado e R\$ 21 milhões aos municípios. Com duas unidades de processamento de gás, vinte uma estações de tratamento de óleo, vinte e seis plataformas de produção no mar e sete sondas de perfuração, criando milhares de empregos diretos e indiretos ocupava um porte inigualável no Estado (DANTAS, 2004, p. 261).

Nesse período, a indústria da construção se consolidou, a produção de gás, apesar do declínio, no final de 1980, a partir de 2000 voltou a crescer. A produção de amônia, uréia, cloreto de potássio, açúcar, cimento permaneceu crescendo e a produção de tecidos, calçados e móveis, dirigida ao mercado interno, continuou presente na economia do estado. Aracaju

continuou ampliando a sua polarização em nível estadual. Foram construídos dois grandes *Shoppings Centers* e ampliaram-se as redes de supermercados G. Barbosa e Bom Preço.

No interior, destacam-se as sedes de Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Lagarto. As usinas, que no passado dominaram a economia sergipana, no final de 2000, só uma permanecia em atividade, localizada no município de Laranjeiras.

A inserção do Brasil na nova economia globalizada repercutiu em Sergipe, levando à modernização dos serviços de telecomunicações, em especial a telefonia celular, que se tornou acessível a toda a população; disponibilizando no mercado tecnologias de ponta, franqueado-a ao setor terciário e secundário da economia e para uma parte significativa da população; e, finalmente, realocando em Salvador as sedes de alguns órgãos de empresas estatais, que antes mantinham sede em Aracaju: Superintendência do Patrimônio da União – SPU, Almoxarifado da PETROBRAS; Sese, do Banco do Brasil; Superintendência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Assim, entre 1991 e 2008, em Sergipe, vem se consolidando uma rede urbana com uma nova centralidade espacial flexível competitiva desigual, com base no comércio e nos serviços. É uma centralidade desigual e perversa, polarizada pela capital metropolitana, subordinada ao capital nacional vinculado à economia mundial globalizada, sustentada pela indústria extrativista mineral, com o domínio político da cidade sobre o campo. Um novo descompasso espacial, provocado pelas transformações econômicas mundiais flexibilizou as conexões locais, criando um padrão de desencaixe e reencaixe excludente da rede urbana sergipana.

4.5 O DESCOMPASSO E DRENAGEM RECENTE DA CENTRALIDADE ESPACIAL DA REDE URBANA

O movimento secular de formação da rede urbana sergipana ocorreu junto à tensão entre a ordem geográfica local, que se configurou no Brasil colonial, e a ordem mundial. Essa tensão teve início com a expansão marítima mercantil, comandada pela Europa ocidental, no século XV, e permaneceu até hoje, de forma sempre renovada.

O resultado dessa tensão foi e continua sendo a drenagem da riqueza produzida, facilitada pela centralidade espacial da rede urbana consolidada, formada por localidades centrais frágeis conectadas aos setores produtivos privilegiados, em sua grande maioria, de forma desigual e combinada.

Sergipe é o menor Estado da federação brasileira, com uma área total de 21.994 km². Essa área corresponde a 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. Atualmente possui 75 municípios, interligados por uma estruturada malha rodoviária, que facilita o acesso a todas as sedes municipais e, principalmente, a comunicação destas últimas com a capital.

A distância que separa o município mais afastado da capital é de 124 km e, a maior distância em linha reta que separa Aracaju dos restantes dos municípios é de 213 km, contados da capital, localizada no litoral, à sede do município de Canindé do São Francisco, localizado no extremo norte do Estado, na foz do rio Xingó, na confluência com o rio São Francisco.

Em 1698, obedecendo às Ordenações Régias, a Capitania de Sergipe d'El Rei possuía a capital São Cristóvão e seis vilas; em 1820 possuía a capital, com a categoria de cidade, oito vilas e treze povoações; em 1889, antes da Proclamação da República, que transformou as vilas em cidades, a Província de Sergipe possuía a capital, que havia sido transferida de São Cristóvão para Aracaju, nove cidades, que haviam sido elevadas entre vilas e povoados e 23 povoações (FONTES; ANDRADE, 1992); em 1940 possuía 41 municípios; em 1960 possuía 62 municípios; em 1980 possuía 74; e, 1992, 75 municípios, e assim permanece até hoje (Figura 08).

O quadro das dez maiores cidades de Sergipe revela o movimento de centralidade urbana, do ponto de vista da concentração da população, expressando a hierarquia desses núcleos urbanos.

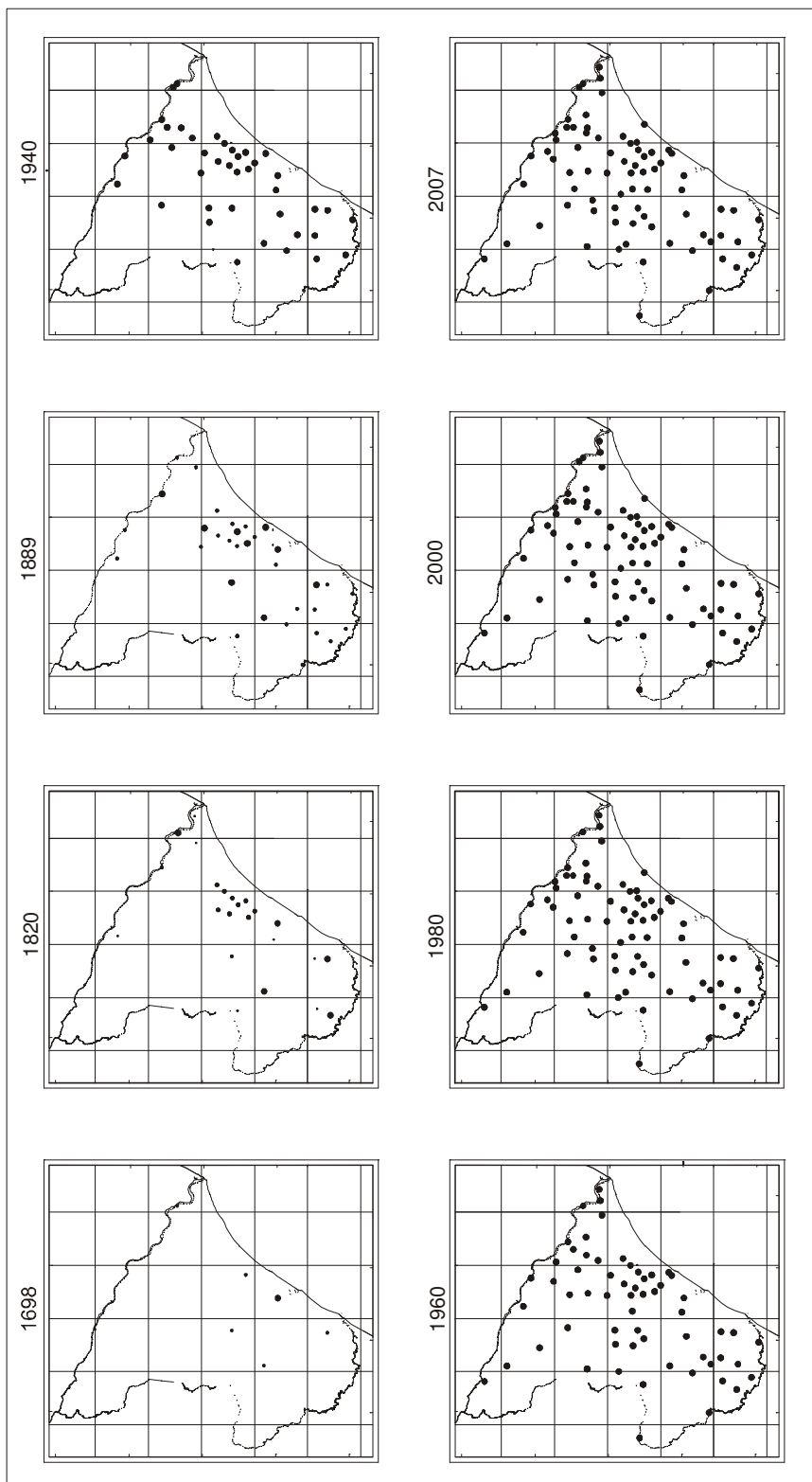


Figura 08: Formação e Movimento da Rede Urbana de Sergipe 1698 – 2007.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Santos e Andrade, eng. Cart. José Câmara Caldas Lins. IBGE (1940, 1960, 1980, 2000, 2007)

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
1. Aracaju	1. Aracaju	1. Aracaju	1. Aracaju	1. Aracaju	1. Aracaju	1. Aracaju
2. Estância	2. Estância	2. Estância	2. Estância	2. Estância	4. Estância	5. Estância
3. Propriá	3. Propriá	3. Propriá	3. Propriá	5. Propriá	6. Propriá	8. Propriá
4. Neópolis	5. Neópolis	6. Neópolis	7. Neópolis		10. Neópolis	
5. Maruim	7. Maruim	10. Maruim				
6. Capela	8. Capela	8. Capela	8. Capela	8. Capela	9. Capela	
7. Itabaiana	6. Itabaiana	4. Itabaiana	4. Itabaiana	3. Itabaiana	4. Itabaiana	4. Itabaiana
8. S. Cristóvão	4. S. Cristóvão	5. S. Cristóvão	6. S. Cristóvão	7. S. Cristóvão	3. S. Cristóvão	3. S. Cristóvão
9. Cedro de São João						
10. Laranjeiras					8. Laranjeiras	9. Laranjeiras
	9. Lagarto	7. Lagarto	5. Lagarto	4. Lagarto	5. Lagarto	6. Lagarto
	10. Simão Dias	9. Simão Dias	10. Simão Dias	10. Simão Dias		
			9. Tobias Barreto	6. Tobias Barreto	7. Tobias Barreto	7. Tobias Barreto
				9. Boquim		
					2. N. S. do Socorro	2. N. S. do Socorro
						10. N. S. da Glória

Quadro 05 – As dez maiores cidades de Sergipe em população (1940-2007)

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Aracaju manteve a primazia comercial sobre o estado, contando, em 1940, com 446 estabelecimentos comerciais e uma população de 879 pessoas ocupadas, ficando bastante distanciada de Itabaiana, segunda colocada, com 105 estabelecimentos e 108 pessoas ocupadas. Em 1960, Aracaju passou para 1.094 estabelecimentos comerciais, com uma população ocupada de 2.487 pessoas, distanciando-se de Nossa Senhora das Dores, segunda colocada, com 617 estabelecimentos e 715 pessoas ocupadas (Apêndices A, C e I).

Em 1980, a capital do estado, passou para 3.080 estabelecimentos comerciais, com uma população ocupada de 10.379 pessoas, ficando bastante distanciada de Lagarto, segunda colocada, com 966 estabelecimentos e 1.914 pessoas ocupadas. Em 2000, Aracaju atingiu 11.908 estabelecimentos comerciais e uma população ocupada de 142.567 pessoas, consolidando a sua primazia, distanciando-se de Itabaiana, segunda colocada com 1.224 estabelecimentos e 5.420 pessoas ocupadas¹⁹. (Apêndices E, G e I)

¹⁹ A esse respeito ver os artigos de Teles (2006) “A primazia urbana de Aracaju (1940-1970)”;

Vilar (2006) “Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju”.

A integração do estado de Sergipe se deu de forma subalterna à rede urbana nacional como mercado consumidor e reserva de mão-de-obra barata. Essa integração consolidou o descompasso entre a centralidade histórica da rede municipal, que concentra tanto na sede como na área rural um contingente populacional que não consegue ser absorvido pela economia do Estado, ao mesmo tempo em que promove a drenagem e o reencaixe desigual e combinado da rede.

Ao que tudo indica, contribuíram de forma combinada e decisiva para o fortalecimento da configuração da rede urbana estadual sergipana, dessa forma, facilitando a drenagem da riqueza produzida pelo Estado em direção ao Sudeste do país, através da capital: a integração econômica desigual do país, a formação do mercado interno nacional unificado, a criação de uma malha viária interligando as capitais dos estados brasileiros, juntamente com a pequena dimensão de Sergipe e a forte e crescente polarização de Aracaju, sob o comando e domínio das elites econômicas do Estado, fundamentado pela ideologia da submissão.

A distribuição da População Economicamente Ativa - PEA por ramos de atividades, relacionada à centralidade espacial da rede, permitiu verificar a configuração da rede em função da drenagem da riqueza social produzida junto ao movimento de encaixe econômico desse segmento da população, explicando o comportamento do espaço urbano regional brasileiro desigual.

Em 1940 a população total de Sergipe era de 542.326 habitantes. A População Economicamente Ativa – PEA do Estado correspondia a 62,3% da população total. Desse percentual, 39,8% estavam ocupados na agropecuária; 7,3% na indústria; 2,1% no comércio; 49,9% nos serviços; e, 0,8% não possuíam ocupação no mercado formal. Dos 49,9% da PEA ocupada nos serviços, 1,0% faziam parte da administração pública; 99,0% faziam parte de outros serviços (Apêndices A e B).

Nesse momento, no Brasil, em torno de 70% da população residiam no campo. A baixa ocupação relativa da PEA sergipana na agropecuária, quando comparada com a ocupação da PEA em setores de comércio e de serviços eminentemente urbanos, revela o quadro rural que dominava o espaço da rede urbana no estado. Era um espaço sustentado por uma economia fundada em relações de trabalho não capitalistas, utilizando mão-de-obra recrutada sob a forma de moradores ou colonos (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 49), favorecendo de um lado as relações clientelistas e de outro as formas não monetárias de remuneração do trabalho.

O encaixe da rede urbana de Sergipe na rede urbana nacional, nessa ocasião, ocorreu de forma desigual e complementar. A centralidade espacial da rede sergipana, apoiada no setor comercial e de serviços se estabeleceu submissa ao campo, acompanhada pelo declínio da economia local. Foi uma centralidade fragmentada que possibilitou a drenagem da riqueza que se fazia através da ligação direta dos centros produtores aos portos fluviais locais, que também eram centros administrativos, comerciais e culturais, ligados a Salvador e Recife, de onde escoava a produção para o exterior.

Em 1960 a população total de Sergipe era de 751.778 habitantes; População Economicamente Ativa – PEA do Estado correspondia a 34,4% da população total. Desse percentual, 68,9% estavam ocupados na agropecuária; 8,4% na indústria; 6,3% no comércio; e, 22,8% nos serviços²⁰ (Apêndices C e D).

A partir de 1960 as relações capitalistas e a modernização foram se intensificando no campo. Pouco a pouco os moradores e colonos foram sendo substituídos por trabalhadores assalariados. Em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que de certa forma adiou definitivamente a votação do Estatuto da Terra no Congresso Nacional e a implementação de uma reforma agrária no Brasil (PALMEIRA, 2001, p. 61).

Em 1960 a rede urbana de Sergipe se apresentava bastante frágil, em função da decadência das atividades portuárias, localizadas na capital. Em 1965, Roberto Lobato Corrêa, no artigo “Contribuição ao Estudo da Área de Influência de Aracaju”, identificou como centros de serviços, abaixo da capital, as sedes municipais: Estância, Itabaiana, Lagarto, Propriá, reconhecidos como centros regionais. Nesse trabalho, Corrêa chamou a atenção para a decadência da função portuária de Aracaju.

O estudo sobre a “A Zona de Influência de Aracaju”, de Alexandre Filizola Diniz, em 1966 e o estudo de Aluísio Capideville Duarte, realizado para a SUDENE, no final de 1960²¹, confirmaram o trabalho de Corrêa, reconhecendo a posição de Aracaju, de centro da rede urbana de Sergipe, concentrando as funções administrativas, comerciais e de serviço, perdendo posição para a atividade portuária.

²⁰ O Censo do IBGE de 1960 não coletou informações detalhadas sobre a distribuição da ocupação do setor de serviços.

²¹ A partir de meados da década de 60, vários trabalhos foram publicados pela “Série Brasil, SUDENE, Estudos Regionais” quando a rede urbana do Estado de Sergipe começou a ser estudada de forma sistemática.

Em 1977, de acordo com a publicação “Brasil – Geografia: Região Nordeste” v.1, do IBGE, a rede urbana do estado de Sergipe fazia parte da área de influência da rede urbana baiana, polarizada por Salvador. A rede sergipana, polarizada pela capital, Aracaju, foi classificada como Centro Regional, com uma posição consolidada de atuação em todo o Estado estendendo-se ao espaço subordinado a Paulo Afonso.

A rede urbana do Estado, nesse momento, estava organizada a partir de Aracaju – capital regional; Estância, Propriá, Itabaiana e Lagarto, centros sub regionais e da Barra dos Coqueiros, pequeno centro urbano. Segundo esse estudo, a polarização de Aracaju se dava em razão de sua posição político-administrativa, fortalecida pela descoberta de petróleo na plataforma fronteira a Carmópolis (Figura 09).

O petróleo vinha desempenhando um papel que a lavoura canavieira e a função portuária haviam representado para a consolidação de Aracaju como uma forte praça comercial. Com a desintegração desses dois setores as relações entre a capital e a região se desarticularam, prevalecendo as relações político-administrativas e de serviços.

Ainda de acordo com esse estudo, do IBGE, do ponto de vista da integração nacional a rede urbana de Sergipe, de acordo com os dados dos fluxos de passageiros por via aérea, de 1973, ocupava uma posição secundária em relação ao Nordeste e ao Brasil, como indica as fluxos de passageiros por vias aéreas (Figura 10). Com um movimento de passageiros bastante baixo em reação a Recife e Salvador, inferior ao fluxo de Teresina e Natal, e uma rota indicativa da desconexão da rede, em relação aos maiores centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse período a terra se impôs ao trabalhador rural na forma de arrendamento ou meação. A vida de privações e dificuldades e o imaginário submisso do camponês, afastado da sua relação de sobrevivência direta do campo, foram acrescidos com a lembrança do passado idealizado de fartura. As migrações foram orientadas na direção das cidades. No ano de 1970 elas se intensificaram tanto para as metrópoles industriais como para as regiões de fronteira do Centro-Oeste como da Amazônia. Em Sergipe foi o momento de crescimento acelerado da capital e a consolidação da sua condição de pólo regional, centro de drenagem da rede urbana do estado de Sergipe (VILAR, 2006).

Em 1980 a população total de Sergipe era de 1.140.379 habitantes; a População Economicamente Ativa – PEA do Estado correspondia a 69.2% da população total. Desse

percentual, 13,1% estavam ocupados na agropecuária; 5,4% na indústria; 0,4% no comércio; 9,0% nos serviços e 32,3% não possuíam ocupação no mercado formal. Dos 9,0% da PEA ocupados nos serviços, 1,2% faziam parte da administração pública e 7,8% faziam parte de outros serviços (Apêndices E e F).

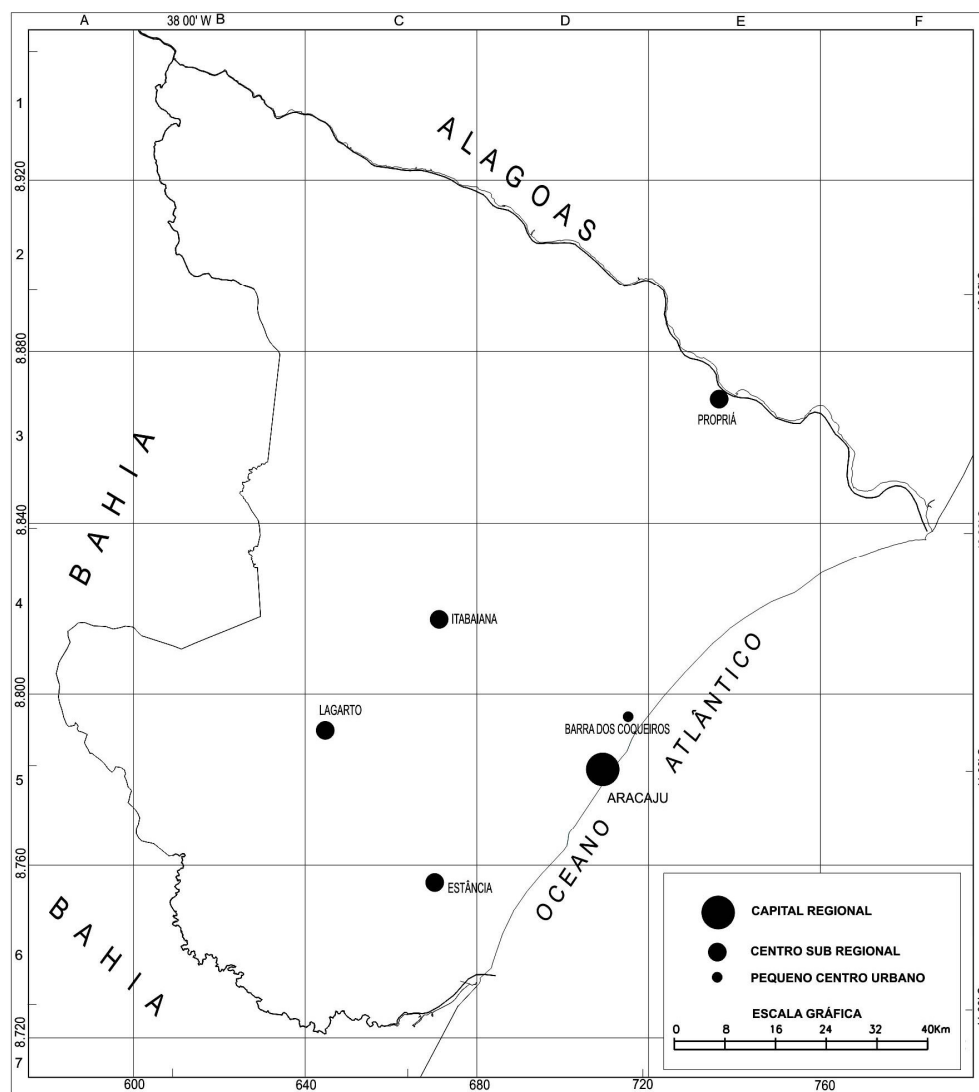


Figura 09: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1977

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Geografia do Brasil, Região Nordeste, V. 2, 1977.

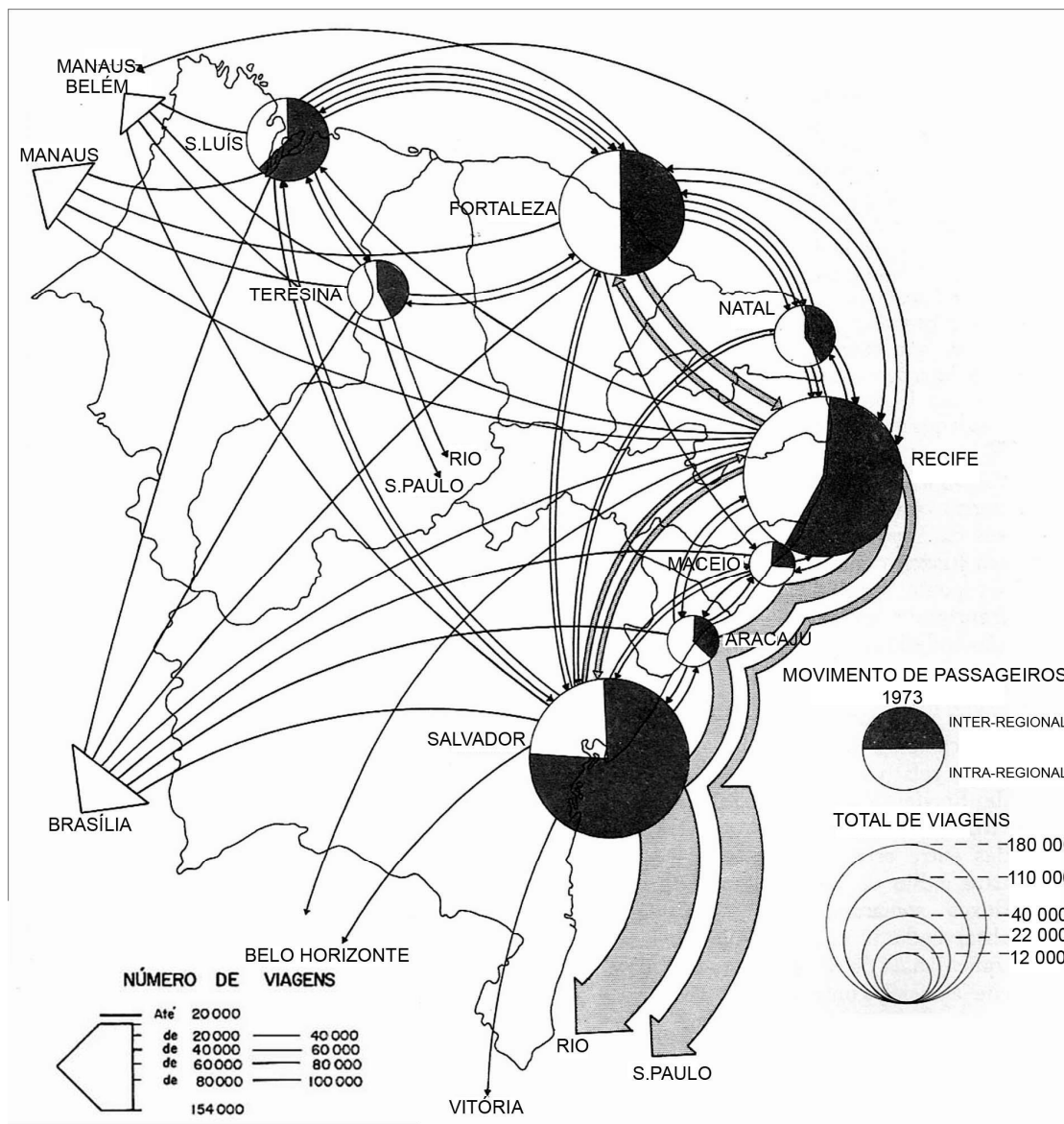


Figura 10: Fluxos de Passageiros Via Aérea - 1973

Fonte: IBGE, Geografia do Brasil, Região Nordeste, p. 241.

Nesse período, em Sergipe, 45% da população permaneceram no meio rural, enquanto esse percentual caiu para 38% na contagem geral do Brasil. A forte presença da população no meio rural, acompanhada por baixos índices de ocupação da PEA no setor agropecuário, e, pela grande concentração da população na capital e sua região imediata, constituída pela Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, expressam a posição secundária e subsidiária do Estado na divisão nacional do trabalho, refletindo a drenagem perversa facilitada, entre outras coisas, pela a frágil centralidade comercial e de serviços da rede urbana sergipana.

Em 1985, segundo o estudo sobre “O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju” de José Alexandre Filizola Diniz, publicado em 1987, a rede urbana do estado de Sergipe estava organizada a partir de Aracaju, Grande Centro Regional; Estância, Itabaiana e Lagarto - Sub Centros Regionais; das Cidades Médias: Boquim, Capela, Carira, Itabaianinha, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Tobias Barreto, Simão Dias, Cidades Médias; de onze Pequenas Cidades: Aquidabã, Frei Paulo, Itabi, Japaratuba, Laranjeiras, Poço Verde, Porto da Folha, Riachuelo, Ribeirópolis, São Cristóvão e Umbaúba; e, finalmente, dos Aglomerados Urbanos: Arauá, Areia Branca, Cristinápolis, Ilha das Flores, Moita Bonita, Macambira, Campo do Brito, Geral Maynard, Malhada dos Bois, Neópolis, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado e Umbaúba.

O Estudo da hierarquia das localidades centrais de Sergipe realizado por Diniz (1985, p. 139-162), segundo a função comércio, classificou Aracaju no primeiro nível; o segundo nível não foi preenchido; Lagarto; Itabaiana; Estância; e Tobias Barreto foram classificadas, em ordem decrescente, no terceiro nível e Propriá, Nossa Senhora da Glória, Boquim, Carira e São Cristóvão, no quarto nível. O restante das localidades foram agrupadas e classificadas em mais três níveis inferiores.

O estudo da função serviço realizado por Diniz (1985, p. 195-202), classificou Aracaju no primeiro nível hierárquico; o segundo não foi preenchido; Lagarto, Itabaiana e Estância foram classificadas no terceiro nível; Propriá, Boquim, Tobias Barreto, Nossa Senhora da Glória, Carira, Capela e Itabaianinha foram classificadas no quarto nível. O restante das localidades forma agrupadas em mais três níveis inferiores. O restante das localidades foram agrupadas e classificadas em mais três níveis inferiores.

O estudo das funções administrativas, realizado por Diniz (1985, p. 215-224), classificou Aracaju no primeiro nível hierárquico; o segundo não foi preenchido; Estância, Propriá, Itabaiana e Lagarto foram classificadas no terceiro nível; Boquim, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores e Itabaianinha foram classificadas no quarto nível. O restante das localidades foram agrupadas em mais três níveis inferiores.

Esse trabalho confirma a crescente consolidação da polarização da rede urbana de Sergipe, exercida por Aracaju e a elevada drenagem da renda agrícola, gerada em todo o Estado. Destaca a concentração de população e de renda, na capital, e atribui o crescimento

rápido de Aracaju partir de 1970, aos investimentos da SUDENE e, em especial, à presença da PETROBRAS, através da transferência da sua sede da Região de Produção Nordeste para Aracaju, e a presença de empresas prestadoras de serviços ligadas a produção petrolífera. É importante destacar que, apesar da influência de Aracaju em toda a rede urbana do estado, os Sub Centros Regionais, as Cidades Médias e os Aglomerados Urbanos mantinham-se com uma significativa centralidade (Figura 11).

Em 1993, de acordo com o trabalho *Regiões de Influências das Cidades*, de 1993, do IBGE, a centralidade de Aracaju se fortaleceu, Itabaiana e Lagarto foram classificadas como centralidades médias, Estância, Propriá, Tobias Barreto e Nossa Senhora do Socorro como centralidades médias fracas e Nossa Senhora da Glória foi classificada como centralidade fraca (Figura 12)

Em 2000 a população total de Sergipe era de 1.784.829 habitantes. A População Economicamente Ativa – PEA do Estado correspondia a 41,3% da população total. Desse percentual, 8,8% estavam ocupados na agropecuária, 5,7% na indústria; 4,1% no comércio; 5,7% nos serviços e 17% não possuíam ocupação no mercado formal. Dos 5,7% da PEA ocupada nos serviços, 3% faziam parte da administração pública (Apêndices G e H).

A centralidade espacial da rede urbana de Sergipe, em 2000, comandada pela capital, permaneceu no seu movimento de concentração de funções e atividades. Passados quinze anos da realização do estudo sobre “O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju”, a situação de precedência de Aracaju tendia a se fortalecer e se consolidar, fragilizando os centros interioranos, cada vez mais dependentes. Aracaju continuava a concentrar funções e informações, acentuando cada vez mais a sua dominação (FRANÇA, 2000, p. 135).

A partir de 2000, enquanto na contagem geral do Brasil, 22% da população viviam no campo, em Sergipe esse percentual estava situado em torno de 28,5%, indicando que a diferença em relação ao Brasil havia aumentando, demonstrando que a centralidade desigual da rede havia se aprofundado. A drenagem permaneceu comanda pela capital metropolitana de forma competitiva e flexível, aberta para a economia nacional e mundial.

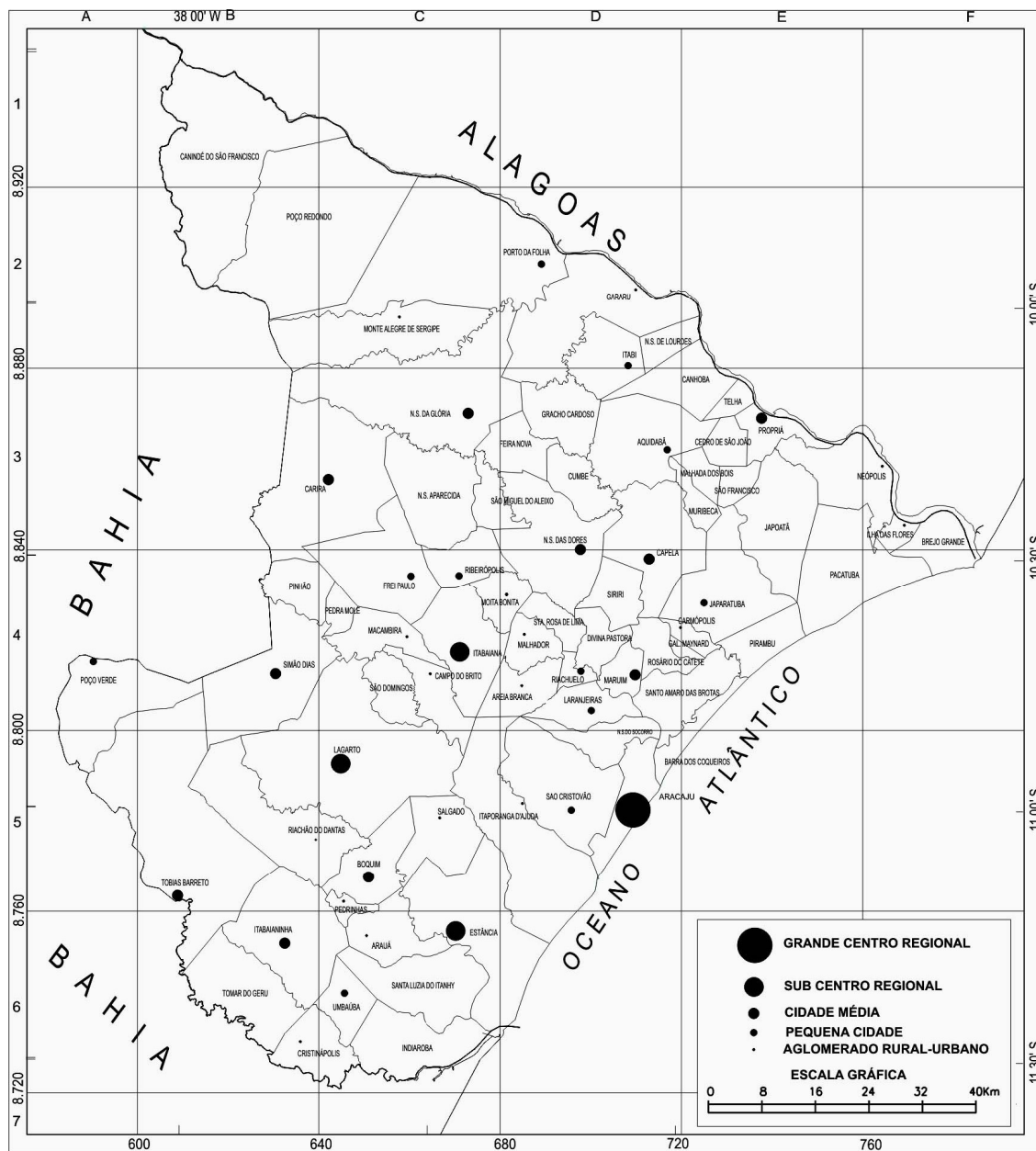


Figura 11: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1985

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SUDENE, O Subsistema Regional de Aracaju, 1987.

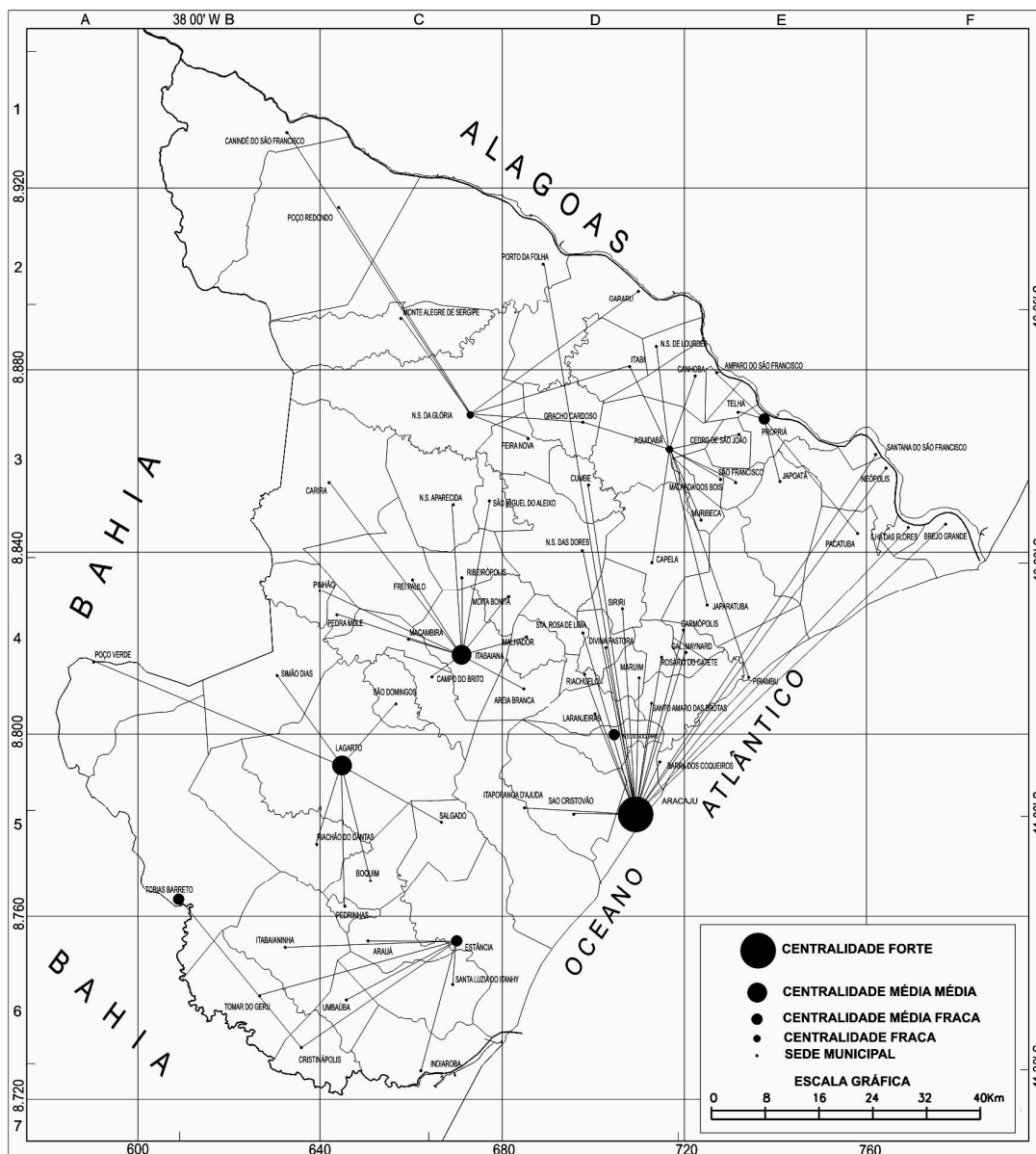


Figura 12: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe -1993

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2000.

Em 2004, a classificação dos dados da pesquisa de mercado, realizada pelo SEBRAE – Sergipe revelou os níveis hierárquicos das onze localidades pesquisadas. Segundo a função comércio, o mapeamento²² classificou, do maior para o menor nível de centralidade, Aracaju

²² Os dados da pesquisa de mercado, realizada pelo SEBRAE em 2004 em dez municípios e na capital de Sergipe, foram classificados e tabelados de acordo com a classificação das funções estabelecidas no trabalho de Diniz (1985). Em seguida, para cada classificação foram escolhidas cinco funções indicativas de centralidade seletiva, que foram relacionadas e pontuadas de um a onze, de acordo com o percentual relativo apresentado para cada função. A soma da pontuação por municípios permitiu estabelecer uma hierarquia funcional dos municípios pesquisados.

seguido de Itabaiana, Tobias Barreto, Estância e Nossa Senhora do Socorro, no mesmo nível Itabaiana, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora da Glória, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

Segundo a função serviço, a classificação considerou, do maior para o menor nível de centralidade, Aracaju seguido de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Itabaianinha e Nossa Senhora da Glória no mesmo nível; São Cristóvão, Itabaiana, Tobias Barreto e Itaporanga d'Ajuda no mesmo nível e Barra dos Coqueiros.

Segundo as funções administrativas, a classificação considerou, do maior para o menor nível de centralidade, Aracaju seguido de Nossa Senhora do Socorro e Lagarto no mesmo nível, Estância, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, São Cristóvão, Tobias Barreto, Itaporanga d'Ajuda e Barra dos Coqueiros no mesmo nível e Itabaianinha.

Em 2007, de acordo com o trabalho “Regiões de Influências das Cidades – 2007”, do IBGE, a rede urbana do estado de Sergipe diminuiu sua influência fora do estado, permanecendo submetida à rede urbana da Bahia. A centralidade espacial comercial e de serviços se fortaleceu a partir da capital e ampliou-se a desconexão combinada da rede (Figura 13).

A hierarquia urbana da rede foi alterada. A influência de Aracaju se fortaleceu consideravelmente; só Itabaiana permaneceu como Centro Sub-Regional. Enfraqueceram-se as atuações de Estância, Lagarto e Propriá, fortaleceram-se as atuações de Nossa Senhora da Glória, como Centro de Zona e de Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores, como Centros de Zonas Secundários. O desaparecimento das conexões aéreas diretas de Aracaju com o restante do Brasil reforça o histórico encaixe perverso e desigual da rede urbana de Sergipe à rede urbana nacional (Figuras 14 e 15).

As mudanças na economia mundial, a tendência de reconcentração da economia brasileira, o papel subsidiário da economia sergipana, a forte influência da capital em todo o Estado e o frágil imaginário de submissão moral religiosa do povo brasileiro, ao que tudo indica, favorecem e reforçam uma forma diferente de encaixe da rede urbana de Sergipe, criando uma nova centralidade espacial: perversa, combinada e flexível.

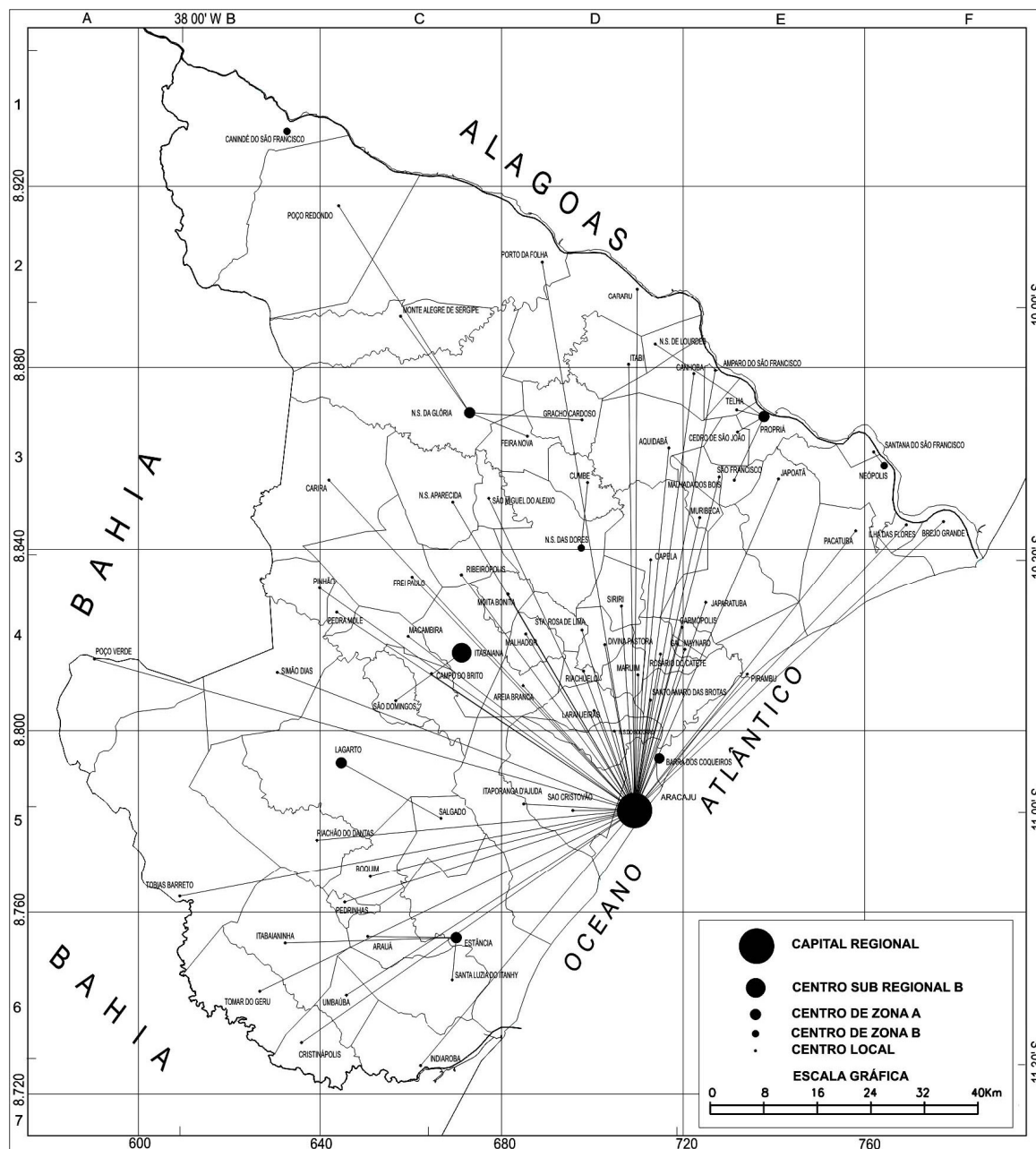


Figura 13: Classificação das Localidades Centrais de Sergipe - 2007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2007.

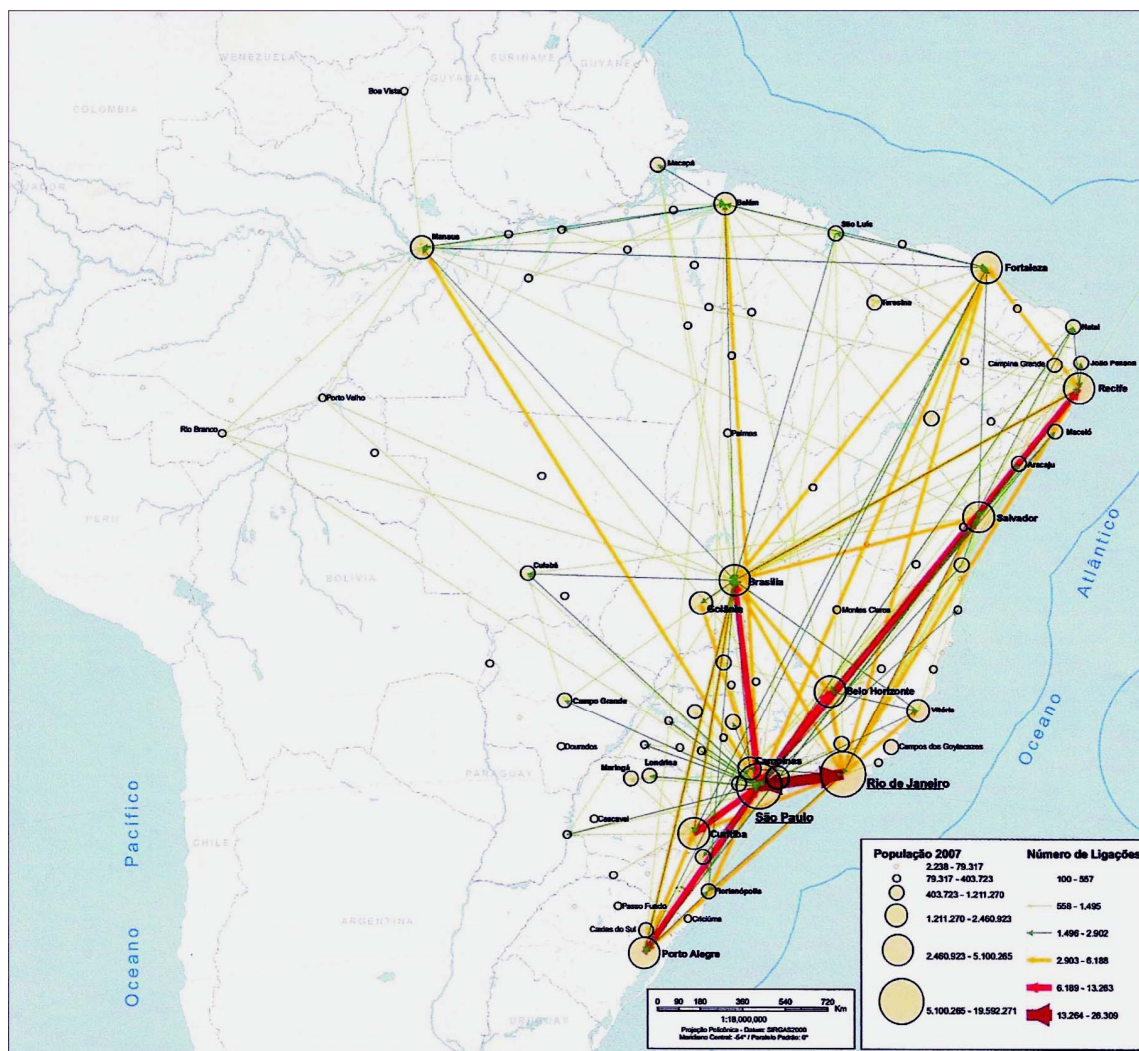


Figura 14: Conexões aéreas - Brasil 2004

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades, 2007, p. 160.

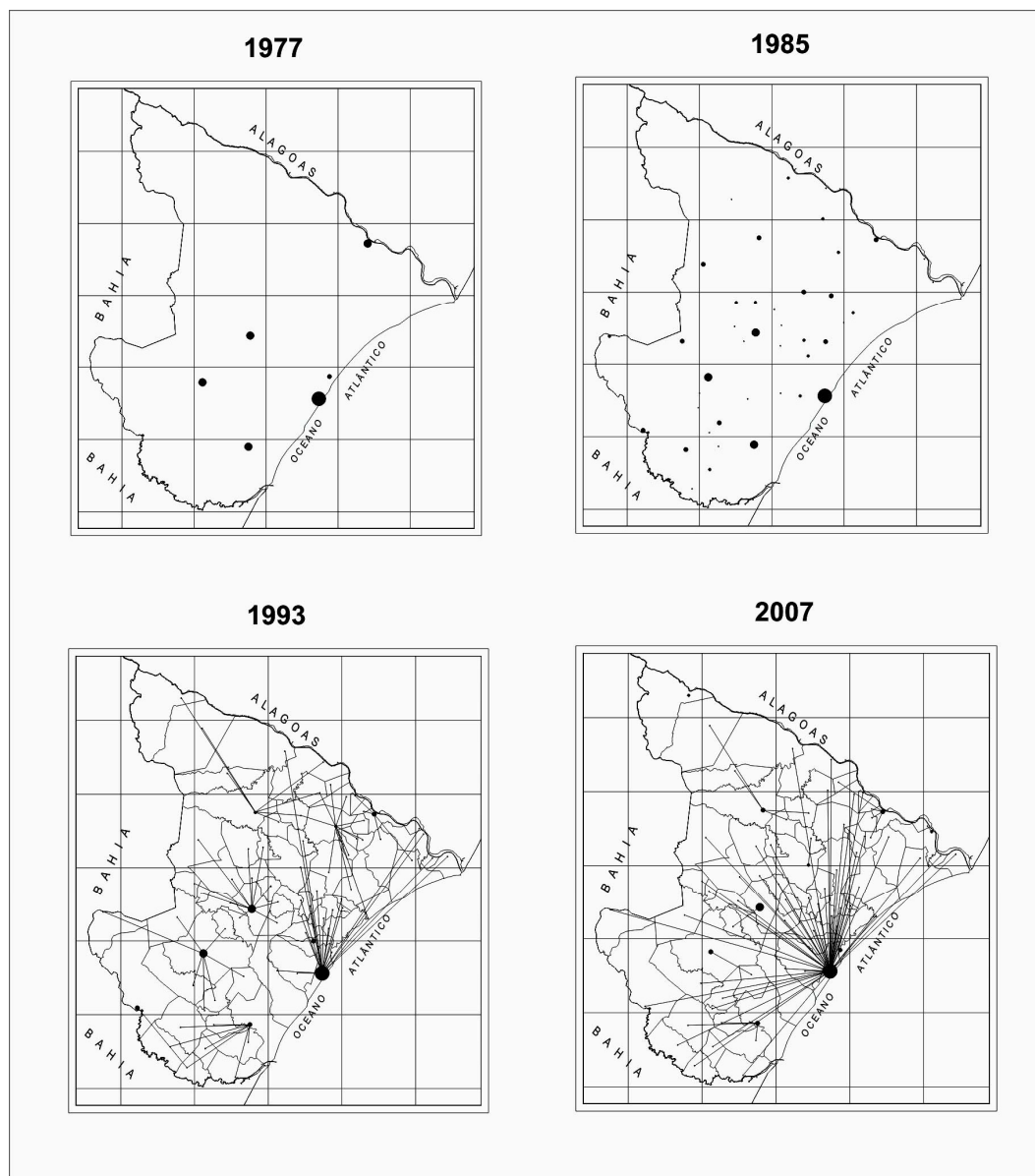


Figura 15: Movimento de Centralidade da Rede Urbana de Sergipe, 1977 - 2007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SUDENE, O Subsistema Regional de Aracaju, 1987 e do IBGE Geografia do Brasil, Região Nordeste, V. 2, 1977 e Regiões de Influência das Cidades 2000, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final das contas, é preciso fazer tudo *por si mesmo* para aprender alguma coisa, o que é muito! – Mas uma curiosidade do tipo da minha se torna o mais agradável dos vícios. Perdão, queria dizer que o amor da verdade tem sua recompensa no céu, mas também já na terra.

Nietzsche, *Além do Bem e do Mal*, p. 62

A realidade geográfica é multifacetada, possui diversos ângulos, guarda, com certeza, muitas verdades. O mundo real da geografia, na perspectiva dialética materialista triádica, é aquele em que o homem concebe e se percebe fora dele. Trata-se de um mundo em movimento, constituído pelas relações que os seres humanos desenvolvem entre si e com o meio, para sobreviver e garantir a reprodução da espécie.

São relações que se desenvolvem e ganham sentido em um espaço e tempo histórico, antecedidas pela faculdade humana de pensar antes de agir. A antinomia geográfica entre o homem que pensa e o homem que existe fora do seu pensamento só se tornará verdade quando compreendida em seu duplo movimento, cuja unidade é a representação da vida. Desta forma, a antinomia geográfica se torna uma totalidade, o *logos* do movimento da geografia provocado pelo pensamento e pela ação dos homens.

Aceitar o mundo geográfico em movimento, como realidade material histórica, impulsionada pelas relações sociais, não implica, necessariamente, em acatar a concepção idealista que sustenta a idéia de que o movimento do mundo possa ocorrer de forma contínua, numa única direção positiva e progressiva, em que os acontecimentos seriam fases ou etapas de um movimento único progressivo, estimulado pelo pensamento em busca de seu próprio reconhecimento.

A perspectiva materialista, adotada neste trabalho, opõe-se à concepção idealista e concebe o movimento do mundo como algo contingente. É o mundo empírico das relações geográficas e das representações sociais compreendido, não como o meio e sim como realidade espacial em movimento. É o espaço geográfico promovido pela ação social do homem motivada pelas necessidades de sobrevivência e mediada pela capacidade humana de pensar antes de agir.

Com essa abordagem foi possível conhecer o movimento de centralidade espacial da rede urbana de Sergipe, estudada em três momentos. O primeiro momento denominado de Centralidade Espacial Colonial, compreendido entre 1590 e 1808. O segundo momento, denominado de Centralidade Espacial Regional, compreendido entre 1808 e 1945. O terceiro momento denominado Centralidade Espacial Nacional, compreendido entre 1956 a 2007.

A centralidade espacial, concebida em sua unidade dialética materialista triádica, permitiu explicar as condições de encaixe dos núcleos urbanos das cidades sergipanas conectadas em rede. Deste modo, foi produzido um conhecimento relativo às condições definidas pelos modos de participação econômica da população e pela configuração da rede que criou as condições de drenagem da riqueza social produzida. Foi, na verdade, o conhecimento sobre as circunstâncias que permitiu explicar a natureza da rede urbana sergipana.

No período colonial, com a formação de núcleos de povoamento – para defesa e exploração econômica do território sergipano – ligados diretamente à metrópole portuguesa, predominou a centralidade espacial político-administrativa frágil, exercida pela Capitania da Bahia de Todos os Santos. Foi a centralidade que se desenvolveu com o descompasso entre a exploração colonial mercantil e as formas primárias de produção econômica baseadas no trabalho escravo e fundamentadas pela moral religiosa católica romana.

No período entre os anos de 1809 e 1840 predominou, junto aos núcleos urbanos de Sergipe, a centralidade regional comercial, com o domínio do campo sobre a cidade. Foi a centralidade subsidiária e dependente da economia da Bahia, integrada à economia agro-exportadora ligada ao capitalismo industrial concorrencial sob o domínio inglês.

Os núcleos urbanos se fortaleceram ligados à Bahia e a Pernambuco, perderam a virtualidade e deram início à formação e à consolidação de suas zonas de influência de forma independente uma das outras. Nesse momento, permaneceu o descompasso entre a economia internacional e as formas primárias de produção econômica, baseadas no trabalho escravo sustentado pelos costumes e pela moral religiosa portuguesa, apoiados pelo clero e pelos novos coronéis do açúcar.

No período entre os anos de 1841 e 1889 predominou em Sergipe a posição econômica secundária, em relação ao Brasil. A centralidade espacial regional dos núcleos urbanos foi

mantida e prevaleceu o domínio do campo sobre a cidade. Foi a centralidade comercial, sustentada pelo modelo agro-exportador, ligado diretamente ao mercado internacional sob o domínio do capital inglês. Essa centralidade continuou apoiada e fundamentada pela moral religiosa.

A centralidade espacial desse período foi acompanhada pela dinamização da vida nos núcleos urbanos portuários, pela diferenciação da forma urbana colonial das vilas e cidades e pela criação de uma nova centralidade administrativa com a transferência da antiga capital para a foz do rio Sergipe e a construção de um porto marítimo. O encaixe urbano se alterou sem modificar o descompasso urbano do período anterior.

No período entre os anos de 1890 e 1930 predominou, junto à rede urbana de Sergipe, uma centralidade regional comercial, apoiada pela economia Estadual agro-exportadora com uma posição secundária, em relação ao Brasil. Essa centralidade foi acompanhada pelo início de um movimento de industrialização, voltado para o mercado interno regional; pela polarização regional progressiva de Aracaju e pela presença do Estado na promoção da infraestrutura das cidades e melhoria das comunicações das zonas de influências dos núcleos produtores. O descompasso promovido pela a abolição da escravidão estabeleceu uma nova tensão, desta vez, entre a economia internacional e as novas formas de trabalho baseadas no trabalho livre, alterando o encaixe da rede urbana.

Entre os anos de 1931 e 1945 predominou, em Sergipe, uma rede urbana com a centralidade espacial regional comercial desigual, em relação à rede nacional sustentada por uma economia agro- exportadora subordinada ao mercado interno, com o início do domínio da cidade sobre o campo, acompanhada pelo fortalecimento da centralidade administrativa e comercial, exercida pela capital com a presença do Estado na promoção da infra-estrutura urbana e melhoria das ligações internas. Aprofundou-se o descompasso e o desencaixe urbano.

Entre os anos de 1945 a 1964, desenvolveu-se em Sergipe uma rede urbana com a centralidade nacional comercial e de serviços, desigual e complementar, subordinada à rede urbana brasileira. Foi, a centralidade, sustentada por uma economia agrária dependente da nacional, comandada pelo Sudeste. Acentuaram-se as desigualdades regionais. Ampliou-se a centralidade de Aracaju e consolidaram-se as zonas produtivas, polarizadas pelos núcleos

urbanos comerciais e de serviços. Aprofundou-se o descompasso com o declínio da economia local e ampliou-se o desencaixe urbano.

Entre os anos de 1965 e 1980 a rede urbana sergipana permaneceu com a centralidade nacional comercial e de serviços desigual e perversa com a forte presença do Estado. Polarizada pela capital, subordinada ao capital nacional dependente do capital estrangeiro, essa centralidade foi sustentada pela indústria extrativista mineral com o domínio da cidade sobre o campo, sem alterar as estruturas agrárias patrimoniais e clientelistas. O descompasso se aprofundou com a tensão gerada entre os efeitos da mecanização do campo e das migrações e os efeitos da integração nacional e da dependência econômica externa do Brasil. Consolidou-se o padrão urbano em desencaixe, desigual e combinado com a moral e religiosa de submissão.

Entre os anos de 1981 e 1990 a rede urbana de Sergipe permaneceu consolidada com a centralidade espacial comercial e de serviços, desigual e perversa, predominando o domínio da cidade sobre o campo. Foi, a centralidade, polarizada pela capital, subordinada ao capital nacional vinculado à economia mundial, sustentada pela indústria extrativista mineral. Nesse período, aprofundou-se o descompasso com as tensões criadas com a mecanização do campo, a concentração da terra, da intensificação das migrações de um lado e de outro com a consolidação da integração nacional. Cristalizou-se o padrão urbano metropolitano em desencaixe e a fundamentação moral e religiosa da rede urbana de sergipana.

Entre 1991 e 2008 a rede urbana de Sergipe vem se consolidando com a nova centralidade espacial: flexível, competitiva, desigual, apoiada no comércio e nos serviços. É a centralidade desigual e perversa, polarizada pela capital metropolitana, subordinada ao capital nacional vinculado à economia mundial globalizada, sustentada pela indústria extrativista mineral com o domínio político da cidade sobre o campo. O novo descompasso, provocado pelas transformações econômicas mundiais, flexibilizou as conexões locais e criou um padrão de desencaixe e reencaixe excludentes da rede urbana sergipana.

A guisa de discussão, ressalta-se que rede urbana de Sergipe acumula hoje um imenso patrimônio cultural, ambiental natural e construído. Trata-se de um acervo que representa a história e a vida do povo sergipano, cristalizado na capital, nas setenta e quatro sedes municipais e nas centenas de aglomerados urbanos e rurais, espalhados por todo o território do Estado.

Tributária das aldeias indígenas, da ocupação Colonial, da presença missionária das ordens e irmandades religiosas, das missões, do Império e dos primeiros anos da República, a configuração espacial da rede urbana de Sergipe foi resultado de um longo processo de ocupação e exploração do seu território, que contou com a interferência intensa – de forma alternada – dos ciclos econômicos internacionais do açúcar, do algodão e do fumo acompanhada pela pecuária e pela lavoura de subsistência.

Sergipe nasceu com um papel econômico secundário, vinculado à economia colonial brasileira primário-exportadora, voltado para a produção de gado em pé e couro para o abastecimento dos engenhos das sedes das capitanias da Bahia e de Pernambuco. Esse papel se consolidou com a produção do açúcar e do algodão para abastecimento da Europa Industrial, durante os períodos de crise de abastecimento mundial, provocada pela exaustão dos solos do recôncavo Baiano e de Pernambuco e pelas guerras americanas da Independência e de Secessão.

O projeto de integração do território brasileiro, consolidado com a Revolução de 1930 e intensificado a partir da segunda metade de 1950; juntamente com a reestruturação produtiva recente, mudaram a economia brasileira sem alterar o papel secundário da posição sergipana na divisão territorial do trabalho.

A descoberta, na década de 1960 do campo marítimo de Guaricema, o primeiro campo comercialmente viável, no Estado, que deu início à indústria extrativo-mineral em Sergipe; a consolidação, a partir da década de 1970, da capital como um pólo de serviços ligados ao poder público e à iniciativa privada; a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Xingó, no ano de 2000; não obstante, tenham contribuído para a elevação do PIB estadual e de alguns municípios, a situação econômica secundária de Sergipe se mantém, permanecendo atualmente dependente do Governo Federal e da dinâmica da indústria petrolífera.

A produção agrícola passou a integrar o cenário econômico nacional, apesar de significativos esforços no sentido da industrialização de alguns segmentos da economia, mantendo-se como produtor primário e importador de produtos industrializados. A reestruturação produtiva, por sua vez, com o apoio forte do Estado, garantiu, mais uma vez a presença de Sergipe, ainda que tímida, no mercado internacional, com a agricultura nos perímetros irrigados, sem, contudo, alterar o seu papel secundário na economia nacional.

O resultado é um grande descompasso entre os processos históricos de ocupação e urbanização do território sergipano. De um lado, as atividades econômicas atraíram e aglomeraram, por séculos, uma população que se localizou, cresceu e criou raízes junto às aldeias indígenas, às fazendas, engenhos, roças e em volta de conventos e igrejas, construindo pequenos núcleos de povoamento, vilas e cidades. De outro lado, essa população, reunida pelo projeto de integração nacional, submetidas à reestruturação produtiva, comandada pela economia internacional, não consegue sobreviver, muito menos, encontra oportunidades de manter suas famílias onde um dia plantaram suas raízes. São excluídas do desenvolvimento econômico privilegiado do país.

Além disso, as relações entre o campo e a cidade, que um dia foram capazes de criar essa rede urbana, hoje não conseguem mais acompanhar o crescimento da população. A modernização do campo, com o assalariamento e o fim dos sistemas tradicionais produtivos e de moradia, juntamente, com o papel secundário da economia sergipana, associados a uma política de concentração dos investimentos na capital e nas quatro maiores cidades do Estado – em detrimento do restante das sedes municipais –, tem anulado a capacidade das pequenas cidades sergipanas de reter parte da riqueza produzida, fazendo com que se tornem vítimas da sua própria centralidade.

Na verdade, o estado de Sergipe ainda conserva uma posição secundária em relação à economia nacional, como importante mercado consumidor e reduto eleitoral, fiel da balança da política nacional, comandada pelos interesses das elites brasileiras.

Hoje, o Estado mantém um setor econômico moderno e dinâmico, dominado pelas oligarquias patrimoniais e pelo capital nacional, e um setor econômico atrasado, com uma produção agrária, praticamente toda dedicada ao mercado local, voltada para o abastecimento da grande maioria da população empobrecida, em geral, mantida sob precárias condições de vida. Este setor é constituído pela agricultura familiar e por uma elite patrimonial formada pelos grandes proprietários de terra que atuam, muito mais como reserva de capital, manutenção de poder e forma de especulação, do que como produtor rural.

As poucas indústrias que estão em funcionamento nos pequenos municípios, em sua grande maioria, foi atraída por isenções fiscais, mão-de-obra abundante, barata e com pouca ou nenhuma organização política. Por outro lado, as indústrias de extração mineral não utilizam a mão-de-obra do lugar, nem são atividades que estimulam cadeias produtivas locais.

O resultado é condições precárias de trabalho e de vida, mantidas com níveis muito baixos de sobrevivência, suficientes apenas para preservar a condição de consumidor qualificado da população, mas, excluído dos circuitos privilegiados da economia nacional mundializada.

A situação se agrava, dificultando mais ainda o desenvolvimento dos municípios menores, na medida em que o setor dinâmico da economia promove uma contínua evasão financeira. Trata-se da drenagem na direção da capital ou, o que é pior, para fora do estado. Em ambos os casos reduzindo, ou mesmo abortando, o dinamismo da economia local.

Na verdade, a maioria dos pequenos municípios sergipanos, do ponto de vista econômico, desenvolve funções de distribuição regional ou nacional de produtos primários e manufaturados, de forma convencional ou como centros periódicos, sem contribuir efetivamente para o PIB local, demonstrando a precariedade das relações de trabalho e sobrevivência da população, entretanto, permanecendo como um mercado seguro para o consumo de produtos industrializados pelos grandes grupos econômicos nacionais.

A população excluída, sem emprego ou mesmo sem oportunidades de trabalho, é transformada pela reestruturação produtiva em curso em consumidora eficiente dos produtos industrializados e tecnologias e, ao mesmo tempo, geradora de demandas sociais, fonte lucrativa e segura, avalizadas pelo Estado, e atendidas por grandes empresas nacionais como é o caso da coleta e tratamento lixo e, de modo geral, dos serviços urbanos. É um processo que reproduz as desigualdades sociais, mantém o *status quo* da elite patrimonial e cria um mercado cativo crescente.

Destaca-se, ainda, nesse processo, a significativa participação do Estado, através das prefeituras municipais, mantendo boa parte da população ocupada no setor público ou como pensionista. Desse modo, cria-se um espaço permeado de práticas paternalistas que contribuem para manter o poder político das elites locais.

São práticas, ao que tudo indica, que estão substituindo os velhos coronéis pelos modernos gestores, chefes do executivo municipal. É um espaço onde predomina e se reproduz um ambiente com elevada fragmentação social, visões ingênuas da realidade, pouca informação, baixa coesão social; desfavorável a uma prática social ativa que contribua para a implementação de políticas públicas de combate à exclusão social e de promoção do desenvolvimento sócio-econômico local integrado.

Nesse sentido, criou-se em Sergipe, especialmente nas pequenas cidades, um imaginário messiânico, fundado na escolástica medieval, apoiado na concepção da existência de um mundo espiritual onde a justiça se fará e será concedida a graça em razão do sofrimento na terra.

Por outro lado, é importante destacar ainda, que a reestruturação econômica em curso no mundo, ao que tudo leva a crer, criou um novo descompasso entre a rede do capital e do trabalho, rompendo com a unidade dialética que mantinha a especificidade da configuração espacial da rede urbana e sua representação social em todo o planeta. Conseqüentemente, para a compreensão desse novo descompasso, é importante destacar que a unidade que estabelece a ordem espacial e que mantém e reproduz a rede urbana com uma configuração específica na história, em última análise, continua apoiada na propriedade privada dos meios de produção, na inovação tecnológica e em uma forte organização político administrativa.

A propriedade privada dos meios de produção possibilita a acumulação, por um determinado segmento social, do excedente econômico produzido em detrimento de outro, dificultando, ou mesmo impedindo, a reprodução formal da vida para aqueles segmentos desprovidos dos meios de produção. Desse modo, em uma economia capitalista a “liberdade” do trabalhador que se encontra dissociado dos meios de produção fica comprometida, tornando-o, portanto, incapaz de sobreviver de outra forma, senão oferecendo sua mão-de-obra àqueles que detêm esses meios.

A inovação tecnológica, inegavelmente, tem sido a forma privilegiada de reprodução ampliada do capital. Por outro lado, na Modernidade, as exigências de reprodução social, juntamente, com as necessidades de reprodução do capital, levaram à constituição e consolidação dos Estados Nacionais e à delimitação de territórios, definidos por unidades político-administrativas envolvendo um determinado número de nucleações existentes e suas regiões. Constituiu-se, desta forma, uma rede urbana de cunho político-administrativo, comandada por uma nucleação sede, como condição para acumulação do capital. Condição essa que foi posteriormente superada, alterando e ampliando a atuação dos Estados Nacionais Modernos.

Não restando dúvida que a construção desse Estado envolveu, antes de tudo, interesses econômicos e continua envolvendo até hoje. Logo, diante da restrição do trabalhador capitalista e das necessidades do capital para se reproduzir de forma ampliada,

inequivocamente, se estabelece um descompasso entre as necessidades de reprodução social e as exigências de reprodução do capital relativas a uma determinada unidade territorial nacional. O resultado desse descompasso pode ser o encaixe da centralidade na malha urbana, instalada com o seu fortalecimento junto à rede político administrativa, de um lado; e, de outro, o desencaixe com a desarticulação sócio-econômica privilegiada da centralidade junto à malha.

Esse descompasso tem se manifestado de forma bastante evidente pela atuação econômica privada e pela atuação do Estado Nacional, por intermédio das políticas públicas. Ambas as atuações privilegiando, de forma inequívoca, a reprodução ampliada do capital, em detrimento da garantia mínima de reprodução social, daqueles núcleos urbanos que participam da rede político-administrativa.

Assim, nesta perspectiva, destaca-se, como fator de desigualdade sócio-econômica da rede urbana, em sua constituição político-administrativa, a diferença que se estabelece entre a capacidade de atração e geração de emprego e renda de uma centralidade urbana e o atendimento às necessidades de sobrevivência do trabalhador ou da população segregada e sua posição de encaixe e desencaixe na rede.

O desencaixe dificulta as iniciativas de engajamento sócio-econômico privilegiado da nucleação urbana na rede, colocando-a numa posição secundária, junto aos fluxos econômicos privilegiados, ao mesmo tempo em que lhe confere uma autonomia administrativa, política e econômica perversa, na medida em que o capitalismo estabelece um ambiente de concorrência, onde hipoteticamente as condições são iguais para todos os núcleos quando, na verdade, historicamente se acumulam diferenças e desigualdades, que sob determinadas condições têm se ampliado.

Portanto, a compreensão geográfica dialética materialista das forças e das formas espaciais que configuram a centralidade espacial da rede urbana em sua dimensão formal, funcional e de ordem ideológica, parece ser um procedimento geográfico importante, que pode contribuir para a verificação do descompasso das cidades conectadas em rede.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida (1994). Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: ALESSANDRI, Ana Fani (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP.
- ANDERSON, Perry (2004). *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ANDRADE, Manuel Correa de (2001). *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Papirus.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar (2000). Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: _____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.
- BACHELARD, Gaston. (1996). *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 5. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2007). *A intuição do instante*. Tradução Antonio de Paula Danesi. Campinas: Verus.
- _____. (2008). *Estudos, Gaston Bachelard*. Tradução Tereza Rocha. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BENÉVOLO, Leonardo (1997). *História da cidade*. 3. ed. Tradução Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva S.A.
- BENKO, Georges (1999). *A Ciência Regional*. Tradução Antonio Gonçalves. Portugal: Editora Celta.
- _____. (2002). *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume.
- BOTTOMORE, T. B. (1981). *Introdução à sociologia*. Tradução Waltensir Dutra e Patrick Burglin. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BRUM, Argemiro J. (1996). *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- BUZZI, Arcângelo R. (2006). *A introdução ao pensar*. 32. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2005). *A cidade*. São Paulo Contexto.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. III: Fim de Milênio. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer com a colaboração de. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra S.A.
- _____. (2000a). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. II: O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra S.A.

_____. (2000b). *A questão urbana*. Tradução Arlene Caetano. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHAUÍ, Marilena (2001). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

COMTE, Auguste (1996). *Curso de filosofia positiva*. Tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural.

CORRÊA Roberto Lobato. (1989). *A rede urbana*. São Paulo: Ática.

_____. (1965). Contribuição ao Estudo da área de Influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro.

_____. (1994). Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: ALESSANDRI, Ana Fani (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp.

_____. (1998). *Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil*. In: Território n. 08, jan./jun. 2000. LACET/UFRJ.

COSTA, Porto [19-?] *O sistema sesmarial no Brasil*. v. 1. Brasília: UnB. (Coleção Temas Brasileiros).

CUNHA, Antonio Geraldo da (1986). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed., 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DANTAS, José Ibarê Costa. (1987). *Coronelismo e dominação*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PROEX / CAC / Programa Editorial.

_____. (2004). *Historia de Sergipe: Republica (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

DAVIS, Mike (2006). *Planeta favela*. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boi Tempo

DER, Departamento de Estradas e Rodagens. (1956) *Revista Sergipe Rodoviário*. n. 1.

DIAS, Leila Christina (2005). O sentido da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (orgs.). *Redes, sociedade e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

_____. (2001). Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias *et alli* (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil.

DINIZ, Célio Campolina (2000). Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE.

DINIZ, José Alexandre Filizola (1987). *O subsistema regional de Aracaju*. Recife: SUDENE-PSUSRE.

ECO, Umberto (1998). *Como se faz uma tese*. 14. ed. Reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva AS..

- FONTES, Reno Augusto Souto-Maior *et ali.* (1996). Gestão local no Nordeste do Brasil: a busca de novos paradigmas. In: FISHER, Tânia (Org.) *Gestão contemporânea cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- FOUCAULT, Michel (2003). *Microfísica do poder*. 18. ed. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal Ltda.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves (1999). *Aracaju: estado e metropolização*. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.
- _____. (2000). Aracaju: uma revisão dos estudos urbanos. In: *Revista Geonordeste*, ano XI, n. 1, out. 2000. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira (1891). *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typographia Perserverança.
- GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir (2001). Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy *et ali* (ogs). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP.
- GOHN, Maria da Glória. (2001). *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Loyola.
- GOLDMANN, Lucien (1967). *A origem da dialética: a comunidade humana em Kant*. Tradução de Aroldo Santiago. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1979). *Dialética e cultura*. Tradução de Luis Fernando Cardoso *et alli*. 2. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, Paulo César da Costa (2003). *Geografia e modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- GOTTDIENER, Mark (1997). *A produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- GRAMSCI, Antonio (1991). *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (2005). *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume.
- _____. (1996). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HEGEL, G.W. F. (2001). *Fenomenologia do espírito: parte I*. Tradução Paulo Menezes com a colaboração de Karl-Heins Efken. 6. ed. Petrópolis: Vozes.
- HOBBSBAWM. Eric (2007). *Globalização, democracia e território*. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.

HOORNAERT, Eduardo. (1994). *A Igreja no Brasil- Colônia (1550 – 1800)*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.

IGLÉSIAS, Francisco (1989). *História geral do Brasil*. São Paulo: Ática.

KOSIC, Karel (2002). *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KÚNG, Hans (2002). *A igreja católica*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LALANDE, André (1999). *Vocabulário técnico e critério da filosofia*. Tradução Fátima Sá Correia, Maria Emília V. Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Souza. São Paulo: Martins Fontes.

LANGE, Oskar (1963). *Moderna economia política: problemas gerais*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

LEFEBVRE (2004). *A revolução urbana*. tradução Sérgio Martins; 2.^a reimpressão. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (1995). *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2001). *O direito à cidade*. tradução Rubens Eduardo Farias; 3. ed. São Paulo: Centauro.

_____. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm (1996). *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Trad. Luis João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda.

MARTINS, José de Souza (1996). As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2004). Prefácio. In: LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. tradução Sérgio Martins; 2.^a reimpressão. Belo Horizonte: UFMG.

MARTINS, Sérgio (2001). Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANE, Amélia Luisa *et alli* (orgs.). *Espaço no fim de século*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

MELO, Marcus André Barreto Campelo de (1982). Estado capital e questão urbana: o discurso do bem estar e a reprodução da desigualdade. *Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional*, v. 1; ago. nov. Recife.

MOREIRA, Ruy. (2006). *Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto.

_____. (2007). *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto.

MUMFOD, Lewis (1998). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

MUSSO, Pierre (2004). A Filosofia da Rede. In: PARENTE, André. (Org.) *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas*. Porto Alegre: Sulina.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm (2008). *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Tradução Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contra Ponto.

NUNES, Maria Thétis. (2006a). *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (2006). *Sergipe Colonial I*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS.

O'MALLEY, Johnw. (2004). *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Dorida. São Leopoldo, RS: UNISINOS; SP: EDUSC. 582p

OLIVEIRA, Francisco de. (1981). *Elgia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, Manfredo de A. (2004). *Dialética hoje: lógica, metafísica e historicidade*. São Paulo: Loyola.

OLIVEN, Ruben George (1982). *Urbanização e mudança social no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

PENNA, Lincoln de Abreu (1989). *Uma história da república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PINSKY, Jaime (2006). *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto.

PORTO, Fernando (1991). *A cidade do Aracaju 1955-1965: ensaio de evolução urbana*. 2. ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUDESC.

PRIORE, Mary Del (2002). *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6. ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática.

REALE, Ebe (1993). *Aspectos da cultura brasileira*. São Paulo. Empresa das Artes.

REIS FILHO, Nestor Gulart (2000). Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, Calros Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC.

RICKEN, Friedo (2005). (Org.) *Dicionário de teoria do conhecimento e metafísica*. Tradução Ilson Kayser. 1ª reimpressão. São Leopoldo: Editora Unisinos.

ROLIN, Francisco Cartacho (1987). *O que é pentecostalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

ROLNIK, Raquel (2004). *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense.

ROMERO, José Luis (2004). *A América Latina: as cidades e as idéias*. Tradução Bella Joseff. Rio de Janeiro Editora UFRJ

SANTOS, Milton. (1999). *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. (1994). *Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) São Paulo: Universidade de São Paulo.

_____. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2002). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. (2004). *Testamento intelectual: Milton Santos entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito*. São Paulo: Editora UNESP.

_____. e SILVEIRA, Laura Maria (2004). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record.

SARTRE, Jean Paul (2002). *Crítica da razão dialética: precedido por questões de método*. Texto estabelecido e anotado por Arlete Elkaim-Sartre. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A.

SASSEN, Saskia (1998). *As cidades na economia mundial. Tradução*. Carlos Eugênio Marcondes de Moura de Moura. São Paulo: Studio Nobel.

SCHIFFER, Sueli Ramos (2004). São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional In: *O processo de urbanização no Brasil*. DEÁK, Casaba *et ali*. 1. ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SINGER, Paul (2002). Desafios com que defrontam a grandes cidades brasileiras. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Sílvio Caccia. *Os desafios da gestão municipal democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

_____. (1977). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional.

_____. (2001). Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, Ignacy *et ali*. (Org.). *Brasil um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras.

SMITH, Susan J. (1996). Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek *et ali*. (Ogs.) *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOUZA, Marcelo Lopes (2001). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2000). *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópolis brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (1994). Estudo sobre a Cidade no Espaço Regional e Nacional Teoria e Método. In: ALESSANDRI, Ana Fani (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.

SPOSITO, Eliseu Savério (2004). *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino geográfico*. São Paulo: UNESP.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (2008). *Capitalismo e urbanização*. 15. ed. Primeira reimpressão. São Paulo Contexto.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos (1987). *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: UFS, Programa Editorial da UFS.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. *Estudos de História do Brasil – Império e república*. V. II. São Paulo: Editora Moderna LTDA.

TELES, Edvaldo Santos Rocha (2006). A Primazia Urbana de Aracaju (1940 – 1970). In: ARAUJO, Hélio Mário de (Org.) *et ali. O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS.

VILAR, José Wellington Carvalho (2006). Evolução da Paisagem Urbana do Centro de Aracaju. In: ARAUJO, Hélio Mário de (Org.) *et ali. O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS.

WEBER, Max (1987). *La ciudad*. Tradução Julia Vareta e Fernando Alvarez-Uría. Madrid: Lãs Ediciones de La Piqueta.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M (2005). *Formação do Brasil colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

APÊNDICES

- Apêndice A: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1940.
- Apêndice B: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1940.
- Apêndice C: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1960.
- Apêndice D: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1960.
- Apêndice E: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1980.
- Apêndice F: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1980.
- Apêndice G: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 2000.
- Apêndice H: População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 2000.
- Apêndice I: Distribuição da população urbana, rural e total nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007.

APÊNDICE A

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1940																					
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Estab. Comerciais		Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.									
Municípios	Agropecuária			Indústria		Comércio		Serviços					Nº Est.	Pessoas	PEA		% PEA		PEA Munic. Ocupada		PEA Munic. Não Ocupada
	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop. Ocup.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Adm.	% do Total da Pop. Munic.	Outros	% do Total da Pop. Munic.	Com.	Ocup.			do Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.		
Anápolis	7306	32,6	400	1,8	230	1,0	68	0,3	6259	27,9	6327	28,2	76	109	14372	22,411	64,1	14263	64	109	0,5
Aquidauã	4824	35,0	123	0,9	106	0,8	31	0,2	3138	22,7	3169	23,0	54	78	8300	13802	60,1	8222	60	78	0,6
Aracaju	2383	4,0	4923	8,3	2652	4,5	1489	2,5	28428	48,2	29917	50,7	446	879	40754	59031	69,0	39875	68	879	1,5
Araúá	2298	31,4	113	1,5	52	0,7	26	0,4	2256	30,9	2282	31,2	31	33	4778	7308	65,4	4745	65	33	0,5
Boquim	2711	28,1	168	1,7	91	0,9	60	0,6	3294	34,1	3354	34,7	19	27	6351	9656	65,8	6324	65	27	0,3
Campo do Brito	6672	36,5	149	0,8	78	0,4	29	0,2	4690	25,7	4719	25,8	52	61	11679	18264	63,9	11618	64	61	0,3
Campo	4851	28,5	209	1,2	148	0,9	43	0,3	4637	27,3	4680	27,5	67	96	9884	17003	58,7	9888	58	96	0,6
Canhotiba	2222	27,7	17	0,2	35	0,4	22	0,3	2318	28,9	2340	29,2	16	24	4638	8021	57,8	4614	58	24	0,3
Capela	3512	19,7	1594	8,9	216	1,2	65	0,4	5274	29,5	5339	29,9	41	50	10711	17866	60,0	10661	60	50	0,3
Carmo	750	24,0	166	5,3	58	1,9	13	0,4	940	30,0	953	30,5	23	35	1962	3129	62,7	1927	62	35	1,1
Cedro de São João	2130	25,2	54	0,6	180	2,1	23	0,3	2202	26,0	2225	26,3	23	27	4616	8466	54,5	4589	54	27	0,3
Cristina	1684	32,8	56	1,1	36	0,7	18	0,4	1338	26,1	1366	26,4	21	23	3155	5136	61,4	3132	61	23	0,4
Diva Pastora	1778	27,2	154	2,4	68	1,0	28	0,4	2185	33,4	2213	33,8	19	21	4234	6543	64,7	4213	64	21	0,3
Esprito Santo	1161	27,6	215	5,1	16	0,4	20	0,5	1235	29,4	1255	29,9	11	11	2658	4201	63,3	2647	63	11	0,3
Estância	2720	14,9	2561	14,0	264	1,4	96	0,5	6243	34,1	6339	34,6	79	110	11994	18302	65,5	11884	65	110	0,6
Gararu	2068	29,9	33	0,5	23	0,3	26	0,4	1714	24,6	1740	24,9	17	21	3905	6878	56,0	3884	56	21	0,3
Itabaiana	9696	32,1	374	1,2	263	0,9	89	0,3	7665	25,1	7654	25,4	105	108	18095	30176	66,0	17987	60	108	0,4
Itabaianinha	5920	29,4	228	1,1	101	0,5	41	0,2	5195	25,8	5236	26,0	34	34	11519	20137	57,2	11485	57	34	0,2
Itaporanga d'Ajuda	2715	25,0	440	4,1	76	0,7	43	0,4	3175	29,3	3218	29,7	26	31	6480	10851	59,7	6449	59	31	0,3
Jaboatão	4543	32,4	426	3,0	38	0,3	40	0,3	4259	30,4	4299	30,7	16	18	9324	14007	66,6	9306	66	18	0,1
Japaratuba	2333	22,2	230	2,2	108	1,0	38	0,4	3508	33,4	3546	33,8	34	43	6260	10498	59,6	6217	59	43	0,4
Ladário	11843	34,6	292	0,9	177	0,5	57	0,2	10301	30,1	10368	30,3	83	91	22761	34204	66,5	22670	66	91	0,3
Laranjeiras	2478	22,2	548	4,9	196	1,8	71	0,6	3474	31,1	3545	31,8	38	71	6838	11158	61,3	6767	61	71	0,6
Marumim	1168	13,9	780	9,3	167	2,0	60	0,7	3090	36,8	3150	37,5	38	51	5316	8398	63,3	5265	51	51	0,6
Muribeca	1977	29,9	54	0,8	30	0,5	16	0,2	1573	23,8	1589	24,0	20	25	3675	6619	55,5	3650	25	25	0,4
Nedópolis	1525	14,5	1788	16,7	102	1,0	70	0,7	2830	26,9	2900	27,6	30	37	6322	10523	60,1	6285	37	37	0,4
Nossa Senhora da Glória	1961	31,3	39	0,6	37	0,6	21	0,3	1655	26,4	1676	26,8	22	26	3739	6261	59,7	3713	59	26	0,4
Nossa Senhora do Socorro	1022	16,4	640	10,2	71	1,1	114	1,8	2313	37,0	2427	38,9	19	15	4175	6247	66,8	4160	15	15	0,2
Nossa Senhora das Dores	5637	28,4	285	1,4	135	0,7	26	0,1	4754	23,9	4790	24,1	28	40	10877	19658	54,8	10837	55	40	0,2
Porto da Folha	2647	27,6	763	7,9	59	0,6	30	0,3	5324	55,4	5354	55,7	79	19	8842	9605	92,1	8823	92	19	0,2
Propriá	2681	16,3	1088	7,2	486	3,2	81	0,6	4095	27,9	4176	28,4	46	140	8521	14881	58,0	8381	57	140	1,0
Riachão do Dantas	4113	30,9	118	0,9	57	0,4	24	0,2	3619	27,2	3643	27,4	42	56	7987	13306	60,0	7931	60	56	0,4
Riachuelo	3126	24,4	851	6,6	110	0,9	54	0,4	2476	19,3	2530	19,7	39	60	6677	12830	52,0	6617	52	60	0,5
Ribeirópolis	4814	39,5	93	0,8	46	0,4	28	0,2	1929	15,8	1957	16,0	20	41	6951	12200	57,0	6910	41	41	0,3
Rosário do Catete	1544	26,7	248	4,3	57	1,0	31	0,5	1430	24,8	1461	25,3	17	26	3336	5772	57,8	3310	57	26	0,5
Salgado	1154	20,0	169	2,9	58	1,0	15	0,3	2184	37,9	2199	38,2	19	24	3604	5756	62,6	3580	62	24	0,4
Santa Luzia do Itanhhy	2112	28,3	547	7,3	27	0,4	21	0,3	1398	18,8	1419	19,0	16	25	4130	7456	55,4	4105	25	25	0,3
Santo Amaro das Brotas	836	12,3	363	5,3	19	0,3	18	0,3	3907	57,4	3925	57,7	27	18	5161	6808	75,8	5143	76	18	0,3
São Cristóvão	1715	13,9	2008	16,2	148	1,2	95	0,8	1940	15,7	2035	16,4	33	27	5933	12381	47,9	5906	48	27	0,2
São Francisco	3103	35,0	675	7,6	95	1,1	40	0,5	3675	41,5	3715	41,9	47	44	7632	8863	86,1	7588	86	44	0,5
São Paulo	4109	29,8	130	0,9	71	0,5	84	0,6	1896	13,8	1900	14,4	18	74	6364	13769	46,2	6290	46	74	0,5
Siriri	775	14,2	791	14,5	51	0,9	16	0,3	1656	33,9	1872	34,2	14	23	3512	5471	64,2	3489	64	23	0,4
Total em Sergipe	134637	24,8	24843	4,6	7018	1,3	3280	0,6	165572	30,5	168852	31,1	1905	2772	338122	542326	62,3	335350	62	2772	0,5
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1940).																					

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1940).

APÊNDICE B

relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1940																					
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Nº Est.			Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.								
Agropecuária		Indústria		Comércio		Serviços						Pessoas		Total		PEA		PEA Munic.		Não Ocupada	
Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Adm.	% do Total da PEA	Outros	% do Total da PEA	Serviços	% do Total da PEA	Corr.	Ocup.	PEA	do Munic.	Total	% do Total da PEA	Total	% do Total da PEA		
Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Pub.	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	Com.				Munic.					
Municípios																					
Anápolis																					
7306	50,8	400	2,8	230	1,6	68	0,5	6259	43,5	6327	44,0	76	109	14372	22.411	64,1	14263	99	109	0,8	
Aquiratuba																					
4824	58,1	123	1,5	106	1,3	31	0,4	3138	31,9	3169	38,2	54	78	8300	13802	60,1	8222	99	78	0,9	
Aracaju																					
2383	5,8	4923	12,1	2652	6,5	1489	3,7	26428	69,8	29817	73,4	446	879	40754	59031	69,0	39875	98	879	2,2	
Araucá																					
2298	48,1	113	2,4	52	1,1	26	0,5	3256	47,2	2282	47,8	31	33	4778	7308	65,4	4745	98	33	0,7	
Bom Jardim																					
2711	42,7	188	2,6	91	1,4	60	0,9	3294	51,9	3584	52,8	19	27	6351	9656	65,8	6324	100	27	0,4	
Campanha do Brito																					
6672	57,1	149	1,3	78	0,7	29	0,2	4690	40,2	4719	40,4	52	61	11679	18264	63,9	11618	99	61	0,5	
Campos																					
4851	48,6	209	2,1	148	1,5	43	0,4	4637	46,4	4680	46,9	67	96	9984	17003	58,7	9888	99	96	1,0	
Canhoba																					
2222	47,9	17	0,4	35	0,8	23	0,5	2318	50,0	2340	50,5	16	24	4638	8021	57,8	4614	99	24	0,5	
Capela																					
3512	32,8	1594	14,9	216	2,0	65	0,6	5274	49,2	5339	49,8	41	50	10711	17866	60,0	10661	100	50	0,5	
Carmo																					
750	38,2	166	8,5	58	3,0	13	0,7	940	47,9	953	48,1	23	35	1962	3129	62,7	1927	98	35	1,8	
Centro de São João																					
2130	46,1	54	1,2	180	3,9	23	0,5	2202	47,2	2225	48,2	23	27	4616	8466	54,5	4569	99	27	0,6	
Cristina																					
1684	53,4	56	1,8	36	1,1	18	0,6	1338	42,4	1366	43,0	21	23	3155	5136	61,4	3132	98	23	0,7	
Divia Pastora																					
1778	42,0	154	3,6	68	1,6	28	0,7	2185	51,6	2213	52,3	19	21	4234	6543	64,7	4213	100	21	0,5	
Espírito Santo																					
1161	43,7	215	8,1	16	0,8	1295	46,5	1295	47,2	11	11	2698	4201	63,3	2647	100	11	0,4			
Estância																					
2720	22,7	2561	21,1	264	2,2	96	0,8	6243	52,1	6339	52,9	79	110	11984	18302	65,5	11884	99	110	0,9	
Gararu																					
2088	53,5	33	0,8	23	0,6	26	0,7	1714	43,9	1740	44,6	17	21	3905	6978	56,0	3884	99	21	0,5	
Itabiana																					
9696	53,6	374	2,1	263	1,5	89	0,5	7555	41,8	7654	42,3	105	108	18095	30176	60,0	17987	99	108	0,6	
Itabirama																					
5920	51,4	228	2,0	101	0,9	41	0,4	5195	45,1	5236	45,5	34	34	11519	20137	57,2	11485	100	34	0,3	
Itaporanga d'Água																					
2715	41,9	440	6,8	76	1,2	43	0,7	3175	49,0	3218	49,7	26	31	6490	10851	59,7	6449	100	31	0,5	
Itapocara																					
4543	48,7	426	4,6	38	0,4	40	0,4	4259	45,7	4299	46,1	16	18	9324	14007	66,6	9306	100	18	0,2	
Itapratuba																					
2333	37,3	230	3,7	108	1,7	38	0,6	3508	56,0	3546	56,6	34	43	6260	10498	59,6	6217	99	43	0,7	
Lagarto																					
11843	52,0	252	1,3	177	0,8	57	0,3	10301	45,3	10368	45,5	83	91	22761	34204	66,5	22670	100	91	0,4	
Laranjeiras																					
2478	36,2	548	8,0	196	2,9	71	1,0	3474	50,8	3545	51,8	38	71	8838	11158	61,3	8767	99	71	1,0	
Marumim																					
1168	22,0	780	14,7	167	3,1	60	1,1	3090	58,1	3150	59,3	38	51	5316	8398	63,3	5285	99	51	1,0	
Munheca																					
1977	53,8	54	1,5	30	0,8	16	0,4	1573	42,8	1599	43,2	20	25	3675	6619	55,5	3650	99	25	0,7	
Negropolis																					
1525	24,1	1758	27,8	102	1,6	70	1,1	2830	44,8	2900	45,9	30	37	6322	10523	60,1	6285	99	37	0,6	
Nossa Senhora da Glória																					
1961	52,4	39	1,0	37	1,0	21	0,6	1655	44,3	1676	44,8	22	26	3739	6261	59,7	3713	99	26	0,7	
Nossa Senhora do Socorro																					
1022	24,5	640	15,3	71	1,7	114	2,7	2313	55,4	2427	58,1	19	15	4175	6247	66,8	4160	100	15	0,4	
Nossa Senhora das Dores																					
5637	51,8	286	2,6	135	1,2	26	0,2	4754	43,7	4780	43,9	28	40	10877	19858	54,8	10837	100	40	0,4	
Porto de Fátia																					
2647	29,9	763	8,6	59	0,7	30	0,3	5324	60,2	5354	60,8	79	19	8842	14605	92,1	8823	100	19	0,2	
Propria																					
4113	51,5	118	1,5	57	0,7	81	1,0	4095	48,1	4176	49,0	46	140	8521	14681	98,0	8381	98	140	1,6	
Ração do Dantas																					
3126	46,8	851	12,7	110	1,6	54	0,8	2476	37,1	2530	37,9	39	60	6677	13306	60,0	7931	99	60	0,9	
Riachuelo																					
4814	69,3	93	1,3	46	0,7	28	0,4	1929	27,8	1957	28,2	20	41	6951	12200	52,0	6910	99	41	0,6	
Riberopolis																					
1544	46,3	248	7,4	57	1,7	31	0,9	1430	42,9	1461	43,8	17	26	3336	5772	57,8	3310	99	26	0,8	
Rosário do Carate																					
1154	32,0	169	4,7	58	1,6	15	0,4	2184	60,6	2199	61,0	19	24	3604	5756	62,6	3560	99	24	0,7	
Salvado																					
2112	51,1	547	13,2	27	0,7	21	0,5	1398	33,8	1419	34,4	16	25	4130	7456	55,4	4105	99	25	0,6	
Santa Luzia do Itaty																					
836	16,2	363	7,0	19	0,4	18	0,3	3807	75,7	3925	76,1	27	18	5161	6808	75,8	5143	100	18	0,3	
Santo Amaro das Brotas																					
1715	28,9	2008	33,8	148	2,5	95	1,6	1940	32,7	2095	34,3	33	27	5933	12361	47,9	5906	100	27	0,5	
São Cristóvão																					
3103	40,7	675	8,8	95	1,2	40	0,5	3675	48,2	3715	48,7	47	44	7632	8863	86,1	7598	99	44	0,6	
São Francisco																					
4709	64,6	130	2,0	71	1,1	84	1,3	1896	29,8	1980	31,1	18	74	6364	13769	46,2	6340	99	74	1,2	
São Paulo																					
1175	22,1	791	22,5	51	1,5	16	0,5	1856	52,8	1872	53,3	14	23	3512	5471	64,2	3489	99	23	0,7	
Siri																					
Total em Sergipe																					
134637	39,8	18483	7,3	7018	2,1	3280	1,0	165572	49,0	168952	49,9	1905	2772	338122	542326	62,3	335350	99	2772	0,8	
Total, Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1940).																					

APÊNDICE C

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA																			
por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1960										Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.									
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Nº Est. Comerciais					PEA				
Agropecu.		Indústria		Comércio		Serviços		Pessoas		PEA		PEA		PEA		PEA		PEA	
Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop.	Pop.	% do Total da Pop.	Pop.	% do Total da Pop.	Adm.	Pub.	Outros	% do Total da Pop.	Com.	Ocup.	do Munic.	Total	% do Total da Pop.	Total	% do Total da Pop.	% do Total da Pop.
Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.													
539	34,7	0	0,0	25	1,6		47	3,0	9	16	586	1552	37,8	611	39	25	2		
4683	30,3	92	0,6	241	1,6		609	4,0	90	151	5284	15122	34,9	5525	37	241	2		
2635	2,3	5985	5,2	3581	3,1		24335	21,3	1094	2487	32955	114162	28,9	36536	32	3581	3		
2398	38,3	56	0,9	59	0,9		233	3,7	19	40	2687	6267	42,9	2746	44	59	1		
Araújo																			
592	13,3	286	6,4	78	1,8		430	9,7	37	41	1308	4447	29,4	1386	31	78	2		
Barra dos coqueiros																			
Boquim																			
2773	25,6	238	2,2	323	3,0		587	5,4	116	207	3598	10843	33,2	3921	36	323	3		
Brejo Grande																			
3056	37,9	131	1,6	106	1,3		282	3,5	41	65	3469	8060	43,0	3575	44	106	1		
Campo de Brito																			
5069	32,3	129	0,8	243	1,5		892	5,7	84	159	6090	15893	38,8	6333	40	243	2		
Canhoba																			
2745	35,5	45	0,6	66	0,9		166	2,1	22	44	2956	7727	38,3	3022	39	66	1		
Canindé de São Francisco																			
381	22,9	0	0,0	9	0,5		72	4,3	4	5	453	1661	27,3	462	28	9	1		
Capela																			
5385	28,5	379	2,0	368	2,0		1520	8,1	133	235	7284	18869	38,6	7652	41	368	2		
Carira																			
3545	34,6	21	0,2	152	1,5		161	1,6	58	94	3727	10253	36,4	3879	38	152	1		
Carmópolis																			
630	18,3	204	5,9	109	3,2		286	8,3	37	72	1120	3439	32,6	1229	36	109	3		
Cedro de São João																			
1686	22,3	84	1,1	112	1,5		646	8,5	39	73	2413	7566	31,9	2528	33	115	2		
Oristinápolis																			
1690	30,3	21	0,4	66	1,2		115	2,1	23	43	1626	5570	32,8	1826	34	66	1		
Cumbe																			
1322	32,8	119	3,0	37	0,9		147	3,6	11	26	1586	4032	39,3	1625	40	39	1		
Divina Pastora																			
542	21,4	44	1,7	37	1,5		111	4,4	11	26	697	2536	27,5	734	29	37	1		
Estância																			
3228	13,5	2205	9,2	516	2,2		2103	8,8	206	310	7536	23973	31,4	8052	34	516	2		
Frei Paulo																			
2584	31,0	161	1,9	211	2,5		306	3,7	98	113	3051	8324	36,7	3262	39	211	3		
Gararu																			
1893	25,7	344	4,7	33	0,4		367	5,0	13	20	2604	7365	35,4	2637	36	33	0		
Gracho Cardoso																			
1241	29,4	12	0,3	96	2,3		52	1,2	42	54	1305	4225	30,9	1401	33	96	2		
Ilha das Flores																			
1966	35,6	19	0,3	149	2,7		290	5,3	67	82	2275	5521	41,2	2424	44	149	3		
Indiaroba																			
1953	27,6	33	0,5	52	0,7		174	2,5	21	31	2160	7069	30,6	2212	31	52	1		
Itabaiana																			
13242	29,7	736	1,7	1212	2,7		2107	4,7	473	739	16085	44541	36,1	17297	39	1212	3		
Itabaianinha																			
5701	28,6	261	1,3	289	1,5		674	3,4	124	165	6636	19906	33,3	6925	35	289	1		
Itabi																			
1400	34,8	20	0,5	83	2,1		142	3,5	35	48	1562	4023	38,8	1645	41	83	2		
Itaporanga D'ajuda																			
3942	27,6	62	0,4	203	1,4		855	6,0	72	131	4859	14306	34,0	5062	35	203	1		
Japaratuba																			
3004	25,4	124	1,0	182	1,5		627	5,3	73	109	3755	11836	31,7	3937	33	182	2		
Japoatã																			
2524	30,5	84	1,0	98	1,2		102	1,2	46	52	2710	8271	32,8	2808	34	98	1		
Lagarto																			
14216	30,1	348	0,7	826	1,7		1673	3,5	311	515	16237	47214	34,4	17063	36	826	2		
Laranjeiras																			
2925	23,9	609	5,0	275	2,2		1046	8,5	114	161	4580	12250	37,4	4855	40	275	2		
Macambira																			
1402	33,8	39	0,9	117	2,8		220	5,3	39	78	1661	4147	40,1	1778	43	117	3		
Malhada de Bois																			
892	33,7	28	1,1	42	1,6		169	6,4	13	29	1089	2645	41,2	1131	43	42	2		
Malhada																			
1170	23,9	74	1,5	98	2,0		207	4,2	39	59	1451	4900	29,6	1549	32	98	2		
Marumim																			
1148	14,3	396	4,9	221	2,8		749	9,3	86	136	2293	8035	28,5	2514	31	221	3		
Monte Alegre de Sergipe																			
1203	33,2	0	0,0	73	2,0		28	0,8	22	51	1231	3620	34,0	3620	36	73	2		
Munibeca																			
1417	29,5	124	2,6	74	1,5		319	6,6	33	41	1860	4800	38,8	1934	40	74	2		
Neópolis																			
3414	22,5	1722	11,4	273	1,8		1046	6,9	102	171	6182	15165	40,8	6455	43	273	2		
Nossa Senhora da Glória																			
2434	30,3	67	0,8	169	2,1		303	3,7	56	113	2804	8209	34,2	2973	36	169	2		
Nossa Senhora das Dores																			
7313	33,4	261	1,2	1332	6,1		1143	5,2	617	715	8717	21872	39,9	10049	46	1332	6		

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas...																
por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1960																
Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas...					
	Agropec.		Indústria		Comércio		Serviços		Pessoas		PEA		% PEA		PEA Munic. Ocupada	
	Pop. Ocup.	% do Total da Pop. Munic.	Pop. Ocup.	% do Total da Pop.	Pop. Ocup.	% do Total da Pop.	Adm. Pub.	Outros	Com.	Ocup.	PEA	do Munic.	Total	% do Total da Pop.	Total	% do Total da Pop.
Nossa Senhora do Socorro	1302	16,9	110	1,4	110	1,4		418	5,4	47	63	1830	7713	23,7	1940	25
Pacatuba	2611	28,4	104	1,1	33	0,4		232	2,5	15	18	2947	9201	32,0	2980	32
Pedrinhas	900	27,1	36	1,1	102	3,1		138	4,2	36	67	1074	3320	32,3	1176	35
Pinhão	1742	36,1	24	0,5	63	1,3		74	1,5	18	45	1840	4819	38,2	1903	39
Poço Redondo	1248	29,5	76	1,8	47	1,1		389	9,2	20	27	1713	4231	40,5	1760	42
Poço Verde	2300	29,6	21	0,3	200	2,6		189	2,4	72	128	2510	7772	32,3	2710	35
Porto da Folha	2856	24,8	22	0,2	142	1,2		499	4,3	58	84	3377	11493	29,4	3519	31
Propriá	2557	12,5	1042	5,1	587	2,9		2609	12,8	210	377	6208	20451	30,3	6795	33
Riachão do Dantas	5421	32,8	113	0,7	305	1,8		514	3,1	111	194	6048	16545	36,6	6363	38
Riachuelo	1646	22,6	458	6,3	174	2,4		519	7,1	69	105	2623	7273	36,1	2797	38
Ribeirópolis	4468	33,4	42	0,3	334	2,5		394	2,9	129	205	4904	13361	36,7	5238	39
Rosário do Catete	1099	21,2	107	2,1	217	4,2		392	7,6	91	126	1598	5187	30,8	1815	35
Salgado	1818	24,6	71	1,0	128	1,7		372	5,0	50	78	2261	7391	30,6	2369	32
Santa Luzia do Itanhy	3668	40,5	57	0,6	95	1,0		207	2,3	44	51	3932	9059	43,4	4027	44
Santa Rosa de Lima	671	22,7	62	2,1	103	3,5		249	8,4	44	59	982	2952	33,3	1085	37
Santo Amaro de Brotas	1212	20,5	97	1,6	95	1,6		323	5,5	27	68	1632	5909	27,6	1727	29
São Cristóvão	3062	15,3	2091	10,4	308	1,5		1346	6,7	137	171	6499	20032	32,4	6807	34
Simão Dias	8597	31,2	1118	4,1	454	1,6		1793	6,5	170	284	11508	27584	41,7	11952	43
Siriri	1347	26,4	118	2,3	64	1,3		235	4,6	22	42	1700	5096	33,4	1764	35
Tobias Barreto	5680	28,3	264	1,3	296	1,5		2350	11,7	115	181	8294	20042	41,4	8590	43
Tomar do Geru	3082	37,2	33	0,4	85	1,0		178	2,1	31	54	3293	8284	39,8	3378	41
União	987	24,4	17	0,4	100	2,5		137	3,4	40	60	1141	4037	28,3	1241	31
Total em Sergipe	178057	23,7	21646	2,9	16278	2,2		58898	7,8	6084	10194	258596	751778	34,4	274879	37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1960).

APÊNDICE D

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1960																
Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades						Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.									
	Agropecu.		Indústria		Comércio		Serviços		Pessoas		PEA		Pop. Total		% PEA	
	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Adm. Pub	Outros	Estab. Comerciais	Nº Est.	Ocup.	do Munic.	do Munic.	Total	% do Total da PEA	% do Total da PEA
Amparo de São Francisco	539	92,0	0	0,0	25	4,3	47	8,0	9	16	586	1552	37,8	611	104	25
Aquidã	4583	86,7	92	1,7	241	4,6	609	11,5	90	151	5284	15122	34,9	5525	105	241
Aracaju	2635	8,0	5985	18,2	3681	10,9	24335	73,8	1094	2487	32955	114162	28,9	36536	111	3581
Aracaju	2398	89,2	56	2,1	59	2,2	233	8,7	19	40	2687	6267	42,9	2746	102	59
Barra dos coqueiros	592	45,3	286	21,9	78	6,0	430	32,9	37	41	1308	4447	29,4	1386	106	78
Boquim	2773	77,1	238	6,6	323	9,0	587	16,3	116	207	3698	10843	33,2	3921	109	323
Brejo Grande	3056	88,1	131	3,8	106	3,1	282	8,1	41	65	3469	8060	43,0	3575	103	106
Campo de Brito	5069	83,2	129	2,1	243	4,0	892	14,6	84	159	6090	15693	38,8	6333	104	243
Carinhoba	2745	92,9	45	1,5	66	2,2	166	5,6	22	44	2956	7727	38,3	3022	102	66
Canindé de São Francisco	381	84,1	0	0,0	9	2,0	72	15,9	4	5	453	1661	27,3	462	102	9
Capela	5385	73,9	379	5,2	368	5,1	1520	20,9	133	235	7284	18869	38,6	7652	105	368
Carira	3545	95,1	21	0,6	152	4,1	161	4,3	58	94	3727	10253	36,4	3879	104	152
Carmópolis	630	56,3	204	18,2	109	9,7	286	25,5	37	72	1120	3439	32,6	1229	110	109
Cedro de São João	1686	69,9	84	3,5	112	4,6	646	26,8	39	73	2413	7566	31,9	2528	105	115
Cristinápolis	1690	92,6	21	1,2	66	3,6	115	6,3	23	43	1826	5570	32,8	1892	104	66
Cumbe	1322	83,4	119	7,5	37	2,3	132	14,7	9,3	11	26	1586	4032	1625	102	39
Divina Pastora	542	77,8	44	6,3	37	5,3	111	15,9	11	26	697	2536	27,5	734	105	37
Estância	3228	42,8	2205	29,3	516	6,8	2103	27,9	206	310	7536	23973	31,4	8052	107	516
Frei Paulo	2584	84,7	161	5,3	211	6,9	306	10,0	98	113	3051	8324	36,7	3262	107	211
Gararu	1893	72,7	344	13,2	33	1,3	367	14,1	13	20	2604	7365	35,4	2637	101	33
Gracho Cardoso	1241	95,1	12	0,9	96	7,4	52	4,0	42	54	1305	4225	30,9	1401	107	96
Ilha das Flores	1966	86,4	19	0,8	149	6,5	290	12,7	67	82	2275	5521	41,2	2424	107	149
Indiaroba	1963	90,4	33	1,5	52	2,4	174	8,1	21	31	2160	7069	30,6	2212	102	52
Itabalana	13242	82,3	736	4,6	1212	7,5	2107	13,1	473	739	16085	44541	36,1	17297	108	1212
Itabalânia	5701	85,9	261	3,9	289	4,4	674	10,2	124	165	6636	19906	33,3	6925	104	289
Itabi	1400	89,6	20	1,3	83	5,3	142	9,1	35	48	1562	4023	38,8	1645	105	83
Itaporanga D'ajuda	3942	81,1	62	1,3	203	4,2	855	17,6	72	131	4859	14306	34,0	5062	104	203
Japarutuba	3004	80,0	124	3,3	182	4,8	627	16,7	73	109	3755	11836	31,7	3937	105	182
Japoatã	2524	93,1	84	3,1	98	3,6	102	3,8	46	52	2710	8271	32,8	2808	104	98
Lagarto	14216	87,6	348	2,1	826	5,1	1673	10,3	311	515	16237	47214	34,4	17063	105	826
Laranjeiras	2925	63,9	609	13,3	275	6,0	1046	22,8	114	161	4580	12250	37,4	4855	106	275
Macambira	1402	84,4	39	2,3	117	7,0	220	13,2	39	78	1661	4147	40,1	1778	107	117
Malhada de Bois	892	81,9	28	2,6	42	3,9	169	15,5	13	29	1089	2645	41,2	1131	104	42
Malhador	1170	80,8	74	5,1	98	6,8	207	14,3	39	59	1451	4900	29,6	1549	107	98
Marum	1148	50,1	396	17,3	221	9,6	749	32,7	85	136	2293	8036	28,5	2514	110	221
Monte Alegre de Sergipe	1203	97,7	0	0,0	73	5,9	28	2,3	22	51	1231	3620	34,0	1304	106	73
Muribeca	1417	76,2	124	6,7	74	4,0	319	17,2	33	41	1860	4800	38,8	1934	104	74
Neópolis	3414	55,2	1722	27,9	273	4,4	1046	16,9	102	171	6182	15165	40,8	6455	104	273
Nossa Senhora da Glória	2434	86,8	67	2,4	169	6,0	303	10,8	56	113	2604	8209	34,2	2973	106	169
Nossa Senhora das Dores	7313	83,9	261	3,0	1332	15,3	1143	13,1	617	715	8717	21872	39,9	10049	115	1332

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1960

Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.												
	Agricult.			Indústria			Comércio			Serviços			Estab. Comerciais			Pop. Total			PEA				
	% do Total da PEA		Pop.	% do Total da PEA		Pop.	% do Total da PEA		Pop.	% do Total da PEA		Adm. Pub.	% do Total da PEA		Outros	% do Total da PEA		Ocup.	% do Total da PEA		do Munic.	% do Total da PEA	
	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	Ocup.	% do Total da PEA	
Nossa Senhora do Socorro	1302	71,1	110	6,0	110	6,0	418	22,8	47	63	1830	23,7	1940	106	110	6							
Pacatuba	2611	88,6	104	3,5	33	1,1	232	7,9	15	18	2947	9201	32,0	2980	101	33	1						
Pedrinhas	900	83,8	36	3,4	102	9,5	138	12,8	35	67	1074	3320	32,3	1176	109	102	9						
Pinhão	1742	94,7	24	1,3	63	3,4	74	4,0	18	45	1840	4819	38,2	1903	103	63	3						
Poço Redondo	1248	72,9	76	4,4	47	2,7	389	22,7	20	27	1713	4231	40,5	1760	103	47	3						
Poço Verde	2300	91,6	21	0,8	200	8,0	189	7,5	72	128	2510	7772	32,3	2710	108	200	8						
Porto da Folha	2856	84,6	22	0,7	142	4,2	489	14,8	58	84	3377	11493	104	3519	104	142	4						
Propriá	2557	41,2	1042	16,8	587	9,5	2609	42,0	210	377	6208	20461	30,3	6795	109	587	9						
Riachão do Dantas	5421	89,6	113	1,9	305	5,0	514	8,5	111	194	6048	16545	36,6	6353	105	305	5						
Riachuelo	1646	62,8	458	17,5	174	6,6	458	19,8	69	105	2623	7273	36,1	2797	107	174	7						
Ribeirópolis	4468	91,1	42	0,9	334	6,8	394	8,0	129	205	4904	13361	36,7	5238	107	334	7						
Rosário do Catete	1099	68,8	107	6,7	217	13,6	392	24,5	91	126	1598	5187	30,8	1815	114	217	14						
Salgado	1818	80,4	71	3,1	128	5,7	372	16,5	50	78	2261	7391	30,6	2389	106	128	6						
Santa Luzia do Itanh	3668	93,3	57	1,4	95	2,4	207	5,3	44	51	3932	9059	43,4	4027	102	95	2						
Santa Rosa de Lima	671	68,3	62	6,3	103	10,5	249	25,4	44	59	982	2952	33,3	1086	110	103	10						
Santa Amaro de Brotas	1212	74,3	97	5,9	95	5,8	323	19,8	27	68	1632	5909	27,6	1727	106	95	6						
São Cristóvão	3062	47,1	2091	32,2	408	4,7	1346	20,7	137	171	6499	20032	32,4	6807	105	308	5						
Simão Dias	8597	74,7	1118	9,7	454	3,9	1793	15,6	170	284	11508	27584	41,7	11962	104	454	4						
Sitiri	1347	79,2	118	6,9	64	3,8	235	13,8	22	42	1700	5096	33,4	1764	104	64	4						
Tobias Barreto	685	68,5	264	3,2	296	3,6	5680	2350	28,3	115	181	8294	20042	41,4	8590	104	296	4					
Tomar do Geru	3082	93,6	33	1,0	85	2,6	178	5,4	31	54	3293	8284	39,8	3378	103	85	3						
União	987	86,5	17	1,5	100	8,8	137	12,0	40	60	1141	4037	28,3	1241	109	100	9						
União em Sergipe	179057	68,9	21646	8,4	16278	6,3	58898	22,8	6084	10194	268996	751778	34,4	274879	106	16283	6						

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1960).

APÊNDICE E

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 1980																			
Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas								
	Agropecuária					Indústria					Comércio			Serviços			PEA		
	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Adm.	% do Total da Pop. Munic.	Outros	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	% do Total da Pop. Munic.
Araruama de São Francisco	261	15,3	106	6,2	12	0,7	24	1,4	63	3,7	88	5,2	12	0,7	24	1,4	63	3,7	88
Aquidauã	3129	19,4	370	2,3	295	1,8	68	0,4	1089	6,8	1157	7,2	104	0,6	1089	6,8	1157	7,2	104
Aracaju	1329	0,5	26216	8,9	13950	4,7	8825	3,0	45433	15,5	54313	18,5	3080	0,1	10379	21,3405	293	1,19	72,8
Aracaju	2665	29,9	270	3,0	110	1,2	16	0,2	323	3,6	339	3,8	13	0,1	25	57,38	8,924	64,3	3723
Aracaju	1139	16,0	185	2,9	45	0,7	20	0,3	168	2,7	188	3,0	30	0,4	49	41,61	6,332	65,7	1745
Barra dos Coqueiros	624	7,8	483	6,1	82	1,0	67	0,8	397	5,0	465	5,8	56	0,7	109	54,72	7,952	68,8	27
Boquim	3590	19,6	322	1,8	298	1,6	58	0,3	962	5,3	1020	5,6	85	0,5	217	12,391	18,320	67,6	6251
Brigido Grande	2403	33,2	45	0,6	43	0,6	24	0,3	172	2,4	196	2,7	39	0,5	70	47,38	7,247	65,4	2883
Campo de Brito	2626	23,7	283	2,4	146	1,2	113	0,9	415	3,5	529	4,4	13	0,1	32	81,69	11,903	68,8	4312
Canhoba	1064	26,0	41	1,0	9	0,2	28	0,7	135	3,3	164	4,0	13	0,1	32	27,31	4,087	66,8	1441
Canindé de São Francisco	1844	29,9	37	0,6	16	0,3	17	0,3	90	1,5	107	1,7	13	0,1	17	39,60	6,157	64,3	2111
Capela	3901	17,0	976	4,2	139	0,6	115	0,5	1358	5,9	1473	6,4	144	0,9	307	15,547	23,008	67,6	7962
Carira	3624	23,3	398	2,6	155	1,0	65	0,4	633	4,1	698	4,5	74	0,5	196	10,678	15,577	68,5	5573
Carmópolis	309	6,9	366	8,0	67	1,5	67	1,5	330	7,4	399	8,9	31	0,4	74	30,85	4,463	69,1	1528
Cedro de São João	411	8,4	91	1,8	141	2,9	55	1,1	265	5,4	321	6,5	67	1,0	120	36,46	4,921	74,1	1284
Cristinápolis	1516	20,9	151	2,1	109	1,5	47	0,6	265	3,7	313	4,3	36	0,5	89	47,32	7,242	65,3	2401
Cumbe	940	27,6	111	3,3	4	0,1	20	0,6	72	2,1	93	2,7	19	0,3	36	22,47	3,401	66,1	1240
Duna Pastora	161	7,4	117	5,3	15	0,7	44	2,0	100	4,6	146	6,7	9	0,1	26	14,37	2,188	65,7	583
Estância	2642	7,2	4021	10,9	1296	3,5	401	1,1	3187	8,7	3589	9,7	295	0,8	734	25,701	36,825	69,8	15136
Feira Nova	963	22,4	114	2,7	25	0,6	20	0,5	154	3,6	174	4,1	295	0,8	734	25,701	36,825	69,8	15136
Frei Paulo	1761	19,9	375	4,2	116	1,3	76	0,9	440	5,0	517	5,9	63	0,8	123	61,96	8,830	70,2	3285
Garau	3066	27,4	74	0,7	28	0,2	33	0,3	128	1,1	161	1,4	55	0,8	64	7,392	11,284	65,5	3620
General Maynard	262	15,1	87	4,7	18	1,0	16	0,9	74	4,0	91	4,9	36	0,8	58	40,00	6,032	86,3	1916
Gracho Cardoso	1350	23,0	79	1,3	28	0,5	50	0,8	159	2,6	210	3,5	36	0,6	78	53,17	7,743	68,7	2664
Ilha das Flores	1815	23,4	111	1,4	71	0,9	96	1,2	237	3,1	334	4,3	31	0,4	78	53,17	7,743	68,7	2664
Indaiatuba	2124	27,4	180	2,3	78	1,0	35	0,5	302	3,9	337	4,4	47	0,7	143	50,78	7,749	85,5	3056
Itabaiana	8676	16,5	2207	4,2	2313	4,4	292	0,6	3918	7,4	4211	8,0	440	0,9	1199	38,805	52,601	70,0	21617
Itabaianinha	3414	12,9	2446	9,2	576	2,2	59	0,2	1649	6,2	1708	6,5	162	0,4	357	17,633	26,475	86,6	9852
Itabi	980	20,3	107	2,3	53	1,1	33	0,7	172	3,6	206	4,3	21	0,3	26	33,06	4,732	69,9	1531
Itaporanga D'ajuda	2232	13,4	751	4,5	222	1,3	128	0,8	743	4,5	872	5,3	70	0,4	143	10,890	16,603	65,6	4948
Jacarutuba	1492	14,2	615	5,9	116	1,1	162	1,5	546	5,2	710	6,8	64	0,9	122	71,69	10,471	68,5	3641
Japoatã	1544	19,8	249	3,2	117	1,5	18	0,2	241	3,1	259	3,3	34	0,5	73	53,86	7,797	68,8	2428
Lagarto	9850	16,9	1803	3,1	1791	3,1	323	0,6	3491	6,0	3815	6,5	966	0,9	1914	40,475	58,328	69,4	21073
Laranjeiras	1148	8,6	1148	8,6	128	1,0	147	1,1	652	4,9	800	6,0	87	0,7	173	87,15	13,275	65,6	4023
Macambira	1111	25,1	33	0,7	46	1,0	19	0,4	135	3,1	154	3,5	16	0,2	36	30,89	4,420	69,9	1498
Malhada dos Bois	309	12,7	33	0,7	28	1,1	48	2,0	83	3,4	133	5,5	25	0,4	51	16,85	2,439	69,1	861
Malhada do	1957	23,6	131	1,6	34	0,4	12	0,1	231	2,8	243	2,9	40	0,5	77	54,71	8,307	65,9	2608
Marum	623	5,5	1028	9,0	197	1,7	114	1,0	598	5,3	713	6,3	116	0,9	304	75,08	11,366	86,1	3273
Meia Bonita	3153	36,6	126	1,5	102	1,2	66	0,8	343	4,0	410	4,8	55	0,7	74	59,49	8,622	69,0	4200
Monte Alegre de Sergipe	2200	25,8	125	1,5	91	1,1	30	0,3	218	2,5	248	2,9	49	0,6	84	54,66	8,599	63,6	2912
Munheca	601	9,9	326	5,4	36	0,6	73	1,2	238	3,9	312	5,1	42	0,6	80	44,67	6,071	66,5	1588
Neópolis	2590	14,7	1549	8,8	242	1,4	263	1,5	851	4,8	1115	6,3	88	0,7	203	12,075	17,580	68,7	6610
Nossa Senhora Aparecida	2494	26,5	77	0,9	8	0,1	27	0,3	214	2,4	241	2,8	30	0,4	57	56,66	8,753	64,7	3061
Nossa Senhora da Glória	3637	17,8	463	2,3	300	1,5	157	0,8	899	4,4	1057	5,2	101	0,8	266	13,642	20,432	66,8	6513
Nossa Senhora das Dores	3620	20,7	519	3,0	364	2,1	80	0,5	715	4,1	795	4,5	150	0,9	331	12,232	17,493	69,9	6093
Nossa Senhora de Lourdes	1158	27,7	75	1,8	29	0,7	19	0,5	64	1,5	83	2,0	32	0,4	45	28,83	4,183	68,9	1428

População Municipal e Estadual Economicamente Ativa - PEA por ramos de Atividades, Número de Estabelecimentos Comerciais, Pessoas Ocupadas e Distribuição relativa da PEA por pessoas																																		
ocupadas em relação ao total da população Municipal em Sergipe - 1980											Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.																							
Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Estab. Comerciais		PEA		Pop. Total		% PEA		PEA Munic. Ocupada		PEA Munic. Não Ocupada													
	Agropecuária					Indústria					Comércio					Serviços					Nº Est.		Pessoas		PEA		do Munic.		Munic.		Total		% do Total	
	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop. Ocup.	% do Total da Pop. Munic.	Pop. Ocup.	% do Total da Pop. Munic.	Adm. Pub.	% do Total da Pop. Munic.	Outros	% do Total da Pop. Munic.	Serviços	% do Total da Pop. Munic.	Serviços	% do Total da Pop. Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.	Com.	Ocup.	PEA	do Munic.	Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.	do Munic.	Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.					
Nossa Senhora do Socorro	365	2,7	1200	8,8	276	2,0	79	0,6	827	6,0	907	6,6	37	151	8861	13710	64,6	3664	27	5207	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0				
Pacatuba	1856	18,9	78	0,8	34	0,3	52	0,5	184	1,9	237	2,4	46	100	6533	9823	66,5	2441	25	4092	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7	41,7				
Pedra Mole	661	36,5	28	1,6		0,0	8	0,5	25	1,5	33	1,9	4	8	1191	1718	69,3	755	44	436	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4	25,4				
Pedrinhas	1268	23,5	67	1,2	69	1,3	5	0,1	180	3,3	185	3,4	27	58	3622	5404	67,0	1774	33	1848	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2	34,2				
Pinhão	1096	27,5	171	4,3	55	1,4	25	0,6	155	3,9	181	4,5	26	45	2780	3969	69,7	1683	42	1097	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5				
Pirambu	557	16,8	134	4,0	94	2,8	24	0,7	157	4,7	182	5,5	24	47	2240	3311	67,7	1148	35	1092	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0				
Poco Redondo	5245	31,3	145	0,9	42	0,3	24	0,1	276	1,6	300	1,8	36	52	10898	16741	65,1	6032	36	4866	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1	29,1				
Poco Verde	2610	18,2	252	1,8	140	1,0	34	0,2	375	2,6	409	2,9	173	476	9940	14366	69,2	3820	27	6120	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6				
Porto da Folha	6383	27,9	488	2,1	231	1,0	97	0,4	1140	5,0	1237	5,4	165	245	15061	22863	65,9	9576	42	5485	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0				
Propriá	826	3,9	1467	6,9	736	3,5	355	1,7	2299	10,8	2656	12,5	306	740	15976	21309	75,0	8339	39	7637	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8				
Riachão do Dantas	4103	23,5	244	1,4	133	0,8	56	0,3	398	2,3	454	2,6	66	117	12079	17474	69,1	5388	31	6691	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3	38,3				
Riachuelo	319	5,4	727	12,3	48	0,8	22	0,4	316	5,4	338	5,7	18	37	3949	5898	67,0	1770	30	2179	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9	36,9				
Ribeirópolis	1943	15,9	276	2,3	180	1,5	65	0,5	500	4,1	566	4,6	85	84	8455	12205	69,3	3530	29	4925	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4	40,4				
Rosário do Catete	428	10,9	372	9,5	51	1,3	54	1,4	227	5,8	282	7,2	14	33	2685	3915	68,6	1414	36	1271	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5	32,5				
Salgado	1975	16,1	319	2,6	124	1,0	56	0,5	473	3,9	529	4,3	67	139	7995	12270	65,2	3476	28	4519	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8				
Santa Luzia do Itanhhy	2061	25,7	150	1,9	31	0,4	32	0,4	230	2,9	262	3,3	32	59	5199	8026	64,8	2766	34	2433	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3				
Santa Rosa de Lima	505	17,0	58	1,9	41	1,4	24	0,8	159	5,3	184	6,2	16	31	1950	2975	65,5	971	33	979	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9				
Santo Amaro das Brotas	769	9,7	498	6,3	23	0,3	50	0,6	236	3,0	287	3,6	42	89	5300	7947	66,7	1863	23	3437	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3	43,3				
São Cristóvão	1703	7,1	1829	7,6	484	2,0	262	1,1	1403	5,8	1666	6,9	120	214	16430	24129	68,1	7347	30	9083	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6	37,6				
São Domingos	1615	25,6	68	1,1	6	0,1	28	0,4	121	1,9	149	2,4	49	64	4102	6316	64,9	1987	31	2115	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5	33,5				
São Francisco	316	15,4	40	2,0	8	0,4	15	0,7	113	4,3	129	6,3	10	20	1416	2046	69,2	621	30	795	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9	38,9				
São Miguel do Aleixo	1094	35,3	30	1,0	19	0,6	9	0,3	49	1,6	58	1,9	19	33	2073	3095	67,0	1259	41	814	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3	26,3				
Simão Dias	3685	13,6	949	3,5	647	2,4	119	0,4	1492	5,5	1611	6,0	186	375	19133	27031	70,8	8503	31	10630	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3	39,3				
Siriri	741	13,7	360	6,7	67	1,2	47	0,9	136	2,5	184	3,4	36	75	3626	5406	67,1	1535	28	2091	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7	38,7				
Telha	475	26,9	22	1,2	5	0,3	3	0,2	167	9,5	170	9,7	9	17	1192	1763	67,6	842	48	360	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8	19,8				
Tobias Barreto	4913	16,5	767	2,5	893	2,9	129	0,4	3427	11,1	3556	11,6	332	646	21374	30781	69,4	13686	44	7689	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0				
Tomar do Geru	1834	17,4	695	6,6	18	0,2	29	0,3	234	2,2	263	2,5	49	100	6670	10537	65,2	3073	29	3797	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0				
Umbaúba	1830	19,3	433	4,6	150	1,6	34	0,4	408	4,3	442	4,7	76	159	6248	9504	65,7	3297	35	2951	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0	31,0				
Total em Sergipe	149754	13,1	61304	5,4	4295	0,4	14207	1,2	88711	7,8	102970	9,0	4752	10024	789496	1.140.379	69,2	421241	37	368255	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3	32,3				
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1980).																																		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1980).

APÊNDICE F

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1980																					
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Estab. Comerciais			Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.								
Agropecuária				Indústria		Comércio		Serviços		Nº Est.		Pessoas		Pop. Total		% PEA		PEA Munic.		Não Ocupada	
Pop.	Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Adm.	% do Total da PEA	Outros	% do Total da PEA	Serviços	% do Total da PEA	Com.	Ocup.	PEA	do Munic.	Munic.	Total	% do Total	
Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Pub.	Pub.												
261	22,3	106	9,1	12	1,0	24	2,1	63	5,4	89	7,6	12	27	1168	1,704	68,5	555	48	613	52,5	
Araruama de São Francisco	3129	28,2	370	3,3	295	2,7	68	0,6	1069	9,8	1158	10,4	104	225	11097	16,125	68,8	6109	55	4988	
Aquidauã	1329	0,6	26216	12,3	13950	6,5	8825	4,1	45485	21,3	54314	25,5	3080	10379	213405	293,119	72,8	150019	70	63386	
Aracaju	2655	46,4	270	4,7	110	1,9	16	0,3	323	5,6	339	5,9	13	25	5738	8,924	64,3	3723	66	2015	
Arealândia	1139	27,4	185	4,4	46	1,1	20	0,5	168	4,0	188	4,5	30	49	4161	6,332	65,7	1745	42	2416	
Barra dos Coqueiros	624	11,4	483	8,8	82	1,5	67	1,2	397	7,3	465	8,5	56	109	5472	7,952	68,8	2118	39	3354	
Barra dos Coqueiros	3590	29,0	322	2,6	299	2,4	58	0,5	962	7,8	1020	8,2	85	217	12391	18,320	67,6	6251	50	6140	
Bequim	2403	50,7	45	0,9	43	0,9	24	0,5	172	3,6	197	4,1	39	70	4739	7,247	85,4	2884	61	1855	
Brilho Grande	2826	34,5	283	3,5	146	1,8	113	1,4	415	5,1	529	6,5	13	32	8189	11,903	68,8	4312	53	3877	
Campo de Brito	1064	39,0	41	1,5	9	0,3	28	1,0	135	4,9	164	6,0	13	32	2731	4,087	66,8	1441	53	1290	
Cantôbia	1844	46,6	37	0,9	16	0,4	17	0,4	90	2,3	107	2,7	13	17	3960	6,157	64,3	2111	53	1849	
Canindé de São Francisco	3901	25,1	976	6,3	139	0,9	115	0,7	1358	8,7	1474	9,5	144	307	15547	23,008	67,6	7963	51	7584	
Capela	3624	33,9	398	3,7	156	1,5	65	0,6	633	5,9	699	6,5	74	196	10678	15,577	68,5	5574	52	5104	
Carira	309	10,0	366	11,5	67	2,2	67	2,2	330	10,7	399	12,9	31	74	3086	4,463	69,1	1528	50	1567	
Carmópolis	411	11,3	91	2,5	141	3,9	55	1,5	265	7,3	322	8,8	67	120	3645	4,921	74,1	1285	35	2360	
Centro de São João	1516	32,0	151	3,2	109	2,3	47	1,0	265	5,6	313	6,6	36	89	4732	7,242	85,3	2401	51	2331	
Cristinápolis	940	41,8	111	4,9	4	0,2	20	0,9	72	3,2	93	4,1	19	36	2247	3,401	66,1	1240	55	1007	
Cumbe	161	11,2	117	8,1	15	1,0	44	3,1	100	7,0	147	10,2	9	26	1437	2,188	65,7	584	41	853	
Dama Pastora	2642	10,3	4021	15,6	1296	5,0	401	1,6	3187	12,4	3990	14,0	295	734	25701	36,825	69,8	15137	59	10564	
Estância	963	33,8	114	4,0	25	0,9	20	0,7	154	5,4	175	6,1	295	123	2852	4,294	66,4	1451	51	1401	
Feira Nova	1761	28,4	375	6,1	116	1,9	76	1,2	440	7,1	517	8,3	63	123	6196	8,830	70,2	3285	53	2911	
Frii Paulo	3096	41,9	74	1,0	28	0,4	33	0,4	128	1,7	161	2,2	55	64	7392	11,284	65,5	3620	48	3872	
Gararu	282	21,7	87	6,7	18	1,4	16	1,2	74	5,7	91	7,0	36	58	4000	6,032	66,3	1916	46	2064	
General Maynard	1350	34,8	79	2,0	28	0,7	50	1,3	159	4,0	210	5,3	36	78	5317	7,743	68,7	2655	50	2652	
Gracho Cardoso	1815	34,1	111	2,1	71	1,3	96	1,8	237	4,5	335	6,3	47	143	5078	7,749	65,5	3057	60	2021	
Ilha das Flores	2124	41,8	180	3,5	78	1,5	35	0,7	302	5,9	338	6,7	47	1199	38805	52,601	70,0	21617	59	15188	
Indiaroba	8676	23,6	2207	6,0	2313	6,3	292	0,8	3918	10,6	4211	11,4	440	1199	38805	52,601	70,0	21617	59	15188	
Itabaiana	3414	19,4	2446	13,9	576	3,3	59	0,3	1649	9,4	1708	9,7	162	357	17633	26,475	66,6	9852	56	7781	
Itabaianinha	960	29,0	107	3,2	53	1,6	33	1,0	172	5,2	206	6,2	21	26	3306	4,732	69,9	1531	46	1775	
Itabi	2232	30,5	751	6,9	222	2,0	128	1,2	743	6,8	872	8,0	70	143	10890	16,603	65,6	4948	46	5942	
Itaporanga D'ajuda	1492	20,8	615	8,6	116	1,6	162	2,3	546	7,6	710	9,9	64	122	7169	10,471	68,5	3641	51	3628	
Jacarutuba	1544	26,8	249	4,6	117	2,2	18	0,3	241	4,5	259	4,8	34	73	5366	7,797	68,8	2428	45	2936	
Japoatã	9650	24,3	1803	4,5	1791	4,4	323	0,8	3491	8,6	3815	9,4	966	1914	40475	58,328	69,4	21073	52	19402	
Lagarto	1148	13,2	1148	13,2	128	1,5	147	1,7	652	7,5	801	9,2	87	173	8715	13,275	65,6	4024	46	4691	
Laranjeiras	1111	36,0	33	1,1	46	1,5	19	0,6	135	4,4	155	5,0	16	36	3089	4,420	69,9	1499	49	1590	
Macambira	309	18,3	60	3,6	28	1,7	48	2,8	83	4,9	134	7,9	25	51	1685	2,439	69,1	662	39	1023	
Malhada dos Bois	1957	36,8	131	2,4	34	0,6	12	0,2	231	4,2	243	4,4	40	77	5471	8,307	65,9	2608	48	2863	
Malhada	623	8,3	1028	13,7	197	2,6	114	1,5	598	8,0	714	9,5	116	304	7508	11,366	66,1	3274	44	4234	
Marum	3153	53,0	126	2,1	102	1,7	66	1,1	343	5,8	410	6,9	55	74	5949	8,622	69,0	4200	71	1749	
Monta Bonita	2200	40,2	125	2,3	91	1,7	30	0,5	218	4,0	249	4,5	49	84	5466	8,599	63,6	2913	53	2553	
Monte Alegre de Sergipe	601	14,9	326	8,1	38	0,9	73	1,8	238	5,9	313	7,7	42	80	4037	6,071	66,5	1589	39	2448	
Munheca	2590	21,4	1549	12,8	242	2,0	263	2,2	851	7,0	1116	9,2	68	203	12075	17,580	68,7	6611	55	5464	
Neópolis	2494	44,0	77	1,4	8	0,1	27	0,5	214	3,8	241	4,3	30	57	5666	8,763	64,7	3061	54	2605	
Nossa Senhora Aparecida	3637	26,7	463	3,4	300	2,2	157	1,2	899	6,6	1057	7,7	101	266	13642	20,432	66,8	6513	48	7129	
Nossa Senhora da Glória	3620	29,6	519	4,2	364	3,0	80	0,7	715	5,8	796	6,5	150	331	12232	17,483	69,9	6084	50	6136	
Nossa Senhora das Dores	1158	40,2	75	2,6	29	1,0	19	0,7	64	2,2	84	2,9	32	45	2883	4,183	68,9	1429	50	1454	

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 1980																				
Municípios	População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas:									
	Agropecuária					Indústria					Serviços					Pessoas				
	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA	Pop.	% do Total da PEA
	Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.		Ocup.	
Nossa Senhora do Socorro	365	4,1	1.200	13,5	276	3,1	79	0,9	827	9,3	907	10,2	37	0,4	151	1,7	866	10,0	866	10,0
Pacatuba	1856	20,4	78	1,2	34	0,5	52	0,6	184	2,0	237	2,6	46	0,5	100	1,1	653	7,4	653	7,4
Pedra Mole	661	5,5	28	2,4	0	0,0	8	0,1	25	0,3	34	0,4	4	0,0	8	0,1	1191	13,5	1191	13,5
Pedrinhas	1268	35,0	67	1,8	69	1,9	5	0,1	180	5,0	185	5,1	27	0,3	58	0,7	3622	40,8	3622	40,8
Pinhão	1096	39,4	171	6,2	55	2,0	25	0,9	155	5,6	181	6,5	26	0,3	45	0,5	2780	31,1	2780	31,1
Pirambu	557	24,9	134	6,0	94	4,2	24	1,1	157	7,0	182	8,1	24	0,3	47	0,5	2240	25,4	2240	25,4
Poço Redondo	5245	48,1	145	1,3	42	0,4	24	0,2	276	2,5	300	2,8	36	0,3	52	0,6	10698	119,8	10698	119,8
Poço Verde	2610	26,3	252	2,5	140	1,4	34	0,3	375	3,8	409	4,1	173	1,7	476	4,8	9940	108,1	9940	108,1
Porto da Folha	8363	42,4	468	3,2	231	1,5	97	0,6	1140	7,6	1238	8,2	165	1,0	245	1,6	15061	166,6	15061	166,6
Propriá	826	5,2	1467	9,2	736	4,6	365	2,2	2259	14,4	2656	16,6	306	1,9	740	4,6	15976	176,1	15976	176,1
Riachão do Dantas	4103	34,0	244	2,0	133	1,1	56	0,5	398	3,3	454	3,8	66	0,5	117	1,0	12079	100,6	12079	100,6
Riachuelo	319	8,1	727	18,4	48	1,2	22	0,6	316	8,0	339	8,6	18	0,5	37	0,9	3949	36,1	3949	36,1
Ribeirópolis	1943	23,0	276	3,3	180	2,1	65	0,8	500	5,9	566	6,7	85	0,9	8455	96,3	8455	96,3	8455	96,3
Rosário do Catete	428	15,9	372	13,9	51	1,9	54	2,0	227	8,5	263	10,5	14	0,5	33	1,2	2696	30,1	2696	30,1
Salgado	1975	24,7	319	4,0	124	1,6	56	0,7	473	5,9	530	6,6	67	0,8	139	1,6	7995	91,1	7995	91,1
Santa Luzia do Itanhhy	2061	39,6	150	2,9	31	0,6	32	0,6	230	4,4	263	5,1	32	0,6	59	1,0	5199	58,8	5199	58,8
Santa Rosa de Lima	505	25,9	58	3,0	41	2,1	24	1,2	159	8,2	184	9,4	16	0,8	31	1,6	1950	22,1	1950	22,1
Santo Amaro das Brotas	769	14,5	498	9,4	23	0,4	50	0,9	236	4,5	287	5,4	42	0,8	89	1,6	5300	60,1	5300	60,1
São Cristóvão	1703	10,4	1829	11,1	484	2,9	262	1,6	1403	8,5	1667	10,1	120	0,7	214	1,3	16430	187,1	16430	187,1
São Domingos	1615	38,4	68	1,7	6	0,1	26	0,7	121	2,9	150	3,6	49	0,8	64	1,0	4102	46,6	4102	46,6
São Francisco	316	22,3	40	2,8	8	0,6	15	1,1	113	6,0	129	9,1	10	0,7	20	1,4	1416	16,5	1416	16,5
São Miguel do Aleixo	1094	52,8	30	1,4	19	0,9	9	0,4	49	2,4	58	2,8	19	0,9	33	2,0	2073	23,8	2073	23,8
Simão Dias	3685	19,3	949	5,0	647	3,4	119	0,6	1492	7,8	1612	8,4	186	1,0	375	2,3	19133	219,1	19133	219,1
Siriri	741	20,4	360	9,9	67	1,8	47	1,3	136	3,8	184	5,1	36	0,8	75	2,1	3626	41,2	3626	41,2
Telha	475	39,8	22	1,8	5	0,4	3	0,3	167	14,0	170	14,3	9	0,8	17	1,5	1192	13,7	1192	13,7
Tobias Barreto	4913	23,0	767	3,6	893	4,2	129	0,6	3427	16,0	3657	16,6	332	1,6	646	3,0	21374	238,1	21374	238,1
Tomar do Geru	1834	26,7	695	10,1	18	0,3	29	0,4	234	3,4	263	3,8	49	0,8	100	6,8	6870	77,1	6870	77,1
União da	1830	29,3	433	6,9	150	2,4	34	0,5	408	6,5	443	7,1	76	1,2	159	2,3	6248	70,4	6248	70,4
Total em Sergipe	149754	19,0	61304	7,8	4295	0,5	14207	1,8	88711	11,2	102994	13,0	4752	0,6	10024	1,3	789496	100,0	789496	100,0
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1980).																				

APÊNDICE G

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 2000																							
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Estab. Comerciais			Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.										
Agropecuária		Indústria		Comércio		Serviços						Nº Est.		Pessoas		Pop. Total		% PEA		PEA Munic Ocupada		PEA Munic. Não Ocupada	
Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Pop.	% do Total da Pop. Munic.	Adm.	% do Total da Pop. Munic.	Outros	% do Total da Pop. Munic.	Total da Pop. Munic.	% do Total da Pop. Munic.	Total	% do Total da Pop. Munic.	Com.	Ocup.	PEA	do Munic.	Munic.	Total	% da Pop.	Total	% da Pop.	
Ocup.	Munic.	Ocup.	Pop.	Ocup.	Pop.	Pub.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	Ocup.	
Amparo de São Francisco	198	9,1	74	3,4	0	0	23	1,1	80	3,7	103	4,7	8	164	578	2,182	26,49	375	17	203	9		
Aquidauá	3.161	17,2	1.292	7,0	670	3,7	356	1,9	348	1,9	704	3,8	121	582	8.036	18,344	43,81	5927	32	2.209	12		
Aracaju	2.169	0,5	27.794	6,0	24.482	5,3	27.967	6,1	12.869	2,8	40.836	8,8	11.908	142.567	211.360	461.534	45,80	95.281	21	116.099	25		
Araúá	1.708	17,5	334	3,4	244	2,5	188	1,9	219	2,2	407	4,2	50	406	3.914	9,762	40,09	2693	28	1.221	13		
Aveia Branca	2.293	15,5	688	4,6	455	3,1	118	0,8	388	2,6	506	3,4	52	539	6.060	14,824	40,88	3942	27	2.118	14		
Barra dos Coqueiros	563	3,2	927	5,2	734	4,1	381	2,1	547	3,1	928	5,2	127	1.510	6.920	17,807	38,96	3.152	18	3.768	21		
Boquim	3.216	13,3	837	3,5	904	3,7	451	1,9	683	2,8	1.134	4,7	224	1.130	9.421	24,188	38,96	6.091	25	3.330	14		
Brjo Grande	997	14,0	108	1,5	107	1,5	79	1,1	197	2,8	276	3,9	16	253	2.038	7,102	28,70	1.488	21	550	8		
Campo de Brito	2.150	14,2	921	6,1	746	4,9	253	1,7	569	3,7	822	5,4	133	955	6.507	15,175	42,88	4.639	31	1.868	12		
Canhoba	766	19,8	109	2,7	35	0,9	77	1,9	112	2,8	189	4,8	14	6	1.340	3,965	33,60	1.119	28	221	6		
Canindé de São Francisco	2.156	12,1	542	3,1	346	1,9	415	2,3	552	3,1	967	5,4	153	587	6.333	17,754	35,67	4.011	23	2.322	13		
Capela	2.849	10,7	1.171	4,4	714	2,7	202	0,8	530	2,0	732	2,8	171	1.024	8.806	26,518	33,21	5.466	21	3.340	13		
Carira	3.150	17,8	619	3,5	448	2,5	316	1,8	335	1,9	651	2,8	139	1.190	6.839	17,738	38,96	4.868	27	1.971	11		
Carmópolis	269	2,9	680	7,3	175	1,9	226	2,4	346	3,7	572	6,1	131	1.533	3.517	9,352	37,81	1.696	18	1.821	19		
Cedro de São João	340	6,3	443	8,2	366	6,8	101	1,9	160	3,0	261	4,9	34	228	2.054	5,378	38,19	1.410	26	644	12		
Cedro de São João	2.590	18,2	486	3,4	519	3,6	292	2,0	452	3,2	744	5,2	91	434	6.392	14,268	44,80	4.339	30	2.053	14		
Cristinápolis	616	16,9	150	1,1	39	1,1	43	1,2	82	2,2	125	3,4	12	190	1.425	3,646	39,08	930	26	495	14		
Comde	361	11,1	225	6,9	47	1,4	40	1,2	100	3,1	140	4,3	18	267	1.149	3,266	35,18	773	24	376	12		
Dinma Pastora	2.938	5,0	3649	6,2	2907	4,9	1.173	2,0	2.020	3,4	3.193	5,4	694	6.142	23.468	59,002	39,77	12.897	22	10.781	18		
Estância	812	16,0	135	2,7	82	1,6	65	1,3	222	4,4	287	5,7	12	222	1.790	5,068	35,32	1.316	26	474	9		
Feira Nova	1.982	16,6	755	6,3	336	2,8	233	1,9	229	1,9	462	3,9	121	826	5.184	11,973	43,30	3535	30	1.649	14		
Frei Paulo	2.743	24,1	305	2,7	126	1,1	143	1,3	223	2,0	366	3,2	32	286	4.453	11,363	39,19	3540	31	913	8		
Gararu	81	3,4	161	6,7	38	1,6	30	1,3	93	3,9	123	5,1	10	104	908	2,400	37,83	403	17	505	21		
General Maynard	1.340	24,3	204	3,7	84	1,5	104	1,9	134	2,4	238	4,3	16	24	2.577	5,519	46,89	1.866	34	711	13		
Gracho Cardoso	888	10,7	217	2,6	174	2,1	80	1,0	186	2,2	266	3,2	31	326	2.687	8,281	32,45	1.545	19	1.142	14		
Ilha das Flores	2.864	21,7	313	2,4	169	1,3	136	1,0	240	1,8	376	2,9	43	521	4.857	13,152	36,93	3.712	28	1.145	9		
Indaiatuba	7.925	10,3	5.348	7,0	5726	7,5	1.754	2,3	2.308	3,0	4062	5,3	1.224	5.420	33.380	76,813	43,46	23.061	30	10.319	13		
Itabaiana	4.590	12,9	3.858	10,9	1063	3,0	445	1,3	1.292	3,6	1.737	4,9	264	2.226	14.765	35,454	41,85	11.248	32	3.517	10		
Itabaianinha	884	17,1	187	3,6	90	1,7	66	1,3	131	2,5	197	3,8	37	178	1.838	5,174	35,52	1.358	26	480	9		
Itabi	2.998	11,8	1471	5,8	663	2,6	326	1,3	1.008	4,0	1.334	5,2	182	2.086	10.249	25,482	40,22	6.466	25	3.783	15		
Itaporanga D'ajuda	1.705	11,7	975	6,7	321	2,2	275	1,9	336	2,3	611	4,2	93	1.630	5.957	14,566	40,24	3.612	25	2.245	15		
Jacarutuba	2.325	17,9	466	3,6	334	2,6	121	0,9	202	1,6	323	2,5	71	264	4.872	13,020	37,42	3.448	26	1.424	11		
Japoatã	12.308	14,8	5.381	6,5	4.005	4,8	1.800	2,2	1.694	2,0	3.494	4,2	872	5.694	35.907	83,334	43,09	25.168	30	10.719	13		
Lagarto	662	2,8	1510	6,4	412	1,7	471	2,0	934	4,0	1.405	6,0	153	3.357	8.306	23,560	35,25	3.969	17	4.317	18		
Laranjeiras	972	16,8	170	2,9	171	2,9	114	2,0	232	4,0	346	6,0	34	236	2.344	5,802	40,40	1.659	29	685	12		
Macambira	363	11,3	215	6,7	59	1,8	45	1,4	69	1,8	104	3,2	22	207	1.083	3,276	741	23	342	11			
Malhada dos Bois	2.521	22,0	508	4,4	577	5,0	232	2,0	300	2,6	532	4,6	63	546	5.282	11,481	46,01	4.138	36	1.144	10		
Malhada	468	3,0	970	6,3	635	4,1	367	2,3	439	2,8	796	5,2	112	1.022	5.615	15,454	36,53	2.869	19	2.746	18		
Marum	3.031	27,6	263	2,4	349	3,2	51	0,5	132	1,2	183	1,7	68	373	3.840	11,000	44,00	3.626	35	1.014	9		
Moita Bonita	1.448	12,5	310	2,7	267	2,3	202	1,7	466	4,0	668	5,8	51	393	3.611	11,587	31,16	2.893	23	918	8		
Monte Alegre de Sergipe	995	13,9	514	7,2	170	2,4	115	1,6	107	1,5	222	3,1	48	248	2.716	7,101	38,25	1.891	27	625	12		
Muritiba	1.791	9,6	1.049	5,6	395	2,1	401	2,2	263	1,4	664	3,6	165	1.683	6.716	18,593	36,12	3.699	21	2.817	15		
Neópolis	2.405	29,0	238	2,9	156	1,9	139	1,7	183	2,2	322	3,9	36	366	3.712	8,279	44,84	3.121	38	591	17		
Nossa Senhora Aparecida	3.248	12,1	1.221	4,5	963	3,6	583	2,2	651	2,4	1.234	4,6	235	1.461	10.268	26,910	38,27	6.666	25	3.632	13		
Nossa Senhora da Glória	3.131	14,1	1.195	5,4	1.354	6,1	377	1,7	466	2,1	643	3,8	136	996	9.269	22,195	41,76	6.523	29	2.746	12		
Nossa Senhora das Dores	1.036	17,2	306	5,1	106	1,8	135	2,2	198	2,3	273	4,5	35	262	2.092	6,023	34,73	1.721	29	371	6		

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação à população municipal total de Sergipe - 2000																											
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.															
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Estab. Comerciais				Pop. Total		% PEA		PEA Munic. Ocupada		PEA Munic. Não Ocupada					
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Pessoas															
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Nº Est.															
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Com.				Ocup.				PEA							
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Munic.				Munic.				Munic.				Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total				Total				Total				Total			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Serviços				Serviços				Serviços				Serviços			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Adm.				Adm.				Adm.				Adm.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Pub.				Pub.				Pub.				Pub.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Pop.				Pop.				Pop.				Pop.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades												Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.				Total da Pop. Munic.			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1980).

APÊNDICE H

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 2000																																
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades													Estab. Comerciais				Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas.															
Agropecuária		Indústria			Comércio			Serviços			Pessoas		Pop. Total		% PEA		PEA Munic. Ocupada		% do Total		Total		% do Total		da PEA		Total		% do Total		da PEA	
Pop.	% do Total	Pop.	% do Total	Pop.	% do Total	Pop.	% do Total	Pop.	% do Total	Adm.	% do Total	Outros	% do Total	PEA	% do Total	PEA	% do Total	Com.	Nº Est.	Ocup.	% do Munic.	Munic.	% do Munic.	PEA	% do PEA	PEA	% do PEA	PEA	% do PEA	PEA	% do PEA	
Ocup.	da PEA	Ocup.	da PEA	Ocup.	da PEA	Ocup.	da PEA	Ocup.	da PEA	Pub.	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	PEA	
Amparo de São Francisco	198	34,3	74	12,8	0	0	23	4,0	80	13,8	103	17,8	8	164	578	2,182	26,49	375	65	203	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Aquidauã	3.161	39,3	1.292	16,1	670	8,3	356	4,4	348	4,3	704	8,8	121	582	8.036	18.344	43,81	5827	73	2.209	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
Araçaju	2.169	1,0	27.794	13,1	24.482	11,6	27.967	13,2	12.869	6,1	40.836	19,3	11.908	142.567	211.380	461.534	45,80	95.281	45	116.099	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Araújo	1.708	43,6	334	8,5	244	6,2	188	4,8	219	5,6	407	10,4	50	406	3.914	9.762	40,09	2.693	69	1.221	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
Areia Branca	2.293	37,8	688	11,4	455	7,5	118	1,9	388	6,4	506	8,3	52	539	6.060	14.824	40,88	3.942	65	2.118	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Barra dos Coqueiros	563	8,1	927	13,4	734	10,6	381	5,5	547	7,9	928	13,4	127	1.510	6.920	17.807	38,86	3.152	46	3.768	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
Boquim	3.216	34,1	837	8,9	904	9,6	451	4,8	683	7,2	1.134	12,0	224	1.130	9.421	24.188	38,95	6.091	65	3.330	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
Brejo Grande	997	48,9	108	5,3	107	5,3	79	3,9	197	9,7	276	13,5	16	253	2.038	7.102	28,70	1.488	73	550	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
Campo de Brito	2.150	33,0	921	14,2	746	11,5	253	3,9	569	8,7	822	12,6	133	955	6.507	15.175	42,88	4.639	71	1.868	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
Canhoba	786	58,7	109	8,1	35	2,6	77	5,7	112	8,4	189	14,1	14	6	1.340	3.965	33,80	1.119	84	221	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16
Canindé de São Francisco	2.156	34,0	542	8,6	346	5,5	415	6,6	552	8,7	967	15,3	153	587	6.333	17.754	35,67	4.011	63	2.322	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37
Capela	2.849	32,4	1.171	13,3	714	8,1	202	2,3	530	6,0	732	8,3	171	1.024	8.066	26.518	33,21	5.466	62	3.340	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
Carira	3.150	46,1	619	9,1	448	6,6	316	4,6	335	4,9	651	9,5	139	1.190	6.839	17.738	38,56	4.868	71	1.971	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
Carmópolis	269	7,6	680	19,3	175	5,0	226	6,4	346	9,8	572	16,3	131	1.533	3.517	9.352	37,61	1.696	48	1.821	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52
Cedro de São João	340	16,6	443	21,6	366	17,8	101	4,9	160	7,8	261	12,7	34	228	2.054	5.378	38,19	1.410	69	644	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
Cristinápolis	2.590	40,5	486	7,6	519	8,1	292	4,6	452	7,1	744	11,6	91	434	6.392	14.268	44,80	4.339	68	2.053	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Cumbe	616	43,2	150	10,5	39	2,7	43	3,0	82	5,8	125	8,8	12	190	1.425	3.646	39,08	930	65	495	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Divina Pastora	361	31,4	225	19,6	47	4,1	40	3,5	100	8,7	140	12,2	18	267	1.149	3.266	35,18	773	67	376	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33
Estância	2.938	12,5	3649	15,5	2907	12,4	1.173	5,0	2.020	8,6	3.193	13,8	684	6.142	23.468	59.002	39,77	1.2687	54	10.781	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46
Feira Nova	812	45,1	135	7,5	82	4,6	65	3,6	222	12,4	287	16,0	12	222	1.790	5.068	35,32	1.316	74	474	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
Feira Paulo	1.982	38,2	755	14,6	336	6,5	233	4,5	229	4,4	462	8,9	121	826	5.184	11.973	43,30	3.535	68	1.649	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Frei Paulo	2.743	61,6	305	6,8	126	2,8	143	3,2	223	5,0	366	8,2	32	266	4.453	11.363	39,19	3.540	79	913	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Gararu	81	8,9	161	17,7	38	4,2	30	3,3	93	10,2	123	13,5	10	104	908	2.400	37,83	403	44	505	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56
General Maynard	1.340	52,0	204	7,9	84	3,3	104	4,0	134	5,2	238	9,2	16	24	2.577	5.519	46,89	1.866	72	711	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28
Gracho Cardoso	888	33,0	217	8,1	174	6,5	80	3,0	186	6,9	286	9,9	31	326	2.687	8.281	32,45	1.545	57	1.142	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43
Igua das Flores	2.854	58,8	313	6,4	169	3,5	136	2,8	240	4,9	376	7,7	43	521	4.857	13.152	36,93	3.712	76	1.145	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Indairola	7.925	23,7	5.348	16,0	5726	17,2	1.754	5,3	2.308	6,9	4.062	12,2	1.224	5.420	33.360	76.813	43,46	23.061	69	10.319	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
Itabaiana	4.590	31,1	3.868	26,1	1.063	7,2	445	3,0	1.292	8,8	1.737	11,8	264	2.226	14.765	36.454	41,85	11.248	76	3.517	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Itabaianinha	884	48,1	187	10,2	90	4,9	66	3,6	131	7,1	197	10,7	37	178	1.838	5.174	35,52	1.358	74	480	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
Itabi	2.988	29,3	1471	14,4	663	6,5	326	3,2	1.008	9,8	1.334	13,0	182	2.086	10.249	25.482	40,22	6.466	63	3.783	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37	37
Itaporanga D'ajuda	1.705	29,1	975	16,6	321	5,5	275	4,7	336	5,7	611	10,4	93	1.630	5.857	14.566	40,24	3.612	62	2.245	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
Jagaratuba	2.325	47,7	466	9,6	334	6,9	121	2,5	202	4,1	323	6,6	71	264	4.872	13.020	37,42	3.448	71	1.424	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
Lagarto	12.368	34,3	5381	15,0	4005	11,2	1.800	5,0	1.694	4,7	3.094	9,7	872	5.694	36.907	83.334	43,09	25.188	70	10.719	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Laranjeiras	662	8,0	1510	18,2	412	5,0	471	5,7	934	11,2	1.405	16,9	153	3.357	8.306	23.560	35,25	3.969	48	4.317	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52
Macambira	972	41,5	170	7,3	171	7,3	114	4,9	232	9,9	346	14,8	34	236	2.344	5.802	40,40	1.659	71	685	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
Macambira	363	33,5	215	19,9	59	5,4	45	4,2	69	5,4	104	9,6	22	207	1.083	3.208	33,76	741	68	342	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
Malhada dos Bois	2.521	47,7	508	9,6	577	10,9	232	4,4	300	5,7	532	10,1	63	546	5.282	11.481	46,01	41.38	78	1.144	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Malhada	468	8,3	970	17,3	635	11,3	357	6,4	439	7,8	796	14,2	112	1.022	5.615	15.454	36,33	2.869	51	2.746	49	49	49	49	49	49	49	49	49	49	49	49
Marum	3.031	62,6	263	5,4	349	7,2	51	1,1	132	2,7	183	3,8	68	373	4.840	11.000	44,00	38.06	79	1.014	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Moita Bonita																																

População municipal e estadual economicamente ativa - PEA por ramos de atividades, número de estabelecimentos comerciais, pessoas ocupadas e distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas em relação a PEA total Municipal de Sergipe - 2000																					
População Economicamente Ativa Ocupada por Ramos de Atividades										Estab. Comerciais		Distribuição relativa da PEA por pessoas ocupadas:									
										Nº Est.		Pessoas		Pop. Total		% PEA		PEA Munic. Ocupada		PEA Munic. Não Ocupada	
														</							

APÊNDICE I

Município	1970										1980										1991										2000										2007																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	Urbana					Rural					Perç. Urb.					Rural					Perç. Urb.					Rural					Perç. Urb.					Rural					Perç. Urb.					Rural					Perç. Urb.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural	Total	Urbana	Perç. Urb.	Rural	Perç. Rural																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Município de São Francisco	1886	917	48,62	969	53,91	1699	5316	31,36	1162	67,64	783	46,09	1801	1049	58,24	842	44,53	2182	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	55,22	977	44,78	2197	1205	

Distribuição da população urbana, rural e total nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007

Município	1970						1980						1991						2000						2007							
	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	Urbana	Perc. Urb.	Rural	Perc. Rural	Total	
Porto da Folha	15924	4139	25,99	11785	74,01	22862	6138	26,85	16724	73,15	23476	7078	30,15	16398	69,85	25664	8812	34,34	16852	66,05	26509											
Propriá	21309	18356	86,14	2953	13,86	21298	18991	89,17	2307	10,83	25091	21944	87,46	3147	12,54	27385	23667	86,06	3818	13,94	27487											
Riachão do Dantas	16640	2068	12,43	14572	87,57	17480	2329	13,32	15151	86,68	16992	3330	19,60	13662	80,40	19202	4270	22,24	14932	77,76	19034											
Riachuelo	5939	3088	52,00	2851	48,00	5901	4079	69,12	1822	30,88	7551	5405	71,58	2146	28,42	8310	6707	80,71	1603	19,29	9085											
Riborópolis	10088	3174	31,46	6914	68,54	12202	4722	38,70	7480	61,30	14032	7875	56,12	6157	43,88	15439	10095	65,39	5344	34,61	15673											
Rosário do Catete	3914	1964	50,18	1950	49,82	3916	2949	75,31	967	24,69	5639	4454	78,99	1185	21,01	7102	5656	79,64	1446	20,36	8518											
Salgado	8463	1874	22,14	6589	77,86	12225	2212	18,09	10013	81,91	16717	3629	21,71	13088	78,29	18876	4983	26,40	13893	73,60	18572											
Santa Luzia do Itanh	6938	1127	16,24	5811	83,76	7991	1418	17,74	6573	82,26	9874	1868	18,92	8006	81,08	13948	2585	18,53	11363	81,47	13097											
Santa Rosa de Lima	3122	1536	49,20	1586	50,80	2970	1483	49,93	1487	50,07	3363	1748	51,98	1615	48,02	3595	1960	54,52	1635	45,48	3846											
Santana do São Francisco	1983	1388	69,99	595	30,01	2048	1480	72,27	568	27,73	2222	1737	78,17	485	21,83	6135	4051	66,03	2084	33,97	6596											
Santo Anário das Brotas	5415	2479	45,78	2936	54,22	7949	5388	67,78	2561	32,22	10624	7723	72,69	2901	27,31	10670	8082	75,75	2588	24,25	11652											
São Cristóvão	20409	10152	49,74	10257	50,26	24134	11703	48,49	12431	51,51	47568	46233	97,21	1325	2,79	64647	63116	97,63	1531	2,37	71931											
São Domingos	4930	845	17,14	4095	82,86	6316	1501	23,77	4815	76,23	7752	3049	39,33	4703	60,67	9260	3904	42,16	5356	57,84	10079											
São Francisco	1963	1388	69,99	595	30,01	2048	1480	72,27	568	27,73	2222	1737	78,17	485	21,83	2532	2166	85,55	366	14,45	2874											
São Miguel do Aleixo	3245	655	20,18	2590	79,82	3099	889	28,69	2210	71,31	3132	1204	38,44	1928	61,56	3447	1479	42,91	1968	57,09	3658											
Simão Dias	27904	6542	23,44	21362	76,56	27038	8479	31,36	18559	68,64	32196	13138	40,81	19058	59,19	36813	16818	45,68	19995	54,32	37141											
Siriri	5155	1264	24,52	3891	75,48	5388	1648	30,59	3740	69,41	6297	2323	36,89	3974	63,11	6914	2726	39,43	4188	60,57	7612											
Telha	1945	638	32,80	1307	67,20	1759	801	45,54	958	54,46	2205	837	37,96	1368	62,04	2638	1063	40,30	1575	59,70	2859											
Tobias Barreto	24832	6686	26,92	18146	73,08	30787	12812	41,61	17975	58,39	37577	21892	58,23	15695	41,77	43172	27500	63,70	15672	36,30	47239											
Tomar do Geru	9701	891	9,18	8810	90,82	10532	1861	17,67	8671	82,33	11278	3027	26,84	8251	73,16	12840	4136	32,20	8705	67,80	12864											
Umbaúba	5742	2181	37,98	3561	62,02	9505	4313	45,38	5192	54,62	14593	8103	55,53	6490	44,47	19214	10935	56,91	8279	43,09	20536											
Total em Sergipe	903892	416784	46,11	486926	53,76	1143974	618840	54,10	522969	45,72	1496089	1004614	67,15	480010	32,08	1770762	1259326	71,12	501548	28,32	1940977											
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1970, 1991, 2000 e 2007).																																

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2007).